

DOSSIÊ:

Sujeito, História e Discurso

Olhares teórico-analíticos





CORPO EDITORIAL

Editores

Profa. Dra. [Marina Grigorio Barbosa de Sousa](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Prof. Dr. [Plábio Marcos Martins Desidério](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Conselho Editorial

Prof. Dr. [Bertone Oliveira Sousa](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Prof. Dr. [Braz Batista Vas](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Prof. Dr. [Dernival Venâncio Ramos Júnior](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Prof. Dr. [Dimas José Batista](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Prof. Dr. [Euclides Antunes de Medeiros](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Prof. Dr. [Marcos Edilson de Araújo Clemente](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Profa. Dr^a. [Olivia Macedo Miranda de Medeiros](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Prof^a Dr^a [Rosária Helena Ruiz Nakashima](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Prof^a Dr^a. [Sariza Oliveira Caetano Venâncio](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Prof^a Dr^a [Vera Lucia Caixeta](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil



SUMÁRIO

DOSSIÊ TEMÁTICO – Sujeito, História e Discurso

Apresentação - Dra. Solange Mittmann & Dra. Janete Silva dos Santos & João de Deus Leite 06

Maria Louca e a representação da mulher no Sertão Garimpeiro no Antigo Norte Goiano 11

Brendon Husley Rimualdo Rodrigues

Sigilo pra ele... Vigilância pra você: Análise do discurso retórico sobre fiscalização do Pix 33

Alécio Vaneli Gaigher Marely

Romário Neves Coelho

Gabriel Lima Mota

À sombra do Darwinismo social: Representações raciais em *O Cortiço* (1980), de Aluísio Azevedo 54

Marlzonni Marrelli Matos Mauricio

Linguagem, discurso e subjetividade na historiografia: questões do tempo presente 76

Kelvin Oliveira do Prado

Maria de Fátima de Andrade Ferreira

“Não é hora de procurar culpados”: O capitalismo de desastre entre a estrutura e o acontecimento 93

Lucas Alves Selhorst



Banco Mundial e educação: a agenda do capital para a periferia do capitalismo 115

Ana Karoline Gonçalves Gomes

Aline Lopes de Aguiar

Ana Paula Feitoza Ferreira Santiago

Fabiano Geraldo Barbosa

Tarciana Almeida Saraiva Vasconcelos

Labirintos do Eu e do Outro: Entre Borges, Pré-Socráticos e Redes Digitais 130

Vanda Maria Sousa

**Permanência de estudantes negros nos cursos nas áreas de ciências da saúde em foco:
Panorama da produção de artigos sobre cursos de graduação em universidades
públicas brasileiras 158**

Mariana Gesteira da Silva

Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca

**Discursivização sobre a mulher-esposa no código civil e na literatura clássica
universal e nacional 180**

Janete Silva dos Santos

Nilsandra Martins de Castro

Valéria da Silva Medeiros

Luiza Helena Oliveira Silva

Ainda é preciso dizer: meu corpo não é máquina de reprodução 202

Solange Mittman

Aléxia Maria Lopes de Souza

**Ensino da Língua Portuguesa como língua de acolhimento a refugiados hispanofalantes no
Tocantins: sujeito, escrita e acolhimento 220**

Felipe Gonçalves Carneiro

João de Deus Leite



Rosa Martha Arévalo Bustamante

Artigos livre:

Sobre a criação de cidades coloniais na amazônia brasileira 246

Walace Rodrigue

Resenha:

“Crônicas espectrais, notas sobre o TEA”, de Luciano de Jesus Gonçalves 257

Walace Rodrigues



Apresentação: Sujeito, História e Discurso: olhares teórico-analíticos

“Mas, quando falo dessas pequenas felicidades certas, que estão diante de cada janela, uns dizem que essas coisas não existem, outros que só existem diante das minhas janelas, e outros, finalmente, que é preciso aprender a olhar, para poder vê-las assim”.
(Cecília Meireles, 2016; grifos nossos.)

Iniciamos a apresentação deste dossiê (v. 1 n. 2026), com as formulações poéticas de Cecília Meireles, no formato epígrafe, como forma de ressaltar a questão do *olhar*. Estamos interessados, mais de perto, na relação entre o olhar e aquilo que dele deriva em termos de horizontes (entre)vistos. O olhar, em seus dizeres, não é uma prática naturalizada, dada, mas construída, apreendida, de modo a resultar em direcionamentos habilitados pela própria construção do olhar. E, desse olhar, advêm as “pequenas felicidades certas”.

Por assim dizer, na esteira poética de Cecília Meireles, derivamos esse pensamento para as questões teórico-analíticas. O campo teórico-analítico também é fruto do olhar, que vai sendo construído a partir de objetos, de conceitos, de materialidades, de redes de filiação, entre outros aspectos, resultando em uma heterogeneidade de *percursos*, de janelas que vão abrindo e abrigando horizontes (im)possíveis. Dessa forma, o olhar acaba por calibrar as tantas “felicidades certas” diante das janelas dos diversos pesquisadores.

As janelas que abrimos, com este dossiê, descortinam movimentos teórico-analíticos de diferentes pesquisadores de variadas instituições brasileiras e estrangeiras em torno dos construtos “sujeito”, “história” e “discurso”, deixando (entre)ver as suas redes de filiação teórica. Sendo assim, estamos interessados, mais precisamente, no modo como sujeitos e discursos, sempre compreendidos em uma relação de contiguidade, são habilitados na e pela historicidade. Pensar essa relação é relevante, pois nos permite captar, a partir de diferentes *corpora*, os processos discursivos que materializam as posições-sujeito na e pela sociedade. Esses processos apontam para o jogo (desigual) entre unidade-dispersão de sentidos, encerrando contradições no modo de inscrição das posições-sujeito. Por essa razão, na condição de pesquisadores, é sempre necessário lidar com a contenção e a deriva dos sentidos, para que essas contradições ganhem legibilidade.



Neste ponto, gostaríamos de ressaltar que este dossiê marca mais uma parceria de trabalho entre seus organizadores, tendo por base os percursos teórico-analíticos em torno da Análise de Discurso materialista. As “felicidades certas” de nosso encontro advêm desde a cooperação científica do Projeto PROCAD AMAZÔNIA (Edital nº 021/2018 – CAPES), intitulado “Linguagens, Formação Docente e (Com)figurações nas Amazônias”. Desse momento até os dias atuais, muitas janelas foram abertas em termos de horizontes de trabalho no e pelo discurso.

Iniciando o presente dossiê, composto por onze artigos, **Janete Silva dos Santos, Nilsandra Martins de Castro, Valéria da Silva Medeiros e Luíza Helena Oliveira da Silva**, no artigo *Discursivização sobre a Mulher-esposa no código Civil e na Literatura Clássica Universal e Nacional*, problematizam os efeitos de sentidos atribuídos à mulher casada nos Códigos Civis de 1916 e de 2002. Adotando como aporte teórico-metodológico a Análise do Discurso de base francesa, o trabalho cruza o ordenamento jurídico com representações de personagens na literatura clássica. A pesquisa demonstra como a autonomia jurídica feminina resulta de lutas históricas, evidenciando as barreiras estruturais e as disparidades materiais que ainda tensionam a aplicação prática dessas conquistas contemporâneas.

Em seguida, **Solange Mittmann e Aléxia Maria Lopes de Souza**, no trabalho *Ainda é preciso dizer: Meu corpo não é máquina de Reprodução*, discutem o modo como as mulheres são abordadas no discurso institucional de apresentação dos dados do Censo Demográfico de 2022, divulgado pelo IBGE em 2025. Ancorado nos estudos feministas, o artigo percorre diferentes períodos históricos para debater os mecanismos de controle, dominação e opressão dirigidos aos corpos femininos. O estudo relaciona tais práticas às estruturas sociais e políticas, destacando a disputa ativa pela autonomia e pela representação da condição feminina na modernidade.

No terceiro artigo, *Maria Louca e a representação da mulher no Sertão Garimpeiro no Antigo Norte Goiano*, **Brendon Husley Rimualdo Rodrigues** problematiza as relações sociais marcadas por violência e desigualdade que atravessam a experiência feminina na literatura regional do antigo norte goiano, atual estado do Tocantins. A partir de um olhar historiográfico e interdisciplinar sobre o conto “Maria Louca”, de Juarez Moreira Filho, o autor investiga como a loucura e a busca pelo cristal de rocha configuram o imaginário sertanejo. A

análise revela o lugar da mulher em um cenário eivado de machismo, tomando a narrativa literária como espaço de denúncia e resistência contra silenciamentos históricos.

Felipe Gonçalves Carneiro, João de Deus Leite e Rosa Martha Aréballo Bustamante, no artigo subsequente, *Ensino da Língua Portuguesa como língua de acolhimento a refugiados Hispanofalantes no Tocantins: Sujeito, escrita e acolhimento*, analisam o processo de ensino-aprendizagem de português para deslocados forçados na cidade de Araguaína. Com base no dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso materialista, os pesquisadores examinam as práticas de produção textual e a relação constitutiva dos sujeitos com as línguas em jogo. Mobilizando uma proposta de intervenção pedagógica, o estudo aposta na dimensão da singularidade para produzir deslocamentos significativos na escrita e na constituição subjetiva do refugiado.

No quinto artigo, *Sigilo pra ele... Vigilância pra você: Análise do discurso retórico sobre fiscalização do Pix*, **Alécio Vaneli Gaigher Marely, Romário Neves Coelho e Gabriel Lima Mota** investigam a construção ideológica e o engajamento político em pronunciamentos de redes sociais sobre a movimentação financeira. Utilizando o ferramental da Análise Crítica do Discurso (ACD) e da Retórica, os autores destrincham o uso estratégico de *ethos* e *pathos* voltado à criação de um inimigo comum e à mobilização do auditório. O trabalho conclui que tais enunciados operam falácias e estratégias de unificação e fragmentação para sustentar posições de poder simbólico e narrativas polarizadas na rede.

Dando continuidade, **Marlzonni Marrelli Matos Mauricio**, no trabalho *À sombra do Darwinismo social: Representações raciais em O Cortiço (1980), de Aluísio Azevedo*, debruça-se sobre a famosa narrativa de 1890 para examinar a caracterização social e racial de personagens centrais como João Romão, Bertoleza, Jerônimo e Rita Baiana. Mobilizando os conceitos teóricos de representação, prática e apropriação, o pesquisador investiga o deslocamento ideológico da sociedade brasileira no cenário pós-abolição. O estudo analisa criticamente o romance enquanto espaço de construção de sentidos marcado pela ascensão do pensamento eugenista e pela consolidação da tese do branqueamento.

Kelvin Oliveira do Prado e Maria de Fátima de Andrade Ferreira, no artigo *Linguagem, discurso e subjetividade na historiografia: questões do tempo presente*, discutem a inserção ostensiva das noções de linguagem-discurso, sujeito e subjetivação no campo do fazer historiográfico. Os autores debatem como elementos tradicionalmente vinculados à

linguística e à filosofia passaram a reconfigurar o pensamento e a consciência histórica contemporâneos. A partir desse enquadramento, o trabalho demonstra que as experiências de grupos historicamente subalternizados provocam fissuras necessárias no discurso historiográfico acadêmico tradicional.

No oitavo artigo, “*Não é hora de procurar culpados*”: *O capitalismo de desastre entre a estrutura e o acontecimento*, **Lucas Alves Selhorst** analisa o enunciado proferido pelo governador do Rio Grande do Sul durante as graves enchentes que assolaram o estado em 2024. Sob a perspectiva teórica da Análise do Discurso, o autor investiga como o enunciado opera como um gesto de negação que, paradoxalmente, expõe a existência de responsabilidades ao tentar diluí-las. Ao examinar a circulação dessa materialidade na política, no futebol e em memes, o texto discute como tais discursividades naturalizam tragédias e reforçam o modelo político-econômico do capitalismo de desastre.

Na sequência, **Ana Karoline Gonçalves Gomes, Aline Lopes de Aguiar, Ana Paula Feitoza Ferreira Santiago, Fabiano Geraldo Barbosa e Tarciana Almeida Saraiva Vasconcelos**, no artigo *Banco Mundial e educação: a agenda do capital para a periferia do capitalismo*, analisam a influência desse organismo internacional nas diretrizes educacionais a partir de um panorama histórico, social e econômico. Apoiada no método do materialismo histórico-dialético e em uma minuciosa análise documental, a pesquisa debate as disputas ideológicas e o binômio pobreza-segurança. O texto critica o deslocamento da centralidade do ensino em prol de competências pragmáticas e metas de desempenho que moldam as atuais políticas para a Educação Básica.

No décimo e penúltimo artigo, *Labirintos do Eu e do Outro: Entre Borges, Pré-Socráticos e Redes Digitais*, **Vanda Maria Sousa** analisa as redes sociais online como verdadeiros labirintos contemporâneos, situando o sujeito na intrincada relação entre história, discurso e experiência. A reflexão articula de forma inventiva a metáfora labiríntica de Jorge Luis Borges com a tensão pré-socrática entre permanência e mudança, somada à análise foucaultiana dos dispositivos de saber-poder. A partir desse enquadramento, a autora examina as dimensões da alteridade, da mediação algorítmica e da corporeidade, propondo uma ética da atenção e da resistência perante os dispositivos digitais.

Encerrando o presente dossiê, o artigo *Permanência de estudantes negros nos cursos nas áreas de ciências da saúde em foco: Panorama da produção de artigos sobre cursos de*



graduação em universidades públicas brasileiras, de **Mariana Gesteira da Silva e Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca**, consiste em uma revisão sistemática de literatura sobre as ações afirmativas no ensino superior. Amparados na Análise de Conteúdo de Bardin, os pesquisadores investigam os desafios socioeconômicos, raciais e de gênero enfrentados por esses alunos no ambiente acadêmico. O estudo aponta a necessidade urgente de ampliar as políticas de inclusão e o apoio estudantil, evidenciando que a produção científica sobre o tema ainda se mostra limitada.

Por fim, não perdendo de vista a metáfora das janelas e, sobretudo, das “felicidades certas”, convidamos você para os horizontes de leitura (im)possíveis com cada artigo deste dossiê... As janelas (entre)abertas abrem espaços para felizes encontros...

Organizadores

Profa. Dra. Solange Mittmann (UFRGS)
Profa. Dra. Janete Silva dos Santos (UFNT)
Prof. Dr. João de Deus Leite (UFNT)



MARIA LOUCA E A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO SERTÃO GARIMPEIRO NO ANTIGO NORTE GOIANO

MARIA LOUCA AND THE REPRESENTATION OF WOMAN IN THE MINING SERTÃO OF THE FORMER NORTHERN GOIÁS

BRENDON HUSLEY RIMUALDO ROFRIGUES

<https://orcid.org/0000-0003-4380-7165>

Doutor em História pela UFG

Professor Efetivo em SEDUC/TO

brendon.rodrigues@professor.to.gov.br

RESUMO

Este artigo problematiza as relações sociais marcadas por violência e desigualdade que atravessam a experiência feminina na literatura regional do antigo norte goiano, atual estado do Tocantins. A partir de um olhar historiográfico e interdisciplinar sobre o conto “Maria Louca”, de Juarez Moreira Filho, busca-se compreender como a loucura, simbolizada na incessante busca pelo cristal de rocha, configura o imaginário sertanejo representado pelo autor. A análise revela que a literatura, ao espelhar o mundo real e suas contradições, evidencia o lugar da mulher em um cenário enroupado por machismo, exclusão e resistência. A narrativa literária, ao iluminar o cotidiano dos garimpeiros sertanejos, transgredir o silêncio histórico e denuncia as múltiplas formas de opressão inscritas na vida e na memória desses sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Sertão; História; Literatura; Loucura; Garimpo de cristal.

ABSTRACT

This article problematizes the social relations marked by violence and inequality that permeate the female experience in the regional literature of the former northern region of Goiás, now the state of Tocantins. From a historiographical and interdisciplinary perspective on the short story “Maria Louca”, by Juarez Moreira Filho, this study seeks to understand how madness and inequality, symbolized by the incessant search for rock crystal, shape the sertanejo imaginary as represented by the author. The analysis reveals that literature, by mirroring the rural world and its contradictions, highlights the place of women in a setting shrouded in machismo, exclusion, and resistance. Thus, this work reflects on how the literary narrative, by illuminating the daily life of the mining sertão, transgresses historical silence and denounces the multiple forms of oppression inscribed in the lives and memories of these subjects.

KEYWORDS: Sertão; History; Literature; Madness; Crystal mining.

INTRODUÇÃO



A literatura é uma manifestação artística que traz em sua íris os reflexos dos valores axiológicos de uma sociedade em determinada época, “assim como o pintor pinta e o romancista escreve” (Gay, 1990, p. 81). Nesse escrever é que vão se revelando, aos olhos do leitor, do crítico e do historiador, os elementos que se tornam significativos para a historicização.

A esse respeito, é salutar compreender o estilo de escrita por meio da ficção jocosa, na qual podemos “distinguir dois gestos contraditórios: de um lado, semear os próprios escritos de detalhes concretos voltados a comprovar a veracidade dos mesmos; de outro, dar a entender, por vários expedientes, que se tratava de narrativas completamente inventadas” (Ginzburg, 2004, p. 25).

Significa dizer que é por meio da verossimilhança e da narrativa que se constrói o sentido da história. Como afirma Peter Gay (1990, p. 38), “as palavras constituem a matéria-prima mais significativa dos historiadores”. A linguagem apresentada por Juarez Moreira Filho¹ se torna, por essa ótica, o instrumento e o produto que fazem (re)produzir/representar os signos da sociedade, refletindo, de modo singular, o universo simbólico do sertão garimpeiro.

É por meio da trama literária que a historiografia é tecida, pois o narrador-historiador, à sua maneira, também é um artista: com seu estilo, (des)constrói enredos, costura tempos, (re)inventa sentidos. Assim, “o estilo é a roupagem do pensamento, sua carne, a glória que o coroa, a voz que o expressa” (Gay, 1990, p. 17). A diferença do historiador é pequena, contudo, profunda e salutar: reside em seu método, em suas referências, no rigor que dá forma à arte de narrar e representar o real. Como diz Pesavento (2014, p. 50), “o narrador-historiador é ainda

¹ O escritor nasceu em 3 de julho de 1953 na cidade de Ribeiro Gonçalves, antiga vila chamada Remansinho, no sudoeste do estado do Piauí. Sua família migrou para uma das incontáveis veredas dos cristais do antigo norte goiano, hoje sudoeste do Tocantins, quando ele tinha apenas dois meses de vida. Concluiu a primeira fase dos estudos no Colégio Álvaro de Melo, em Ceres (GO), e a segunda no Instituto Brigadeiro Eduardo Gomes, em Goiânia. Finalizou o ensino médio no Colégio Estadual Rui Barbosa, também na capital goiana. Graduou-se em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física de Goiás (Esefego) e em Direito pela Universidade Católica de Goiás (UCG) — hoje Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Diplomado pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg) em 1997, em Palmas (TO), obteve certificado de docência de doutorado em Direito Internacional Público e Privado pela Universidade Internacional de Illes Balears (UIB), na Espanha, e é pós-graduado em Literatura Brasileira pela Universidade Candido Mendes, do Rio de Janeiro. É membro fundador da Academia Tocantinense de Letras (ATL), onde ocupa a cadeira nº 4, além de integrar a Academia de Letras e Artes de Porto Nacional (TO) e a União Brasileira de Escritores – Seção Tocantins. Atuou como conselheiro de Cultura do estado do Tocantins por quatro mandatos. Publicou diversas obras que evocam suas vivências e memórias do antigo norte goiano, abordando aspectos geográficos e culturais, entre as quais se destacam os romances *Infância e travessura de um sertanejo* (2009), *Oco do mundo* (2010) e *Cristal de rocha: pelos garimpos de Dueré* (2020); os livros de memórias *Mangaratiba: peões, boiadas, tropas & bruacas* (1994), *Risos & lágrimas* (2004) e *Rancho Alegre* (2012); as coletâneas de contos *Tipos de rua* (2011), *Tipos pitorescos* (2013) e *Tipos populares* (2017); e as obras histórico-biográficas *Perfil da Academia Tocantinense de Letras* (2005) e *Patronos da Academia Tocantinense de Letras* (2006), além de *Arte literária* (2024).



aquele que se vale de provas — os indícios, cuidadosamente pesquisados, selecionados e dispostos em uma rede de analogias e combinações de modo a revelar significados”.

E, nesse caso, a representação do e para o sertão garimpeiro se torna essencial para dizer dele e sobre ele, pois, como afirma o sociólogo Stuart Hall, a “representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, dos signos e das imagens que significam ou representam objetos” (Hall, 2016, p. 31). Para Mikhail Bakhtin (2002, p. 36), “a palavra é um fenômeno ideológico por excelência”. Assim, o livro *Tipos de rua* (Moreira Filho, 2011), no qual está inserido o conto “Maria Louca”, pode ser partilhado na tessitura da cultura, ou, por assim dizer, no próprio signo do sertão tocantinense.

Nesse sentido, a linguagem do escritor regionalista Juarez Moreira Filho revela os aspectos culturais, econômicos, políticos e, sobretudo, sociais de determinada época, buscando expressar o que significa ser tocantinense. A exploração do cristal de rocha, nesse contexto, foi um dos fatores simbólicos e materiais que contribuíram para o desmembramento do norte de Goiás que resultou na criação do estado do Tocantins em 1988, constituindo-se em mais um elemento da identidade de um povo, o tocantinense. Considera-se que no conto se encontra “uma infinidade de fatos das mais diversas espécies, todos eles ligados, ao que parece, por certa maneira de representar as coisas” (Jolles, 1976, p. 193), o espaço, as pessoas e o tempo. Afinal, “o conto é acontecimento” (Jolles, 1976, p. 203) e nele, além da dimensão geográfica, está presente o humano, o personagem que, no conto, “é um ser fictício, isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial” (Cândido, 1995, p. 55).

No meio dos acontecimentos, “a literatura se vale de mecanismos epistemológicos que se relacionam com as demais formas elementares das representações sociais” (Rimualdo, 2025, p. 23). Neste caso, a história ajuda a entender os meandros do sertão garimpeiro, porque, em “todas as ciências, entre elas a história, a intuição se encontra no princípio da investigação” (Gay, 1990, p. 163) e nesta investigação está o sertão garimpeiro localizado no antigo norte goiano, entre os vales do Araguaia e Tocantins. Dentro desse imenso espaço geográfico, “o sertão é um deserto que demanda travessia; a inclemência do sol e a aridez podem matar homens e animais” (Senna, 2011, p. 107). No sertão, a “condição humana, de modo simbólico, [...] dá significado à travessia” (Senna, 2011, p. 107).



O sertão é magma social por completo entre o espaço geográfico e o humano. No antigo sertão goiano, o cristal de rocha deu sentido à busca da riqueza fácil e “atraiu pessoas de vários estados brasileiros e do exterior que adentraram o centro-norte do Brasil embriagadas, embaladas pela louca e desenfreada busca da gema cobiçada e da saída da pobreza que tanto lhes perturbava” (Rimualdo, 2025, p. 22). E pelas catras (buracos feitos na terra) cristalíferas alimentavam seus sonhos. Largas, estreitas, rasas ou profundas, essas catras, “esparramadas pelos garimpos, eram perigosas e com uma quase em cima da outra. [...] muitos bêbados caíam dentro delas, tanto no breu da noite, como à luz do dia” (Moreira Filho, 2020, p. 123). Muitos garimpeiros e garimpeiras chegavam a fazer delas suas casas.

Dentro desse cenário de sobrevivência no sertão garimpeiro, a personagem Maria Louca, aqui problematizada, surge como representação viva de tantas outras existências escamoteadas — homens, mulheres, crianças e idosos — que, na dureza da terra e no fulgor ilusório do cristal, buscavam, mesmo que em brilho opaco, a riqueza fácil que, em determinado período da exploração do cristal, ficou concentrada em um número pequeno de pessoas, uma réstia de luz no fim do largo, profundo e longínquo túnel da pobreza republicana que assola gerações e gerações. Afinal, “no mundo, pobreza e riqueza cantam o mesmo poder” (Foucault, 2017, p. 57).

Em um lugar onde a desigualdade era a raiz que fazia germinar várias dores sociais, a violência se desenvolvia como fator estruturante e estrutural, instaurando-se como uma verdadeira “pedagogia da violência” que “dava-se com e para todos, inclusive as crianças desde muito cedo” (Medeiros, 2012, p. 132). Essa violência se infiltrava nas múltiplas relações humanas e, no sertão goiano, todos os sujeitos

[...] participavam da pedagogia da violência. Muitos apenas sofrendo a violência das mais variadas formas, outros a praticando, às vezes por predileção, outras vezes por imposição, mas, no meio das vezes, por necessidades. Muitos deles praticavam a violência seja por qualquer desses motivos, garantido a segurança de um grupo (Medeiros, 2012, p. 186-187).

A violência fazia parte do *ethos* sertanejo e garimpeiro, marcado por “valores como ‘macheza’, ‘valentia’, ‘lealdade’” (Medeiros, 2012, p. 56). Como observou e escreveu o aviador Lysias Rodrigues ao passar pelo norte de Goiás, no “velho regime da ‘Justiça de Goiás’ [...] imperava a Winchester 44 do papo amarelo e tinha razão quem atirava primeiro” (Rodrigues,

1987, p. 31). E era assim que o garimpo de cristal se erguia entre a violência profunda e contraditória, principalmente sobre os corpos das mulheres, dos trabalhadores do sertão, das crianças, daqueles que nasceram desprovidos, com os pés descalços, marcados pela aspereza desta República, tendo a “violência [...] como sendo a justiça” (Foucault, 2017, p. 24).

Para entender essa violência garimpeira, principalmente no corpo de Maria Louca, busca-se sustentação teórica em Michel Foucault. Na obra *Vigiar e punir* (2019a), Foucault ajuda a refletir como a violência, tantas vezes institucionalizada e legitimada por aqueles que se dizem paladinos da moral, transforma-se em espetáculo. Um espetáculo cruel que exclui corpos e sujeitos da vida social, operando não apenas a violência física, mas também a moral e a simbólica. Como afirma o autor, “o castigo passou de uma arte das sensações dos insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos” (Foucault, 2019a, p. 16). Se é que algum dia Maria Louca teve direitos, restou-lhe, talvez, apenas a sensação desse espetáculo de dor, de arte e punição expostas para disciplinar os corpos sertanejos.

Essa encenação da violência não se restringia a ela; refletia em muitos outros do sertão garimpeiro, onde o desvio às regras morais, sociais, econômicas e simbólicas era punido com dureza exemplar. Por isso, “os sistemas punitivos devem ser recolocados em uma certa economia política dos corpos” (Foucault, 2019a, p. 29). Nesse sistema, inscrito nas veredas do garimpo, pulsava um cotidiano vasto, profundo e contraditório no qual o poder se infiltrava nas relações mais simples e nas estruturas mais rígidas.

Na compreensão de Foucault, expressa em *Microfísica do poder* (2019b), “não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social, e como tal, construída historicamente” (Foucault, 2019b, p. 12). Essa concepção ajuda a pensar o poder atravessador das entranhas do sertão garimpeiro, manifestando-se nas práticas do machismo, da honra e da violência, quase sempre sobrepondo-se ao Outro, sobretudo à mulher.

Na personagem Maria Louca, o poder da exclusão social se revela em seu próprio nome, no apelido, nas marcas de seu corpo, nas negociações de sua sobrevivência. No sertão garimpeiro, o louco era visto como um indivíduo “que se tornou um Outro, estranho à semelhança fraterna os homens entre si” e a ele se atribuiu, “ao menos sob as formas do parentesco e de vizinhanças cúmplices, uma culpabilidade moral” (Foucault, 2017, p. 134). Maria Louca representa a figura do excluído, do Outro, uma mulher à margem da sociedade



que às vezes desafia as normas do sertão marcado por uma moralidade machista, mas lúcida o bastante para escancarar as violências de um sertão garimpeiro.

A narrativa de “Maria Louca” mostra, pelas memórias do autor, um sertão marcado pela violência e por desejos, entre eles o do enriquecimento fácil que incendiou o antigo norte de Goiás. Nesse cenário, a brutalidade e a desigualdade moldavam uma sociedade desprovida de estrutura social e política republicana. Maria Louca aparece como símbolo das contradições desse mundo: enquanto o cristal de rocha fervilhava e fazia circular o dinheiro, inúmeras vidas, principalmente as das mulheres, permaneciam à margem. Assim, o conto conduz o leitor, com todas as dores, à compreensão de um sistema de representações que expõe as violências e disparidades do sertão garimpeiro.

O sertão garimpeiro

Localizado no centro do país, próximo ao Planalto Central, estendiam-se os Gerais². Na memória coletiva e no imaginário social, essa região era conhecida como o “nortão goiano” (Moreira Filho, 2020, p. 45), um espaço carregado de mistérios, “um lugar de encantamento, de entidades sobrenaturais” (Senna, 2011, p. 110). Para muitos, porém, tratava-se ainda de “um sertão desconhecido, mas que era quase do tamanho do Brasil” (Lima, 1998, p. 89).

No Brasil Central estava e pulsava o sertão garimpeiro, um território que era “delimitado ao norte pela imensa planície amazônica” (Rodrigues, 2001, p. 21). Nesse espaço geográfico estavam embutidos diversos biomas e formas de relevos, desde os vastos tambores arenosos, que eram “tão volumosos que parecem serras de areia” (Carvalho, 2000, p. 60) até os “chapadões” (Cunha, 1975, p. 11), extensões desérticas vistas como “chapada, lugar seco, arenoso, quase privado de vegetação” (Tonini, 1959, p. 42).

Assim o sertão garimpeiro ia se expandindo, estendendo-se em direção aos morros do sul do estado de Goiás, abraçando aspectos do pantanal mato-grossense e, da mesma forma, características da floresta amazônica, rumo ao norte, traçando percursos vastos e diversos num movimento “sertão adentro” (Amado, 1995, p. 149) até o “oco do mundo” (Moreira Filho, 2020, p. 70). Por mais que aparentasse vazio, o lugar era habitado por muita gente que se ocupava da

² De acordo com Sandro Dutra e Silva *et al.* (2017, p. 99), a expressão Gerais é a “forma coloquial de referir-se ao cerrado”. O conceito pode ser estendido para outras formas e fórmulas geológicas do sertão e das vivências humanas no vasto e imenso sertão garimpeiro.



agricultura, de pequenos comércios e da garimpagem de pedras preciosas “nas margens dos pequenos rios” (Paternostro, 1945, p. 38).

No “oco do mundo”, entre imensos morros, formava-se um horizonte do imenso sertão garimpeiro, composto por um vilarejo com veredas, vielas e ruas

[...] tortas e indecisas se é que, na realidade, eram ruas; existiam assim: ora largas, ora estreitas, acabavam-se bruscamente, sem mais nem menos. Às vezes, ainda levava o freguês até uma venda de uma porta e duas prateleiras, onde ele bebia uma branquinha e ficava enjoando [...] as ruas acanhadas na maioria das vezes, o que acontecia mesmo era o desaparecimento por completo, sem nenhuma justificativa convincente (Moreira Filho, 2010, p. 38)

Com referência às moradias, Moreira Filho (2020, p. 83) as descreve assim: “casas de palhas de piaçaba, com piso de chão batido, paredes de taipa de barro atirado com as mãos, portas e janelas fabricadas em talos de buriti”. Era comum, segundo o autor, ver “travessas, caibros e ripas despencando dos tetos, portas com trameas empenadas, ferrolhos enferrujados. E quase todas as moradas eram verdadeiras casas de pau-a-pique, cobertas com sapé, palha de najá ou piaçaba, assemelhando-se mais a tapera” (Moreira Filho, 2010, p. 35).

No sertão garimpeiro, “a casa vizinha distava 20 km” (Tonini, 1959, p. 42). Havia “pouco mais de cinco dúzias e meia de casas, mal contadas, agarradas naquelas costelas de pés de serra” (Moreira Filho, 2020, p. 35) e outras abandonadas perto das estradas de rodagem. Embora construídas de modo tão rudimentar, as casas eram motivo de orgulho para os sertanejos. No livro *Pium: nos garimpos de Goiás*, Eli Brasiense transcreve a fala de um garimpeiro que demonstra isso: “homem qui vive em paz com sua consciêça, não precisa dobrá o espinhaço pra entrá em casa. Entra mais é desimpenado, com a cabeça em pé” (Brasiense, 1960, p. 22)

Os sertanejos garimpeiros traduziam uma realidade singular em “seus modos de viver, específicas relações de trabalho [...] valores, costumes e tradições experimentadas pelos [...] que viviam na Região dos Vales do Araguaia e Tocantins” (Medeiros, 2012, p. 52). Nesse universo, a educação formal era colocada em segundo plano, pelo menos para os pobres, porque “o povo lá não se importava com aprendizagem, pois achava que o homem não carecia de estudo coisa alguma, no máximo assinar o nome, decifrar uma correspondência, ler a bula de um remédio e fazer conta quando necessário” (Moreira Filho, 2010, p. 60).

O ensino naquele lugar “era coisa de fazer vergonha!... Não existia sequer, naquele



distrito, uma escola pública para as crianças. Havia em média uma dúzia e meia de alunos na escola particular de mestre Augusto, e só! (Moreira Filho, 2010, p. 59). Eram, portanto, poucos que frequentavam os bancos escolares. Conta Moreira Filho que, na escola do mestre Augusto, “no início das aulas até que apareciam matrículas [...] a maior parte de acanhadas mocinhas daqueles chapadões e rincões esquecidos que iam aventurar a vida no ofício de doméstica” (Moreira Filho, 2010, p. 59). Outras eram empurradas para a prostituição³.

Essa escola particular era mantida por quem tinha poder social, político e econômico. Configurava-se, nela, um modelo de educação moldado para a elite regional, que refletia também a lógica de uma elite nacional. A ausência de educação pública no sertão garimpeiro representava mais do que a falta de escolas; era o retrato vivo, atroz e doloroso de um país ainda governado por barões seculares que pouco se importavam com o Brasil real, aquele que pulsava, gritava nas margens das veredas esquecidas.

Os que continuavam os estudos geralmente se tornavam funcionários públicos, até mesmo políticos, filhos de uma pequena oligarquia que poderia formar-se na região garimpeira. Seriam eles, talvez, os filhos de uma plutocracia regional que se beneficiava das raras estruturas educacionais disponíveis, a exemplo de “Longo Vieira, que bamburrou nos garimpos de cristais de rocha em Cristalândia, comprou um avião teco-teco e proporcionava a sua filha Osmarina Vieira este meio de transporte rápido para Porto Nacional” (Nunes, 2014, p. 305). A filha do garimpeiro era aluna de uma das escolas administradas por padres e freiras dominicanas⁴ no norte goiano.

De certa maneira, essa escola foi um dos símbolos de um ensino voltado às castas privilegiadas, sustentado por fortunas erguidas na areia movediça e nos ventos passageiros da sorte. O garimpo, com sua economia incerta, permitia que alguns tivessem acesso ao saber. E

³ Expressiva parcela da população feminina, naquele tempo, era empurrada, pelas circunstâncias da vida, à prostituição, um destino quase imposto por uma sociedade que lhes negava o direito de escolher. Muitas mulheres não suportavam aquela condição e, à primeira brecha que a vida lhes concedia, uniam-se em casamento a garimpeiros, vaqueiros e outros homens de ofício do sertão, na tentativa de reinventar a vida. Outras, mais audazes, lançavam-se nas veredas do garimpo, arriscando o corpo e o fôlego entre cristais, lamas, torrões e poeira, garimpando e negociando os minerais.

⁴ Muitos padres que passaram pelas terras de Goiás, principalmente pelo norte goiano, eram da Ordem dos Pregadores (Ordem Dominicana). Entre eles se pode destacar o Frei Gil Vilanova, que teve grande influência na região indígena e ribeirinha do norte de Goiás, ajudando na construção das dioceses do Vale do Araguaia. Foi missionário em vários estados, entre eles Goiás, Maranhão e Pará; o Frei Reginaldo Tournier, que escreveu o livro *Lá longe no Araguaia* (1942) e foi professor no Colégio Sagrado Coração de Jesus, fundado em 1904, e no Seminário, fundado em 1925; José Maria Audrin, outro padre e sertanista que esteve na região, escreveu *Os sertanejos que conheci* (1963) e *Entre sertanejos e índios do norte* (1946). Outro livro que evoca muito bem a presença dos dominicanos é *Gorotirés: Prelazia de Conceição do Araguaia* (Missões Dominicanas 1936).



“os pais pagavam as despesas com a educação e alimentação das filhas anualmente, devido às grandes distâncias e falta de meios de comunicação” (Nunes, 2014, p. 305).

Em meio a esse sertão garimpeiro se ergueu um mundo no qual o barro, o suor e os sonhos se entrelaçavam na busca enlouquecida pelo cristal de rocha. Nesse magma social, econômico e cultural, o sertão garimpeiro se fazia no vai e vem das vidas, no chegar, no partir e, por vezes, no permanecer, que faziam pulsar a existência nesse torrão de esperança, sofrimento e resistência. Foi nesse (des)compasso de partidas e (re)encontros que surgiram pessoas como Maria Louca, mulher vívida, errante e intensa, filha do ventre ferido de um país desigual, onde a pobreza era uma ferida profunda e secular. Filha não reconhecida da República que a gerou e a esqueceu, jogando-a de lado como um objeto sem uso, filha do abandono, da miséria, da solidão e do sertão garimpeiro, onde cada dia é uma luta tirânica e cada suspiro, um ato de sobrevivência e resiliência.

Maria Louca no sertão garimpeiro

Maria Louca, assim como tantos que habitavam este imenso Brasil real, era mais uma alma perdida na vastidão dessa República que nunca lhe pertenceu de fato. Nessas terras de contrastes, onde a miséria e a fome eram uma herança desde os tempos coloniais, tinha gente “batendo nas coisas para um lado e para outro, feito cachorro sem dono, abandonado” (Moreira Filho, 2011, p. 59), desassistida, amordaçada, jogada às traças num país que acorrentava seus filhos a todos os males sociais. Lá, naquele serão, a “infinita loucura, que tem tantas faces quantos são, no mundo, os caracteres, as ambições, as necessárias ilusões” (Foucault, 2017, p. 38), fazia parte da existência de quem se entregava irracionalmente à procura da riqueza proporcionada pelo cristal de rocha.

Nesse cenário de traumas, dores e cicatrizes invisíveis deixadas pela miséria, “Maria Louca não era uma alienada mental a bem da verdade. No entanto, mudava de direção constantemente” (Moreira Filho, 2011, p. 59). Ela procurava mesmo era adaptar-se a uma realidade sombria. Assim, “louquice pura, ao pé da letra, ela não possuía. Mas em diabruras ela se esbarrou no barranco do mundo por diversas vezes” (Moreira Filho, 2011, p. 59), ou seja, ela ganhava e perdia conforme a situação, tropeçava nos desatinos do destino. Ainda assim, ia, no dizer do sertanejo, escapando com a vida no sertão garimpeiro, escorregando pelas brechas



do “oco do mundo”, teimando em existir.

Falavam que Maria Louca “era assim, por dizer, uma tipa quase desmantelada pra louquice, pois parecia possuir um parafuso solto na cabeça” (Moreira Filho, 2011, p. 59). Seria apenas mais uma alma perdida entre as ruínas de uma anormalidade coletiva na qual a violência se disfarça de costume e o sofrimento veste a face da normalidade. Ela “adorava escancarar a boca e aprontar escândalos pelas ruas de Dueré. E por qualquer coisinha-de-nada derrubava o beijo do mundo com seus malgrados desregramentos” (Moreira Filho, 2011, p. 59).

Maria não se intimidava com qualquer tentativa de censura de gestos e palavras que poderiam ser apontados como desregradas e incitar exclusão social. Mas era exatamente a linguagem dela que, para os habitantes do lugar, caracterizava a loucura. Como diz Foucault (1999, p. 195), “a loucura é a linguagem excluída — aquela que, contra o código da língua, pronuncia palavras sem significação (os ‘insensatos’, os ‘imbecis’, os ‘dementes’)”.

A personagem transgredia não apenas regras da linguagem, mas também normas sociais impostas às mulheres do sertão.

Era uma mulher inconstante [...]. Endoidecia quando bem queria!... De acordo com as suas conveniências!... E assim ela ia conseguindo ajeitar as suas coisinhas... Aqui, dois dedos de prosa... Ali, um trago de cachaça pra meter na goela... Acolá, mais à frente, um cabaré de ponta de rua, um xodozinho (Moreira Filho, 2011, p. 59).

A razão e a loucura faziam parte da vida dos garimpeiros, porém, muitas vezes, “a razão [era] louca e destrutiva” (Chauí, 2000, p. 76). A cidade precisava da maluquice de Maria para dar continuidade ao espetáculo da vida no sertão garimpeiro. Ali, a loucura era, “para a razão, sua força viva e secreta” (Foucault, 2017, p. 35). O olhar “racional” e moralista da cidade garimpeira enxergava na personalidade de Maria Louca um desvio de conduta ou a própria loucura. Ela era o retrato de uma mulher sertaneja, de certa maneira, marcada pela liberdade de comportamento e pela resistência diante das convenções e convicções sociais, já que, em alguns momentos, “a loucura transparece no brilho da liberdade” (Foucault, 2017, p. 143).

A insanidade da personagem pode ser interpretada como uma estratégia de sobrevivência numa sociedade que não permitia às mulheres o direito de ser livre, de controlar suas próprias ações, sua própria vida. Nesse sentido, há que se considerar que “não há uma única cultura no mundo em que seja permitido tudo fazer. E sabemos bem, há muito tempo, que o homem não começa com a liberdade, mas com o limite e a linha do intransponível” (Foucault,

1999, p. 193).

Maria Louca endoidecia para escapar das amarras e tentar escrever o seu próprio destino. Tinha pequenos prazeres e astúcias cotidianas: “um trago de cachaça, [...] um cabaré de ponta de rua, um xodozinho” (Moreira Filho, 2011, p. 59). Era assim que ela suportava “as misérias da existência” (Foucault, 2017, p 151). Entre uma estratégia e outra para satisfazer seus desejos, num “‘rala-bucho’, de ponta de rua, de meia-noite pra frente, [...] ficou prenha, embarrigou no duro, pois passou a viver de paixão! Aí, andou um tempão cabisbaixa! Mas depois ergueu a cabeça se convencendo de que a procriação ficou mesmo foi pra mulher” (Moreira Filho, 2011, p. 60). Nesse aspecto, ela conotava a resistência de uma mulher que enfrentava sozinha o peso de um mundo patriarcal e excludente. O “rala-bucho”, expressão que pulsava nas festas e forrós do sertão garimpeiro, era, para Maria, um pequeno alívio para suas dores existenciais, para a dureza de um cotidiano no qual a alegria era episódica.

Efêmera também era a celebração dos bamburros, da sorte grande de “se encher de gaita, topar uma catra cheia das pedras” (Castro, 1949, p. 229), do cristal de rocha que proporcionava dinheiro aos garimpeiros e garantia a eles o pagamento de noitadas de festa com muita bebida e mulheres. Foi nesse cenário que Maria Louca engravidou, sem escolha, sem amparo do Estado e sem o afeto da família. Como tantas outras pessoas que iam para o sertão na ilusão de ganhar o mundo, ela se perdeu nas veredas da sobrevivência sem nunca mais retornar ao seu local de origem, sendo acolhida no sertão que a moldou.

O sertão garimpeiro deu à Maria Louca mais um fardo, que há séculos recai sobre as mulheres: o de gerar, cuidar de um filho e seguir adiante sozinha. O garimpo, com sua rudeza e brilho enganoso, lançou sobre os ombros dela a desigualdade de gênero e a cruel naturalização da maternidade como destino inevitável. Ainda assim, entre as lamúrias da vida, Maria Louca levantou a cabeça, fendida pela miséria e pelo preconceito, e resistiu, como a desafiar o próprio destino do sertão garimpeiro.

Como a loucura “só existe em uma sociedade, ela não existe fora das normas da sensibilidade que a isolam e das formas de repulsa que a excluem ou capturam” (Foucault, 2006, p. 163), a loucura de Maria parecia refletir em toda a sociedade garimpeira do norte goiano que insistia em humilhar não só a mulher, mas também o filho dela, mesmo vendo o menino crescer imune aos desatinos da mãe.



Pois não é de ver que o menino nasceu portando uma inteligência rara e se despontando com brilhantismo na escola, entre os filhos dos ricos e poderosos do lugar. Pois foi! E talvez, por isso mesmo passaram a chamá-lo de Calango da Maria Louca, só pra humilharem o pobre coitado com uma alcunha esquisita que nada tinha a ver: — Ei Calango da Maria Louca (Moreira Filho, 2011, p. 60).

Essa passagem denota as contradições simbólicas e o imenso peso do preconceito nas relações sociais no sertão garimpeiro. O menino, filho de Maria Louca, nasceu com uma inteligência que poderia dar a ele a capacidade de romper o destino de sua miséria que parecia já ser sua eterna predestinação. Nesse conto de Moreira Filho, “a loucura e o louco tornam-se personagens maiores em sua ambiguidade: ameaça e irrisão, vertiginoso desatino do mundo e medíocre ridículo dos homens” (Foucault, 2017, p. 14).

Mesmo com inteligência acima da média dos sujeitos que ali residiam, suas marcas de origem social não se apagaram, gravadas como uma lepra, uma ferida incurável da qual muitas pessoas fazem questão de não chegar perto. O apelido “Calango da Maria Louca” (Moreira Filho, 2011, p. 60) funcionava como um mecanismo cruel de exclusão social, um meio de reafirmar que o menino, por mais que se destacasse entre todos da cidade de Dueré, jamais seria totalmente aceito entre os “filhos dos ricos e poderosos” (Moreira Filho, 2011, p. 60) do sertão garimpeiro.

Até mesmo os professores “o chamavam de Calango Tango” (Moreira Filho, 2011, p. 61). E não ficava apenas na escola. Muitos também praticavam esse tipo de violência de forma natural, pois “na maioria das vezes, esses apelidos eram instigados e sugestionados por pessoas mais velhas, dessas que não admitem o sucesso de outras pessoas, sobretudo quando elas são oriundas das camadas mais baixas da sociedade, os humildes” (Moreira Filho, 2011, p. 60).

Contudo, o jovem, como poucos daquele sertão ermo e distante, reconhecia que a educação, por mais que estivesse em frangalhos, era o único caminho para transformar sua vida e não permitiria que o apelido, que nasceu do deboche e do preconceito, moldasse sua existência. Afinal, a “humilhação também põem gente pra frente!” (Moreira Filho, 2011, p. 60). Isso servia para o filho de Maria Louca, “esse Calango Tango — que nem eu recordo mais o seu nome de batismo” (Moreira Filho, 2011, p. 60). Percebe-se, nesse trecho, o apagamento de uma das identidades do sujeito/personagem: o nome que a mãe lhe dera ao nascer.

Em pouco tempo, o jovem “concluiu o primário e loguinho foi de arribada pra Brasília que, à época, já era uma cidade populosa” (Moreira Filho, 2011, p. 61). Partiu em busca de novas oportunidades de vida, pois apenas algumas cidades pareciam lhe oferecer essa promessa:



Goiânia⁵, já se firmando como centro urbano pujante, e Brasília, erguida como símbolo de progresso e modernidade em meio ao cerrado brasileiro. Essa “arribada” representava uma tentativa de fuga da humilhação sofrida do sertão garimpeiro e o desejo de ter um futuro menos áspero e dolorido.

Na partida, “Maria Louca aprontou a trouxa e a lata de frito de carne seca pro jovem Calando Tango, aí, mandou-o despedir-se do povo de Dueré e foi-se embora para outro mundo, diferente do seu torrão querido — O Duerzinho” (Moreira Filho 2011, p. 61). A “trouxa” era um pequeno fardo, símbolo da vida inteira levada às costas pelos renegados do sertão, filhos esquecidos deste país que se acostumaram a carregar o peso da própria sobrevivência. A “lata de frito de carne seca” significava o alimento simples, mas vital para o sertanejo, para os que sabiam viver com o pouco e resistir com o nada, atravessando as léguas tiranas e infinitas daquele sertão garimpeiro. Era essa a luta do filho de Maria e “qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças” (Foucault, 2019b, p. 18).

Maria Louca se orgulhava em dizer “pra todo mundo que iria ter um filho doutor, isso ela falava com aquele seu jeito ímpar” (Moreira Filho, 2011, p. 61), interpretado como sinal de maluquice pelos vizinhos. Mas a loucura dessa mulher “não pode ser assimilada [apenas] a uma perturbação de sentidos” (Foucault, 2017, p. 211). Pode ser mais associada ao que Rosangela Werlang e Jussara Mendes (2013) identificam como sofrimento social:

⁵ Em 1930, o Brasil mergulhava em um turbilhão político, marcado por um golpe de Estado que alteraria os rumos da nação. Getúlio Vargas “lideraria, com o apoio de tenentes, o movimento militarista que culminou na chamada Revolução de 1930” (Fico, 2025, p. 157). Em meio a esse cenário de rupturas e esperanças, emergia a figura de Pedro Ludovico Teixeira, que saía da arcaica prisão para tornar-se o idealizador do futuro e moderno Palácio das Esmeraldas, símbolo de um novo tempo que despontava no coração do cerrado brasileiro. Era “reflexo da mudança a nível nacional, com a deposição do presidente Washington Luiz e a ascensão de Getúlio Vargas. Ele não sabia naquele momento, mas a Revolução da qual tomara parte e lutava fora vencedora” (Souza, 2021, p. 48). Ludovico idealizou a construção da atual capital do estado de Goiás, e para muitos ela era símbolo de moderno, do novo. A jovem Goiânia “estava nascendo cercada de expectativas e carregando consigo a esperança de todos aqueles que acreditavam que ela poderia alavancar o progresso do estado” (Souza, 2021, p. 126). Esse símbolo urbano e político mexeu profundamente com o imaginário goiano. O escritor Eli Brásiliense, em *Chão vermelho* (1993), registrou a efervescência desse tempo, quando a construção da nova capital representava a possibilidade de um novo destino. Gente de todas as partes — sertanejos, jagunços, garimpeiros, homens, mulheres e crianças — atendia ao chamado do progresso, sonhando com um pedaço de futuro. Ali, como escreveu o autor, “chegava de tanga na cidade e logo aprendia a mandraca da riqueza fácil, sem suor e sem cansaço, punha casa de aluguel e carro pra rodar. Por isso é que olhava sempre com desconfiança todo sujeito com modos de camponês embrulhado em roupa de carregaço, com o bote armado para emprestar dinheiro até vinte por cento” (Brásiliense, 1993, p. 10).



[...] um sofrimento que se instala/esconde nas zonas de precariedade, nas zonas sociais de fragilidade e cuja ação implica na perda ou possibilidade de perda dos objetos sociais: saúde, trabalho, desejos, sonhos, vínculos sociais, ou seja, o todo da vida composto pelo concreto e pelo subjetivo que permite o viver (Werlang; Mendes, 2013, p. 743).

Por essa perspectiva, Maria Louca estaria exposta a sofrimentos oriundos do choque de interesses, de disposições, de estilos de vida diferentes que se apresentam numa realidade social tensa e densa, complexa e geradora de situações de pobreza, miséria, frustração (Werlang; Mendes, 2013). As autoras falam do sofrimento psicológico de origem social e da “precariedade psíquica” causada pelo “enfraquecimento ‘do mundo’ e, também, das dificuldades de reconhecimento de si mesmo como digno de existência dentro de um grupo ou coletivo humano” (Werlang; Mendes, 2013, p. 757-758).

Talvez fosse essa a realidade social de Maria Louca: um cotidiano no qual a precariedade “nunca se deixa esquecer; está presente em todos os momentos, em todos os cérebros. Ela atormenta as consciências e os inconscientes” (Bourdieu, 1988, p. 120) e se expressa “na violência inerte das estruturas econômicas e sociais protagonistas de muitas ‘pequenas misérias’ e [nas] violências da vida cotidiana” (Werlang; Mendes, 2013, p. 747). Então, a suposta loucura de Maria poderia estar articulada a uma configuração social geradora de “patologias sociais determinadas, medradas nos indivíduos” (Werlang; Mendes, 2013, p. 754).

Retornando ao conto, passou longo tempo sem que o filho de Maria Louca mandasse notícias para a mãe.

De vez em quando um curioso perguntava bisbilhotando:
— Cadê o Calango Tango?!...
— 'Stá pra Brasília, foi ser dotô!...
Respondia de boca cheia!...Que orgulho!...
Bastava ela, a Maria Louca, ver alguém indo pra Capital da República que mandava um recado:
— Lembrança pro Calango!...
— Onde ele mora?!...
— Perto de Sô Cabral, onde ele ia se arrancar!...
[...]
Coitada!
Não sabia que Brasília era quase uma metrópole. Achava que a Capital Federal fosse como Dueré, Aliança do Tocantins ou Brejinho de Nazaré, onde todos se conhecem (Moreira Filho, 2011, p. 61).

A figura sofredora e simples de Maria Louca se mantinha viva, sustentada pela



esperança de que o filho prosperasse na capital do Brasil. Sem jamais ter tido a oportunidade de conhecer o próprio país, ela permanecia enclausurada em um mundo vasto, enraizado em amarguras seculares quase inquebrantáveis. Desconhecia Brasília, a grande metrópole que se erguia moderna e tão diferente das pequenas cidades onde cada rosto era uma história conhecida por todos. Entre dois mundos — o sertanejo, com seu horizonte sempre distante, e o urbano, germinal de uma modernidade tardia —, abria-se um abismo de solidão e desigualdade. Brasília, símbolo do progresso nacional, contrastava com o sertão garimpeiro, esse espaço de mazelas e sonhos de enriquecimento fácil onde a esperança brilhava apenas como reflexo opaco do cristal enterrado na terra vermelha e dura.

Como “o Calango Tango não mais voltou pra Dueré, nem mandou notícia, a Maria Louca resolveu arrecadar dinheiro através de uma rifa, pra mandar um mensageiro ir procurar o filho desaparecido, em Brasília” (Moreira Filho 2011, p. 62).

O povo contribuiu, cada qual deu o que pôde. Sei que arrecadaram muito dinheiro. Aí, ela, despachou pra missão o simpático Zé do Diógenes, ex-colega de classe de Calango Tango. Chegando a Brasília, o dito mensageiro viu muita gente andando apressada pelas ruas, outras correndo feito doido, carros em toda velocidade. Um movimento nunca visto, nem imaginado por ele (Moreira Filho, 2011, p. 62).

Zé do Diógenes foi outro filho do sertão garimpeiro, do garimpo de cristal de rocha, que pôde observar os contrastes entre o mundo pacato do norte goiano e o agitado universo da capital. O olhar do sertanejo, cheio de surpresa e estranhamento, traduzia uma travessia simbólica entre “os dois Brasis [que] são igualmente brasileiros, mas estão separados por vários séculos” (Lambert, 1984, p. 103).

O ônibus que conduziu o Zé do Diógenes parou na rodoviária do Plano Piloto, a antiga, bem no centro de Brasília. Ele confirmou o que viu na chegada: muita gente apressada, carros velozes, uma loucura, tudo muito diferente de sua Dueré, de onde jamais havia saído. Aí, o Zé do Diógenes pegou a mala novinha que ganhou pra viagem, jogou-a nas costas e saiu andando, na imensidão da Rodoviária, sem um pingão de desenvoltura, todo desajeitado. [...] Sempre tentando parar as pessoas pra perguntar pelo Calango Tango. Ninguém parava para lhe ouvir. Ninguém lhe dava um triz de atenção. E ele foi andando!... E imaginando: “Que povo mal educado” (Moreira Filho, 2011, p. 62).

O mensageiro percebeu que, apesar das diferenças regionais, os dois Brasis com os quais ele de confrontava estavam “presentes por toda parte e indissoluvelmente ligados” (Lambert, 1984, p. 103). Ingênuo que era, Zé do Diógenes insistia em conversar com as pessoas e

“resolveu pedir pra uma turma de uns três a quatro rapazes olhar sua mala, pois a mesma o incomodava bastante. A moçada se prontificou a vigiar a mala” (Moreira Filho, 2011, p. 63) e ele, inocentemente, confiou na honestidade daqueles sujeitos. Depois de deixar a mala com os desconhecidos, “saiu andando a procura de Calando Tango” (Moreira Filho, 2011, p. 63) e, com seu jeito peculiar, perguntava:

— Ei! Moço, ocê viu Calango Tango?
— Ocê é doido rapaz, que Calango? [...]
Nada de nadinha acontecia!...
Ninguém parava pra ele!... Ninguém lhe dava ouvido!... Coitado!...
Depois de mais de duas horas nessa peleja desenfreada ele voltou pra pegar a bagagem:
— Cadê a mala?!...
— Cadê a turma?... [...]
Nem sinal!
Xingou bastante! [...]
E quando foi registrar a Ocorrência Policial, no Posto de Polícia, lá mesmo, na rodoviária, foi preso por suspeita de vadiagem. Sem emprego. Sem documento. No quarto dia de prisão arrumaram-lhe uns trocadinhos e ele, Zé do Diógenes, conseguiu que alguém despachasse pelos correios uma cartinha pra Maria Louca onde se lia, *ipsis verbis*:
Dona Maria Louca,
Saudações!
Num encontrei o Calango Tango. Me furtaram a mala com toda minha roupa, certidão de nascimento e o restanti do dinheiro. E pru cima de tudo ‘stô prezo na cadeia da rodoviária. A puliça diz que eu sô um malandro, um vagabundo de primeira e que tenho cara de um tipo estranho e esquisito. Já apanhei bastanti. ‘Stô todo inchado. Querú vortá pra minha terá, mais de qijeito? Me ajude pelo amor de Deus. Brigado!
Brazíla, Janero de 1982
Zé do Diógenes” (Moreira Filho, 2011, p. 63-64).

Zé do Diógenes chegou à capital em busca de um amigo. Mas ninguém o viu. O silêncio, a indiferença e a ignorância o cercaram por todos os lados, escamoteando-o por completo. A perda da mala, das roupas e dos documentos pessoais representava uma destruição simbólica, um despojo não apenas material, mas existencial. Sem documentos, o indivíduo deixa de existir para o Estado; torna-se indigente, um “vadio”, um corpo sem nome, marcado pela sombra do preconceito e pela violência. Assim, “o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele” (Foucault, 2019a, p. 29). A prisão do sertanejo mostrava, mais uma vez, o destino cruel dos que são desprovidos de poder, filhos da pobreza que o próprio sistema fabrica e depois criminaliza.

Depois de ler a carta, Maria Louca “ficou variadinha, doida, doida de verdade. Acorrentaram-na e amarraram-na em um tronco de pequiizeiro, perto da praça única de Dueré,

onde depois de dois anos de sofrimento, entre gemidos, veio a falecer” (Moreira Filho, 2011, p. 64). Essa cena draconiana expôs uma mulher, mãe, a um constrangimento público como punição espetacularizada para intimidar aqueles que ousassem desafiar a normalidade social. Nesse tipo de castigo, “as pessoas não só têm que saber, mas também ver com seus próprios olhos. Porque é necessário que tenham medo” (Foucault, 2019a, p. 58-59) de tentar quebrar alguma regra moral e política naquele espaço.

Maria Louca, sempre marginalizada no sertão garimpeiro e já fragilizada pela exclusão social, foi novamente submetida à brutalidade que transformou seu corpo em coisa, em objeto de punição, e sua dor em espetáculo venal, bruto e violento. No caso da personagem do conto, “a execução pública é vista então como uma fornalha em que se acende a violência” (2019, p. 14) física e simbólica. O ato, encenado em público, no centro de Dueré, diante dos olhos de todos, convertia a dor de Maria em lição exemplar: um aviso cruel de que quem enlouquece de vez, quem rompe as regras morais, sociais e políticas terá o mesmo destino, porque o “gesto que aprisiona não é mais simples: também ele tem significações políticas, sociais, religiosas, econômicas, morais” (Foucault, 2017, p. 53).

Talvez o último contato de Maria Louca com a sanidade tenha sido a leitura da carta, que rompeu o limite da razão com a desilusão e o desespero. Ela personificou a experiência dolorosa de uma mulher inserida numa sociedade que forjou sua vulnerabilidade psíquica, usando esse elemento da personagem como motivo para a condenação social dela. O acorrentamento a um tronco de árvore foi também “uma experiência limitadora da condição humana” (Werlang; Mendes, 2013, p. 748), um ato de extrema violência. E foi assim o fim de Maria: uma morte lenta, sofrida, que denunciou a barbárie disfarçada sob o manto da ordem moral que fez do sofrimento de Maria o poder moderador do sertão garimpeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sertão garimpeiro atraiu, entre as décadas de 1940 e 1980, inúmeras pessoas vindas de todas as partes do Brasil e do mundo. Era o tempo da febre do cristal, quando o sonho do enriquecimento fácil incendiava o imaginário coletivo, movimentando a economia, a política e a cultura em suas múltiplas esferas, classes e grupos, alguns. Entre esses grupos surgiam homens, idosos, crianças e mulheres pobres, marginalizados que, em busca de sobrevivência,



agarravam-se como podiam às poucas oportunidades que o destino lhes oferecia. Muitas mulheres se tornaram garimpeiras, lavadeiras, cozinheiras e, muitas vezes, eram empurradas pelo machismo e pelo patriarcado para o árduo trabalho do sexo, a prostituição, nas veredas de uma terra onde a violência era regra.

A maior parte dessa gente vivia em condições miseráveis, de precariedade material e social. Andarilhos com faces e corpos famélicos perambulavam por um país dominado por uma elite violenta, capciosa e arrogante. Sob o manto da República, escondia-se um projeto de poder que jamais buscou acolher o povo, mas sim escamoteá-lo, disfarçar suas dores e silenciar sua voz. Aos filhos da verdadeira República, do Brasil “real”, restavam apenas a esperança e a resiliência como traços de resistência num contexto onde o essencial era sobreviver.

No coração dessa realidade, o sertão garimpeiro se inscreveu na história republicana como um espelho das contradições do país na segunda metade do século XX. Nessa época, durante a Segunda Guerra Mundial, o norte goiano foi um dos maiores exportadores de cristal de rocha para Inglaterra, Alemanha e Japão. Esse território garimpeiro estava mergulhado nas águas profundas do machismo e da presença precária do Estado, que falhava na educação, na saúde e na segurança. Sobravam àqueles de pés descalços apenas a luta diária e a fé no pão de cada dia.

Quantas Marias Loucas viveram ali, negociando poder e sobrevivência em meio à desigualdade e à fome? Quantas não sofreram, física e simbolicamente, nas mãos de homens e de uma sociedade que as tratava como coisas? Quantos Calangos Tangos não tiveram sequer a chance de uma vida digna, atolados no lamaçal de uma desigualdade social que ainda hoje bate às portas do Tocantins e do Brasil? Viver naquele sertão ermo e violento era um ato tanto de loucura como de coragem.

Compreender esse contexto social, político e econômico é compreender que a exploração do cristal de rocha nasceu em meio à violência, mas também à resiliência. Da história e da literatura emergem representações de um cotidiano de poder, dor e sobrevivência, um verdadeiro espetáculo da vida e da violência. A junção de elementos socioculturais, políticos e econômicos peculiares formam o mosaico da identidade tocantinense e, mais amplamente, da história social brasileira, marcada por contradições, por silêncios e pela força dos que insistem em existir.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995.

AUDRIN, José Maria. **Entre sertanejos e índios do Norte**. São Paulo: Edições Púgil, 1946.

AUDRIN, José Maria. **Os sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRASILIENSE, Eli. **Chão vermelho**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1993.

BRASILIENSE, Eli. **Pium**: nos garimpos de Goiás. 2. ed. Goiânia: Edigraf, 1960.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CÂNDIDO, Antônio. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

CARVALHO, Carlota. **O sertão**: subsídios para história e a geografia do Brasil. 2. ed. Imperatriz: Ética, 2000.

CASTRO, Gomes de. **O garimpo**. São Paulo: Gráfica Souza, 1949.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: Campanha de Canudos. 33. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

DOMINICANAS, Missões. **Gorotirés**: Prelazia de Conceição do Araguaia. Rio de Janeiro: Artes Graphics C. Mendes Junior, 1936.

FICO, Carlos. **Utopia autoritária brasileira**: como os militares ameaçam a democracia brasileira desde o nascimento da República até hoje. São Paulo: Crítica, 2025.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 9. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2019b.

FOUCAULT, Michel. **A história da loucura na idade clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

FOUCAULT, Michel. A loucura, a ausência da obra. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos I**. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. p. 190-198.



FOUCAULT, Michel. Loucura, literatura, sociedade. *In*: MOTTA, Manoel Barbosa (org.). **Problematização do sujeito**: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 232-258.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2019a.

GAY, Peter. **O estilo na história**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. **Nenhuma ilha é uma ilha**: quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

JOLLES, André. **Formas simples**: legenda, saga, mito, adivinha, ditado, caso, memorável, conto, chiste. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1976.

LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. 12. ed. São Paulo: Brasiliana, 1984.

LIMA, Nisia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Iuperj, 1998.

NUNES, Luzia Bezerra. **Jalapão**: Rio Sono – Lizarda. Goiânia: [s. n.], 2014.

MEDEIROS, Euclides Antunes de. **Encontros de sangue**: cultura da violência na região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins 1830/1930. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

MOREIRA FILHO, Juarez. **Arte literária**: prefácio & posfácio. Goiânia: Pé de Letra, 2024.

MOREIRA FILHO, Juarez. **Cristal de rocha**: pelos garimpos de Dueré. Goiânia: Pé de Letra, 2020.

MOREIRA FILHO, Juarez. **Infância e travessuras de um sertanejo**. 2. ed. Goiânia: Bandeirante, 2009.

MOREIRA FILHO, Juarez. **Mangaratiba**: peões, boiadas, tropas & bruacas. Goiânia: Cartográfica, 1994.

MOREIRA FILHO, Juarez. **Oco do mundo**. 3. ed. Goiânia: Bandeirante, 2010.

MOREIRA FILHO, Juarez. **Patronos da Academia Tocantinense de Letras**. Goiânia: Bandeirante, 2006.

MOREIRA FILHO, Juarez. **Perfil da Academia Tocantinense de Letras**. Goiânia:



Bandeirante, 2005.

MOREIRA FILHO, Juarez. **Rancho Alegre**. 3. ed. Goiânia: Memórias, 2012.

MOREIRA FILHO, Juarez. **Risos & lágrimas**. Goiânia: Bandeirante, 2004.

MOREIRA FILHO, Juarez. **Tipos de rua**: 13 contos. 3. ed. Goiânia: Bandeirante, 2011.

MOREIRA FILHO, Juarez. **Tipos pitorescos**: folclore político. 2. ed. Goiânia: Bandeirante, 2013.

MOREIRA FILHO, Juarez. **Tipos populares**: 13 contos. Goiânia: Pé de Letras, 2017.

MURARI, Luciana. O cerrado goiano na literatura de Bernardo Élis sob o olhar da história ambiental. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 93-110, 2017.

PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem do Tocantins**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

RIMUALDO, Brendon Husley Rodrigues. **Pelas veredas dos cristais de rocha**: as representações do sertão garimpeiro do antigo norte goiano na literatura regional. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2025.

RODRIGUES, Lysias Augusto. **O rio dos Tocantins**. 2. ed. Palmas: Alexandre Acampora, 2001.

RODRIGUES, Lysias Augusto. **Roteiro do Tocantins**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica, 1987.

SENA, Custória Selma. Uma narrativa mítica do sertão. *In*: SENA, Custória Selma; SUÁREZ, Mireya (org.). **Sentidos do sertão**. Goiânia: Cãnone, 2011. p. 101-122.

SILVA, Sandro Dutra e; BANDEIRA, Aurea Marchetti; TAVARES, Giovana Galvão; MURARI, Luciana. O cerrado goiano na literatura de Bernardo Élis sob o olhar da história ambiental. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 93-110, 2017.

SOUZA, Rildo Bento de. **As raízes profundas do jequitibá**: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2021.

TONINI, Quinto. **Dom Orione**: entre diamantes e cristais - cenas vividas pelos missionários de Dom Orione nas matas do norte de Goiás-Brasil. Tradução de Terezinha de J. Nóbrega Foli. Fortaleza: Expressão Gráfica, 1959.



TOURNIER, Reginaldo **Lá longe, no Araguaia**. Tradução de Soares de Azevedo. Prelazia. Dominicana de Conceição do Araguaia, 1942.

WERLANG, Rosangela; MENDES, Jussara Maria Rosa. Sofrimento Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 743-768, 2013.



SIGILO PRA ELE... VIGILÂNCIA PRA VOCÊ. ANÁLISE DO DISCURSO RETÓRICO SOBRE FISCALIZAÇÃO DO PIX

SECRECY FOR HIM... SURVEILLANCE FOR YOU. RHETORICAL DISCOURSE ANALYSIS ON PIX OVERSIGHT

ALÉCIO VANELI GAIGHER MARELY

<https://orcid.org/0009-0004-1209-7177>

Doutor em Inglês/Linguística pelo PPGI/UFSC

Docente efetivo do IFRS/Rolante

alecio.marely@rolante.ifrs.edu.br

ROMÁRIO NEVES COELHO

<https://orcid.org/0000-0003-4176-6187>

Mestre em Letras - Estudos da Linguagem pela UFAM

Docente da SEDUC-AM

romarioneves16@hotmail.com

GABRIEL LIMA MOTA

<https://orcid.org/0000-0003-4176-6187>

Doutorando em Linguística pelo PPGI/UFSC

motagabriell92@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa a construção ideológica e o engajamento político em um discurso de redes sociais sobre a fiscalização de transações via Pix⁶. Utilizando Análise Crítica do Discurso (ACD) e Retórica, o estudo investiga como a linguagem formula versões da realidade para persuasão. As análises demonstram o uso estratégico do *ethos* e *pathos* para criar um "inimigo em comum" e mobilizar o auditório. O discurso emprega falácias como Reductio ad absurdum e Petitio principii, além de estratégias de Unificação e Fragmentação. Conclui-se que o discurso atua como prática social que constrói narrativas polarizadas e sustenta posições de poder simbólico.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Crítica do Discurso (ACD); Retórica; Ideologia; Engajamento Político; Redes Sociais.

ABSTRACT

The article analyzes the ideological construction and political engagement in a social media discourse concerning the government monitoring of Pix transactions. Employing Critical Discourse Analysis (CDA) and Rhetoric, the study investigates how language formulates

⁶ Pix – sistema brasileiro de pagamentos instantâneos, que permite transferências e pagamentos em tempo real. Mais informações em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/pix>



versions of reality for the purpose of persuasion. The analyses demonstrate the strategic use of *ethos* (speaker image) and *pathos* (audience emotion) to construct a "common enemy" and mobilize the audience. The discourse utilizes rhetorical fallacies such as *Reductio ad absurdum* and *Petitio principii*, alongside ideological strategies of Unification and Fragmentation. The study concludes that the discourse functions as a social practice that constructs polarized narratives and sustains positions of symbolic power.

KEYWORDS: Critical Discourse Analysis (CDA); Rhetoric; Ideology; Political Engagement; Social Media.

INTRODUÇÃO

"A verdade não é uma questão de fatos, mas de repetição" (Wicked, direção de Jon M. Chu, 2025).

O cenário comunicativo contemporâneo, profundamente reconfigurado pela ascensão das redes sociais e plataformas digitais, têm transformado a dinâmica da opinião pública e do engajamento político. Neste ambiente, a produção e a circulação de informações, muitas vezes deliberadamente falsas ou enganosas – as chamadas *fake news* –, exercem um papel significativo na formação do consenso e na polarização social. Tais práticas não se restringem à manipulação factual, mas empregam características linguísticas específicas para maximizar sua persuasão e impacto no público.

Compreendendo que o uso da linguagem constitui uma prática social intrinsecamente ligada às estruturas de poder e às relações hegemônicas, o presente artigo se insere no campo dos estudos do discurso para investigar os mecanismos de construção de sentido e persuasão no contexto da política digital. O discurso, nesta perspectiva, é visto como a materialização de uma verdade que se engendra diante dos olhos do auditório, sendo também um conjunto de regras que estabelecem as condições de exercício da função enunciativa.

O objeto de análise deste estudo consiste em um evento discursivo que circula nas redes sociais, o qual aborda a proposta de monitoramento de gastos via Pix e cartão de crédito pelo governo federal. A partir de transcrição grafemática pormenorizada do conteúdo (Cf. anexo), baseada em (Preti 1999). O trabalho se propõe a analisar como a linguagem é utilizada para moldar percepções e orientar o destinatário a certas conclusões.

Para tanto, o arcabouço teórico-metodológico está fundamentado na Análise Crítica do Discurso (ACD), baseada nas contribuições de Fairclough (2019), Bakhtin (1979) e Foucault (2010), a qual concebe o discurso como uma forma de poder e controle social, buscando desvendar as agendas ideológicas que permeiam os textos. Esta abordagem é complementada pela Retórica clássica e contemporânea, conforme sistematizada por Aristóteles (1998) e Fiorin



(2015), que permitem a investigação do *ethos* (a imagem do orador) e do *pathos* (o estado emocional do auditório), e das estratégias de persuasão. Adicionalmente, empregamos a tipologia das estratégias de construção discursiva simbólica de Thompson (2011) – incluindo Legitimação, Dissimulação, Unificação, Fragmentação e Reificação – para aprofundar a compreensão de como o sentido serve para sustentar relações de dominação.

O objetivo central desta investigação é, portanto, compreender os sistemas comunicativos da era das redes sociais a fim de analisar a construção ideológica e o engajamento político, evidenciando como os artifícios argumentativos atuam na construção de uma versão específica da realidade social.

O artigo está estruturado em três seções principais. Após esta introdução, a seção conceitos detalha os pilares teóricos sobre verdade, ideologia, retórica e ACD, estabelecendo o referencial para as análises. Em seguida, a seção análises apresenta o *corpus* e aplica as categorias teóricas para examinar o discurso, identificando as estratégias de persuasão e as falácias retóricas empregadas. Por fim, as considerações finais retomam os achados principais, sintetizam as contribuições do estudo e discutem as implicações dos mecanismos discursivos no contexto sociopolítico atual.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa no campo dos estudos da linguagem, buscando analisar o discurso como uma prática social que constrói e reflete relações de poder.

O referencial teórico-metodológico é ancorado na ACD, na perspectiva dialético-relacional de Fairclough (2019), possibilitando, assim, a investigação de como os discursos refletem e reproduzem desigualdades sociais e econômicas, tratando a linguagem como *semiose* que articula dialeticamente gêneros, relações de poder e representações do mundo.

Complementarmente, a Retórica é utilizada para desvendar as estratégias de persuasão intrínsecas ao enunciado, focando na construção do *ethos* (imagem de si do enunciador) e na mobilização do *pathos* (as emoções do auditório) como elementos cruciais para a eficácia discursiva.

Objeto de Análise (*Corpus*)

O *corpus* de análise é composto pela transcrição de um evento discursivo que circula nas redes sociais, o qual aborda a proposta de fiscalização de movimentações financeiras via Pix e cartão de crédito pelo governo federal. Este evento social manifesta-se no âmbito do

opinentur (crer e opinar), tornando-se um elemento de materialidade discursiva. O discurso foi transcrito com base nas orientações de Preti (1999).

Recorte Metodológico

Em face às restrições de extensão inerentes ao formato de artigo, a análise não se propôs a esgotar a totalidade da materialidade discursiva. Adotou-se, portanto, um recorte metodológico que priorizou a análise aprofundada dos excertos mais representativos do discurso. Essa seleção estratégica visa ilustrar, com rigor e profundidade, os mecanismos discursivos centrais para a construção ideológica e o engajamento político.

Categorias de Análise

A análise do *corpus* foi realizada por meio da aplicação de duas principais categorias inter-relacionadas:

Tabela 1 - Categorias.

Categoria	Base Teórica	Foco de Análise
Estratégias de Construção Discursiva Simbólica	Thompson (2011)	Identificação das formas como o discurso atua para estabelecer e sustentar relações de dominação , categorizadas em: Legitimação, Dissimulação, Unificação, Fragmentação e Reificação .
Mecanismos Retóricos e Falácias Argumentativas	Fiorin (2015) e Plantin (2023)	Investigação dos artifícios empregados para alcançar a persuasão, incluindo o uso de falácias lógicas como: <i>Reductio ad absurdum</i> , <i>Petitio principii</i> , <i>Argumentum ad hominem</i> , <i>Argumentum ad verecundiam</i> , <i>Argumentum ad ignorantiam</i> (Falso dilema), e o emprego da inferência lógica (<i>modus tollendo tolens</i>).

Fonte: Autores.

Ao integrar a ACD com as categorias da Retórica, buscamos ir além da descrição dos elementos linguísticos, evidenciando como as escolhas do enunciador são influenciadas por estruturas sociais mais amplas, como instituições e relações de poder, atuando ativamente na formulação de versões da realidade.

CONCEITOS



Verdades, Ideologia e Retórica

“A convicção é inimiga mais perigosa da verdade do que a mentira” (Nietzsche, 2005, p. 261).

Na seção de conceitos deste artigo, propomos que as verdades emergjam como fruto de interpretações factuais, apresentando-se de maneira flexível. Friedrich Nietzsche (2005) argumenta que não existem fatos, apenas interpretações. Complementarmente, Fiorin (2024) sugere múltiplas verdades, rejeitando a noção de verdades absolutas. Já para Foucault (2010), há o que se chama de vontade de verdades⁷ a fim de produzir o então desejado efeito de sentido, para que assim essas condições reverberem na nascente de um discurso diante dos seus olhos.

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma de discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si (Foucault, 2010, p. 49).

Demonstra-se criterioso dialogar com Foucault (2008 [1969], p. 136) quando o assunto é discurso; [discurso] é “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo-espaço[...] as condições de exercício da função enunciativa”; todavia corroboramos com a adição de Fairclough (2019) ao conceito alhures, pois a abordagem dialético-relacional abrange a possibilidade de mudança social e, portanto, este requisito não fora vencido por Foucault (*op.cit.*).

Em adição, o conceito Faircloughiano não pode ser compreendido como unívoco, mas em formação de mútua construção dialógica, é então a partir desta concepção que as estruturas sociais - entidades como economia e justiça - e as práticas sociais - as articulações dos elementos das estruturas sociais — repensam os movimentos hegemônicos de relações de criação e potencialização de poder.

Vamos exemplificar: se a justiça é a estrutura social, o judiciário é a prática social; se a educação é a estrutura social, a escola é a prática social; já os Eventos sociais - A materialização do discurso dentro da prática social e da estrutura - ; por exemplo, se temos justiça (estrutura social) e judiciário (prática social), então, as sentenças dos juízes são os eventos sociais.

Segundo Colares (2014), a constituição discursiva de uma sociedade deriva das práticas

⁷ Compreendemos a importância da demarcação epistemológica dos conceitos, neste artigo, empregamos o termo *ideologia*, ainda que reconheçamos as incongruências terminológicas apontadas por Machado (2006), nas quais se evidenciam, à luz de Foucault, diferentes instâncias de verdade defronte à ideologia.



sociais, as quais estão implicadas em uma estrutura social material. Essa estrutura, por sua vez, produz e orienta eventos sociais que não são meramente fruto de anseios, mas de respostas às implicações discursivas.

Fairclough desafia a noção de que as escolhas linguísticas são apenas reflexos de preferências pessoais ou habilidades individuais ao rejeitar a ideia de que o uso da linguagem é uma atividade puramente individual, “ao usar o termo discurso proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexos de variáveis situacionais” (2019, p. 95). Em vez disso, ele sugere que essas escolhas são influenciadas por estruturas sociais mais amplas, como instituições, normas culturais e relações de poder. Por exemplo, a forma como um político se expressa em um discurso público não é apenas uma escolha pessoal, mas está condicionada por expectativas sociais, normas discursivas e estratégias de persuasão.

Ao abordar as estratégias de persuasão, Fiorin (2015) observa que um lugar comum nas discussões retóricas contemporâneas é a noção de que a argumentação é intrínseca à linguagem. Consequentemente, todo enunciado apresenta um comportamento retórico.

A utilização de um enunciado tem uma finalidade ao menos tão essencial quanto a de informar sobre a realização de suas condições de verdade, que é a de orientar o destinatário para certas conclusões e não para outras (Anscombree e Ducrot, 1988, p. 113).

Isso implica que os autores e oradores não apenas apresentam fatos ou verdades objetivas, mas também moldam suas mensagens para guiar o público em direção a certas percepções e interpretações desejadas. Esse processo de orientação objetiva alcança supostas condições de verdade, os sujeitos empregam uma variedade de artifícios argumentativos bem documentados pelos pesquisadores. Utilizaremos tais artifícios nas análises subsequentes do objeto deste artigo.

Para uma análise que considere as percepções de discurso elencadas no início desta conceituação, analisaremos a criação do *ethos* do enunciador, ou seja, a imagem de si, do caráter:

É o *éthos* (caráter) que leva à persuasão, quando o discurso é organizado de tal maneira que o orador inspira confiança. Confiamos sem dificuldade e mais prontamente nos homens de bem, em todas as questões, mas confiamos neles, de maneira absoluta, nas questões confusas ou que se prestam equívocos. No entanto, é preciso que essa confiança seja resultado da força do discurso e não de uma prevenção favorável a respeito do orador (Aristóteles, 1998, I,II, IV).

É pensar no *ethos*, na criação desse caráter do orador, que percebemos a estrutura social na qual o então sujeito, que proferiu o objeto de estudo, posiciona-se na comunidade, sendo entrelaçado por uma aura de confiabilidade, derivada tanto do cargo político que ocupa quanto da relação de poder que mantém nas redes sociais. Todavia, é importante destacar que estamos nos referindo à imagem do autor, e não necessariamente à construção psíquica dele. Trata-se da imagem que o autor deseja (de forma explícita ou implícita) transparecer.

A prática social manifesta-se nas redes sociais, espaços nos quais o autor busca compartilhar suas ideias. O *pathos*, neste contexto específico, refere-se à comunidade nativa das redes sociais que consome determinado tipo de conteúdo, caracterizando-se por suas preferências e engajamentos particulares. Para alcançar uma suposta eficácia discursiva, é fundamental que o orador compreenda profundamente seu auditório, adaptando sua argumentação às expectativas, valores e sensibilidades desse grupo, de modo a estabelecer uma conexão persuasiva e significativa:

O mundo inteiro e a reflexão de cada indivíduo têm um auditório social próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações etc. Quanto mais aculturado for o indivíduo, mais o auditório em questão se aproximará do auditório médio da criação ideológica, mas em todo caso o interlocutor ideal não pode ultrapassar as fronteiras de uma classe e de uma época bem definidas (Bakhtin, 1979, p. 98-99).

A prática discursiva do texto é representada pelo *pathos*, uma vez que este se refere ao estado emocional do auditório ao ser exposto a uma disposição argumentativa voltada à persuasão. Essa prática, no entanto, não constitui uma característica intrínseca da realidade, mas a uma projeção construída pelo enunciador, com o intuito de fomentar um embate discursivo. Considera-se que o evento social em análise torna-se perceptível a partir do *opinentur*, isto é, no âmbito do crer e do opinar, onde se estabelecem as bases para a formação de juízos e convicções.

Por fim, na abordagem de origem inglesa, o evento social — aqui representado pela discursividade presente no vídeo em análise — é permeado por mecanismos retóricos que evidenciam a construção ideológica. Esse processo é respaldado pelas contribuições de Thompson (2011), que identifica as estratégias de identificação simbólica como centrais para a compreensão da ideologia. Conforme o autor, “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar as relações de dominação” (Thompson, 2011, p. 76). Dessa forma, a análise revela como os significados construídos discursivamente atuam na legitimação e manutenção de estruturas de poder.

Tabela 2 - Estratégias de Construção Discursiva Simbólica.

Modos Gerais	Estratégias Típicas de Construção Simbólica
Legitimação	Representar as relações de dominação como legítimas por meio de raciocínio, universalização e inserção narrativa em histórias legitimadoras.
Dissimulação	Ocultar os laços de dominação ao deslocar o contexto, apresentar retratos positivos e utilizar tropos como a metáfora.
Unificação	Forjar uma identidade coletiva por meio da proposição de padrões compartilhados e símbolos unificadores.
Fragmentação	Dividir indivíduos/grupos ameaçadores ao enfatizar diferenças e expurgar o "outro".
Reificação	Apresentar situações contingentes como permanentes e inatas por meio de naturalização, atemporalidade e focalização da atenção, omitindo os atores envolvidos.

Fonte: Os autores, baseado em Thompson (2011, p.81) e Colares (2022, p. 39)

Ainda no ensejo do evento discursivo, temos as análises do campo retórico, na perspectiva do argumento, seguido por Fiorin (2015), mencionamos:

- Reductio ad absurdum*: É uma técnica argumentativa ou método lógico que consiste em refutar uma proposição ao demonstrar que ela leva a uma conclusão absurda, ilógica ou contraditória. Essa estratégia é frequentemente utilizada em debates, matemática, filosofia e outras áreas para invalidar uma afirmação ou hipótese;
- Petitio principii*: É uma falácia lógica que ocorre quando o argumentador assume como verdadeira a conclusão que está tentando provar, de forma circular, sem oferecer evidências ou razões independentes para sustentá-la. Em outras palavras, é um raciocínio que toma como provado aquilo que precisa ser provado. Essa falácia também é conhecida como raciocínio circular ou vício de circularidade;
- Inferência lógica (*modus tollendo tolens*): É uma forma válida de argumento dedutivo na lógica proposicional. Ela é usada para inferir a negação de uma premissa com base na negação de sua consequência. Em termos simples, se uma condicional é verdadeira e sua consequência é falsa, então a premissa também deve ser falsa;
- Argumentum ad hominem*: É uma falácia lógica que ocorre quando alguém ataca a pessoa que está apresentando um argumento, em vez de refutar o argumento em si. Essa

falácia desvia o foco do debate racional para características pessoais, motivações ou circunstâncias do interlocutor, sem abordar o mérito da questão discutida;

- e. *Argumentum ad verecundiam*: É uma falácia lógica que ocorre quando alguém apela à autoridade de uma figura ou instituição para sustentar um argumento, sem fornecer evidências ou razões independentes. Embora apelar a autoridades possa ser válido em certos contextos, essa estratégia se torna falaciosa quando a autoridade citada não é relevante para o assunto em questão ou quando o argumento depende exclusivamente da autoridade, sem justificativa lógica e
- f. *Argumentum ad ignorantiam* (Falso dilema): É um argumento em que uma proposição é verdadeira simplesmente porque não foi provada falsa, ou vice-versa. Em outras palavras, essa falácia se baseia na falta de evidência para sustentar uma conclusão, em vez de apresentar evidências factuais.

Análise Crítica do Discurso (ACD)⁸

A Análise Crítica do Discurso (ACD) constitui uma abordagem teórico-metodológica que compreende o significado linguístico como intrinsecamente vinculado a sistemas ideológicos. As bases filosóficas que fundamentam os estudos críticos deste trabalho começam em Fairclough (2019), que é emergido sob a influência de três principais vertentes teóricas, a saber: i) o marxismo ocidental, ii) a filosofia da linguagem de Bakhtin (1979) e iii) o pensamento de Michel Foucault (2010 [1970]). Essas influências proporcionaram um arcabouço teórico robusto para desenvolver a ACD que utilizamos neste artigo, integrando a análise linguística com uma perspectiva crítica sobre as relações de poder e as estruturas sociais.

Fairclough (*op.cit*) incorpora a crítica marxista às estruturas de poder e à ideologia, enfatizando como os discursos refletem e reproduzem as desigualdades sociais e econômicas; a noção de dialogismo e a ideia de que a linguagem é intrinsecamente social e interativa são centrais para a abordagem, que entende o discurso como uma prática social dinâmica e contextualizada em Bakhtin (*op. cit.*); A concepção de Foucault (*op.cit*) sobre o discurso como

⁸ Há um debate acadêmico sobre a tradução mais adequada do termo Critical Discourse Analysis para o português, oscilando entre Análise Crítica do Discurso (ACD) e Análise do Discurso Crítica (ADC). Ambas as nomenclaturas são utilizadas por pesquisadores que compartilham uma base teórica semelhante, refletindo diferentes interpretações e ênfases na abordagem. Neste artigo, adotaremos a sigla ACD para nos referirmos à Critical Discourse Analysis.

uma forma de poder e controle social influenciou Fairclough (*op.cit*) a analisar como os discursos constroem e mantêm relações de dominação.

Nessa perspectiva, a ACD propõe a desconstrução da noção de significação como algo evidente ou autossuficiente, buscando revelar as agendas ocultas que permeiam e são representadas nos textos; “[...] a linguagem projeta, permanentemente, as relações e estruturas sociais, de acordo com os desejos dos participantes, geralmente os dos participantes mais poderosos[...]” (Pedro, 1997, p. 33 Esses textos, por sua vez, são entendidos como elementos de materialidade discursiva, ou seja, como manifestações concretas das práticas sociais e ideológicas que a ACD se propõe a investigar.

[a ACD] por meio da linguagem, compreendido em sentido amplo como semiose (abarcando sons, imagens, gestos, roupagens, performatividades, uso de espaço físico etc.) articulamos dialeticamente três principais modos como construímos significados. Nós agimos e interagimos no mundo, por meio de gêneros discursivos, nas relações de poder que nos constituem como agentes atuando com pessoas e sobre elas; também projetamos e representamos o mundo por meio de discursos [...] cabe ao analista de discurso crítico atentar para as vozes historicamente violentadas que pedem mudança (Irineu, et al., 2020, p. 13 e 17).

Em Fairclough (2019), a ACD não parte de um mundo previamente significado e estático para análise, mas compreende que o mundo é construído por meio de sistemas de fluxos dinâmicos, interconectados com as interações sociais. Nessa perspectiva, as práticas discursivas não refletem passivamente a realidade, mas atuam como mecanismos ativos na formulação de versões da realidade, ou seja, na produção de representações que interpretam e reconstróem o mundo, em vez de simplesmente derivar dele.

Assim, para a ADC, o mundo não nos é dado, mas o formulamos num fluxo de nossas interações sociais, que formam, através de práticas discursivas, versões da realidade que se realizam na linguagem, e não a partir dele. Por conta disso, essa abordagem teórica da linguística contemporânea funciona como um imprescindível instrumental de investigação do discurso para entender as muitas desigualdades sociais materializadas em práticas de discriminação social, preconceito, abuso de poder e violência simbólica (Melo, 2024, p. 24, *apud* Fairclough; Wodak; 1997; Ramalho; Resende, 2011).

Portanto, a materialidade da ACD consiste em refletir sobre as desigualdades sociais por meio da investigação dos discursos que as produzem, reproduzem ou contestam. Pouco se limita a analisar os textos como entidades isoladas, mas os compreende como práticas sociais que refletem e, ao mesmo tempo, moldam as estruturas de poder e as relações desiguais presentes na sociedade. Dessa forma, o objetivo central desta área da linguística é desvendar como os discursos contribuem para a manutenção ou transformação dessas desigualdades,

evidenciando os mecanismos linguísticos e ideológicos que sustentam as hierarquias sociais.

ANÁLISES

“O fantasioso nega a verdade para si mesmo; o mentiroso, apenas para os outros”⁹ (Nietzsche)

Fake news referem-se à produção e disseminação intencional de informações falsas ou enganosas, apresentadas sob inúmeros formatos, de notícias jornalísticas a vídeos nas redes sociais. Essas práticas são caracterizadas pela manipulação de fatos, distorção de contextos ou criação de narrativas completamente fictícias, com o objetivo de influenciar a opinião pública, promover agendas específicas, gerar engajamento em plataformas digitais ou obter benefícios financeiros. Segundo Pennycook e Rand (2021), as notícias falsas são deliberadamente divulgadas de formas distorcidas, e Freire (2024) pontua que “há características linguísticas específicas para aumentar sua persuasão e impacto no público” (p. 184).

As análises abaixo fundamentam-se nas proposições supracitadas em Thompson (2011), da ideologia, e por Fiorin (2015), do processo retórico. Objetivando compreender os sistemas comunicativos da era das redes sociais a fim de engajamento político.

(01)

1 o governo quer saber como você ganha cinco mil e paga dez mil de cartão.....mas não quer saber
2 como uma pessoa que ganha um salário MÍNIMO:::...faz para sobreviver pagando
3 luz::...moradia::...educação::...

O orador começa a fala com o afastamento do "eu", estabelecendo seu *ethos* para dialogar com um *pathos* específico. A substantivação de "o governo" na voz ativa indica o culpado da ação que o orador abordará. No final da primeira linha e início da segunda, o orador emprega uma premissa previamente mapeada por Ducrot ([1984]1987), conhecida como premissa geral, em que há um compartilhamento de significados por uma comunidade, resultando em uma universalidade lógica de sentidos. Nesse contexto, a frase "como uma pessoa que ganha um salário mínimo faz para sobreviver" torna-se aceitável, pois reflete um princípio análogo a uma suposta realidade do *pathos*.

(02)

⁹ A frase é frequentemente atribuída a Friedrich Nietzsche, mas não há uma referência exata que confirme em qual obra ou página ela aparece. Nietzsche escreveu de maneira aforismática e poética.



4 o governo Lula vai monitorar seus gastos com cartão de crédito e PIX:....que movimentam acima de
5 cinco mil reais para pessoas físicas e quinze mil pra empresas....isso todo mundo já sabe....e não:::
o
6 PIX não será taxado...mas é bom lembrar...que a comprinha:: da China não seria taxada..foi:... não
ia ter
7 sigilo...mas têvi:...você ia ser isento do imposto de renda...não vai mais...ia ter picanha...não têvi.

Na linha 4, o *ethos* zela pela própria imagem e assume uma posição de autoridade. O sujeito planeja o futuro próximo ao modalizar o verbo ‘ir’ como uma certeza, conjugando-o no presente do indicativo, terceira pessoa do singular, para explicar a situação em curso, isto ocorre, pois, segundo Quintiliano (1977), o *pathos* é a afeição do *ethos* produzido.

No decorrer das linhas 5, 6 e 7, o autor adota um tom alarmista e caótico. Ele utiliza o futuro do pretérito do indicativo para exagerar ações que provocam alarme, ao mesmo tempo em que expurga o outro, com o intuito de destacar uma teórica superioridade de quem fala. Estes mecanismos também não nos são estranhos, já caminham pelos estudos do discurso desde 1824 com O livro das falácias de Bentham (Plantin, 2023). A estratégia do alarme semeia desconfiança, tirando o foco e atribuindo intenções ocultas, assim como a falácia da confusão que usam de visões unilaterais para propor uma rejeição total da proposição.

(03)

9 o PIX não será taXAdo:::....mas não duvido que possa ser....enfim...quem será mais afetado com
essa
10 medida será o trabalhador informal:::..feirANtes...o seu João que vende picolé como
ambulante:::..
11 motorista de Uber...pedreiros...entregadores de iFood:::todos aqueles que lutam diariamente...para
12 ganhar vida honestamente vão sofrer...esses trabalhadores que já vivem no aperto agora terão suas
13 movimentações vigiadas:::..como se fossem GRANDES sonegadores...se fizeram uma vaquinha::
para
14 pagar o churrasco...vai ser complicado de explicar no imposto de renda....o amor tá custando caro
15 demais::

Na linha 9, o autor afirma de maneira categórica que o Pix não estará sujeito à tributação. Para formular o argumento *petitio principii*, são utilizadas três orações. A primeira, ‘o PIX não será taxado’, é uma oração coordenada assindética, ou seja, possui sentido completo e não é introduzida por conjunção. Em seguida, o autor opta por continuar com uma oração coordenada sindética adversativa, utilizando a conjunção ‘mas’ para expressar um sentido contrário à afirmação anterior. No entanto, para completar o argumento, é adicionada uma oração subordinada completiva, ‘que possa ser’, que introduz um tom de dúvida à formulação.

Nas linhas 10 e 11, padrões compartilhados são estabelecidos para formar uma unidade

de subjetivações, abordando a estratégia de unificação. Uma vez realizada essa etapa, emerge um topos metafórico de dissimulação de contexto, o qual se conecta com a teoria dos blocos semânticos de Fontana (2010). Esta teoria descreve linguisticamente as semelhanças dos léxicos vinculados às construções semânticas e seus recortes histórico-geográficos.

Nas linhas 12, 13, 14 e 15, há uma construção lógico-epistêmica do *páthos* com o objetivo de induzir um argumento conhecido como *ad passiones* (Plantin, 2023), que os sofistas utilizavam para trazer emoção ao ponto de discussão. A nominalização ‘trabalhadores’ e seu bloco semântico provocam uma adesão e assentimento. A possibilidade de distorção, nesse caso, caminha em direção a uma dimensão moral e ética de manipulação, configurando-se como uma prática consciente. Além disso, há a presença de um falso dilema, ‘[...] se fizerem uma vaquinha[...]’, configurando-se como uma proposição disfarçada de premissa lógica na forma ‘se A, então B’. No entanto, a falha nas premissas reside na ausência de evidências que comprovem a verossimilhança do ato em si. As provas precisam corroborar o fato, integrando-o de maneira coerente ao discurso (Plantin, 2023).

Nas linhas 14 e 15, o autor usa o *topos* do *locus communis*, o uso da figura de pensamento ou, como a retórica prefere chamar, figuras patéticas, essa são premissas de doxa baseadas em conjecturas personalíssimas aceitas pela coletividade, para Plantin (*op.cit.*) essa estratégia é a mãe de todas as falácias, pois se opõe ao *logos*, a racionalidade.

(04)

15 pensa comigo::...microempreendedores::...representam setenta por cento das empresas
16 do país...em dois mil e vinte e cinco::...por exemplo...o MEI poderá faturar oitenta e
17 um mil reais por ano...ou seja...pouco mais de seis mil reais por mês...essa maioria de
18 brasileiros...muitos não declaram imposto de renda...porque senão não conseguem
19 pagar suas contas. Se é difícil sem declarar::...imagina o PT tirando VI-nte e sete ponto cinco por
cento que você

Nota-se um pensamento unívoco nas linhas 15, 16, 17, 18 e 19. O orador busca unificar os microempresários, tratando-os como um grupo homogêneo. Ele assume a veracidade das conclusões apresentadas e cita números sem indicar fontes, caracterizando uma tentativa de *argumentum ad verecundiam*. Contudo, ao analisar mais detalhadamente, percebe-se que se trata de um *Petitio Principii*, uma falácia lógica que tenta provar as premissas por meio das próprias conclusões. O orador inverte a ordem do raciocínio, ademais, ressalta-se que a primeira frase do discurso é um convite ao pensamento, apelando à emoção do *pathos*.

Ainda na linha 19, observa-se a exclusão do outro e a criação de um inimigo em comum.

De forma ativa, o sujeito 'PT' é responsabilizado por 'retirar' uma porcentagem da renda, que o narrador avalia como insuficiente. Este ato é descrito como uma construção de paranoia, denotando uma estratégia discursiva que distorce a realidade para provocar uma resposta emocional no público:

Não basta dizer apenas que existe uma potência alucinatória da própria realidade psíquica. Isso está na esfera do que os psicanalistas chamam de estruturas esquizoparanoides de construção da paranoia, e ela é um mundo em conflito total, no qual existe o inimigo absoluto contra alguém é inteiramente puro, perfeitamente bom. O outro é completamente mal, de modo que tudo justifica o ataque total ao inimigo. Até as raias do próprio delírio, porque esse inimigo, tudo que existe, coloca o paranoico em risco (Ab'Sáber, 2021, p. 55).

(05)

22 continuar tendo o serviço de saúde...educação e transporte do Brasil:...sendo assim...esses milhões de
23 brasileiros não vão mais usar cartão:: de crédito...PIX::...Débito ou transferê::ncia bancária para não cair
24 na mira do governo...que só tá pensando em arrecadar...sem te oferecer nada...prova disso é que o Lula
25 aumentou os gastos do cartão da presidência e colocou SI-GI-LO para os gastos dele com a Jan::ja...mas
26 quer tirar o sigilo bancário de você...cidadão comum e empreendedor...

Nas linhas 22 e 23 o autor sugere que há um desequilíbrio entre a transparência exigida dos cidadãos e a falta de clareza nos gastos governamentais. A partir da perspectiva da retórica de Fiorin (2015), observa-se uma falácia, *Reductio ad absurdum* pois o autor leva a ideia da fiscalização financeira a uma consequência extrema e absurda – a de que ninguém mais poderá usar cartões ou transferências para não cair na "mira do governo". Esse exagero busca gerar medo e indignação na audiência, desconsiderando outras possibilidades, como um controle equilibrado das transações financeiras, no entanto há controvérsias pois o texto poderia fortalecer sua argumentação se apresentasse dados concretos sobre a fiscalização financeira e seus impactos reais, evitando cair em falácias emocionais. A estrutura sintática é fragmentada, com frases curtas e sem conectivos formais, o que intensifica o tom de protesto. Além disso, há estratégias de persuasão, como a unificação “esses milhões de brasileiros” e o uso de termos informais “te oferecer nada”, o que aproxima o discurso do leitor.

Nas linhas 24 e 25 há um ataque direto à figura do presidente Lula e sua esposa Janja, sugerindo que o governo impõe restrições à população enquanto mantém sigilo sobre seus próprios gastos, o uso de exemplos específicos, como esse suposto sigilo nos gastos da presidência, visa gerar indignação e reforçar um sentimento de injustiça social, isto é, em vez de argumentar sobre a necessidade ou não da fiscalização bancária, o texto foca em

descredibilizar o governante, característica típicas *Argumentum ad hominem*, além de fazer uso do conceito hegemônico da fragmentação.

Na linha 26 o autor do texto sugere que há apenas duas opções: ou os brasileiros aceitam a vigilância financeira do governo, ou ficam sujeitos a injustiças sem benefícios, *argumentum ad ignorantiam* (Falso dilema), essa estrutura simplifica uma questão complexa, ignorando nuances como a necessidade de controle financeiro para evitar crimes econômicos.

(06)

20 GANha...é impossível sobreviver...porque se fosse para pagar imposto alto...igual na Suíça...mas ter o

21 serviço:: da Suíça de saúde...educação e transporte::...ok. mas o brasileiro paga imposto alto para
22 continuar tendo o serviço de saúde...educação e transporte do Brasil:

Na linha 20, o autor inicia com uma frase de impacto, afirmando que é impossível sobreviver neste país. Esta declaração serve como uma conclusão das premissas que serão apresentadas a seguir. Ao desenhar este argumento é utilizado a lógica natural definida como “o estudo das operações lógicas-discursivas que permitem construir e reconstruir uma esquematização” (Grize, 1990, p. 65 Observe-se a seguinte proposição *modus tollendo tolens*: se A então B; logo, se não B, então não A. Neste contexto, podemos definir A como ‘pagar imposto alto’ e B como ‘igual na Suíça’. O *pathos* aqui se alinha com o *topos* do *locus communis*, que reconhece a diferença entre a realidade do Brasil e da Suíça, sendo esta discrepância percebida de forma negativa pelo *pathos*. Desta forma, a justificativa para pagar pouco imposto parece mais aceitável.

As Análises não representam a totalidade do conteúdo transcrito, mas sim uma seleção estratégica dos segmentos que melhor evidenciam e ilustram os mecanismos discursivos (e.g., construção de *ethos*, *pathos* e o emprego de falácias lógicas) e as estratégias de construção ideológica (e.g., Unificação, Fragmentação, Reificação) que são centrais para o objetivo desta pesquisa. Optamos pela análise aprofundada de excertos pontuais em detrimento de uma abordagem superficial de todo o corpus, garantindo assim a rigorosidade e a profundidade teórico-metodológica exigida pela Análise Crítica do Discurso (ACD).

Em suma, a análise dos excertos demonstra que a construção discursiva do autor mobiliza um conjunto articulado de estratégias retóricas e ideológicas. O emprego de falácias lógicas, como a *Petitio principii* e o *Argumentum ad hominem*, juntamente com a reiteração das estratégias de Unificação e Fragmentação de Thompson (2011), são mecanismos centrais

para a criação de um inimigo em comum e para a adesão emocional do pathos. A partir desta seleção de segmentos, fica evidenciado como o discurso atua na formulação de uma versão da realidade que busca legitimar a manutenção de estruturas de poder simbólico, conforme postulado pela ACD. Deste modo, os excertos analisados são suficientes para ilustrar o processo de construção ideológica e persuasão no evento discursivo em estudo, permitindo avançar para as conclusões do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises empreendidas evidenciam a complexidade inerente às práticas discursivas em ambientes de mídia social, nos quais o enunciado é mobilizado com finalidade predominantemente persuasiva, orientando o destinatário a determinadas conclusões. Tal dinâmica remete à observação atribuída ao Mágico de Oz, no início desse artigo, segundo a qual a verdade se constitui como efeito da repetição; de modo análogo, as construções próprias do discurso de massa operam mediante a recorrência e a reiteração.

- Construção do *Ethos* e *Páthos*: Evidenciou-se a construção meticulosa do *ethos* do enunciador (imagem de si), que se posiciona como uma autoridade confiável e um porta-voz da comunidade. Esse *ethos* foi estrategicamente alinhado ao *páthos* do auditório, apelando às suas expectativas, valores e sensibilidades, em especial o bloco semântico dos "trabalhadores informais", buscando uma adesão emocional (*ad passiones*).
- Mecanismos Ideológicos e Falácias: O discurso operou por meio de estratégias ideológicas centrais, como:
 - Unificação: Forjando uma identidade coletiva de "trabalhadores" e "microempreendedores" afetados.
 - Fragmentação: Criando e atacando um "inimigo em comum" (o governo/PT), um processo que beira a construção paranoica ao atribuir uma maldade absoluta ao "outro".
 - Falácias Argumentativas: O uso recorrente de falácias desvia o foco do debate racional. Foram identificados o *Petitio principii* (raciocínio circular), o *Reductio ad absurdum* (exagero da consequência para o absurdo), e o *Argumentum ad hominem* (ataque à pessoa em vez do argumento), todos atuando para gerar medo e indignação.



- **Produção de Versões da Realidade:** O discurso não se limitou a refletir a realidade, mas atuou como um mecanismo ativo na formulação de versões da realidade. Ao utilizar o *locus communis* (premissas baseadas em conjecturas pessoais aceitas pela coletividade), o enunciador transformou situações contingentes em verdades universais, reforçando a ideia de que o mundo é construído por sistemas de fluxos dinâmicos e não é um dado estático.

A análise do evento discursivo reitera que as escolhas linguísticas não são apenas preferências individuais, mas sim reflexos de estruturas sociais mais amplas e relações de poder, atuando como mecanismos que produzem, reproduzem ou contestam desigualdades sociais. O discurso analisado, ao incitar a desobediência civil (retorno ao dinheiro vivo), cumpre seu objetivo de engajamento político, traduzindo a lógica da persuasão para uma ação concreta do auditório. Desta forma, os resultados alertam para a necessidade de um pensamento reflexivo diante das narrativas circulantes, especialmente aquelas que simplificam questões complexas e apelam a polarizações extremas, evidenciando que a convicção pode ser um inimigo mais perigoso da verdade do que a mentira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Tales. Ilusão, convicção e mentira: linguagem e psicopolítica da pós-verdade. In: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos (org.). **Discurso e (pós) verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2021. cap. 3, p. 41-58.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **Teoria da argumentação na língua**. Tradução de Maria Helena de Moura Neves. São Paulo: Contexto, 1988.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **O que é Pix?** Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/pix>. Acesso em: 20 nov. 2025.

CHU, Jonathan Murray. **Wicked**. Estados Unidos: Universal Pictures, 2025. Filme (151 min), son., color.

COLARES, Virgínia (Coord.). **Análise crítica do discurso jurídico**. Recife: Arraes Editores, 2022.

COLARES, Virgínia. Análise Crítica do Discurso Jurídico (ACDJ): O caso Genelva e a (im)procedência da mudança de nome. **ReVEL**, vol. 12,n.23, 2014.



- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2.ed. Brasília: UNB, 2019.
- FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 15.ed., 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2024.
- FONTANA, Mônica Zoppi. Retórica e argumentação. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; RODRIGUES, Suzy Lagazzi; VOGT, Carlos (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006. p. 177-210.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.
- FREIRE, Amanda Silva. Análise de discurso e fake news: uma proposta de sequência didática. In: JESUS, Simone Nascimento de; FERRAREZI JÚNIOR, Celso; AZEVEDO, Neila Patrícia da Silva Gomes de (Orgs.). **Aplicações da análise do discurso na educação básica: o que fazer, como explicar**. São Paulo: Pá de Palavra, 2024. p. 171-182.
- GRIZE, Jean-Blaise. **Logique et langage**. Gap: Ophrys, 1990.
- IRINEU, Lucineudo Machado; SANTOS, Silvana Ferreira dos (Orgs.). **Análise de discurso crítica: conceitos-chave**. Campinas: Pontes Editores, 2020.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MELO, Iran Ferreira de. História da análise do discurso crítica. In: BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2024. p. 19-35.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres**. Tradução de Paulo César de Souza. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- O PIX está unindo o povo**. Realização de Nikolas Ferreira. [S.l.]: Nikolas Ferreira, 2025. Vídeo (412 min.), son., color., legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uvctG5Lx5pw&t=90s>. Acesso em: 3 fev. 2025.
- PEDRO, Emília Ribeiro. **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997.
- PENNYCOOK, Gordon; RAND, David G. The implied truth effect: attaching warnings to a subset of fake news stories increases perceived accuracy of stories without warnings. **Psychological Science**, v. 32, n. 6, p. 823-832, 2021.
- PLANTIN, Christian. **A argumentação: história, teoria, perspectivas**. Tradução de Marcos



Marcionilo. 1. ed. 5. reimp. São Paulo: Parábola Editorial, 2023.

PRETI, Dino. (org.). **Análise de textos orais**. 4. ed. São Paulo: FFLCH, 1999.

QUINTILIANO, **Instituicion oratoire**. Texto estabelecido e traduzido por J. Cousin. Paris: Les Belles Letters, 1977, t. IV, livros VI e VIII.

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

Anexo – Transcrição do Vídeo [O pix está unindo o povo]

O PIX ESTÁ UNINDO O POVO

o governo quer saber como você ganha cinco mil e paga dez mil de cartão.....mas não quer saber como uma pessoa que ganha um salário MÍNIMO::::...faz para sobreviver pagando luz::...moradia::...educação::... compra do mês e gasto...esse é o questionamento::...tem sido feito nas redes sociais e faz todo sentido::...e eu te explico o porquê...o governo Lula vai monitorar seus gastos com cartão de crédito e PIX::...que movimentam acima de cinco mil reais para pessoas físicas e quinze mil pra empresas....isso todo mundo já sabe....e não::: o PIX não será taxado...mas é bom lembrar...que a comprinha:: da China não seria taxada..foi::... não ia ter sigilo...mas têvi::...você ia ser isento do imposto de renda...não vai mais...ia ter picanha...não têvi...

o PIX não será taXAdo::::...mas não duvido que possa ser....enfim...quem será mais afetado com essa medida será o trabalhador informal::::...feirANTes...o seu Juão que vende picolé como ambulante::... motorista de Uber...pedreiros...entregadores de iFood::todos aqueles que lutam diariamente...para ganhar vida honestamente vão sofrer...esses trabalhadores que já



vivem no aperto agora terão suas movimentações vigiadas:...como se fossem GRANDES sonegadores...se fizeram uma vaquinha:: para pagar o churrasco...vai ser complicado de explicar no imposto de renda....o amor tá custando caro demais:...pensa comigo:...microempreendedores:...representam setenta por cento das empresas do país...em dois mil e vinte e cinco:...por exemplo...o MEI poderá faturar oitenta e um mil reais por ano...ou seja...pouco mais de seis mil reais por mês....essa maioria de brasileiros...muitos não declaram imposto de renda...porque senão não conseguem pagar suas contas.

se é difícil sem declarar:...imagina o PT tirando VI-nte e sete ponto cinco por cento que você GANha...é impossível sobreviver...porque se fosse para pagar imposto alto...igual na Suíça...mas ter o serviço:: da Suíça de saúde...educação e transporte:...ok. mas o brasileiro paga imposto alto para continuar tendo o serviço de saúde...educação e transporte do Brasil:...sendo assim...esses milhões de brasileiros não vão mais usar cartão:: de crédito...PIX:...DÉbito ou transferê::ncia bancária para não cair na mira do governo...que só tá pensando em arrecadar...sem te oferecer nada...prova disso é que o Lula aumentou os gastos do cartão da presidência e colocou SI-GI-LO para os gastos dele com a Jan::ja...mas quer tirar o sigilo bancário de você...cidadão comum e empreendedor...

sigilo pra ele...vigilância pra você...prazer:...Lula...e qual o objetivo real dessas medidas? AR-RE-CA-DAR:: mais impos::tos. tirar dinheiro do seu bolso...mas não pense que isso vai pra saú::de...segurança ou educação:...isso eu nem preciso provar. basta uma pergunta....qual o serviço que o Estado oferece na sua cidade de qualiDA::de? virou comum pagar imposto e pagar também outra empresa pra fazer o mesmo serviço que o Estado não faz... o país não tava quebrado? agora:: todo mundo tem cinco mil na conta? vem cá...GÊnio...que eu vou te explicar. basta ter cinco mil MO-VI-MEN-TA-DOS::... na conta pra entrar na mira da receita....ou seja...o Uber que gastou com gasoli::na...manutenção:...fre::ios...suspensão:...limPEza e outros custos e movimentou cinco mil na conta...ele tem cinco mil livre no bolso? claro que não...o ambulante que movimenta acima de cinco mil no mês pra sustentar a família...agora tá na mira da rece::ita...o entregador do iFood que corre ho::ras pra fazer sua meta...também está...o governo diz que essas medidas são MODERNIZAÇÃO fiscal...conversa pra boi dormir.

ah:...e quem não deve...não te::me....ah...é:: mesmo? se estivessem preocupados mesmo com a transparência dos gastos públicos...por que não investigaram as empresas estatais que



estão dando prejuízo:: agora com o Lula? investigaram os gastos absurdos da Janja...da transparência para os gastos dos ministros do Lula...o que aconteceria se a gente abrisse::o sigilo bancário do Lula::...do PaCHEco...do Moraes:: e de algum ministro? por que o alvo da vigilância em formato de transparência é pro cidadão comum e não pra eles mesmos? o vilão do Brasil é quem ganha cinco mil reais ((leve risada)) e não dê cara pra poder sobreviver::... vocês querem mesmo que o brasileiro enGU::la isso? em bre::ve...os comércios estarão usando esta placa...e todo mundo vai voltar a usar dinheiro vivo::...afinal de contas...ninguém quer trabalhar um mês inteiro pra depois o governo vir::...e morder o seu salário.

mas e aí...amigos? o que vocês irão fazer? nós fizemos:: uma ação de controle de constitucionalidade junto ao PL Nacional::...pra derrubar:: essa decisão da Receita Federal no STF....SIM...ao STF...que a maioria tá lá...foi indicada pelo PT::...eu sei que é desanimador...mas é a única saída que a gente tem.... percebeu::? a consequência de um voto mal dado? por fim::...mas não menos imporTANte...a oposição está COLETANDO assinaturas pra um projeto de lei pra impedir que esse tipo de quebra de sigilo:: mascarado de transparência seja realizado...e em breve...vamos divulgar quem está a favor do governo tirar mais dinheiro do seu:: e nisso...eu preciso de você pra cobrar...não importa se você é de direita...esquerda...centro...gosta de mim ou não...é hora de entender que se a gente não parar o Lula...o Lula vai parar o Brasil.

(Transcrição baseada em Preti 1999, p.11-12, **grifos dos autores**)



À SOMBRA DO DARWINISMO SOCIAL: REPRESENTAÇÕES RACIAIS EM *O CORTIÇO* (1890), DE ALUÍSIO AZEVEDO¹⁰

IN THE SHADOW OF SOCIAL DARWINISM: RACIAL REPRESENTATIONS IN “O CORTIÇO” (1890) BY ALUÍSIO AZEVEDO

MARLZONNI MARRELLI MATOS MAURICIO

<https://orcid.org/0000-0003-3036-5302>

Doutor em História pela UFMA

marlzonni@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa o romance *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, com foco nas representações dos personagens João Romão, Bertoleza, Jerônimo e Rita Baiana, pondo em debate a maneira como esses personagens são representados (social e) racialmente, bem como as ideias que incidem sobre eles. Do ponto de vista teórico e metodológico, empregam-se, neste artigo, os conceitos de representação, prática e apropriação para examinar o deslocamento ideológico da sociedade brasileira no pós-abolição, marcado pela ascensão do pensamento eugenista e pela consolidação da tese do branqueamento, em associação ao darwinismo social. Propõe-se, assim, um estudo crítico do romance enquanto espaço de construção de sentidos racialmente motivados.

PALAVRAS-CHAVE: Aluísio Azevedo; Representação; Darwinismo social; Literatura brasileira.

ABSTRACT

This article analyzes the novel *O cortiço* (1890) by Aluísio Azevedo, focusing on the representations of the characters João Romão, Bertoleza, Jerônimo, and Rita Baiana, and addressing the ways in which these characters are (socially and) racially represented, as well as the ideas that bear upon them. From a theoretical and methodological perspective, this article employs the concepts of representation, practice, and appropriation to examine the ideological shift in Brazilian society in the post-abolition period, marked by the rise of eugenic thought and the consolidation of the Whitening Thesis, in association with Social Darwinism. The article thus proposes a critical study of the novel as a space for the construction of racially motivated meanings.

KEYWORDS: Aluísio Azevedo; Representation; Social Darwinism; Brazilian literature.

INTRODUÇÃO

Acerca do interesse pela literatura, como fonte e objeto de pesquisa, esclarece-se que

¹⁰ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



ela constitui uma forma de registro textual historicamente situado e motivado, no qual podem ser percebidas as ideias e os processos sociais do contexto que originou sua existência, permitindo re(a)presentar o que, à época, poderia ser considerado real.

Importa também elucidar que, na literatura, busca-se analisar as ideias e os processos sociais por meio das representações do mundo social que nela se inscrevem, considerando o fato de que ela, por si só, é uma representação. Nesse sentido, a literatura é entendida como um produto cultural de determinado contexto, uma parte expressiva e constitutiva do real histórico vivido.

Ainda, a literatura é entendida como um produto cultural para além de um texto esteticamente situado (e valorizado ou canonizado), que resulta, antes, da interação entre práticas sociais e de leitura com o momento de sua produção (e recepção); portanto, como uma construção histórica (oriunda do campo da arte).

Para analisar o romance *O cortiço*, empregam-se três conceitos desenvolvidos por Roger Chartier: representação, apropriação e prática. A escolha se fundamenta em sua teoria como um todo, porquanto possibilita adentrar o campo das lutas simbólicas e compreender os mecanismos pelos quais os grupos (ou os indivíduos) tentam impor sua visão de mundo, seus valores e, sobretudo, seu domínio (Chartier, 1990).

O que há para ler na literatura é a representação que ela comporta, e o que nela se procura é a representação do mundo, que assume a forma narrativa, como representação do real, comportando, assim, a atribuição de um sentido (Pesavento, 2000). Em vista disso, neste artigo, inicialmente, analisa-se como Aluísio Azevedo representa os personagens João Romão e Bertoleza e, depois, Jerônimo e Rita Baiana, debatendo a maneira como esses personagens são representados (social e) racialmente, assim como as ideias que incidem sobre eles.

Representações de João Romão e Bertoleza

Cabe logo notar que, embora publicado em 1890, o enredo de *O cortiço* se ambienta no período imperial, pouco antes da abolição da escravatura. Isso é evidente porque o relacionamento entre João Romão e Bertoleza se desenvolve e termina fadidamente em consequência do direito de propriedade sobre os escravizados, vigente nesse contexto.

No romance, Aluísio Azevedo representa os personagens de maneira crua e sem idealizações românticas. A narrativa se desenvolve em um cortiço pobre, localizado no bairro



do Botafogo, no Rio de Janeiro, que funciona como uma alegoria do Brasil, onde o meio e a raça influenciam o comportamento dos personagens e, muitas vezes, determinam seus desventurados destinos.

O português João Romão protagoniza *O cortiço* e é caracterizado por sua cobiça desmedida e pelo sonho delirante de enriquecer no Brasil. Esse traço pode ser constatado logo na passagem que enceta o romance:

João Romão foi, dos treze aos vinte e cinco anos, empregado de um vendeiro que enriqueceu entre as quatro paredes de uma suja e obscura taverna nos refolhos do bairro de Botafogo; e tanto economizou do pouco que ganhara nessa dúzia de anos, que, ao retirar-se o patrão para a terra, lhe deixou, em pagamento de ordenados vencidos, nem só a venda com o que estava dentro, como ainda um conto e quinhentos em dinheiro. Proprietário e estabelecido por sua conta, o rapaz atirou-se à labutação ainda com mais ardor, possuindo-se de tal delírio de enriquecer, que afrontava resignado as mais duras privações. Dormia sobre o balcão da própria venda, em cima de uma esteira, fazendo travesseiro de um saco de estopa cheio de palha (Azevedo, 1890, p. 7-8).

Para concretizar seu sonho delirante, João Romão se priva de tudo o que pode para economizar e acumular capital. Todavia, além de se privar, explora todos à sua volta, sobretudo Bertoleza, que, como será observado adiante, se dedica inteiramente aos cuidados de seu amado.

Sem domingos nem dias santos, o protagonista busca se assenhorar do alheio. Frequentemente, deixa de pagar o que deve, mas nunca deixa de cobrar o que lhe é devido. Além disso, rouba sua pobre freguesia, enganando-a nos pesos e medidas, e compra produtos furtados por escravizados de seus senhores, tudo sem o menor peso na consciência. Observa-se, aliás, a forma nada honesta com que empreende seu cortiço:

João Romão não saía nunca a passeio, nem ia à missa aos domingos; tudo que rendia a sua venda e mais a quitanda seguia direitinho para a caixa econômica e daí então para o banco. Tanto assim que, [...] indo em hasta pública algumas braças de terra situadas ao fundo da taverna, arrematou-as logo e tratou, sem perda de tempo, de construir três casinhas de porta e janela. Que milagres de esperteza e de economia não realizou ele nessa construção! Servia de pedreiro, amassava e carregava barro, quebrava pedra; pedra, que o velhaco, fora de horas, junto com a amiga, furtavam à pedreira do fundo, da mesma forma que subtraíam o material das casas em obra que havia por ali perto. Estes furtos eram feitos com todas as cautelas e sempre coroados do melhor sucesso [...]. João Romão observava durante o dia quais as obras em que ficava material para o dia seguinte, e à noite lá estava ele rente, mais a Bertoleza, a removerem tábuas, tijolos, telhas, sacos de cal, para o meio da rua, com tamanha



habilidade que se não ouvia vislumbre de rumor (Azevedo, 1890, p. 12).

Por certo, João Romão representa tanto a cobiça dos primeiros colonizadores quanto a dos estrangeiros que chegam ao Brasil em busca de riqueza, especialmente com a chegada em massa de imigrantes europeus no Sudeste. Aluísio Azevedo foi um dos primeiros (e talvez um dos poucos) a abordar o enriquecimento pessoal por meio da exploração abusiva da força de trabalho (e de outros meios desonestos). O enredo de *O cortiço* acompanha a ascensão do protagonista, constituindo justamente o cerne do romance, e alegoriza a forma como os estrangeiros, no Brasil, exploram os nacionais para enriquecer rapidamente (Candido, 1993).

No entanto, Aluísio Azevedo situa o antagonismo entre estrangeiros e nacionais no campo das disputas raciais, como uma espécie de luta de raças, sem propor qualquer crítica à desigualdade social que incide sobre o cotidiano da maioria dos nacionais. Para ele, o estrangeiro, representado pelo português, corresponde a uma raça superior que luta para resistir ao meio tropicalizado do Brasil, na medida em que o nacional, composto, em sua maioria, por negros e mestiços, representa uma raça inferior, perfeitamente adaptada ao ambiente brasileiro, mas irreversivelmente vencida. Em *O cortiço*, o mestiço aparece como um tipo pândego, que pouco ou nada economiza do que ganha, restando-lhe apenas permanecer sob o domínio do estrangeiro, que, resistindo, vence, domina e explora o meio brasileiro.

Aqui, interessa mencionar uma diferença considerável entre a primeira edição de *O mulato* (1881) e *O cortiço*, pois, no primeiro, o meio se limita ao âmbito social, enquanto no segundo o meio compreende, ademais, o ambiente natural, propriamente o clima tropical do Brasil, que interfere diretamente no social e, por conseguinte, na vida intelectual e passional dos indivíduos neles contidos.¹¹ Essa diferença em *O cortiço* decorre, por certo, do fato de o romance estar bem mais alinhado à concepção de meios apresentada por Émile Zola, em *Le roman expérimental* (1881). Nele, Zola defende que o homem vive em sociedade, em um meio social e que esse meio atua incessantemente sobre os fenômenos humanos, mas defende ainda que o meio natural atua igualmente sobre tais fenômenos. Azevedo, entretanto, pensando tal concepção em conformidade com a noção de natureza embutida nas teorias raciais em voga,

¹¹ Na primeira edição de *O mulato*, publicada em 1881, incorporam-se elementos do Positivismo comtiano para construir um discurso que permite uma crítica à escravidão e uma defesa da educação positiva como meio de contornar o preconceito racial e, de certo modo, de integrar os nacionais de ascendência africana à sociedade brasileira (cf. Azevedo, 1881).

acaba sobrepondo o natural ao social.

Considerado isso, o olhar de Aluísio Azevedo sobre os estrangeiros e sua relação com o Brasil e os nacionais se revela ambíguo. Ao mesmo tempo em que manifesta certo ressentimento pela presença do europeu, que historicamente explora o povo brasileiro, reconhece-se sua importância, sobretudo como uma alternativa ao próprio brasileiro, que, segundo essa perspectiva, pouco ou nada faz de proveitoso para o país. Essa ambiguidade era comum entre os grupos intelectuais da época, pois, para eles, mesmo após quase cem anos de independência, a sociedade brasileira permanecia distante do modelo ideal emanado da Europa. Ademais, prevaleciam teorias que presumiam a inferioridade e a incapacidade da grande maioria dos brasileiros, devido à sua ascendência africana. Por conseguinte, o estrangeiro, fosse ele português ou de qualquer outra nacionalidade europeia, ainda que se apropriasse das riquezas do Brasil e explorasse os nacionais, era encarado como um mal necessário (Santos, 2005).¹²

João Romão representa, entre tantas coisas, a raça superior que vence o meio tropicalizado do Brasil, resistindo aos encantos e às taras dos nacionais mestiços. Para o protagonista, os brasileiros servem apenas como animais de ganho, uma força de trabalho a ser explorada por meio da taverna e do aluguel do cortiço, e nada além disso. Esse comportamento pode ser observado na passagem em que um grande incêndio consome quase todo o cortiço, e João Romão, curioso, persegue o velho Libório:

João Romão apareceu, e ele, assim que o viu, redobrou de aflição e torceu-se todo sobre as garrafas, defendendo-as com o corpo inteiro, a olhar aterrado e de esguelha para o seu interventor, como se dera cara a cara com um bandido. E, a cada passo que o vendeiro adiantava, o tremor e o sobressalto do velho recresciam, tirando-lhe da garganta grunhidos roucos de animal batido e assustado. Duas vezes tentou erguer-se; duas vezes rolou por terra moribundo. João Romão objurgou-lhe que qualquer demora ali seria morte certa: o incêndio avançava. Quis ajudá-lo a carregar o fardo, Libório, por única resposta, arregaçou os beijos, mostrando as gengivas sem dentes e tentando morder a mão que o vendeiro estendia já sobre as garrafas.

Mas, lá de cima, a ponta de uma língua de fogo varou o teto e iluminou de vermelho a miserável pocilga. Libório tentou ainda um esforço supremo, e nada pode, começando a tremer da cabeça aos pés, a tremer, a tremer, grudando-se cada vez mais à sua trouxa, e já estrebuchava, quando o vendeiro lhe a arrancou das garras com violência. Também era tempo, porque, depois de insinuar a língua, o fogo mostrou a boca e escancarou afinal a goela devoradora.

¹² Antonio Candido subentende que tal ressentimento resultava do fato de a força de trabalho dos nacionais de ascendência africana ser explorada em favor da riqueza dos europeus, especialmente dos portugueses, e não de um restrito grupo de nacionais intelectualizados (cf. Candido, 1993).



O tratante fugiu de carreira, abraçado à sua presa, enquanto o velho, sem conseguir pôr-se de pé, rastreava na pista dele, dificultosamente, estrangulado de desespero senil, já sem fala, rosnando uns vagidos de morte, os olhos turvos, todo ele roxo, os dedos enfiados como as unhas de um abutre ferido.

João Romão atravessou o pátio de carreira e meteu-se na sua toca para esconder o furto. Ao primeiro exame, de relance, reconheceu logo que era dinheiro em papel o que havia nas garrafas. Enterrou a trouxa na prateleira de um armário velho cheio de frascos e voltou lá fora para acompanhar o serviço dos bombeiros (Azevedo, 1890, p. 282-283).

Apesar da breve tentativa de salvar a vida de Libório, João Romão sequer lamenta a infortunada sorte de seu inquilino, chegando a esbravejar ao descobrir que uma boa quantia do dinheiro furtado estava fora de uso. Contudo, Libório interessa não apenas enquanto exemplo do comportamento do protagonista, mas também para destacar uma imagem (ou melhor dizendo, uma ideia antissemita e, portanto, racista) comum no século XIX: a representação dos judeus como indivíduos miseravelmente avaros. Observa-se, na passagem em que o narrador descreve os moradores do cortiço como pessoas mal remuneradas, que mal podiam matar a fome com o que ganhavam, que o personagem Libório se situa entre eles:

O velho Libório, que jamais ninguém sabia ao certo onde almoçava ou jantava, surgiu do seu buraco, que nem jabuti quando vê chuva.

[...] Ocupava o pior canto do cortiço e andava sempre a fariscar os sobejos alheios, filando aqui, filando ali, pedindo a um e a outro, como um mendigo, chorando misérias eternamente, apanhando pontas de cigarro para fumar no cachimbo, cachimbo que o somítico roubara de um pobre cego decrépito. Na estalagem diziam, todavia, que Libório tinha dinheiro aferrolhado, contra o que ele protestava ressentido, jurando a sua extrema penúria. E era tão feroz o demônio naquela fome de cão sem dono, que as mães recomendavam às suas crianças todo o cuidado [...], porque o diabo do velho, quando via algum pequeno desacompanhado, punha-se logo a rondá-lo, a cercá-lo de festas e a fazer-lhe ratices para o engabelar, até conseguir furtar-lhe [...] o vintenzinho que o pobrezinho trazia fechado na mão (Azevedo, 1890, p. 100).

Como ideologia, cabe notar que o racismo moderno surge no contexto do Imperialismo e da luta de classes, com a emergência do socialismo. As teses acerca das diferenças e desigualdades humanas passaram a abranger não apenas as chamadas raças inferiores, mas também as classes e os gêneros marginalizados. Para as teorias raciais da época, apenas os homens das classes dominantes, como a burguesia e a aristocracia, eram verdadeiramente superiores. Assim sendo, judeus, pobres, mulheres e outras minorias eram igualmente vistos como inferiores e, portanto, passíveis de serem subjugados ou até mesmo eliminados, como se observa no processo neocolonial do continente africano a partir do século XIX ou,



posteriormente, no Holocausto na Alemanha nazista, em meados do século XX (Seyferth, 1995).

A ideologia compreende um conjunto de representações aparentemente coerentes que regem, ou tendem a reger, o comportamento das pessoas diante do mundo social (Arendt, 2012 *apud* Mauricio, 2023). Além disso, ela se apropria de determinadas representações com um objetivo social e politicamente motivado, buscando, assim, produzir certos resultados. No século XIX, o racismo no Brasil, enquanto ideologia, tinha como propósito legitimar as desigualdades e reiterar as hierarquias sociais legadas pela escravatura.

Posto isso, observa-se a seguir como Bertoleza é representada e como se desenvolve seu relacionamento com João Romão. O narrador a descreve como uma mulher cafuza, escravizada, com aproximadamente trinta e poucos anos, que trabalha arduamente em sua quitanda, a mais movimentada do bairro, para pagar de jornal a seu dono e ainda guardar o pouco que lhe sobra para sua alforria.

Ademais, Bertoleza foi amigada, por certo tempo, com um português que, para sua infelicidade, morreu *estrompado* como uma besta, após puxar em sua carroça uma carga muito maior do que suas forças permitiam. Depois disso, seu destino se entrelaçou de forma trágica ao do protagonista, pois:

João Romão mostrou grande interesse por esta desgraça, fez-se até participante direto dos sofrimentos da vizinha, e com tamanho empenho a lamentou, que a boa mulher o escolheu para confidente das suas desventuras. Abriu-se com ele, contou-lhe a sua vida de amofinações e dificuldades. Seu senhor comia-lhe a pele do corpo! Não era brinquedo para uma pobre mulher ter de escarrar para ali, todos os meses, vinte mil réis em dinheiro! E segredou-lhe então o que já tinha junto para a sua liberdade e acabou pedindo ao vendeiro que lhe guardasse as economias, porque já de certa vez fora roubada por gatunos que lhe entraram na quitanda pelos fundos. Daí em diante, [...] tornou-se o caixa, o procurador e o conselheiro da crioula. No fim de pouco tempo era ele quem tomava conta de tudo que ela produzia, e era também quem punha e dispunha dos seus pecúlios, e quem se encarregava de remeter ao senhor os vinte mil réis mensais. Abriu-lhe logo uma conta corrente, e a quitandeira, quando precisava de dinheiro para qualquer coisa, dava um pulo até à venda e recebia-o das mãos do vendeiro, de « Seu João » como ela dizia. Seu João debitava metodicamente essas pequenas quantias num caderninho, em cuja capa de papel pardo lia-se, mal escrito e em letras cortadas de jornal: Ativo e passivo de Bertoleza (Azevedo, 1890, p. 8-9).

João Romão, aos poucos, aproxima-se de Bertoleza, conquistando sua confiança de forma cega, embora ela fosse para ele apenas um meio de acumular capital mais rapidamente e



concretizar seu sonho delirante de enriquecer no Brasil. Entretanto, Bertoleza jamais suspeitou de seus verdadeiros interesses, entregando-lhe toda a sua economia para que ele a administrasse e investisse em benefício do futuro de ambos. A confiança depositada na idoneidade do protagonista era tão grande que:

Por último, se alguém precisava tratar com ela qualquer negócio, nem mais se dava ao trabalho de procurá-la, ia logo direto a João Romão. Quando deram fé estavam amigos.

Ele propôs-lhe morarem juntos, e ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda a cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua (Azevedo, 1890, p. 8-9).

Essa passagem permite destacar algo extremamente interessante no pensamento de Aluísio Azevedo: sua maneira de ver e de pensar o mundo mudou substancialmente. Se, antes, em *O mulato* (cf. Azevedo, 1881), sua principal referência era o Positivismo de Augusto Comte, em *O cortiço* passa a predominar o darwinismo social de Herbert Spencer, especialmente em sua versão brasileira, que deu origem à tese do branqueamento.

O darwinismo social de Herbert Spencer buscava aplicar a teoria de Charles Darwin às sociedades humanas. Para a doutrina spenciana, os seres humanos eram, por natureza, desiguais e, portanto, dotados de diferentes capacidades, algumas consideradas superiores e outras, inferiores. A vida em sociedade era vista como uma luta natural pela sobrevivência, na qual os mais aptos tendiam a prosperar, acumular riquezas e ocupar posições de poder. A doutrina spenciana era, por certo, uma apologia ao *laissez-faire* econômico e social, bem como uma defesa do modelo capitalista de sociedade (Bolsanello, 1996).

Ademais, para essa doutrina, o Estado retardava esse processo ao adotar medidas sociais de assistência, porque, segundo essa lógica, os menos aptos deveriam perecer mais rapidamente e deixar menos descendentes, tornando-se, por conseguinte, a principal referência para diversas teorias eugenistas. No Brasil, os grupos intelectuais acolheram o darwinismo social com certo entusiasmo; todavia, os preceitos deterministas dessa doutrina se confrontavam com a realidade brasileira, historicamente mestiça. Diante disso, surgia um impasse: condenar o mestiço e aceitar o negro como elemento degenerativo ou adaptar o darwinismo social à realidade do Brasil (Bolsanello, 1996; Mauricio, 2023).

Como a realidade brasileira destoava dos preceitos deterministas da doutrina spenciana,



restou aceitar a ideia da diferença ontológica entre as raças, mas sem condenar a mestiçagem, ao menos enquanto processo de branqueamento. Caso contrário, seria condenar o Brasil ao fracasso diante das sociedades europeias (Mauricio, 2023).¹³

A ideia de que Bertoleza busca, por instinto, um homem de raça superior decorre da tese do branqueamento, uma teoria racial desenvolvida no Brasil. Essa tese era uma releitura do darwinismo social e reiterava a superioridade da raça branca por meio de eufemismos como raças mais adiantadas e raças menos adiantadas. Além disso, preconizava dois pontos principais: 1. A raça negra diminuía progressivamente em relação à raça branca devido a fatores como uma suposta baixa taxa de natalidade, maior incidência de doenças e uma desordem social inerente aos negros; 2. A mestiçagem levava naturalmente ao embranquecimento da sociedade, tanto porque o gene branco era considerado mais forte quanto porque, segundo essa lógica, as pessoas buscavam, por regra, parceiros brancos ou mais claros do que elas (Skidmore, 2012).

Na busca instintiva por um homem de raça superior, Bertoleza manifesta um comportamento autodepreciativo, especialmente ao perceber que João Romão, após enriquecer com a sua ajuda, mal a procurava como mulher. A passagem a seguir evidencia esse comportamento:

Escondia-se de todos, mesmo da gentalha do frege e da estalagem, envergonhada de si própria, amaldiçoando-se por ser quem era, triste de sentir-se a mancha negra, a indecorosa nódoa daquela prosperidade brilhante e clara.
E, no entanto, adorava o amigo; tinha por ele o fanatismo irracional das caboclas do Amazonas pelo branco a que se escravizam, dessas que morrem de ciúmes, mas que também são capazes de matar-se para poupar ao seu ídolo a vergonha do seu amor. O que custava aquele homem consentir que ela, uma vez por outra, se chegasse para junto dele? Todo o dono, nos momentos de bom humor, afaga o seu cão[...]. O destino de Bertoleza fazia-se cada vez mais estreito e mais sombrio; pouco a pouco deixara totalmente de ser a amante do vendeiro, para ficar sendo só [...] sua escrava (Azevedo, 1890, p. 294).

Representações como essa eram comuns tanto na literatura quanto na sociedade. A ideia de que pessoas de ascendência africana buscavam necessariamente parceiros brancos ou mais claros tinha a intenção de consolidar, no imaginário social, a superioridade europeia como ideal

¹³ Muitos projetos de cunho nacional estavam impregnados de racismo e, em uma sociedade como a brasileira, marcada pela predominância de um povo mestiço de ascendência africana, a questão racial se tornava um tema oportuno. Diante disso, embora a realidade nacional impossibilitasse a plena aplicação dos preceitos deterministas da doutrina spenciana, fazia sentido utilizá-los ao menos como ferramenta político-ideológica (cf. Schwarcz, 1993).



de raça e cultura a ser alcançado, além de justificar a dominação sobre os corpos considerados inferiores e, portanto, indesejáveis.¹⁴

Os grupos intelectuais brasileiros, incluindo os literatos, mostravam-se resolutos quanto à ideia de que o africano era o agente do atraso da sociedade brasileira. Para eles, a maioria da população, composta por mestiços e negros, encontrava-se inapta a promover qualquer tipo de desenvolvimento no Brasil, pois era considerada ociosa, viciosa e pouco inteligente, tanto devido ao meio tropicalizado quanto, mormente, à mistura com a raça inferior, imposta pela escravidão. Como nada se podia fazer quanto ao meio tropicalizado, restava contornar o problema racial, impondo a toda a população de ascendência africana a ideia de branqueamento (Bolsanello, 1996).¹⁵

Para encerrar este momento, informa-se que o relacionamento entre João Romão e Bertoleza se apresenta como uma forma de crítica abolicionista tardia, embora possa parecer, à primeira vista, um tanto contraditório.

Bertoleza, em seu infeliz estado de animal de trabalho, ao perceber que João Romão já a desprezava como mulher, esperava apenas a certeza de amparo na velhice, quando já não tivesse forças para continuar a ganhar a vida. Todavia, seu companheiro de longa data, a quem ajudou a enriquecer, já tinha outros planos para ela, pois a *maldita da preta* era, para ele, o seu maior defeito, o elo que o prendia a um passado indigno. Assim sendo, entre matá-la ou devolvê-la aos familiares de seu antigo dono, João Romão optou pela segunda alternativa, encerrando tragicamente a vida sofrida da personagem e concluindo o enredo do romance naturalista brasileiro mais bem-acabado:

Reconheceu logo o filho mais velho do seu primitivo senhor, e um calafrio percorreu-lhe o corpo. Num relance de grande perigo compreendeu a situação; adivinhou tudo com a lucidez de quem se vê perdido para sempre: adivinhou que tinha sido enganada; que a sua carta de alforria era uma mentira, e que o seu amante, não tendo coragem para matá-la, restituía-a ao cativo [...]. A negra, imóvel, cercada de escamas e tripas de peixe, com uma das mãos espalmada no chão e com a outra segurando a faca de cozinha, olhou aterrada para eles, sem pestanejar. Os policiais, vendo que ela se não despachava, desembainharam os sabres. Bertoleza então, erguendo-se com ímpeto de anta bravia, recuou de um salto e, antes que alguém conseguisse alcançá-la, já de um só golpe certo e fundo rasgou o ventre de lado a lado. E depois emborcou para a frente, rugindo e esfocinhando moribunda numa lameira de sangue. João Romão

¹⁴ Todo povo colonizado nasce sob um complexo de inferioridade, resultado do apagamento de sua originalidade cultural, sendo compelido a assumir um papel conformado aos valores e padrões do colonizador (cf. Fanon, 2008).

¹⁵ No Brasil, os grupos intelectuais buscavam na raça as causas reais dos problemas sociais, como a desigualdade, a criminalidade e a violência, raramente questionando a ordem social imposta.



fugira até ao canto mais escuro do armazém, tapando o rosto com as mãos. Nesse momento parava à porta da rua uma carruagem. Era uma comissão de abolicionistas que vinham, de casaca, trazer-lhe respeitosamente o diploma de sócio benemérito. Ele mandou que os conduzissem para a sala de visitas (Azevedo, 1890, p. 353-354).

Bertoleza, assim como muitos escravizados na realidade, preferiu o suicídio a ser devolvida ao cativo. Todavia, o aspecto mais relevante, para além dos limites tênues entre a literatura e a realidade, reside no simbolismo do ato de a personagem rasgar seu ventre de lado a lado, configurando uma alegoria da Lei do Ventre Livre (ou Lei Rio Branco) de 28 de setembro de 1871, uma vez que muitos senhores costumavam fraudar essa lei em detrimento do direito de liberdade dos nascidos livres.

Aluísio Azevedo conclui *O cortiço* de maneira irônica, surpreendendo o leitor em uma primeira leitura do romance. Contudo, a relevância da obra vai além disso, ultrapassando a denúncia da exploração da população de ascendência africana pelo estrangeiro, historicamente o português, ou mesmo a crítica tardia às crueldades da escravatura. *O cortiço* se apresenta como importante instrumento para compreender como muitas Bertolezas foram concebidas e representadas na literatura.

Representações de Jerônimo e Rita Baiana

Em contrapartida ao protagonista, que supera o meio tropicalizado do Brasil, apresenta-se no romance o português Jerônimo, que, embora considerado racialmente superior, sucumbe social e moralmente aos encantos e às taras dos nacionais mestiços.

O narrador descreve Jerônimo como um homem trabalhador e disciplinado, que veio para o Brasil como colono de um fazendeiro, para quem trabalhou por dois anos. No entanto, desenvolveu aversão à lavoura brasileira, pois se viu submetido às mesmas condições degradantes dos negros escravizados, vivendo sem futuro e sem perspectiva, sendo encurralado como uma besta.

Após abandonar a fazenda, Jerônimo se mudou para o Rio de Janeiro e logo conseguiu emprego em uma pedreira, aprendendo um novo ofício. Graças à sua tenacidade, conforme prontamente descreve o narrador:

[...] Dentro de dois anos, distinguia-se tanto entre os companheiros, que o patrão o converteu numa espécie de contramestre e elevou-lhe o ordenado a setenta mil réis.



Mas não foram só o seu zelo e a sua habilidade o que o pôs assim para a frente: duas outras coisas contribuíram muito para isso: a força de touro que o tornava respeitado e temido por todo o pessoal dos trabalhadores, como ainda, e talvez principalmente, a grande seriedade do seu caráter e a pureza austera dos seus costumes. Era homem de uma honestidade a toda a prova e de uma primitiva simplicidade no seu modo de viver. Saía de casa para o serviço e do serviço para a casa [...] (Azevedo, 1890, p. 75-76).

Não obstante, observa-se também como o narrador representa Piedade, esposa de Jerônimo, que, assim como ele, é imigrante:

Piedade merecia bem o seu homem, muito diligente, sadia, honesta, forte, bem acomodada com tudo e com todos, trabalhando de sol a sol e dando sempre tão boas contas da obrigação, que os seus fregueses de roupa, apesar daquela mudança para Botafogo, não a deixaram quase todos (Azevedo, 1890, p. 76).

Certamente, Jerônimo e Piedade representam o trabalhador europeu acostumado à racionalidade capitalista do trabalho, sendo ambos a força de trabalho que o capitalismo já havia produzido, conforme idealizavam os imigrantistas no Brasil. Isso permite pensar e corroborar a ideia de que as representações somente existem na medida em que constroem o mundo social, orientando, de maneira objetiva e contraditória, as práticas (Chartier, 1990).

Se, em *O mulato* (cf. Azevedo, 1881), sob a ingerência do Positivismo de Augusto Comte, observa-se uma defesa da integração das pessoas de ascendência africana por meio da educação positiva, além da valorização do mestiço, em *O cortiço*, alguns anos depois, sob a ingerência do darwinismo social de Herbert Spencer, nota-se um enaltecimento do europeu, que luta para vencer o meio tropicalizado do Brasil. Cabe destacar, ainda, que o mestiço, antes representado como um tipo imperativo para o progresso brasileiro, passa agora a ser visto como um tipo racial degenerativo, devido à sua ascendência africana.

A disciplina de Jerônimo no trabalho se desfaz aos poucos diante do meio tropicalizado do Brasil e, sobretudo, da influência de Rita Baiana. Seu comportamento e seus costumes se transformam substancialmente, porquanto ele troca o vinho pela aguardente de cana, o bacalhau com batatas pela feijoada com carne seca, adquire o gosto pelo fumo com os amigos e começa a faltar ao trabalho em razão das noitadas de samba. Essa mudança pode ser interpretada como um processo degenerativo:

Jerônimo tomava agora, todas as manhãs, uma xícara de café bem grosso, à moda da

Ritinha, e tragava dois dedos de parati pra cortar a friagem.

Uma transformação, lenta e profunda, operava-se nele, dia a dia, hora a hora, reviscerando-lhe o corpo e alando-lhe os sentidos, num trabalho misterioso e surdo de crisálida. A sua energia afrouxava lentamente: fazia-se contemplativo e amoroso. A vida americana e a natureza do Brasil patenteavam-lhe agora aspectos imprevistos e sedutores que o comoviam; esquecia-se dos seus primitivos sonhos de ambição, para idealizar felicidades novas, picantes e violentas; tornava-se liberal, imprevidente e franco, mais amigo de gastar que de guardar; adquiria desejos, tomava gosto aos prazeres, e volvia-se preguiçoso, resignando-se, vencido, às imposições do sol e do calor, muralha de fogo com que o espírito eternamente revoltado do último tamoio entrincheirou a pátria contra os conquistadores aventureiros.

[...] Assim, pouco a pouco, se foram reformando todos os seus hábitos singelos de aldeão português; e Jerônimo abrasileirou-se [...].

E o curioso é que, quanto mais ia ele caindo nos usos e costumes brasileiros, tanto mais os seus sentidos se apuravam, posto que em detrimento das suas forças físicas (Azevedo, 1890, p. 133-134).

Primeiramente, a ideia de que a ociosidade é consequência do sol e do calor pode ser entendida como uma reminiscência do determinismo iluminista no Positivismo, que preconizava a preponderância do meio natural sobre as pessoas. A partir disso, observa-se o darwinismo social, que reafirmava a existência de tipos puros e irredutíveis, associando a mestiçagem (e até mesmo a mera coexistência entre as raças) à degeneração racial, tomando-a como sinônimo de degeneração social e moral.

O darwinismo social, marcado também pelo determinismo, defendia três teses: 1. a existência da realidade das raças e a ideia de que entre elas havia a mesma distância que entre um asno e um cavalo, condenando-se, assim, o cruzamento racial; 2. a continuidade da biologia no social, o que implicava uma hierarquia natural entre as culturas; 3. a preponderância do grupo racio-cultural sobre o comportamento dos indivíduos em sociedade, operando como uma forma de psicologia coletiva.

Diante da terceira tese, pode-se inferir que a transformação vivida por Jerônimo resulta da influência do meio tropical e, mormente, racio-cultural do Brasil, que o levou a adotar um comportamento tipicamente brasileiro.

O leitor pode questionar por que João Romão resistiu ao meio tropicalizado e racio-cultural do Brasil, enquanto Jerônimo sucumbiu completamente, sendo ambos portugueses. A diferença fundamental entre os dois é que o protagonista, ao contrário de Jerônimo, é movido por um sonho delirante de enriquecer, privando-se de tudo e explorando todos ao seu redor para acumular capital. Além disso, João Romão rejeita os encantos das mulatas brasileiras, preferindo a cafuza (negra) Bertoleza, descrita como *meio bicho e meio gente*, que, para ele,



não passa de um corpo abjeto, servindo-lhe tanto como besta de carga quanto como amante, sem, no entanto, despertar qualquer desejo (Candido, 1993). O próprio narrador busca legitimar a repulsa do protagonista por Bertoleza, recorrendo a adjetivos depreciativos para descrevê-la, como feia, suja e imunda.

Cabe observar que, da colônia ao século XIX, as mulheres de ascendência africana, sobretudo as consideradas negras, eram submetidas a diversas formas de maus-tratos. Os gestos mais diretos e a linguagem mais depreciativa eram direcionados a elas, fossem escravizadas ou livres. As investidas sexuais eram predominantemente dirigidas às mulheres de ascendência africana; negras, cafuzas ou mulatas. Em uma sociedade racista, historicamente assentada na escravatura, como a brasileira, eram julgadas como fáceis, sendo vistas como alvos convenientes, com quem se podia ir direto ao assunto e descartar sem causar quaisquer problemas ou constrangimentos (Del Priore, 2013).

Em *O cortiço*, além das personagens Bertoleza e Rita Baiana, observa-se esses maus-tratos e investidas também na personagem Leonor, criada de Miranda, o português burguês e antagonista de João Romão. O narrador a descreve como uma negrinha ligeira e viva, lisa e seca como um moleque, conhecedora de vasto repertório de obscenidades, sendo incessantemente assediada pelos caixeiros e fregueses da taverna de João Romão, conforme se evidencia nas seguintes passagens:

Leonor não tinha um instante de sossego, saltando de um lado para outro, com uma agilidade de mono, a fugir dos punhos calosos dos cavouqueiros que, entre risadas, tentavam agarrá-la; e insistia na sua ameaça do costume: que se queixava ao juiz de orfe! Mas não se ia embora, porque defronte da venda viera estacionar um homem que tocava cinco instrumentos ao mesmo tempo, com um acompanhamento desafinado de bombo, pratos e guizos (Azevedo, 1890, p. 82).

Em continuidade:

Ao balcão [...], o Domingos e o Manoel aviavam os fregueses, numa roda viva. Havia muitos negros e negras. O barulho era enorme. A Leonor lá estava, sempre aos pulos, mexendo com um, mexendo com outro, mostrando a dupla fila de dentes brancos e grandes, e levando apalpões rudes de mãos de couro nas suas magras e escorridas nádegas de negrinha virgem (Azevedo, 1890, p. 144).

O maior problema reside, porventura, na naturalidade conferida pelo narrador a tal comportamento, dando a entender que, embora assediada (ou melhor dizendo, violentada), a personagem, *naturalmente*, conforma-se e, ainda, contenta-se com a violência. Isso remete a

uma ideia bastante comum entre os darwinistas sociais, como Nina Rodrigues, de que as pessoas de ascendência africana, devido ao desenvolvimento mental reduzido, tenderiam a apresentar um impulso sexual acentuado e violento (Seyferth, 1995).

Jerônimo, inclusive, reproduz esse mesmo comportamento com Rita Baiana, que passa a cuidar de seu ferimento após uma briga com Firmo, seu amigo, que, embriagado e enciumado, golpeia sua barriga com uma navalha. Observa-se, a seguir, a passagem em que Jerônimo agarra Rita Baiana, sem qualquer cerimônia ou constrangimento:

Ele voltou para a rapariga o seu olhar de animal prostrado e, por única resposta, passou-lhe o braço esquerdo na cintura e procurou com a mão direita segurar a dela. Queria com isto traduzir o seu reconhecimento, e a mulata assim o entendeu, tanto que consentiu; mal porém a sua carne lhe tocou na carne, um desejo ardente apossou-se dele; uma vontade desinsofrida de senhorear-se no mesmo instante daquela mulher e possuí-la inteira, devorá-la num só hausto de luxúria [...] (Azevedo, 1890, p. 120).

Posto isso, observa-se agora a personagem Rita Baiana com maior atenção, pois o narrador a descreve de maneira profundamente estereotipada, reunindo quase todas as imagens pejorativas acerca dos mulatos produzidas no século XIX.

O narrador apresenta Rita Baiana como uma mulata pândega, pouco afeita ao trabalho, capaz de sair para uma festa em um ano e só retornar para casa no seguinte, passando meses festejando em pagodes e rodas de samba, enquanto tivesse no bolso algum vintenzinho para continuar pandegando. Além disso, é retratada como uma mulher leviana, de amores passageiros, conforme se evidencia na seguinte conversa entre os moradores do cortiço, que aqui interessa:

Por onde andara aquele diabo, que não aparecia para mais de três meses?
— Ora, nem me fales, coração! Sabe? Pagode de roça! Que hei de fazer? É a minha cachaça velha!...
— Mas onde estiveste tu enterrada tanto tempo, criatura?
— Em Jacarepaguá.
— Com quem?
— Com o Firmo...
— Oh! Ainda dura isso?
— Cala a boca! A coisa agora é séria!
— Qual! Quem mesmo? Tu? Passa fora!
— Paixões da Rita! Exclamou o Bruno com uma risada. Uma por ano! Não contando as miúdas! —
Não! [...] Quando estou com um homem não olho pra outro! (Azevedo, 1890, p. 84).

A imagem da mulata leviana e de amores passageiros, além de naturalizar a violência contra as mulheres de ascendência africana, reforça o discurso da inferioridade inata dos africanos, que eram vistos como incapazes de qualquer apego sentimental ou de constituir laços familiares, sendo, por natureza, indiferentes a seus companheiros, semelhantes e até mesmo a

seus descendentes. Para os pensadores do darwinismo social, influenciados pelas ideias de Herbert Spencer, as pessoas de ascendência africana eram consideradas incapazes de estabelecer relações sociais estáveis, oscilando sempre entre a apatia e a violência. Alguns darwinistas sociais chegavam a afirmar que toda mulher de ascendência africana escravizada se sentiria feliz ao ser escolhida por seu senhor como parceira, abandonando prontamente seu companheiro, por enxergar no senhor um homem de raça superior, a melhor escolha (Hooks, 1995 *apud* Pacheco, 2013).

Rita Baiana, mesmo garantindo lealdade a Firmo, abandona-o e cede prontamente a Jerônimo na primeira oportunidade, conforme se evidencia na seguinte passagem:

Amara [...] a princípio [o capoeira Firmo] por afinidade de temperamento, pela irresistível conexão do instinto luxurioso e canalha que predominava em ambos, depois continuou a estar com ele por hábito, por uma espécie de vício que amaldiçoamos sem poder largá-lo; mas desde que Jerônimo propendeu para ela, fascinando-a com a sua tranquila seriedade de animal bom e forte, o sangue da mestiça reclamou os seus direitos de apuração, e Rita preferiu no europeu o macho de raça superior (Azevedo, 1890, p. 253).

Além da ideia de branqueamento, visto que Rita Baiana abandona seu companheiro notadamente por causa da superioridade racial de Jerônimo, é relevante observar como o cânone nacional fomentou no imaginário social a noção da promiscuidade inata das pessoas de ascendência africana, hiperssexualizando seus corpos, sobretudo por meio da imagem da mulata leviana e de amores passageiros.

Essa hiperssexualização teve e ainda tem efeito devastador, mormente sobre as mulheres de ascendência africana, historicamente reduzidas à condição de um corpo sem mente, disponível para uso. Para legitimar a violência sobre seus corpos, difundiu-se no imaginário social brasileiro a ideia de que essas mulheres, negras ou mestiças, seriam naturalmente predispostas ao sexo, consolidando-se a representação do erotismo primitivo e totalmente desmedido.

A hiperssexualização das mulheres de ascendência africana também se encontra representada em outros romances naturalistas brasileiros, como *A carne*, de Júlio Ribeiro. Observa-se, a seguir, a passagem na qual Lenita se vê invadida por uma necessidade orgânica (até então desconhecida) de um macho:

Invadiu-a um desalento imenso, um nojo invencível de si própria.
Robustecer o intelecto desde o desabrochar da razão, perscrutar com paciência, aturadamente, de dia, de noite, a todas as horas, quase todos os departamentos do saber humano, habituar o cérebro a demorar-se sem fadiga na análise sutil dos mais abstrusos problemas da matemática transcendental, e cair de repente, como os



arcanjos de Milton, do alto do céu no lodo da terra, sentir-se ferida pelo agulhão da *carne*, espolhar-se nas concupiscências do cio, como uma negra boçal, como uma cabra, como um animal qualquer... era a suprema humilhação (Ribeiro, 1896, p. 28-29, grifo do autor).

Em contrapartida à personagem Lenita, uma jovem de ascendência europeia que descobre gradualmente sua sexualidade em *A carne*, observa-se que a mulher de ascendência africana, devido à sua natureza racial, tem sua sexualidade determinada de forma inerente, tal como ocorre com qualquer outro animal não humano. Júlio Ribeiro, admirador do darwinismo social, ao equiparar a sexualidade da mulher de ascendência africana à de animais como a cabra ou a vaca, além de concebê-la como um corpo hiperssexualizado, ainda a posiciona no limiar da humanidade. Embora a intenção do autor fosse demonstrar que as mulheres sentiam desejos sexuais como os homens, reiteram-se, dessa forma, práticas racistas (Mauricio, 2021).

Considerado isso, em continuidade com Rita Baiana, observa-se que, além da ideia da promiscuidade inata das pessoas de ascendência africana, há também a imagem da mulata sensual. Essa representação constitui outra forma de violência, pois restringe o corpo das mulheres afrodescendentes à condição de mero objeto de desejo, desprovido de qualquer dimensão afetiva. Essa ideia se tornou extremamente popular no imaginário social brasileiro, sobretudo após a virada do século XIX para o XX, originando uma vasta literatura entre 1930 e 1970. Um dos exemplos mais emblemáticos desse imaginário é o romance *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado.

Em *O cortiço*, contraditoriamente, a sensualidade de Rita Baiana a torna ao mesmo tempo um objeto de desejo (de posse) e de poder (que domina). Entretanto, esse poder está longe de ser algo positivo. Enquanto mulata, é permitido a ela apenas o papel de amante, pois personifica a libertinagem e, por isso, pode ser desrespeitada tanto como mulher quanto como pessoa. Seu papel social restringe-se a atrair os homens para si e ter seu corpo explorado por eles; em troca, pode explorar a boa vontade deles, conseguindo o que deseja por meio do sexo (Brookshaw, 1983 *apud* Pacheco, 2013).

Na passagem a seguir, em que Jerônimo vê Rita Baiana pela primeira vez, observa-se a construção da mulata sensual como objeto de desejo (do qual Jerônimo imediatamente deseja tomar posse) e como objeto de poder (que domina todos os seus sentidos):

E [ele] viu a Rita Baiana, que fora trocar o vestido por uma saia, surgir de ombros e braços nus, para dançar. A lua destoldara-se nesse momento, [...] a cujo refulgir os

meneios da mestiça melhor se acentuavam, cheios de uma graça irresistível, simples, primitiva, feita toda de pecado, toda de paraíso, com muito de serpente e muito de mulher [...].

Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz ardente do meio dia; ela era o calor vermelho das sestas da fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoara nas matas brasileiras, era a palmeira virginal e esquiva que se não torce a nenhuma outra planta; era o veneno e era o açúcar gostoso; [...] ela era a cobra verde e traiçoeira, a lagarta viscosa, a muriçoca doida, que esvoaçava havia muito tempo em torno do corpo dele, assanhando-lhe os desejos [...].

[...] Jerônimo nada mais sentia, nem ouvia, do que aquela música embalsamada de baunilha, que lhe entontecera a alma; e compreendeu perfeitamente que dentro dele aqueles cabelos crespos, brilhantes e cheirosos, da mulata, principiavam a formar um ninho de cobras negras e venenosas, que lhe iam devorar o coração (Azevedo, 1890, p. 109-112).

Para descrever toda a sensualidade de Rita Baiana, Aluísio Azevedo a equipara à natureza brasileira, porquanto ela representa o meio tropicalizado do Brasil e seus efeitos sobre as pessoas, especialmente sobre o imigrante europeu, a quem se torna um verdadeiro perigo. Jerônimo desvia-se do trabalho, tomado pelos encantos da mulata, entregando-se a ela e adoecendo de amor. Em vista disso, observa-se uma profunda transformação no português: sua seriedade austera cede gradativamente lugar a uma alegria desmedida, passando a adotar os costumes brasileiros, ao passo que sua vitalidade se esvai conforme seus sentidos se abrisseiram.

Na passagem a seguir, em que Piedade lamenta o abandono de Jerônimo, observa-se a ideia da influência do meio tropicalizado do Brasil e das mulatas (as Ritas Baianas) no abrisseiramento dos homens europeus:

E nos seus movimentos de desespero, quando levantava para o céu os punhos fechados, dir-se-ia que não era contra o marido que se revoltava, mas sim contra aquela amaldiçoada luz alucinadora, contra aquele sol crapuloso, que fazia ferver o sangue aos homens e metia-lhes no corpo luxúrias de bode. Parecia rebelar-se contra aquela natureza alcoviteira, que lhe roubara o seu homem para dá-lo a outra, porque a outra era gente do seu peito e ela não.

E maldizia soluçando a hora em que saíra da sua terra [...] (Azevedo, 1890, p. 266).

Em conformidade com as ideias preconizadas pelos darwinistas sociais, em *O cortiço*, observa-se que tal influência resulta, diante do contato, na degeneração social e moral de Jerônimo, que, mesmo ciente dos males de sua conduta, apresenta-se completamente vencido:

[...] Jerônimo não mandou saldar a conta do colégio, no dia seguinte, nem no outro, nem durante todo o resto do mês; e ele, coitado! Bem que se mortificou por isso; mas onde ir buscar dinheiro naquela ocasião? O seu trabalho mal lhe dava agora para viver junto com a mulata; estava já alcançado nos seus ordenados e devia ao padeiro e ao homem da venda. Rita era desperdiçada e amiga de gastar à larga; não podia passar sem uns tantos regalos de barriga e gostava de fazer presentes. Ele, receoso de contrariá-la e quebrar o ovo da sua paz, até aí tão completo com respeito à baiana,



subordinava-se calado e afetando até satisfação; no íntimo, porém, o infeliz sofria deveras. A lembrança constante da filha e da mulher apoquentavam-no com pontas de remorso, que dia a dia alastravam na sua consciência, à proporção que esta ia acordando daquela cegueira. O desgraçado sentia e compreendia perfeitamente todo o mal da sua conduta; mas só a ideia de separar-se da amante, punha-lhe logo o sangue doido e apagava-lhe de novo a luz dos raciocínios. Não! Não! Tudo que quisessem, menos isso!

E então, para fugir àquela voz irrefutável, que estava sempre a serrazinar dentro dele, bebia em camaradagem com os companheiros e habituara-se, dentro em pouco, à embriaguez (Azevedo, 1890, p. 302-303).

Os darwinistas sociais mais radicais acreditavam e reiteravam que o sangue e o contato com as raças inferiores degeneravam o homem europeu, corrompendo a pureza de seus costumes e comprometendo sua cultura. Ademais, sustentava-se que era imperativo que os europeus se mantivessem separados das raças inferiores para, dessa maneira, desenvolver plenamente suas capacidades especiais, supostamente exclusivas da raça branca (Banton, 1977 *apud* Santos, 2005).

Cabe notar que os darwinistas sociais introduziram na tipologia racial a ideia da luta natural nas sociedades humanas, fosse entre pessoas da mesma raça ou de raças distintas. A partir dessa ideia, defendia-se que os grupos humanos não europeus se situavam no limiar da humanidade, sendo considerados raças inferiores, historicamente derrotadas e fadadas ao desaparecimento. Convencidos da perspectiva poligenista, segundo a qual as raças humanas se distinguem biologicamente tanto em progênie quanto em cultura, os darwinistas sociais voltaram-se, de forma unânime, para os africanos, designando-os como a raça naturalmente antagonista à dos europeus. Assim sendo, produziram diversas teorias para justificar sua suposta inferioridade inata e incentivaram a discriminação racial como forma de eugenia (Santos, 2005).

No Brasil, os grupos intelectuais adeptos do darwinismo social oscilavam entre o pessimismo, alimentado pela ideia da inferioridade racial da maioria da população e pela noção de degeneração, e o otimismo, sustentado pela crença no melhoramento racial defendida pelos pensadores da tese do branqueamento.¹⁶ Independentemente da postura adotada, é importante destacar como os darwinistas sociais e os grupos intelectuais brasileiros impregnaram o

¹⁶ No Brasil, a ideia de eugenia tomou forma com a tese do branqueamento, visto que a realidade nacional impedia a plena aplicação das teses deterministas do darwinismo social. Desse modo, os grupos intelectuais brasileiros se apropriaram do darwinismo social principalmente como instrumento político-ideológico, em detrimento de alguns de seus preceitos teóricos, porquanto, em vez de aceitarem prontamente a ideia de degeneração, defenderam que a mestiçagem geraria uma população saudável e progressivamente apta ao embranquecimento, à medida que se distanciava de sua ascendência africana. Isso demonstra que toda ideologia, como o racismo moderno, é criada e aprimorada como arma política, e não como doutrina teórica (*cf.* Arendt, 2012 *apud* Mauricio, 2023).

imaginário social com representações negativas das pessoas de ascendência africana, associando-as à passividade, ociosidade, irracionalidade, agressividade, promiscuidade e sub-humanidade, reduzindo-as a um corpo racializado e violentamente estereotipado.

Em *O cortiço*, Aluísio Azevedo incorre em práticas racistas. Contudo, ao contrário do que ocorre em *O mulato* (cf. Azevedo, 1881), os personagens são racializados, sobretudo aqueles de ascendência africana, ao se preterir o Positivismo comtiano em favor do darwinismo social de Herbert Spencer. Se antes, em Azevedo, havia a ideia de integrar os nacionais de ascendência africana por meio de um programa educacional moralizador voltado ao trabalho, com a abolição da escravatura, essa ideia se esvaiu (assim como muitas outras de cunho reformista).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira edição de *O mulato* (cf. Azevedo, 1881), Azevedo apresenta um protagonista mestiço que, contra todo o preconceito da sociedade maranhense, ciosa da pureza de sangue, é representado como um indivíduo moral e intelectualmente superior, mostrando que as pessoas de ascendência africana eram capazes de integração nacional, desde que submetidas a uma educação positiva. Para ele, em um contexto em que a ideia de raça ainda não estava impregnada de um determinismo biologizante, o meio social sobressaía na formação moral e intelectual das pessoas. Em *O cortiço*, por sua vez, Azevedo apresenta uma mudança expressiva quanto a essa concepção, representando seus personagens de ascendência africana de maneira racializada e, por conseguinte, estereotipada. Sob a ingerência do darwinismo social, o mestiço passa a ser representado como resultado de um processo degenerativo, predisposto ao vício, à violência e, sobretudo, à ociosidade *etc.*

Tal mudança na maneira de Aluísio Azevedo ver e pensar o mundo acompanha um movimento mais amplo na sociedade brasileira, mormente nas duas últimas décadas do século XIX, que, no pós-abolição, abandonou muitas ideias de cunho reformista, como a educação positiva das pessoas de ascendência africana, para adotar um discurso racial biologizante, que, em favor das elites, legitimava a exclusão social dessas pessoas por meio de uma suposta inferioridade racial inata. Nesse contexto, interessa observar que a tese do branqueamento eugenista, resultante do darwinismo social, passou a ser amplamente aceita como uma resposta ao *problema* da heterogeneidade racial, fomentando políticas imigrantistas e, assim, reiterando



uma hierarquia social baseada na cor da pele.

Ademais, este trabalho buscou contribuir para a compreensão das representações (sociais e) raciais na sociedade brasileira do século XIX e suas relações com os discursos vigentes à época, reforçando a necessidade de revisitar constantemente o passado. Em suma, espera-se que este estudo possa, de alguma forma, fomentar novas pesquisas sobre a temática e, consequentemente, novas análises sobre essas representações.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. Rio de Janeiro: Garnier, 1890.

AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. Maranhão: Typ. do Paiz, 1881.

BOLSANELLO, Maria. Darwinismo social, eugenia e racismo. In: **Educar**. n. 12. Curitiba: Edufpr, 1996. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/36031>. Acesso em: 15 out. 2025.

CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. In: CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

DEL PRIORE, Mary. **Conversas e histórias de mulheres**. São Paulo: Planeta, 2013.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

MAURICIO, Marlzonni. Raça e racismo no Brasil. Problemas teóricos e históricos. In: FERREIRA, Lorena; MAURICIO, Marlzonni; JESUS, Paulo (Orgs.). **A pesquisa histórica e suas múltiplas abordagens**. Teresina: Cancioneiro, 2023.

MAURICIO, Marlzonni. Racismo n'A carne. Uma análise concisa das representações dos personagens negros no romance de Júlio Ribeiro. In: **Espaço Acadêmico**. n. 228. mai./jun., 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/54765/751375152077>. Acesso em: 15 out. 2025.

PACHECO, Ana. **Mulher negra**. Afetividade e solidão. Salvador: Edufba, 2013.

PESAVENTO, Sandra. Literatura, História e identidade nacional. In: **Vidya**. v. 19. n. 33. Santa Maria: jan./jun., 2000. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/186220/000297477.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 out. 2025.

RIBEIRO, Júlio. **A carne**. 2. ed. São Paulo: Livraria Teixeira, 1896.



SANTOS, Gislene. **A invenção do “ser negro”**. Um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930). São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. In: **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6581/7559>. Acesso em: 15 out. 2025.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870 – 1930). São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

ZOLA, Émile. **Le roman expérimental**. 5. ed. Paris: G. Charpentier, 1881.



LINGUAGEM, DISCURSO E SUBJETIVIDADE NA HISTORIOGRAFIA: QUESTÕES DO TEMPO PRESENTE

LANGUAGE, DISCOURSE AND SUBJETIVITY IN HISTORIOGRAPHY: QUESTIONS IN PRESENT TIME

KELVIN OLIVEIRA DO PRADO

<https://orcid.org/0000-0002-6649-7502>

Doutorando em Ensino pela Rede Nordeste de Ensino (RENOEN/UESB)
Pesquisador vinculado à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

kelvinprado17@gmail.com

MARIA DE FÁTIMA DE ANDRADE FERREIRA

<https://orcid.org/0000-0003-4094-6741>

Pós-Doutora em Antropologia Social pela UFBA
Professora Plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Docente Permanente dos Programas de Pós-Graduação RENOEN, PPGEN e PPGREC/UESB
mfatimauesb@hotmail.com

RESUMO

Este artigo discute alguns conceitos que, de maneira cada vez mais ostensiva, passaram a ser relacionados ao pensamento e ao fazer historiográficos ou à escrita da história, a saber: as noções de linguagem-discurso e de sujeito, com isso, a ideia de subjetividade e de subjetivação, respectivamente. Isto posto, elementos antes voltados especialmente ao campo linguístico e filosófico passaram a ser atrelados ao pensamento historiográfico e à consciência histórica, problematizando, assim, questões postas por novos sujeitos e atinentes a suas experiências, ou seja, ao processo de subjetividade de grupos historicamente subalternizados. Dado o exposto, entende-se que estas novas perspectivas e propostas indicam fissuras no discurso historiográfico e na própria forma de pensar historicamente na academia e fora dela.

PALAVRAS-CHAVE: História; sujeito; subjetivação; subalternidade; narrativas.

ABSTRACT

This article discusses some concepts that have become increasingly associated with historiographical thinking and practice, or the writing of history: the notions of language-discourse and subject, and with them, the ideas of subjectivity and subjectivation, respectively. That said, elements that were previously more focused on the linguistic and philosophical fields have become linked to historiographical thinking and historical consciousness, thus raising questions posed by new subjects and related to their experiences, that is, to the process of subjectivity of historically subalternised groups. In this way, it is understood that these new perspectives and proposals indicate cracks in historiographical discourse and in the very way



of thinking historically in academia and beyond there.

KEYWORDS: History; subject; subjectification; subalternity; narratives.

INTRODUÇÃO

A historiografia e os processos de produção do conhecimento histórico estão aliados aos fazeres e aos saberes conjugados ao processo de escrita da e na história, os quais também são estruturados tendo em vista os seus contextos sociais e culturais. Desse modo, este texto discute alguns conceitos que, de maneira cada vez mais proeminente, passaram a ser relacionados ao pensamento e ao fazer historiográficos ou à escrita da história, a saber: as noções de linguagem-discurso (com eles, o conceito de narrativa) e de sujeito, com isso, ainda há a ideia de subjetividade, de subjetivação e de assujeitamento. Nesse sentido, nota-se que uma gama de conceitos ligados a outros campos do conhecimento são conectados ao debate do fazer historiográfico.

Isto posto, estes elementos, antes voltados sobretudo aos campos da linguística, da literatura e da filosofia, passaram a ser atrelados à consciência histórica (Schmidt, 2021); à educação histórica (Barca, 2021); ao pensamento histórico; ao ensino de história; à história da historiografia e à teoria da história, problematizando, assim, questões (ex)postas por novos sujeitos e atinentes a suas experiências, ou seja, ao processo de subjetividade de grupos historicamente subalternizados.

INDISCIPLINANDO SABERES

Diante do que foi pontuado, inicia-se com a reflexão acerca de alguns dos conceitos que são a chave nestas “novas” perspectivas que ganham força ou ao menos passam a ser estabelecidas nos últimos anos, em insubordinações a uma história dita “única”, oficializada ou mesmo excludente em relação a alguns agentes históricos, processo que a Escola dos *Annales* já tentava tensionar desde a primeira metade do século XX com uma história das mentalidades.

Assim, parte-se da ideia de linguagem e de discurso e, a partir disso, do conceito de narrativa, que ganha força no debate público. A relação da História com o discurso é proeminente, tendo-se em vista que os discursos são produtos históricos ao carregarem a marca das relações estabelecidas entre os grupos (social e culturalmente falando). Assim, são engendradas relações de poder (sobretudo de quem conta a história e da maneira como isso é feito) e o estabelecimento das maneiras de enxergar o mundo e, portanto, descrevê-lo,



culminando em ideologias de uma época que atravessam sincrônica e diacronicamente as histórias da humanidade.

É nesse aspecto que a historiografia é atravessada pelos impactos, ao longo do século XX, de uma gama de debates que trazem tensão à própria linguagem, dada a filosofia da linguagem, dos preceitos da lógica, da hermenêutica e da fenomenologia, bem como dos impactos do estruturalismo, com base em Saussure (2006) e sobretudo do pós-estruturalismo. Nesse aspecto, com este último elemento, insurgem os debates pós-coloniais, consideradas, segundo Williams (2012), terceiras e/ou quartas gerações de pós-estruturalistas. Ademais, nesses enlaces com a linguística dão-se as noções de uma História Estrutural (Matos, 2010); aliadas ainda às ciências sociais, em que as problemáticas da antropologia e da sociologia foram proeminentes no fazer historiográfico desde o século passado. Adentra-se, ainda, além da penetração desses sujeitos como porta-vozes de suas subjetividades, as mudanças sociais nas sociedades globalizadas, mediante aos acontecimentos rápidos e da mídia/cultura de massa tensionada pela Escola de Frankfurt.

Outrossim, qualquer sujeito, seja historiador, filósofo ou mesmo linguista, que se pergunta o que é a linguagem notaria que não há uma resposta simples e/ou unívoca para tal questão, visto que, como pontuado desde Saussure (2006), a categoria do signo (significante e significado) ganhou força e impactou áreas diversas do conhecimento, dada a própria noção de interdisciplinaridade que também atravessou a produção e a interpretação do conhecimento.

A linguagem é um sistema de signos (aquilo que significa algo para alguém na assimilação entre dois elementos) que conta com o significante e o significado, no intercâmbio entre um conceito/palavra e uma imagem ou algo a qual se refere. Desde Saussure (2006), essa é a “forma” da linguagem, pois ela conta com uma dimensão lógica (desejável em documentos históricos) e psicológica (afetada por suas combinações). Dito isso, as palavras estão sujeitas à ambiguidade e à mutação, o que afeta a percepção do que é o próprio fazer historiográfico.

A palavra (significante) e o objeto representado (significado) é algo arbitrário, o que chamamos de arbitrariedade do signo, no qual Saussure (2006) adverte que o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Contudo, para fins convencionais, há costumeiramente a associação corrente com a ideia vinculada entre “a palavra e a coisa”.

Soma-se ainda o avanço dado pela sociolinguística, bem como as produções



relacionadas aos atos de fala desde Austin (1975), no campo do pragmatismo, os quais deram novas direções à concepção de linguagem com o conceito de “performatividade”. Isto é, de que a linguagem age, ou seja, o dizer é também fazer, o que inclusive influência não só a linguística, mas a filosofia e a história, no âmbito das questões de gênero (Butler, 2021) e étnico-raciais, por exemplo, tensionando estes novos sujeitos na/da história.

Aqui, dar-se-á a ideia de linguagem enquanto prática, ação ou performance. E, mais do que ação, a linguagem é interação, no qual é preciso levar em conta o contexto para entender o signo, pois o uso da linguagem modifica o próprio contexto e também cria contextos, intervindo no real; portanto, no próprio modo de pensar a história. Assim sendo, vê-se que a linguagem é a base para o discurso e, por conseguinte, da ideia de sujeito, que está atrelado ao âmago linguístico-discursivo.

Outrossim, tem-se a percepção da linguagem enquanto prática discursiva. Nesse sentido, de acordo com o gramático Celso Cunha (2017), o discurso é a língua e a linguagem no ato, na execução. A virada linguística, ou *linguistic turn*, anglo-saxã não bloqueava a dimensão do sujeito supostamente “descartada” pelo estruturalismo; o que, segundo Williams (2012), gera controvérsias.

Esse movimento acompanhará a reavaliação das noções de singularidade e de contextualidade, embarca-se, então, em uma orientação que leva a virada linguística a sério ao dar atenção aos discursos sobre a ação, à narração e às narrativas nos usos a que a linguagem enquanto discurso é, portanto, submetida. Na vinda à linguagem de um mundo mediante o discurso, a língua é a condição para a comunicação, à qual fornece códigos de escrita e de interpretação, porque é no discurso que as mensagens são trocadas e as ideias são estabelecidas e transmitidas. Dessa maneira, o “Eu” aparece como um relato, relatar-se a si mesmo ou ao Outro é algo que emerge a partir das propriedades da linguagem-discurso-significado; logo, a subjetividade surge do uso das narrativas, dos atos de fala e das significações que a cultura (im)põe ou dispõe em determinado contexto.

Mas nesse debate acerca da linguagem-discurso, questiona-se: o que é uma narrativa? Muitos são os seus significados, pode ser uma história; algo contado e recontado (história oral); um relato de um evento ou de uma série deles etc. Nesse sentido, o objetivo de estudar o significado narrativo é o de explicitar as operações que produzem um tipo de significado. De acordo Borrego e Azevedo (2025, p. 137), a narrativa, portanto, não é apenas uma forma de



comunicação, mas um modo de pensar e compreender o mundo.

Pachá e Moreira (2022) apontam que a entrevista narrativa como técnica de pesquisa pode ser extremamente relevante em pesquisas na História, na Literatura e na Educação, ao ser mobilizada para produzir inferências acerca de dados obtidos a partir de perguntas e de observações de interesse do pesquisador. Contudo, a narrativa não é a verdade literal dos fatos, mas a representação que deles faz o sujeito; porém, a ideia de narrativa tem sido cada vez mais usada para denotar constatações na produção historiográfica, em uma crescente subjetivação desse fazer historiográfico e dos preceitos que dão forma a essa feitura.

O giro narrativo, como movimento das décadas de 1970 e 1980, propiciou guinadas nas narrativas, não mais consideradas apenas no aspecto literário, permitiram a sua aplicabilidade em outros setores, sobretudo em questões sociais, políticas e culturais, impactando o caráter histórico. Vê-se o seu poder na expressão e na abordagem de experiências de vida. Segundo García, Arcos e Megías (2022) desafia-se a rigidez objetivista do positivismo, ao considerar as palavras do interlocutor como dados de pesquisa, em que surgem evidentemente desafios metodológicos e éticos na pesquisa narrativa. Assim, a narrativa passou a ser vista como um elemento central na construção do conhecimento e da identidade individual e social.

Esse processo de narrar algo não é o de apresentar alguma coisa, mas de representar, toda narrativa carrega consigo uma visão de mundo, sendo esse um dos aspectos importantes a ser “desvendado”, buscado e compreendido. Entende-se então que as narrativas não falam apenas dos sujeitos individuais, elas também mostram os contextos históricos, linguísticos, sociopolíticos e culturais nos quais elas foram construídas; mas mesmo de um ponto de vista “pessoal” ou do sujeito, no singular, vislumbra-se que o pessoal é político, para tanto: a narrativa é política.

A noção de que o pessoal é político marca a irrupção no debate público de dimensões negadas pelos relatos “oficiais” da ciência, que se propunha neutra e despojada das condições sociais e culturais, coloca-se em marcha a “virada subjetiva” e a reivindicação da experiência, da subjetividade e das emoções como fonte de conhecimento, visto que questões subjetivas, tidas como individuais, são, como pode ser notado, sociais.

Ferreira (2020) alerta que as ciências têm sido fundamentais na construção do conhecimento sobre categorias que, ao longo da história, foram subalternizadas, além de que as suas contribuições apontam para uma nova forma de perceber as relações de gênero, étnico-



raciais etc., que se interseccionam. Ainda segundo a autora, no Brasil, desde o período colonial, essas relações colonizadoras constroem desigualdades. Por isso há a importância de uma criação de novas lentes e de leituras que buscam traçar um olhar atento aos aspectos da cultura, da colonialidade, das relações de poder e de discurso, imanente ao papel da linguagem.

Não obstante, o fazer historiográfico e o que surge a partir dele não é feito à revelia ou por orientação pessoal, é dado a partir de um conjunto de sujeitos, os quais formam grupos que, seguindo um protocolo teórico-metodológico, vão dar razão, ou não, a determinados saberes, tendo em vista as perspectivas já estabelecidas acerca deste campo do saber, os abalos surgem justamente da quebra de paradigmas e dos “novos sujeitos” e subjetividades que, em determinada conjuntura, buscam desvelar as relações discursivas nesse modo de produção do conhecimento que apresenta fragilidades ou deixa “algo” ou “algum” aspecto “de fora” dos discursos produzidos pela ciência histórica e na/da história, provocando e/ou tensionando, assim, a própria teoria e filosofia da história.

SUJEITO, ASSUJEITAMENTO, SUBJETIVAÇÃO E SUBJETIVIDADE NA HISTÓRIA

Tendo em mente o que foi exposto até aqui, entende-se que a linguagem, o discurso e a narrativa estão intimamente atrelados ao que se entende por sujeito e a todos os desdobramentos conceituais advindos. Dito isso, o sujeito não é uma essência pré-existente, ele é constituído na relação com a linguagem, com o discurso e, sob tais aspectos, com a própria história. Essas concepções advêm sobretudo dos avanços em perspectivas existencialistas e pós-estruturalistas (pós-colonialistas) anti-humanistas e/ou antiessencialistas, ao rejeitarem a ideia de que as coisas possuem uma “essência fixa e universal”, defendendo a construção sociocultural e histórica das identidades dos sujeitos e dos grupos socioculturais, o que impacta sobremaneira as formas de análise do passado-presente.

Dado o exposto, o discurso é ligado ao sujeito e, com isso, à ideia de subjetividade, de subjetivação e de assujeitamento (ambos atuam na formação do sujeito), a um “tornar-se sujeito” em meio a instituições e regras sociais; pois o sujeito, como dito, é constituído na relação com a linguagem-discurso e a história. Ouve-se falar da ideia de sujeito e de subjetividade em discussões filosóficas e psicanalíticas, a noção de sujeito permite que se parta da noção de humanidade e daquilo que conta como humano, isto é, enquanto sujeitos e,

antagonicamente, não-sujeitos.

As pessoas estão sujeitas a algo ou a alguém, no qual a sujeição está aliada aos meandros da vida psíquica e produz esses sujeitos e não-sujeitos, isto é, corpos que não são vistos como signos de humanidade, ou como menos humanos (Butler, 2017). O assujeitamento e a subjetivação produzem a subjetividade, são formas de poder exteriores ao sujeito, estão na linguagem, que tem o poder de enquadrar e de identificar, por fora e por dentro, então essa ação psíquica do poder molda a subjetividade.

A palavra “*subjective*” ou “subjetivo”, não “*subject*” ou “sujeito” é de difícil tradução, ela fornece as derivações do termo ao subjetivismo e chega até a subjetividade e ao sujeito. Para Lalande (1993, p. 1060-1065), a subjetividade é a característica do que é subjetivo; o subjetivismo é uma tendência filosófica que reduz o juízo de valor a estados de consciência individuais; na metafísica: a redução da existência a existência do sujeito; na lógica: a recusa à distinção entre o verdadeiro e o falso; na ética: teorias morais segundo as quais a distinção entre o bem e o mal tem por raiz o bem-estar e o sofrimento individual; na estética: juízos estéticos exprimem gostos individuais; na psicologia: tendência a se encerrar nas suas ideias particulares.

Essa dificuldade de tradução é sentida em “*Senses of the subject*”, de Judith Butler (2021), chamada então de “*Os sentidos do sujeito*”, no original “*senses*” poderia indicar quais significados o sujeito assume ou apontaria o que seria ter sensações, “*senses*” como sensações do sujeito, ter a experiência de ser um sujeito. Nessa teoria do sujeito, ou teoria da formação do sujeito, sabe-se que a sua formação destaca um limiar de suscetibilidade que precede a formação de um “eu” consciente e deliberado. Isso significa que essa criatura é afetada por algo que está fora dela mesma, algo anterior, prévio, que ativa e informa o sujeito que se é (Butler, 2021). Dessa forma, o sujeito é produzido por discursos da norma, do poder, das regras e das instituições (Foucault, 1996), da cultura, do social etc., os quais precedem o sujeito antes de tudo.

Constata-se essa proeminente relação entre a corporificação e a identificação do sujeito com a linguagem-discurso em sua formação, na maneira de assumir determinadas narrativas como suas, como “essências”, permitindo-se a subjetividade em um coletivo. Tais aspectos contam com uma natureza histórica e social que é, de todo modo, abarcada pelo processo colonial, adentra-se aí as problematizações destes sujeitos e subjetividades colonizadas ao longo da história no campo dos discursos pós-coloniais.

O conceito ou a ideia de sujeito expressará o resultado da constituição do indivíduo ante aos mecanismos de subjetivação nas práticas, ou melhor, nos discursos enquanto ato de fala, de performance. Antes visto como núcleo de todo o conhecimento em uma concepção explicitamente antropocêntrica, a origem da verdade, agora o sujeito passa a ser produto e efeito dela, o que afeta diretamente as concepções acerca da escrita da história e do fazer historiográfico, como visto.

Afinal, agora o sujeito diaspórico, o sujeito racializado pelo discurso eurocentrado, o sujeito feminino, o sujeito da sexualidade dissidente, isto é, todos os “Outros” no discurso científico, por exemplo, trouxeram insubordinações às normas atreladas ao fazer historiográfico; literário; político; econômico; filosófico; sociológico; medicinal; psicológico e psicanalítico, por exemplo. Esses Outros do sujeito ocidental começaram a falar por si mesmos, ou tentaram, ao reivindicarem os seus lugares como sujeitos históricos em emergência.

Tem-se aí o que Miranda e Assunção (2023) denominam de “indisciplina ao cânone”, ao pontuarem que não é arbitrário que a História, a literatura e as ciências humanas tenham marginalizado esses sujeitos dos seus respectivos “cânones”, processo que não pode ser entendido apenas sob um olhar restrito aos dados econômicos; mas que também está ligado à forma como os sistemas simbólicos e instituições foram moldadas sob a imagem do colonizador.

Assim, defendem os autores, o estudo do pensamento afrodiaspórico, no campo literário e historiográfico, permite desestabilizar os cânones reconstruindo a história intelectual e a historiografia literária sob outras bases. Assunção e Trapp (2021) evidenciam que as interpelações à historiografia brasileira no pensamento afrodiaspórico em autores racializados forneceram elementos para se indisciplinar o cânone da história da historiografia. Isto posto, seria o tempo de esgrimir uma crítica às racializações estruturantes das formas de pensar a teoria da história e a história da historiografia no Brasil.

A aparição desses sujeitos no cenário do pensamento ocorrera através da angústia e da incerteza em relação ao que se dera até então como um mundo mais ou menos compreensível para o entendimento do homem. Não se trata de dizer que não tenha havido crises no pensamento até esse momento, mas de saber discernir a magnitude dessa crise em particular, com o advento da ciência moderna (Elia, 2010). Dado o impacto cartesiano e a sua separação da filosofia, ao fazer a verificação de seu valor. Portanto, o sujeito não “nasce”, mas vai sendo



constituído na linguagem (social, cultural e historicamente).

Assim sendo, longe de ser o fundamento da história, o sujeito é efeito das práticas sociais que o constitui em um campo de forças e embates, como visto em “Pós-estruturalismo e escrita da história: a genealogia foucaultiana como crítica da subjetividade”, no qual são notáveis as contribuições para que surgissem outras formas de leitura das relações de poder e das formas de constituição do sujeito (Júnior, 2022). Essas são questões postas por Foucault (1996) para pensar e fazer a pesquisa histórica dos modos de constituição ou formação do sujeito, ao fazer a história crítica da subjetivação e da subjetividade, engendrando uma crítica da noção de sujeito na historiografia e da filosofia.

MITO, DISCURSIVIDADE, PODER NARRATIVO E SUBJETIVIDADE

No imbróglio do processo de escrita da história e dos embates gerados no fazer científico, vê-se como as relações de poder nos discursos projetam uma determinada “realidade” contada e recontada acerca da história e das demandas de contextos históricos específicos. Sob tais aspectos, identificar esses agenciamentos dentro das maneiras de ver e de narrar são importantes como formas de desmistificação do que está (ex)posto.

A priori, questiona-se: o que é um mito? De acordo com os estudos de Martins (2022), é um elemento superestruturante do imaginário e que organiza elementos de infraestrutura (imagens simbólicas, esquemas e arquétipos). A circulação do mito na sociedade ocorre por intermédio dos processos comunicacionais, refletindo-se sobre sua dinamização adaptativa aos diversos estratos de consciência social. O imaginário aparece como resultante de uma negociação entre coerções historicamente localizadas e pulsões de origem biopsíquica. O autor conclui que a circulação social do mito é impulsionada pela comunicação e que ele, a partir dela, exerce sua força regulatória sobre as coletividades.

A exemplos dos diversos mitos fundadores, parte-se ainda do ancestral grego, explanado por Amin (1989), como aquele que desempenhou um papel essencial na construção eurocêntrica da história. Assim sendo, na ideia de que a herança grega predispunha à racionalidade, de acordo com esse mito, a Grécia seria a mãe da filosofia racional e o “Oriente” jamais teria conseguido superar a metafísica. Diante disso, o eurocentrismo encontraria sua expressão em todos os domínios do pensamento social, histórico e cultural.

Em suma, tendo em vista as diversas óticas acerca do eurocentrismo que vão do pós-



colonialismo indiano; do pensamento terceiro-mundista; do decolonialismo latino-americano e dos estudos vinculados à tradição marxista (Macedo, 2020); com base sobretudo em Martin Bernal (1987), Samir Amin (1989) e Edward Said (2011), entende-se que o que é denominado como “tradição intelectual europeia” (que remonta aos gregos na Antiguidade) seria uma invenção recente impulsionada no século XIX, especialmente com o romantismo e o nacionalismo, em meio a um contexto em que surge a construção da ideia de pertencimento à nação (Hobsbawm, 1990, 2012), naquilo que Benedict Anderson (2008) chamou de comunidades imaginadas.

No Brasil, tem-se também exemplos de mitos, como mostra Schwarcz (2017), no mito da “democracia racial”, em que, no aspecto das desigualdades de condições de vida da população, o legado do colonialismo e da escravidão não foi o da “democracia racial”, ou da mestiçagem unificadora, mas sim a desigualdade social. Sabe-se que após independência as nações buscaram escrever uma história para si mesmas, geralmente envoltas em silenciamentos, exclusões de minorias sociais e de vozes de sujeitos subalternizados e oprimidos no sistema sociopolítico e histórico. E são vários os elementos que fundamentam o mito da democracia racial, o que vai desde Raimundo Nina Rodrigues, Arthur Ramos a Gilberto Freyre, em que se evidencia a construção da ideia de democracia racial, como evidenciado por Carneiro (2023).

Com isso, em várias ex-colônias a criação da história nacional oficial estava no topo da agenda. Nesse processo, os historiadores usaram o passado europeu como um parâmetro para medir a história de seus países, afirma Conrad (2016). Não obstante, a construção da História “oficial” do Brasil foi estruturada no século XIX. Em 1844, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) abriu as portas para os candidatos que se dispusessem a discorrer sobre a questão de “como se deve escrever a história do Brasil”. Adentra-se o papel do discurso, da narrativa e do ponto de vista de enxergar aquele que conta, ou não, como sujeito, que é “fabricado” nesses discursos, os quais notadamente excluía setores sociais em uma sociedade marcada pela escravidão e, por isso mesmo, pela articulação discursiva de quem conta, ou não, como sujeito, especialmente na (re)produção dos não-sujeitos.

Tratava-se de inventar uma nova história do e para o Brasil, no qual foram inventados os rituais de memória que elevaram alguns e obliteraram outros sujeitos (os que são tomados como não-sujeitos até então), endossando interpretações, no qual a história é objeto de disputa política e o narrar é, portanto, político. Os discursos fundados na memória dos dominantes



partiram de um domínio em que o ato de fala deu o poder de narrar uma certa visão de mundo e das coisas, esse poder enquadrava o olhar sobre os corpos, seus significados e valores.

Além da escritura de “uma história do Brasil”, havia a preocupação em definir uma única identidade étnica para o país, o que mobilizou vários intelectuais ao longo de fins do século XIX e ao longo do século XX. E, mesmo com algumas discordâncias, parte destes intelectuais foi influenciada pelo determinismo biológico que se pautava na idéia de inferioridade das raças, aliados ao determinismo geográfico. Entrementes, a perspectiva eurocentrada presente na história social e cultural do Brasil estruturou e continua a estruturar as questões presentes atualmente.

Nesse sentido, existia uma dualidade entre duas concepções, a saber: a de que se vivia uma democracia racial, tendo o Brasil resolvido de forma “harmônica” a questão racial, no qual não se compreendiam as desigualdades sociais, econômicas e culturais como tendo uma origem racial. Por outro lado, a outra posição via no mito da democracia racial a causa para a persistência do racismo no país, vislumbrou-se então que, dentro do contexto do século XIX e início do século XX, as teorias eugênicas e seus ideais embutidos no mito da democracia racial fundamentaram as políticas públicas.

Essa é uma dinâmica frequente nas sociedades colonizadas que enfrentaram uma história violenta, mas que não é vista como tal por estarem amparadas no mito da “história sem sangue”; mas que na verdade é permeada por subalternizações, exclusões e silenciamentos de sujeitos, o que se desvela na episteme e na colonização do imaginário, que passa a ser predominantemente eurocentrado, bem como é desvelado nos modos de narrar e de escrever a história. É o discurso em ação que opera em conjunto, manifestando-se nas ciências e, por isso, na memória pública e na consciência histórica.

Por conseguinte, um outro mito difundido e ainda presente, que inclusive embasa uma das perspectivas apontadas no parágrafo anterior, é o da existência de uma sociedade brasileira pacífica e harmoniosa, no qual mesmo com episódios violentos ao longo do período imperial no século XIX, e do período republicano ao longo do século XX, seja de revoltas e sedições, o discurso sedimentado foi o de uma narrativa que foge aos constantes embates enfrentados entre o Poder do Estado e vários grupos populacionais, do Norte ao Sul do país.

Marilena Chauí (2014) adverte que o mito foi construído desde cedo pela historiografia brasileira com a declaração de uma “história feita sem sangue”, oculta-se que a passagem da



Colônia ao Império e do Império até a República foi realizada por golpes de Estado, silenciavam-se revoltas, rebeliões, inconfidências, revoluções e guerrilhas que ocorreram sob muito derramamento de sangue.

Erguer-se-ia a imagem de um povo generoso, alegre, sensual e solidário, que desconheceria o racismo, o machismo e a homofobia, consolidando uma harmonia que afirma a existência de um povo essencialmente não violento. E é graças ao mito da não violência e/ou do não derramamento de que se entende o porquê de os sujeitos viverem em uma “sombra” com o fato de que existe, na verdade, uma sociedade oligárquica, verticalizada e autoritária, por isso mesmo, violenta. Sob tais aspectos, uma sociedade que bloqueia a concretização de uma subjetividade e de uma intersubjetividade que permita a cidadania democrática. Assim, as desigualdades econômicas, sociais, culturais e políticas não são vistas como formas de violência.

Dessa maneira, nota-se que esses aspectos históricos e sociais, que acabam fazendo parte das práticas culturais (simbólicas, imaginárias e materiais), compõem o próprio assujeitamento (por meio das instituições e de suas normas e regras) e a subjetivação (maneiras de Ser/Estar nesta dinâmica, construindo identidades). Isto é, a produção de subjetividades, por ambos os processos, dentro da estrutura vivenciada que é tipicamente violenta. Ou seja, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta, o que causa uma cegueira frente ao passado-presente do país que estrutura as subjetividades até a atualidade e as formas como os sujeitos estabelecem relações, as quais contam com raízes em uma relação familiar patriarcal, com bases autoritárias e patrimonialistas.

O Brasil assiste a uma guerra cultural em torno dos sentidos dados à celebração da Independência, mas não apenas dela como de outras datas. A teoria da história e a historiografia passaram a problematizar a história da independência do Brasil presente na visão dos livros didáticos, observando a visão ainda dominante de que a independência brasileira foi uma ruptura “pacífica”, constatando-se a predominância de uma visão ainda conservadora, é o que mostra Macedo (2022) em *“Sin derramamiento de sangre”: la Independencia de Brasil en los materiales didácticos latinoamericanos*”.

Em torno dessas fantasias instauradas em torno de uma suposta “pacificidade” na história brasileira, vê-se que o mito, de acordo com Hall (2003), tem a potencialidade de moldar os imaginários, de influenciar as ações, de conferir significado às vidas dos sujeitos e de dar



sentidos à história, molda-se a própria linguagem-discurso, que é ação. Portanto, em vez dessa miragem, avista-se a construção de uma narrativa social e histórica violenta, em que subjetividades foram e são subjugadas.

Esses mitos têm genealogias que começam desde o primeiro contato dos europeus com as terras americanas, no qual a violência esteve presente desde o início da conquista. E, de acordo com Schwarcz e Starling (2015), esse mito tem início desde os relatos de Pero Vaz de Caminha, que, deslumbrado com as “novas” terras, inaugurou o mito da natureza pacífica e de uma conquista sem violência em uma comunhão que unificou a todos.

Segundo Scott Smith (2023), há um campo de estudos denominado de mitografia, trata-se de um termo acadêmico moderno usado para descrever uma variedade de práticas de escrita antigas que tratam das histórias designadas como mito. É um termo abrangente que engloba tanto a mitografia sistemática quanto a mitografia interpretativa, cujo objetivo é o de desvendar as origens ou os significados ocultos dos mitos por meio de abordagens racionalizantes.

Ainda no aspecto dos mitos, Hall (2003) destaca que os mitos fundadores são transistóricos, anacrônicos e tem a estrutura de uma dupla inscrição, porque o seu poder redentor encontra-se no futuro, eles funcionam atribuindo o que predizem a sua descrição do que já aconteceu, do que era no princípio. Contudo, o estabelecimento de uma “história mundial” no final do século XIX não deve ser explicada só como resultado de transferências intelectuais da Europa, porque quando historiadores e cientistas de fora da Europa recorreram a representações eurocêntricas, essas narrativas não eram apenas cópias ou simulacros.

Na verdade, elas estavam sincronizadas com os interesses de seus autores e com as suas perspectivas, buscando “adequá-las” às condições dos trópicos, isso é importante para que se dê a devida atenção a ações humanas e a dinâmicas dos sujeitos dentro de determinados contextos. Torna-se evidente que o discurso, e com ele as subjetivações em determinados contextos, produzem formas de narrar e de “ser narrado” por aqueles que detêm o poder narrativo, isto é, de estabelecer relações com o Outro e de produzi-los discursivamente, ou seja, de assujeitá-los e subjetivá-los a determinadas posições de formas essencialistas, seja o racializado, a mulher etc. Deste modo, encarar a produção historiográfica em meio a esses aspectos pode permitir um olhar mais horizontal e insubordinado acerca das relações de poder envoltas na escrita da/na história.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigou-se o modo como a linguagem-discurso-narrativa e a história interagem na construção da identidade do sujeito e, desse modo, no seu assujeitamento e na sua subjetivação, que compõem a formação da subjetividade. Permitiu-se, assim, analisar como as relações entre significante e significado engendram a produção de sentido, nos quais são relevantes as influências da memória em articulação de diferentes contextos (contextualista) em suas especificidades e relações de poder (política, economia, cultura etc.), pode-se, portanto, entender as consequências das formulações discursivas na historiografia e nos modos de fazê-la, interpretá-la, ensiná-la etc.

Dado o exposto, ao longo do texto foram vistos aspectos envolvidos a conceitos que passaram a ser relacionados ao pensamento e ao fazer historiográficos ou à escrita da história, como mencionados, sendo os conceitos de linguagem-discurso e de sujeito. Diante disso, foram permitidas incontáveis transformações e eclosões de subjetividades outras e de dissidências no cerne da historiografia do presente, inclusive na sedimentação e, a partir dela, da problematização dos mitos formulados discursivamente ao longo da história, seja de cunho social, cultural, econômica e das mentalidades/ideias.

Isto posto, estes elementos emergentes trazem mutações à consciência e à educação históricas, problematizando questões postas por novos sujeitos e subjetividades tendo em vista as suas experiências subalternizadas e/ou diaspóricas. Dado o exposto, entende-se que estas novas perspectivas e leituras que são propostas lutam para conseguir espaço, aliadas às propostas “indisciplinadas”, as quais indicam fissuras no discurso historiográfico e literário, em simbiose, além da própria forma de se pensar historicamente, seja na academia e/ou fora dela.

REFERÊNCIAS

- AMIN, Samir. **El eurocentrismo**: crítica de una ideología. Mexico, Siglo Veintiuno Editores, 1989.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes de; TRAPP, Rafael Petry. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re) escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 88,



p. 229-252, 2021.

AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. Cambridge: Harvard university press, 1975.

BARCA, Isabel. Educação Histórica: desafios epistemológicos para o ensino e a aprendizagem da História. Diálogo (s), Epistemologia (s) e Educação Histórica: um primeiro olhar, 2021. In: ALVES, Luís Alberto Marques; GAGO, Marília. **DIÁLOGO(S), epistemologia(s) e educação histórica um primeiro olhar**. CITCEM, Porto, julho de 2021.

BUTLER, Judith. **Os sentidos do sujeito**. Tradução de Carla Rodrigues. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CARNEIRO, Rafael Vieira Menezes. Análise do mito da democracia racial a partir de Frantz Fanon e Sueli Carneiro. **História da Historiografia**, v. 16, n. 41, p. e1946, 2023.

CHAUI, Marilena **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Organizador André Rocha. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

CUNHA, Celso. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

ELIA, Luciano. **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Zahar, 3ª edição. 2010.

FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade. Contribuições da Pedagogia para se pensar as relações do saber e gênero na escola contemporânea. **Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 1, n. 1, p. 145-162, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GARCÍA, María Jesús Márques; ARCOS, Daniela Padua; MEGÍAS, María Esther Prados. Pesquisa narrativa em educação: aspectos metodológicos a prática. In: MELO, Alessandro de; FLORES, José Ignacio Rivas (org.). **Pesquisa Narrativa: teoria, práticas e transformação educativa**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2022.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Organização: Liv Sovik; Tradução de Adelaine La Guardia Resende, *et al.* Belo Horizonte: Editora: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução de Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.



JÚNIOR, José dos Santos Costa. Pós-estruturalismo e escrita da história: A genealogia como crítica da subjetividade. **Revista de Teoria da História**, v. 25, n. 1, p. 90-112, 2022.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. Tradução de Fátima Sá Correia, *et al.* São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MACEDO, André Luan Nunes. A História do Eurocentrismo na história intelectual. **Revista de Teoria da História**, v. 23, n. 1, p. 257-281, 2020.

MACEDO, André Luan Nunes. “Sin derramamiento de sangre”: la Independencia de Brasil en los materiales didácticos latinoamericanos (Argentina, Ecuador, México y Venezuela). **Revista de Estudios Brasileños**, v. 9, n. 20, p. 171-182, 2022.

MARTINS, Ana Taís. A circulação do mito na sociedade através da comunicação. **Logos**, v. 29, n. 1, 2022.

MATOS, Júlia Silveira. A história estrutural: trajetória, conceitos e aplicabilidade. **BIBLOS-Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 24, n. 1, p. 55-67, 2010.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de; ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Morais de. **Indisciplinando o cânone: pensamento afrodiaspórico e a colonialidade no campo historiográfico e literário. Pensamento afrodiaspórico em perspectiva: abordagens no campo da História e Literatura**. p. [18-39], 2023.

PACHÁ, Patrícia; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. Entrevista narrativa como técnica de pesquisa. **Synesis** (ISSN 1984-6754), v. 14, n. 1, p. 157-168, 2022.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso Geral de Linguística Geral**. Organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27 Ed. São Paulo: Cultrix. 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Didática reconstrutivista da história e a formação da consciência histórica dialógica. **Territórios e Fronteiras**, v. 14, n. 2, 2021.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

SMITH, R. Scott. mythography. *In: Oxford Classical Dictionary*. 2023. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199381135.013.8900>. Acesso em: 23 nov. 2025.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Tradução de Caio Liudvig. Petrópolis, RJ: Vozes,



*Escritas: Revista do
Curso de História de
Araguaína*

*ISSN: 2238-7188
Araguaína v. 176 n.1 : 2026*

2012.



“NÃO É HORA DE PROCURAR CULPADOS”: O CAPITALISMO DE DESASTRE ENTRE A ESTRUTURA E O ACONTECIMENTO

“THIS IS NOT THE TIME TO LOOK FOR CULPRITS”: DISASTER CAPITALISM BETWEEN STRUCTURE AND EVENT

LUCAS ALVES SELHORST

<https://orcid.org/0000-0001-6667-3281>

Doutorando em Ciências da Linguagem pelo PPGCL/UNISUL
Doutorando-sanduiche na University College London (UCL) pelo PDSE/CAPES
lucasselh@hotmail.com

RESUMO

Este artigo analisa o enunciado “não é hora de procurar culpados”, proferido pelo governador do Rio Grande do Sul durante as enchentes que atingiram o estado em 2024. A partir da perspectiva da Análise do Discurso, buscamos compreender como esse enunciado opera nessa situação de crise. Observamos que a expressão, embora funcione como tentativa de suspender a responsabilização imediata, expõe, pela via da negação, a existência de culpados, deslocando a responsabilidade e diluindo-a. Fazemos essa análise considerando a circulação desse enunciado nos domínios da política e também do futebol, e sua circulação em um meme, o que mostra como as diferentes condições de produção resultam em diferentes efeitos de sentidos. A partir de noções como de acontecimento, silenciamento e formação discursiva, conseguimos discutir como esse gesto discursivo, ao mesmo tempo em que busca proteger o enunciador, reforça mecanismos de naturalização da tragédia e contribui para a reprodução de um modelo político e econômico sustentado pelo capitalismo de desastre.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso; Discurso político; Enchentes no Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This article analyzes the statement “it is not the time to look for culprits,” made by the governor of Rio Grande do Sul during the floods that hit the state in 2024. From the perspective of Discourse Analysis, we seek to understand how this statement operates within this crisis situation. We observe that the expression, while functioning as an attempt to suspend immediate accountability, reveals, through negation, the existence of culprits, shifting responsibility and diluting it. We conduct this analysis by considering the circulation of this statement in the domains of politics and also football, as well as its circulation in a meme, which shows how different conditions of production result in different effects of meaning. Drawing on notions such as event, silencing, and discursive formation, we discuss how this discursive gesture, while seeking to protect the enunciator, reinforces mechanisms of naturalization of the tragedy and contributes to the reproduction of a political and economic model sustained by disaster capitalism.

KEYWORDS: Discourse Analysis; Political discourse; Floods in Rio Grande do Sul.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Naomi Klein (2008) conta que durante as inundações que devastaram Nova Orleans após o furacão Katrina, um congressista da cidade declarou que Deus havia feito uma limpeza na cidade. Enquanto isso, um dos empresários mais ricos de Nova Orleans teria declarado que a tragédia havia limpado o terreno e trazido grandes oportunidades. No abrigo, as pessoas atingidas, ouvidas por Klein, discordavam: “Eu realmente não vejo isso como uma limpeza da cidade. O que eu vejo é que muita gente acabou morrendo na parte alta da cidade. Gente que não deveria ter morrido” disse um rapaz; um senhor bradou: “O que há de errado com essa gente de Baton Rouge? Isso não é uma oportunidade. Isso é uma tragédia desgraçada. Eles são cegos?” E uma mãe com duas crianças respondeu: “Não, eles não são cegos, eles são maus. Eles enxergam muito bem” (Klein, 2008, n. p.).

Klein (2008) relata que Milton Friedman, guru do capitalismo sem freios, escreveu um editorial no *Wall Street Journal* dizendo que aquele acontecimento era uma tragédia, mas também era uma oportunidade, pois a maior parte das escolas havia sido destruída, assim como as casas das crianças que estudavam nelas. Friedman defendia que em vez de se gastar dinheiro reconstruindo as escolas, o governo deveria dar *vouchers* para que as famílias levassem seus filhos para instituições privadas e que essa mudança não deveria ser apenas uma reforma emergencial, mas uma solução permanente. Assim, iniciou-se um forte processo de privatização da educação na cidade. As escolas públicas passaram, em grande quantidade, a ser dirigidas por instituições privadas, ou seja, passaram a ser consideradas, conforme a nomenclatura utilizada, como “escolas licenciadas”.

Deste modo, Klein (2008) explica como as escolas eram leiloadas, os sindicatos desmobilizados, os professores postos na rua ou readmitidos com redução salarial pelas escolas licenciadas:

Nova Orleans se tornara, de acordo com o *New York Times*, “o laboratório mais importante do país para ampliar o uso das escolas licenciadas”, enquanto o *American Enterprise Institute*, uma entidade afiliada ao pensamento de Friedman, manifestava seu entusiasmo porque “o Katrina havia realizado em um dia... aquilo que os reformadores educacionais da Louisiana vinham tentando fazer durante anos, sem sucesso”; Os professores da rede pública, por sua vez, observando que o dinheiro destinado às vítimas da enchente estava sendo desviado para erradicar o sistema



público e substituí-lo pela privatização, chamavam o plano de Friedman de “apropriação do terreno educacional” (Klein, 2008, n. p.).

Klein (2008) termina esse relato dizendo que são esses ataques à esfera pública em momentos catastróficos, momentos esses tratados como oportunidades, que ela chama de “capitalismo de desastre”. Trazemos esse relato de Klein, pois nosso objetivo aqui é fazer uma análise discursiva do enunciado “não é hora de procurar culpados” proferido também em um momento catastrófico, pelo governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (filhado ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), durante o período de enchentes no estado, entre abril e maio de 2024. Sobretudo pelo fato de se tratar de um enunciado que fala de culpa, o relato de Klein (2008) nos alerta para o fato de que o capitalismo se alimenta de tragédias, por isso, é compreensível que não haja grandes preocupações no que se refere à prevenção. Trata-se do que a autora chama de doutrina do choque, que vê na crise, uma oportunidade. Portanto, embora seja importante localizar a culpa de forma mais direta e pessoal, também é importante compreendermos esse funcionamento como parte de um sistema mais amplo.

Além disso, pretendemos mostrar nessa análise como o enunciado “não é hora de procurar culpados” materializa o apagamento da história mobilizado pelo capital para se estruturar. Isso certamente se dá pela memória, ou mais especificamente pela memória discursiva, que, na análise do discurso, é pensada, como explica Pêcheux (1999 [1983], p. 53), como “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os ‘implícitos’ [...] de que sua leitura necessita”.

Pêcheux destaca ainda que há sempre um jogo de forças na memória sob o choque do acontecimento: um que visa manter uma regularização e outro contrário que força uma desregulação. Ou seja, a memória não pode ser considerada uma esfera plena, mas “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, polêmicas e contra-discursos” (Pêcheux [1983], p. 56). Portanto, é nesse jogo de forças da memória que funciona a chamada doutrina do choque e também é nele que se inscreve o enunciado que analisamos neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Essa pesquisa tem como base a análise do discurso materialista. Para este campo, como explica Mittman (2005), o corpus nunca está dado, mas ele é construído pelo gesto do analista de ler, relacionar, recortar e, novamente, relacionar. Portanto, inicialmente, é importante

entendermos que a constituição do corpus dessa análise se deu a partir da relação com a teoria e o enunciado “não é hora de procurar culpados”, identificado em três domínios: a fala do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, durante coletiva de imprensa em maio de 2024, no contexto das enchentes no estado; o domínio esportivo, com ênfase em enunciados recorrentes em matérias jornalísticas que relatam dizeres de personagens do futebol, nos quais a mesma formulação aparece em situações de derrota ou crise; e o espaço digital das redes sociais, particularmente a circulação de um meme sobre a fala do governador, que retoma e reconfigura ironicamente o enunciado analisado.

O recorte da pesquisa está relacionado sobretudo à leitura do texto “Discurso: estrutura ou acontecimento” de Pêcheux (2012 [1988]). A seleção do enunciado se deu pela percepção de que ele materializa um discurso de interdição da culpa e que a partir da análise poderíamos entender como esse tipo de dizer funciona em momentos de instabilidade. Posteriormente, buscamos identificar a dispersão por diferentes esferas, como forma de identificar os diferentes efeitos de sentido considerando distintas condições de produção. Com isso, considerando a percepção da regularidade desse tipo de enunciado na esfera do futebol, retornamos a Pêcheux para pensar a relação entre o campo político e o esportivo. Optamos ainda por incorporar à análise um meme de grande circulação do Instagram, o que nos demanda também a leitura de pesquisas sobre o discurso no digital, como de Gallo e Silveira (2017).

Tendo o texto de Pêcheux (2012) como uma base importante, decidimos também mobilizar a noção de acontecimento, problematizando sua natureza. Deste modo, é importante entendermos que na análise do discurso a noção de acontecimento pode ser subdividida em duas noções diferentes: acontecimento discursivo e acontecimento enunciativo. Indursky (2008) explica a diferença entre eles, da seguinte forma: no primeiro, há uma ruptura em relação à forma sujeito e seus saberes, o que acarreta no surgimento de uma nova forma sujeito e também de uma nova formação discursiva; no segundo, se trata apenas a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma formação discursiva. Ou seja, o acontecimento discursivo não se refere apenas a uma fragmentação, mas a uma ruptura com a forma-sujeito e com a formação discursiva, portanto, podemos dizer que ele é da ordem da raridade. Assim, nossa hipótese inicial é que a circulação do enunciado ‘não é hora de procurar culpados’ configura um acontecimento enunciativo, pois ele não parece romper com a formação discursiva que sustenta os saberes mobilizados sobre a crise.



Assim, também precisamos desde já entender o que é formação discursiva. Para Pêcheux (1995 [1975]), é

Aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva da qual são produzidas [...] diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas correspondentes (Pêcheux, 1995 [1975], p. 160-161).

Além dessas noções da análise do discurso, é importante compreendermos como o capitalismo de desastre explicado por Klein (2008) utiliza estados de choque e crises (como as enchentes no Rio Grande do Sul) para suspender o debate democrático e a busca por causalidades históricas. A autora apresenta diversos exemplos em seu livro, para além do que trazemos na introdução, e como ela explica, de modo geral, eles apresentam um compromisso com a trindade: “eliminação da esfera pública, total liberdade para as corporações e gasto social mínimo” (Klein, 2008, p. 24). Ou seja, é para isso que a doutrina do choque funciona, para reconfigurar a política e a economia em favor da classe dominante, aproveitando momentos de choque coletivo que produzem uma certa desorientação, isto é, que enfraquecem a capacidade de mobilização social.

ANÁLISE DO DESASTRE BRASILEIRO

Tomados pela leitura de “Discurso: estrutura ou acontecimento” (Pêcheux, 2012 [1988]) ao mesmo tempo em que acompanhamos a catástrofe ambiental no Rio Grande do Sul, nos deparamos com a fala proferida pelo governador do estado, Eduardo Leite, no dia 5 de maio de 2024, em coletiva ao lado do presidente Lula:

Recorte 1: Fala do governador¹⁷

Eu preciso fazer um pedido também aqui, já que estou vendo muitos parlamentares de partidos diferentes: Não é hora de procurar culpados. Não é hora de transferir responsabilidades. A gente vai ter que trabalhar à altura do que o momento histórico nos exige, [esse] é daqueles momentos que vão estar registrados na história, nos livros de história no futuro. A gente tem que estar à altura do que a história nos exige no presente. Isso é fundamental. Eu percebo esse sentimento em todos, quero deixar claro aqui, não estou fazendo cobrança, porque [n]a divisão política que a gente vive parece que qualquer coisa que a gente fale “oh precisamos disso, precisamos daquilo”, parece que estamos jogando a culpa para alguém que já sai na defensiva, que já sai apontando, que já sai... não!

¹⁷ Transcrição nossa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UV7oeriZUbg>. Acesso em: 17 maio 2024.

Aqui é o momento de a gente estar à altura do que a população está nos demandando. Peço isso encarecidamente.

Alguns dias antes, no dia 2, o governador havia comentado o envolvimento do presidente, que havia sobrevoado as áreas atingidas. Disse ele “não é momento apenas de sobrevoos, mas de articulação” (CNN Brasil, 2024, online)¹⁸. Uma matéria do Brasil 247¹⁹ explica melhor o contexto da semana em que o governador fez a fala que recortamos acima:

Há setenta e cinco mortes confirmadas no estado (e contando) com mais de cem pessoas desaparecidas e centenas de milhares atingidas. Diante da situação, desde quarta-feira (1) o governador do Estado assumiu um tom de cobrança junto ao Governo Federal. O finado PSDB, partido do governador Eduardo Leite, soltou uma nota criticando o suposto atraso do Governo Federal em enviar ajuda ao Estado. Como disse o transformado Reinaldo Azevedo, trata-se de uma nota “sem vergonha”, pois a menos que Leite esperasse que Lula decretasse uma Intervenção Federal no estado, qualquer ajuda só poderia ser recebida diante do pedido do governador. Neste domingo (5) em coletiva de imprensa, um dos culpados pela tragédia, o governador Leite, afirmou: “não é hora de procurar culpados” (Brasil 247, 2024, online).

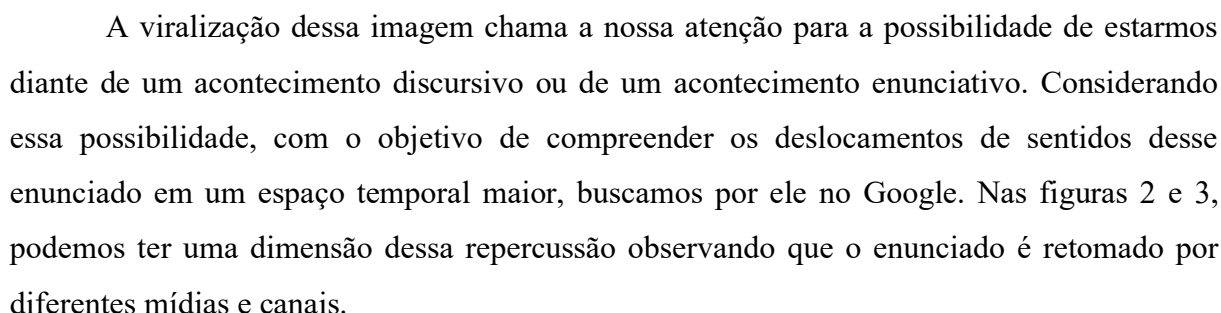
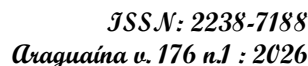
Da fala do governador, recortamos o enunciado “não é hora de procurar culpados”, não apenas porque ele sintetiza de algum modo o discurso do governador, mas também porque foi ele que ganhou repercussão e destaque, passando a circular tanto no âmbito jornalístico, quanto no âmbito ordinário das redes. Fazemos esse recorte motivados, sobretudo, pela circulação de uma imagem, que passou a ser compartilhada nas redes após a fala do governador e que indicava uma forte viralização. Diz a imagem, que pode ser conferida na figura 1: “Não é hora de procurar culpados”. Assinado: os culpados.

Figura 1: Post no Instagram²⁰

¹⁸Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/nao-e-momento- apenas-de-sobrevoos-mas-de-articulacao-diz-leite-sobre-ida-de-lula-ao-estado/>. Acesso em: 06 out. 2024.

¹⁹ Disponível: <https://www.brasil247.com/blog/nao-e-hora-de-procurar-culpados-diz-o-culpado-pela-tragedia-no-rs>. Acesso em: 06 out. 2024.

²⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/designativista/p/C6wGC7hraOX/>. Acesso em: 17 maio 2024.



21 Disponível em:



Figura 3: Não é hora de procurar culpados no Google²²

²² Disponível em:

https://www.google.com/search?q=n%C3%A3o+%C3%A9+hora+de+procurar+culpados&sca_esv=c920b7292afa99a8&sxsrf=ADLYWIJGIE4cW6ERPpHgOsMVu91e53vJcw%3A1728069520136&ei=kD8AZ-X-B8nV1sQPts3awAQ&ved=0ahUKewjlhpTPuPWIAxXJqpUCHbamFkgQ4dUDCA8&uact=5&oq=n%C3%A3o+%C3%A9+hora+de+procurar+culpados&gs_lp=Egxn3Mtd2l6LXNlcnAilW7Do28gw6kgaG9yYSBkZSBwc m9jdXJhcnBjdWxwYWRvczIEECMYJzIGEAAyFhgeMggQABiABBiiBDIIIEAAYgAQYogRI7xtQrxZYrxZwAngAkAEAmAGPAaABjwGqAQMWLjG4AQPIAQD4AQGYAgGgApgBmAMAiAYBkgcDMC4xoAejBA&sclient=gws-wiz-serp. Acesso em: 04 out. 2024.



não é hora de procurar culpados



Brasil de Fato - Rio Grande do Sul

<https://www.brasildefato.com.br> › 2024/05/13 › nao-e... ⋮

Não é hora de procurar culpados?

13 de mai. de 2024 — Não é hora de procurar culpados? ... Obviamente, estamos no tempo de salvar vidas, abrigar pessoas que estão em situação de miséria e desespero, ...



Instagram

<https://www.instagram.com> › enrique diazbrasil ⋮

Enrique Diaz | "Não é hora de procurar culpados." Ass. Os ...

Essa é a capa da Ilustrada de hoje. Me parece um horror. Induz a uma associação direta entre o título A CARA DO MAL à imagem em close de um homem negro que ...



Metrôpoles

<https://www.metrolopes.com> › brasil › tragedia-no-rs-n... ⋮

"Não é hora de procurar culpados", diz Eduardo Leite

5 de mai. de 2024 — "Não é hora de procurar culpados, não é hora de transferir responsabilidades. A gente vai ter que trabalhar à altura do que o momento histórico ...



X

<https://twitter.com> › brasil247 › status ⋮

Brasil 247 on X: "'Não é hora de procurar culpados", diz o ...

5 de mai. de 2024 — "Não é hora de procurar culpados", diz o culpado pela tragédia no RS
<https://t.co/Ncu6MrXJBK>.



Brasil 247

<https://www.brasil247.com> › blog ⋮

"Não é hora de procurar culpados", diz o culpado pela ...

5 de mai. de 2024 — "Não é hora de procurar culpados", diz o culpado pela tragédia no RS ·
"Em seu governo, Eduardo Leite cortou o orçamento da Defesa Civil", ...

É possível afirmar que o enunciado “não é hora de procurar culpados” está relacionado a Eduardo Leite na maioria dos resultados. Deste modo, tentamos localizá-lo dito em outros momentos. Expandindo os resultados para antes do dia em que ele foi proferido pelo governador, observamos que ele aparece em outro conjunto de enunciados. Indo até as páginas mais antigas do Google, percebemos que essa frase já é usada por políticos diante de problemas, inclusive ambientais, portanto, a fala do governador não se trata de uma novidade ou de uma ruptura. Um exemplo pode ser visto na figura 4, que se refere a um terremoto no Chile:

Figura 4: Notícia sobre terremoto e uso do enunciado²³

²³ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL1514782-16021,00-TERRA+TREM+MAIS+DUAS+VEZES+E+LEVA+PANICO+AO+CHILE.html>. Acesso em 17 maio 2024.





03/03/10 - 23h59 - Atualizado em 04/03/10 - 00h48

Terra treme mais duas vezes e leva pânico ao Chile

Novos tremores de terra assustaram nesta quarta-feira (03) o Chile, traumatizado pelo terremoto de sábado (27) que já matou 802 pessoas.

Carlos De Lannoy
Punta Arenas, Chile

Tamanho da letra
A- A+

Desespero na cidade mais atingida pelo terremoto. Dois novos tremores um de 5,9 e outro de seis graus sacudiram Concepción nesta quarta-feira (03). A réplica mais forte desde a tragédia do último sábado (27) levou pânico a população.

Rapidamente houve alerta de tsunami, logo descartado pelo Escritório Nacional de Emergência, mas não foi assim no sábado. A Marinha assumiu que demorou para advertir sobre a formação de ondas gigantes na costa chilena.

"Não fomos precisos na comunicação com a presidente para manter ou cancelar o alerta de tsunami", disse um almirante chileno a um canal de TV. O alerta no momento certo poderia ter evitado centenas de mortes como as de Constitución, onde morreu quase metade de todas as vítimas do terremoto.

saiba mais

Terremoto de 6,4° atinge Taiwan

O número de mortos deve aumentar nos próximos dias, já que centenas de pessoas estão desaparecidas. Diante das críticas pela demora no alerta do tsunami e do envio de ajuda, o governo disse que não é hora de procurar culpados e garantiu que não vão faltar alimentos, medicamentos e combustíveis a população.

Os trabalhos de resgate avançam nas áreas mais isoladas. Mais corpos são encontrados com a retirada dos escombros e mais pessoas ficam desabrigadas com a interdição das casas. De helicóptero, os militares chegam com comida e medicamentos. Voluntários ajudam na distribuição.

/ primeira página

Liminar da Justiça Federal suspende leilão de Belo Monte

Se irá fazer armas nucleares, terá que arcar, diz Lula

Racing x Corinthians

Chuva mata dois e deixa 18 cidades em emergência na Bahia

Mortos no ano por terremotos somam mais de 223 mil

» primeira página

/ plantão

SEX, 7/1/2011

13h33 | amazonia
Índios suruí apostam no mercado de carbono para conservar sua terra em RO

TER, 4/1/2011

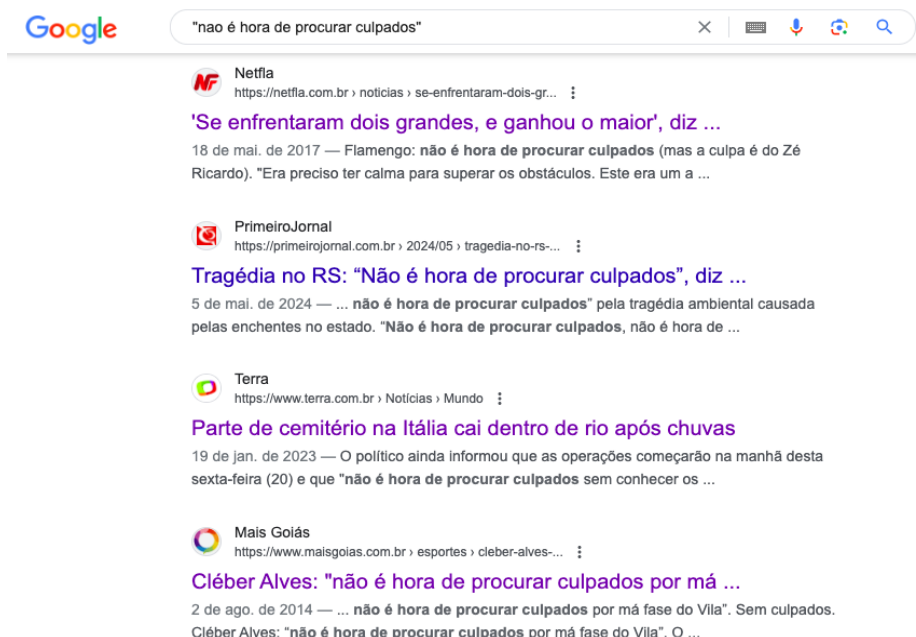
20h08 | amazonia
Filhote de peixe-boi sem a mãe é resgatado no Amazonas

12h48 | amazonia
Expedição faz levantamento inédito do Parque da Serra do Pardo, no Pará

» todas as notícias

No entanto, percebemos que, na medida em que os resultados mais antigos vão aparecendo, eles não são apenas de ordem política/ambiental, mas vão se misturando a notícias de ordem esportiva, todas elas do futebol, o que nos remete à análise do enunciado “on a gagné” (ganhamos) feita por Pêcheux. Isso pode ser observado na figura 5:

Figura 5: Busca no Google por “não é hora de procurar culpados”²⁴



Para otimizar a observação das regularidades, elaboramos um quadro com recortes das notícias, o qual pode ser observado a seguir:

Quadro 1: Uso do enunciado no Futebol

Após eliminação, Elano afirma que é hora de reconstruir e seguir Ferroviária perdeu nos pênaltis para o time do Atlético Cearense Após deixar escapar o acesso para a Série C do Campeonato Brasileiro, o técnico grená, Elano Brumer, afirma que não é hora de procurar culpados, mas de se reconstruir [...] (ACidade ON – Araraquara, 2021, online, grifo nosso)²⁵.
Tadeu manda recado para o São Paulo: o Figueirense ainda está vivo Apontado pela torcida como um dos maiores responsáveis pelo baixo aproveitamento do ataque e, por consequência, pela falta de vitórias da equipe, Tadeu se esquivava e afirma que não é hora de procurar culpados [...] (ESPN, 2008, online, grifo nosso)²⁶.
Após derrota do Sport, Claudinei diz que não é hora de “procurar culpados”

²⁴ Disponível em:

https://www.google.com/search?q=%22n%C3%A3o+%C3%A9+hora+de+procurar+culpados%22&oq=%22n%C3%A3o+%C3%A9+hora+de+procurar+culpados%22&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQIRigATIHCAIQIRigAdIBCDg0NzhqMGo3qAIA&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 17 maio 2024.
Observação: por se tratar de uma busca no google, os resultados podem variar.

²⁵ Disponível em: <https://www.acidadeon.com/araraquara/esportes/apos-eliminacao-elano-afirma-que-e-hora-de-reconstruir-e-seguir/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

²⁶ Disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/15842_tadeu-manda-recado-para-o-sao-paulo-o-figueirense-ainda-esta-vivo. Acesso: 17 jul. 2024.



Treinador garantiu que “trabalho está sendo bem feito”

Depois de um tropeço que praticamente zerou as chances de acesso para o Sport, Claudinei Oliveira falou sobre os próximos passos do Leão na Série B. Defendendo o seu trabalho no elenco, ele garantiu foco no campeonato e disse **não ser hora de “procurar culpados”** [...] (NE45, 2022, online, grifo nosso)²⁷.

Cássio lamenta nova derrota do timão e diz que não é hora de procurar culpados

O goleiro Cássio lamentou mais um revés do Corinthians no Campeonato Brasileiro. A derrota por 1 a 0 para o Fluminense, na quarta, no Maracanã, caiu como uma ducha de água fria nas pretensões do time [...] (RD News, 2018, online, grifo nosso)²⁸.

‘Não se deve procurar culpados’, diz Alexandre Mirinda sobre Situação caótica do Santa Cruz

Vice-presidente de futebol preferiu não nomear os responsáveis pelo momento do Tricolor, mas não deslegitimou as críticas dos torcedores (Esportes DP, 2021, online, grifo nosso)²⁹.

Jardel: «Está difícil de explicar...»

Central diz que o grupo tem de lidar com as responsabilidades. Jardel, jogador do Benfica, em declarações à Sport TV após a goleada sofrida em Basileia (5-0).

[...] **«Não é hora de procurar culpados. Temos de nos unir»**

(CNN Portugal, 2022, online, grifo nosso)³⁰.

Sem buscar culpados

Jair comenta apagão na derrota para o São Paulo e quer corrigir erros internamente

Em um trabalho coletivo, no qual todo mundo ganha e todo mundo perde, na derrota **não é hora de gerar crise ou buscar culpados individuais** [...] (Botafogo, 2017, online, grifos nossos)³¹.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Frente ao que a leitura de Pêcheux nos oferece, nos soprando pistas de como olhar para os acontecimentos do presente, não vamos aqui tentar localizar quando exatamente passamos, para além do futebol, a “não procurar culpados” diante da tragédia.

A novidade, nesse caso, parece estar mais relacionada ao deslizamento marcado pelo post viralizado em que se registra a assinatura dos culpados como enunciadores. Podemos, portanto, à luz de Pêcheux, também questionar a opacidade desse enunciado na relação com os dois domínios, do futebol e da política.

No futebol, nem sempre fica evidente quem são os culpados. Um diálogo entre o técnico

²⁷ Disponível em: <https://ne45.com.br/2022/10/24/sport-claudinei-oliveira-procurar-culpados/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

²⁸ Disponível em: <https://www.rdnnews.com.br/esportes/conteudos/104190>. Acesso em: 17 jul. 2024.

²⁹ Disponível em: https://www.esportesdp.com.br/noticias/futebol/santacruz/2021/09/nao-se-deve-procurar-culpados-diz-alexandre-mirinda-sobre-situacao.html#google_vignette. Acesso em: 17 jul. 2024.

³⁰ Disponível em: <https://cnnportugal.iol.pt/liga-campeoes/benfica/jardel-esta-dificil-de-explicar>. Acesso em: 17 jul. 2024.

³¹ Disponível em: <https://www.botafogo.com.br/noticias/sem-buscar-culpados>. Acesso em: 17 jul. 2024.

Vicente Feola e o jogador Mané Garrincha antes do jogo entre Brasil e União Soviética da copa de 58 materializa isso: Feola teria dito: – Garrincha, é o seguinte: você pega a bola e dribla o primeiro beque. Quando chegar o segundo, você dribla também. Aí vai até a linha de fundo, cruza forte para trás, para o Vavá marcar (o gol)”. E Garrincha então responde: – “Tudo bem, mas o senhor já combinou com os russos?” (Fundação Cultural Palmares, 2023, online).

Ou seja, mesmo que o técnico faça a escalação e trace boas estratégias, mesmo que os jogadores sejam habilidosos, mesmo que o goleiro seja o melhor do campeonato, na hora da partida tudo pode acontecer, sair do planejado, os adversários podem atacar de modos inesperados etc. Às vezes, no entanto, os culpados são localizáveis, um jogador que se sai mal, um técnico que faz escolhas ruins, um goleiro que “leva um frango”. Um bom exemplo disso é o enunciado que encontramos na ESPN Brasil e pode ser visto na figura 3: “não é hora de procurar culpados (mas a culpa é do Zé Ricardo)”.

Porém, feitas essas considerações sobre futebol, podemos agora questionar: quando esse enunciado é dito no âmbito da política, como procurar culpados? É preciso procurar? Por que aquela não era a hora de fazer isso? Quando seria a hora? Enfim, o que significa dizer que “não é hora de procurar culpados” diante da tragédia?

Podemos seguir os passos de Pêcheux, questionando não é hora de *quem* procurar culpados? Embora o governador se dirija aos parlamentares, ele não diz que não é hora de *vocês* procurarem culpados. Diz que não é hora de procurar culpados, genericamente. Falaria também com a mídia? Com as autoridades judiciais? Ou com o povo de modo geral?

Também podemos, tal qual Pêcheux, nos debruçar sobre o verbo (no caso de Pêcheux *ganhar*, e agora *procurar*) e seus usos mais comuns dicionarizados: O Michaelis (2024, online) diz: “1. Fazer as diligências necessárias para tentar achar algo: *Procurou a nota fiscal da compra do aparelho que veio com defeito e felizmente a encontrou*”. Ou seja, a partir desse sentido, quem procura, procura *algo* e *algo* que existe. Esse enunciado admitiria, desse modo, que existem culpados, embora considere que eles sejam poupados naquele momento.

Além disso, podemos entender esse enunciado pelas vias do efeito de pré-construído³²,

³² Em entrevista ao Jornal da Unicamp, Henry (2013, online) explica a noção de pré-construído: “A ideia é, efetivamente, que o que se diz, o que se escuta, é sempre atravessado por algo que já foi dito, atravessado por um dito anterior. [...] O discurso não funciona de modo isolado, ele está sempre ligado a outros discursos que se convocam, que são convocados por sua letra, sua materialidade. É isso que levou à ideia de pré-construído, de início com um trabalho sobre a pressuposição tal como desenvolvido por Frege, mas nós nos distanciamos disso muito rapidamente, porque, simplesmente, a ideia de conteúdo de Frege consistia em que podia haver ao menos

que no caso de enunciados negativos, estão ancorados em enunciados afirmativos, pois como explica Pêcheux “remete àquilo que todo mundo sabe” (1995, p.171). Ou seja, o enunciado “não é hora de procurar culpados” remete a um efeito de pré-construído de que “existem culpados [que em algum momento deverão ser procurados]”, isto é, em algum momento deve haver responsabilização.

O governador, portanto, alvo fácil dessa culpa, joga com a instabilidade do jogo político. No espriar das águas da culpa todos aqueles que procuram podem achar alguma em si ou no outro: a qual nível (federal, estadual ou municipal) cabe essa culpa? Qual esfera: do executivo, do legislativo ou do judiciário? Alguém viu o(s) orçamento(s)? Quem o(s) escreveu? Quem o(s) aprovou? E as mudanças nas legislações ambientais? Quem assistiu às sessões legislativas e se importou com isso? O que fez a mídia? E a chamada indústria do agro? No entanto, poderíamos na sequência questionar: quando é possível um político negar que se apure quem são os culpados, ou seja, falar em defesa da impunidade (mesmo que momentânea), senão em sua própria defesa (ou de algum grande aliado)?

Nesse sentido, Indursky (1990) diferencia dois tipos de negação: negação polêmica, que a autora toma a partir de Ducrot para explicar a colocação de perspectivas de dois enunciadores diferentes, por exemplo, “revolução não é golpe” (se nega porque alguém afirma, então há a posição de quem nega e a de quem afirma); e uma outra que ela toma a partir da denegação da psicanálise, do sujeito que nega um comportamento seu, deixando-o recalcado no inconsciente. Essa segunda categoria, a autora chama de negação discursiva e descreve como aquela que incide sobre um elemento de saber da própria FD que afeta o sujeito do discurso. A autora explica que nos dois casos o enunciado negativo é a manifestação do outro, positivo, mas no segundo caso “o processo de denegação dá-se no interior da rede discursiva em que está inserido o enunciado negativo. Dito em outras palavras: o sujeito não reconhece um saber que é próprio de sua FD” (Indursky, 1990, p. 121). Esse funcionamento e seu efeito ficam flagrantes na circulação do post que complementa “assinado: os culpados”.

Além disso, quando consideramos que estamos tratando de um meme, ou seja, de um post feito para circular em espaços enunciativos informatizados (Gallo; Silveira, 2017), com

dois níveis em um texto – o nível superficial e algo que estava em uma posição segunda, se preferir, enganchada na primeira. A estrutura do texto, então, era uma hierarquia, havia uma superfície e depois algo abaixo. E depois, na medida em que a noção de pressuposição efetivamente implicava a ideia, grosso modo, de que a palavra tem um sentido. Era x não há discurso que funcione sem fazer apelo a outros discursos”.

um efeito de rumor/humor (Silveira, 2022) e de ironia, devemos também perceber que esse efeito só funciona por um funcionamento dado historicamente no futebol: quem diz que não é hora de procurar culpados são os dirigentes, os técnicos ou o goleiro que deixou os gols passarem. Ou seja, aqueles que são apontados como culpados. Ou, talvez possamos dizer, os culpados. Em um comentário que pode ser visto na figura 1, inclusive, uma internauta comenta: “só os culpados dizem isso”.

No caso do futebol, isso pode ser visto claramente como uma regularidade, voltemos a alguns enunciados: “*Após deixar escapar o acesso para a Série C do Campeonato Brasileiro, o técnico grená, Elano Brumer, afirma [...]*”. O texto diz que o técnico “deixou escapar o acesso para a Série C”, ou seja, o próprio texto apresenta o técnico como culpado, para depois dizer que ele afirma não ser hora de procurar culpados. Na segunda notícia do nosso quadro, veiculada pela ESPN, essa culpa fica ainda mais explícita: “*Apontado pela torcida como um dos maiores responsáveis pelo baixo aproveitamento do ataque e, por consequência, pela falta de vitórias da equipe [...]*”. Ou seja, mais uma vez aquele que é apontado como culpado pedindo para não se procurar culpados. Na terceira, igualmente: “*Depois de um tropeço que praticamente zerou as chances de acesso para o Sport, Claudinei Oliveira falou sobre os próximos passos [...]*”. Quer dizer, antes de trazer a fala de Claudinei sobre “não procurar culpados”, a matéria deixa claro que é dele o tropeço que tirou as chances do time. O mesmo pode ser observado na notícia sobre a derrota do Corinthians, na qual se relata que o time perdeu de 1 a 0 e logo se apresenta a fala do goleiro (que deixou esse gol passar). Já no caso em que Jair afirma que “*não é hora de gerar crise ou buscar culpados individuais*”, pela presença de “*individuais*”, se explicita um efeito do enunciado que é o da generalização da culpa.

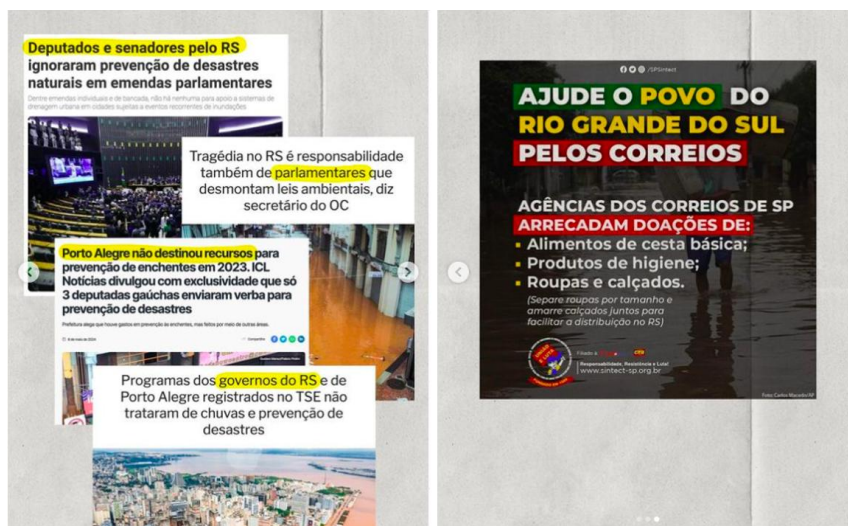
Assim, podemos explicar melhor o porquê de mobilizarmos a noção de denegação discursiva: Eduardo Leite tem sido um defensor das privatizações³³, inclusive dos presídios. Um bom exemplo do que Klein (2008) chama de capitalismo do desastre: aproveitar o desastre da violência, do encarceramento em massa e do racismo estrutural como uma oportunidade para o lucro. No entanto, isso faz parte daquilo que, nessa formação discursiva, não pode ser dito e, por isso, fica denegado. Também são esses elementos que nos permitem fazer essa relação do caso americano com o brasileiro na análise do enunciado “*não é hora de procurar culpados*”.

³³ Essa informação pode ser conferida, dentre outros lugares, aqui: Leite destaca liderança do RS em privatizações e potencial do estado em evento da B3. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/leite-destaca-lideranca-do-rs-em-privatizacoes-e-potencial-do-estado-em-evento-na-b3>. Acesso em: 16 jul. 2024.

Ou seja, são os elementos que compõem as condições de produção do discurso: os sujeitos, mas também a situação, o modo como a memória é acionada, o contexto imediato, bem como o contexto sócio-histórico-ideológico (Orlandi, 2013).

Se voltarmos ao post do Instagram, no entanto, percebemos que ele não resolve a questão da culpa. Ao dizer “*não é hora de procurar culpados*”. Assinado: os culpados, se mantém a opacidade. Os culpados não são nomeados e embora o leitor possa saber que está se fazendo referência ao governador que proferiu o enunciado, se opta, não por “assinado: o culpado” no singular, mas “os culpados”, no plural. Evidentemente esse meme passou a circular em muitos perfis e em diferentes redes, mas nesse post no qual ele foi originalmente postado por quem o desenvolveu, ele está agrupado a duas outras imagens, que podem ser vistas a seguir:

Figura 6: Post no Instagram³⁴



Podemos perceber especialmente a partir da imagem que reúne recortes de notícias o porquê de se referir aos culpados no plural. Nela conseguimos ver a responsabilização ser estendida de modo prosopopeico à cidade de Porto Alegre (em “Porto Alegre não destinou recursos [...]”, como se a cidade agisse por si própria), aos parlamentares de modo geral, bem como aos eleitores, já que em uma das notícias se destaca que os programas dos governos eleitos que foram registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não trataram de prevenção de

³⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/designativista/p/C6wGC7hraOX/>. Acesso em: 17 maio 2024.

desastres, isto é, a população votou e escolheu por planos de governo que não consideram essas questões.

Deste modo, o meme dá continuidade a um efeito de generalidade da culpa que percebemos desde a fala do governador, já que ele também usa o plural em “não é hora de procurar culpados” e que também destacamos no futebol quando se fala que “não é hora de procurar culpados individuais”.

Como afirmamos, esse enunciado poderia ter sido formulado de outras formas, como a que citamos, usando o singular (“assinado: o culpado”), que é, inclusive, usado na legenda “culpado diz: não é hora de procurar culpados”, mas ao incluir o plural na imagem, que é o que ganha destaque no Instagram (um espaço voltado sobretudo a imagens) e também ao incluir os recortes que mostramos, já não se está apenas apontando para a denegação/contradição da fala do governador, e sim contribuindo para a generalização da culpa.

Em síntese, “não é hora de procurar culpados” é um enunciado que funciona contraditoriamente: pelo uso do plural, ao mesmo tempo em que denega a culpa naquele que enuncia, estende essa culpa a outros (como se dissesse “posso ser culpado, mas não sou o único”). Essa denegação é denunciada pelo próprio enunciado no uso do verbo “procurar” (como se dissesse “não vou afirmar a culpa. Não vou me apresentar como culpado. Se quiserem, que me procurem”). Já o “não é hora”, nos parece ser o modo pelo qual aquele que denega a culpa (ou seja, afirma negando) pede paciência para consertar o seu erro. No entanto, como pudemos perceber, não se trata de uma justificativa apenas para a mídia ou para a sociedade, mas de uma resposta ao próprio governo federal, considerando que o presidente Lula estava do lado do governador. Isto é, “não é hora de procurar culpados” retoma “não é momento apenas de sobrevoos”, como forma de responder e se reposicionar com relação ao governo federal.

Neste sentido, podemos lembrar de Ducrot (1987) quando explica como diferentes vozes compõem o sentido de um enunciado. Romualdo diz que o autor

buscava contestar a ideia de que um enunciado isolado faria ouvir somente uma voz. No seu estudo, o autor distingue a polifonia de locutores da polifonia de enunciadores. O locutor se caracteriza por ser o responsável pelo enunciado, já os enunciadores são perspectivas, representações de pontos de vista que o locutor apresenta no enunciado. Exemplificam os casos de polifonia de locutores o discurso reportado direto e indireto, nos quais é possível identificar mais de um locutor; já a polifonia de enunciadores pode ser percebida em fenômenos como a pressuposição ou a negação, em que se encenam dois enunciadores (Romualdo, 2020, p. 69).

Assim, pode-se perceber que o enunciado “não é hora de procurar culpados” mesmo



que proferido por um único locutor, poderia constituir, na perspectiva de Ducrot (1987), uma polifonia de enunciadores, mesmo que de uma mesma formação discursiva, como explica Indursky (1990). Porém, não só isso, se trata também de uma polifonia de interlocutores, na medida em que com um mesmo enunciado, se fala com a mídia, com a sociedade, com o governo federal etc.

No futebol, esse pedido de tempo pode ser uma forma de dizer que naquele momento é melhor manter aqueles que erraram e que conhecem melhor que ninguém esses erros e, portanto, estariam menos propensos a cometê-los novamente e mais hábeis a corrigi-los. Já na política, nisso que estamos chamando de capitalismo de desastre, a partir de Klein (2008), esse tempo de poder pós-tragédia é essencial, não para corrigir os erros, mas para transformar a crise em oportunidade de lucro e para capitalizar também do ponto de vista político, vestindo a capa de herói que, nesse caso, se tratava do colete da defesa civil.

Assim, podemos também lembrar do trabalho de Orlandi (2007), que nos explica o funcionamento do silêncio na própria constituição do sentido, ou seja, o não-dito necessário para o dito, para que o dizer não seja *non-sense* (silêncio fundante); mas também a política do silêncio, isto é, o silenciamento. Ela explica que “há uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer ‘uma coisa’, para não deixar dizer outras. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Essa é sua dimensão política” (Orlandi, 2007, p. 53).

Orlandi (2007) explica ainda que a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos outros sentidos indesejados em uma situação discursiva dada. Essa é uma importante característica desse enunciado, no que diz respeito ao trabalho de interdição do dizer. Ou seja, ele funciona como um dispositivo de sutura, visando paralisar o movimento dos sentidos sobre a responsabilização dos que poderiam ser classificados como culpados.

Ainda a respeito da interdição, Foucault (1996 [1970], p. 8-9) diz que em toda sociedade a produção do discurso é “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de processos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. O autor também afirma que a política é uma região importante de interdição. É a partir dessa discussão que o autor escreve a célebre passagem que, posta em diálogo com nossa análise, parece definir bem a relação entre os diferentes sentidos produzidos, de um lado pelo enunciado dito pelo

governador e, de outro, pelo enunciado posto em circulação na forma de meme: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 1996 [1970], p. 10).

Para retomar e fechar a questão sobre *acontecimento*, devemos destacar que não pudemos observar uma ruptura histórica e uma reorganização da rede de memórias a partir do enunciado proferido pelo governador, mas uma ocorrência singular ligada à cena de enunciação e que, por isso, podemos reiterar a percepção de que se trata de um acontecimento enunciativo.

Para citar um outro exemplo, Cazarin e Razia (2014) explicam, ao analisar a posse de Dilma Rousseff como primeira presidenta do Brasil, que naquele caso pode-se perceber sinais de novos tempos, novos valores sociais que mexem com a instabilidade discursiva, mas não uma ruptura com uma estabilidade anterior. Notamos aqui algo semelhante, já que a crise climática também mexe com a instabilidade discursiva, porém sem causar uma ruptura radical e definitiva.

Finalmente, para fechar a discussão sobre a doutrina do choque e o capitalismo de desastre, tal como formulados por Klein (2008), cabe destacar que, após as enchentes, o governador passou a defender a ampliação das privatizações como forma de reconstrução do estado³⁵. É importante registrar, portanto, que esse caso é mais um exemplo de como situações de crise podem abrir espaço para a ampliação de “soluções” orientadas pelo mercado, em consonância com o funcionamento explicado pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do enunciado “não é hora de procurar culpados”, proferido pelo governador Eduardo Leite durante a catástrofe ambiental no Rio Grande do Sul, evidencia como discursos produzidos em momentos de crise operam na tentativa de administrar sentidos. Ao tomar essa análise a partir da leitura de Klein (2008), buscamos mostrar o funcionamento do enunciado para além da superfície linguística, vinculado ao que a autora chama de *capitalismo de desastre*: a apropriação da tragédia como oportunidade política e econômica.

Ao mesmo tempo, a observação do modo como esse enunciado circula, seja no futebol,

³⁵ Essa informação pode ser conferida na matéria: Eduardo Leite defende PPPs e privatizações como saída para reconstrução do RS após enchentes. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/eduardo-leite-defende-ppps-e-privatizacoes-como-saida-para-reconstrucao-do-rs-apos-enchentes/>. Acesso em: 31 maio 2026.



seja na política, seja nos memes, mostra como o sentido não é fixo, mas se move entre diferentes formações discursivas. Percebemos que o enunciado utilizado inicialmente no contexto esportivo, sobretudo no futebol, ao ser deslocado para o âmbito da política, carrega com ele um sentido de pedir que não se procurem culpados. Ou seja, o governante, como um técnico de futebol ou um jogador, tenta deslocar a culpa de si, mas, pelo funcionamento da denegação, acaba por confirmar sua existência e, de certo modo, diluí-la no plural (“os culpados”).

A formulação e circulação do meme “assinado: os culpados” mostra bem esse funcionamento, pois denuncia ironicamente a fala do governador, ampliando os efeitos de responsabilização para além da sua figura individual. Destacamos que ao analisar o enunciado não conseguimos identificar um acontecimento discursivo, mas sim enunciativo, já que como explicamos, não há uma ruptura radical. Também conseguimos perceber, a partir de Ducrot (1987), o funcionamento de uma polifonia de enunciadores, bem como de interlocutores. Outro ponto importante foi perceber o funcionamento do silenciamento, ou seja, o uso de um dizer para apagar sentidos indesejados em uma situação discursiva dada, como definido por Orlandi (2007).

Portanto, o enunciado analisado se inscreve em um jogo discursivo que articula linguagem, política e economia. Em última instância, esse funcionamento confirma que, na lógica do capitalismo de desastre, não há hora para se procurar culpados, pois o desastre é continuamente convertido em terreno fértil para novas formas de exploração e para a reprodução das estruturas ideológicas que sustentam esse sistema.

REFERÊNCIAS

CAZARIN, Ercília Ana; RASIA, Gesualda dos Santos. As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político. **Letras**, (48), 2014 193–210. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2176148514432>. Acesso em: 21 maio 2026.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

HENRY, P. O discurso não funciona de modo isolado. In: NUNES, J. H. **Jornal da Unicamp**, 2013. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/587/o-discurso-nao-funciona-de-modo-isolado>. Acesso: 31 maio 2026.

INDURSKY, Freda. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 117- 122, 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636829/4550>. Acesso em: 7 jul. 2024.



INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em análise do discurso. In: MITTMANN, Solange et al (org.). **Práticas Discursivas e Identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 9-33. Disponível em: https://www.academia.edu/37188478/Unicidade_desdobramento_fragmenta%C3%A7%C3%A3o_a_trajet%C3%B3ria_da_no%C3%A7%C3%A3o_de_sujeito_em_An%C3%A1lise_do_Discurso. Acesso em: 16 mar. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Garrincha**: a vida escreve certo por pernas tortas. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/garrincha-a-vida-escreve-certo-por-pernas-tortas>. Acesso em: 15 jul. 2024.

GALLO, Solange Maria Leda; SILVEIRA, Juliana da. Forma-discurso de escritorialidade: processos de normatização e legitimação. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto (et al.). **Análise de Discurso em Rede**: Cultura e Mídia, v. 3, 2017.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Tradução de Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MITTMANN, Solange. **Discurso e texto**: na pista de uma metodologia de análise. In: II Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2005, Porto Alegre. II SEAD. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/SolangeMittmann.pdf>. Acesso em: 29 maio 2026.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 11ª ed., 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni P. Orlandi. 6ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

ROMUALDO, Edson Carlos Romualdo. O complexo de Cinderela no videoclipe “Precious Illusions”, de Alanis Morissette. In: SANTOS, Aline Rodrigues dos; FURTADO, Bruna Plath



(Org.). **Mulher, multiplicidades e linguagem**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, v. 12, 283 p., 2020. E-book.

SILVEIRA, Juliana da. Os rumores da rede em sua composição audiovisual. In: ROMUALDO, Edson Carlos; SANTOS, Elaine de Moraes. **Linguagens, mídias e tecnologias**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.



BANCO MUNDIAL E EDUCAÇÃO: A AGENDA DO CAPITAL PARA A PERIFERIA DO CAPITALISMO

WORLD BANK AND EDUCATION: CAPITAL'S AGENDA FOR THE PERIPHERY OF CAPITALISM

FABIANO GERALDO BARBOSA

<https://orcid.org/0000-0002-9303-9523>

Doutor em Educação pela UFC

Docente do Programa de Pós-graduação em Ensino e Formação Docente
(PPGEF IFCE-UNILAB)

fabiano.barbosa@ifce.edu.br

ALINE LOPES DE AGUIAR

<https://orcid.org/0009-0001-0746-5260>

Mestranda em Ensino e Formação Docente - Unilab/IFCE

alynnylopes13@gmail.com

ANA KAROLINE GONÇALVES GOMES

<https://orcid.org/0009-0007-4921-5976>

Mestranda em Ensino e Formação Docente - Unilab/IFCE

karolineggomes97@gmail.com

ANA PAULA FEITOZA FERREIRA SANTIAGO

<https://orcid.org/0009-0009-6637-4594>

Mestranda em Ensino e Formação Docente - Unilab/IFCE

meu985742966@gmail.com

TARCIANA ALMEIDA SARAIVA VASCONCELOS

<https://orcid.org/0009-0000-0455-4711>

Mestranda em Ensino e Formação Docente - Unilab/IFCE

tarcicoordenacao@gmail.com

RESUMO

Esse artigo analisa o Banco Mundial e sua influência na Educação através de um panorama histórico dos contextos sociais e econômicos. Assim, compreendendo as políticas educacionais em consonância com uma agenda global financiada por organismos internacionais. A pesquisa adota o materialismo histórico-dialético como aporte metodológico, a partir de uma análise documental. O texto analisa criticamente surgimento e a consolidação das influências de organismos internacionais, para isso, debate disputas ideológicas, o binômio pobreza-segurança e o papel docente. A fundamentação teórica apoia-se em documentos oficiais do Brasil (2008) e da Unesco (1990 e 2001), além da literatura de Leher (1999), Jimenez e Segundo (2007),



Mota Junior e Mauês (2014), Nogueira (1998). Dessa forma, a pesquisa examina o processo de constituição e consolidação das agendas das Conferências que moldam as atuais políticas para a Educação Básica deslocando a centralidade do ensino em prol de competências pragmáticas, metas de desempenho e competitividade.

ABSTRACT

This article analyzes the World Bank and its influence on education through a historical overview of social and economic contexts. It thus understands educational policies in line with a global agenda financed by international organizations. The research adopts historical-dialectical materialism as a methodological approach, based on documentary analysis. The text critically analyzes the emergence and consolidation of the influences of international organizations, debating ideological disputes, the poverty-security dichotomy, and the role of teachers. The theoretical foundation is based on official documents from Brazil (2008) and UNESCO (1990 and 2001), as well as the literature of Leher (1999), Jimenez and Segundo (2007), Mota Junior and Mauês (2014), and Nogueira (1998). Therefore, the research examines the process of constitution and consolidation of the agendas of the Conferences that shape current policies for Basic Education, shifting the centrality of teaching in favor of pragmatic competencies, performance goals, and competitiveness.

Palavras-chave: Banco Mundial; Políticas Educacionais; Materialismo Histórico-Dialético.

Keywords: World Bank; Educational Policies; Historical-Dialectical Materialism.

INTRODUÇÃO

O Banco Mundial (BM) foi criado no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial com o objetivo oficial de financiar a reconstrução dos países afetados pela guerra e fomentar o desenvolvimento econômico. Embora nascido com uma tendência técnica e financeira para apoiar projetos de infraestrutura, o BM ampliou seu objetivo de atuação, integrando análises macroeconômicas, condicionando políticas e formulando prioridades de investimento para países em desenvolvimento que foram marcados pela colonização. Atuando com empréstimos, financiamentos de projetos e assistência técnica de manutenção da sociedade, as ações se direcionam aos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Para o economista brasileiro Paulo Nogueira Batista Jr, diretor executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2007 a 2015, deve-se considerar o amplo campo de ações do Banco.

O Banco Mundial tem uma gama muito ampla e diversificada de atividades – é um banco de tipo “universal”. Faz de tudo: financia, presta assistência técnica, estabelece condicionalidades, procura orientar as estratégias e políticas econômicas e setoriais dos países, estuda a economia mundial e as economias nacionais, dá consultoria, pretende ser uma fonte de conhecimento (um “knowledge bank”), organiza eventos, publica estudos e documentos, e assim por diante. (Batista Jr, 2016, p. 181)

Surgindo em 1944, na Conferência de Bretton Woods, o BM e o FMI se tornam frutos de um contexto social marcado por conflitos territoriais, disputas ideológicas (principalmente entre os países capitalistas e da União Soviética), intencionalidades de projetos hegemônicos

de perpetuar o capitalismo e conter o avanço do comunismo na Guerra Fria. O BM operou através do endividamento dos países que foram destruídos por guerras ou que são lidos como periféricos, sendo utilizado como ferramenta no combate das ideais, crenças, doutrinas e constituição da economia mundial.

Esta dependência se viabilizava pelas condições superavitárias dos EUA em relação aos seus parceiros comerciais. É desse enorme poder de regulação econômica que emanarão as políticas econômicas e de crédito do FMI, tanto para os países aliados destruídos pela guerra, quanto para os países periféricos, nesse momento ainda secundarizados pela política diplomática americana e pelos grandes conglomerados produtivos. Organizando o novo constructo econômico, ficavam presos e dependentes os países que precisassem recorrer ao Fundo, em face do desequilíbrio das suas balanças de pagamentos, tendo como via de regra o ajuste depressivo. (Nogueira, 1998, p. 31)

Nesse sentido, deve-se ressaltar que:

O objetivo inicial do Banco Mundial restringia-se à concessão de empréstimos não comerciais a longo prazo, com vistas à reconstrução no pós-guerra das economias arrasadas. Entretanto, a partir de 1950, com a mudança no cenário internacional e a iminência da Guerra Fria, o banco passa a oferecer, segundo Maria Clara Couto Soares, "...assistência econômica, política e militar para os países do terceiro mundo...", na perspectiva de garantir a integração e o fortalecimento do Bloco Capitalista, fornecendo empréstimos para os setores de energia, telecomunicação e transporte (1998, p. 18). (Cruz, 2003, p. 57)

Desde sua origem, a instituição opera articulando interesses econômicos, estratégias geopolíticas e mecanismos de governança global. Com a crise estrutural do capitalismo nos anos 1970 e a crescente vulnerabilidade financeira dos países periféricos, o BM fortaleceu sua capacidade de determinar condicionalidades, especialmente por meio dos programas de ajuste estrutural, que redefiniram profundamente os papéis do Estado, da economia e das políticas sociais em direção a uma lógica neoliberal de mercado visando investimentos em infraestrutura e desenvolvimento.

Dessa forma, após contextualizar o surgimento do Banco Mundial, faremos a análise da Gestão McNamara compreendendo a relação dessa gestão com financiamentos que desembocaram em políticas educacionais advindas das Conferências Mundiais de Educação. Após esse trajeto, finalizaremos com a pesquisa da agenda das conferências relacionando com a ideia de mensurabilidade e localizando o papel docente de forma crítica para desvelar o objeto.

1. BANCO MUNDIAL E GESTÃO MCNAMARA

A partir das gestões dos anos 1960–1970 e, de modo mais intenso, na administração de Robert McNamara (1968–1981), observou-se uma reorientação do Banco: passou a conceber o desenvolvimento de maneira mais centrada em intervenções setoriais e em políticas públicas



orientadas por indicadores mensuráveis, e a tratar a educação como área estratégica para investimento em capital humano. A gestão McNamara é frequentemente apontada como marco de mudança institucional porque institucionalizou avaliações mais sistemáticas, priorizou programas sociais que pudessem justificar financiamentos e abriu caminho para que o BM se tornasse um ator normativo em políticas públicas.

Cruz (2003) versa em sua produção o entrelaçamento do BM e da política educacional visualizando o metabolismo do capital internacional, ela destaca que na Gestão McNamara houve um direcionamento de olhares e discursos para a pobreza pautados que através do crescimento econômico ocorreria uma melhoria na vida cotidiana dos indivíduos.

Nessa direção, Cruz (2003) apoiada em Samuel Lichtensztein e Mônica Bauer apresenta que,

McNamara não dirigiu o Banco Mundial com a mentalidade própria de um banqueiro, mas com a de um estrategista internacional que pretendia conseguir na paz o que não pôde conquistar na guerra: reconhecer reivindicações populares e controlá-las, em um período do capitalismo industrial e da hegemonia norte-americana. (1987, p. 183 *apud* Cruz, 2003, p. 58)

Segundo Leher (1999), essa mudança desloca o binômio pobreza-segurança para o centro das preocupações da instituição, sendo nesse contexto que a educação passa a ser compreendida como variável estratégica de controle social, prevenção de conflitos e formação de mão de obra adequada ao novo padrão produtivo. Dentre as mudanças ocorridas no funcionamento do BM a partir da condução da Gestão Mcnamara, a mais significativa que nos cabe análise no presente escrito é a educação e o seu movimento para uma seara em que é colocada como prioridade de investimento.

Mészáros (2008), indica que a partir das últimas décadas do século XX, o capital enfrenta uma crise de caráter estrutural, a partir da qual se produz um cenário marcado o desemprego, a destruição do meio ambiente e guerras que desembocam na constante desumanização dos indivíduos.

Os limites objetivos da lógica do capital prevalecem mesmo quando nos referimos a grandes figuras que conceituam o mundo a partir do ponto de vista do capital, e mesmo quando eles tentam expressar subjetivamente, com um espírito iluminado, uma preocupação humanitária genuína. (Mészáros, 2008, p. 30)

No contexto de crise estrutural do capital, a atuação de organismos multilaterais (organizações compostas por inúmeros países que colaboram nas políticas de âmbitos comuns como a economia, saúde, educação, direitos, etc) passa a ser decisiva na elaboração das políticas educacionais que são implementadas nos países periféricos.

Há cerca de duas décadas, organismos multilaterais como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Mundial de Comércio (OMC) e a Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm orientado as políticas educacionais nos países periféricos com o objetivo de responder, dentro dos limites do campo educacional e de sua possibilidade de alcance, à crise estrutural do capitalismo desencadeada nos anos de 1970, uma vez que a educação passou a ser vista não somente como uma importante fronteira econômica a ser explorada, mas também por sua funcionalidade aos grandes capitalistas em formar uma nova geração de trabalhadores que pudessem se adequar, em termos de conhecimentos e técnicas, às novas exigências produtivas e organizacionais de um contexto marcado pela reestruturação dos processos produtivos (crise do fordismo e advento do toyotismo) e por uma forte crise no Estado capitalista. (Mota Junior e Maués, 2014, p. 1139)

Diante do exposto, de que modo se materializa a ação do Banco Mundial na Educação?

2. CONFERÊNCIAS REALIZADAS NO CAMPO EDUCACIONAL E FINANCIAMENTO DO BANCO MUNDIAL

O complexo da educação passa por modificações de acordo com as transformações no mundo do trabalho. Isso implica que, no contexto de reestruturação produtiva do capital, a educação é reorganizada pelas exigências do sistema, mesmo que não abandone seu sentido ontológico inicial, o de repasse dos conhecimentos construídos pela humanidade.

Nessa linha, precisamos apontar que a partir da década de 1990 ocorreram mudanças econômicas mundiais como: fortalecimento da globalização, adequação às políticas neoliberais (redução da intervenção do Estado e o mercado como parâmetro da sociedade) e reconfiguração geopolítica pós-Guerra Fria. No Brasil, algumas mudanças ocorridas no âmbito econômico foram: criação do Plano Real (1994), combate à inflação, abertura da economia ao comércio e capital internacional, privatizações de empresas estatais, etc.

Diante do cenário colocado, a educação se torna palco de disputas ideológicas e se torna objeto de desejo sendo disputada por grupos que visam perpetuar por meio dela o controle e as concepções ideológicas das classes dominantes para reprodução do capital, assim utilizam-se documentos orientadores, aqui podemos citar esse movimento

através do Plano de Educação para Todos, lançado na paradigmática Conferência de Jomtien, em 1990, que o Banco assume, de forma decisiva, o comando educacional mundial que, sob sua tutela, ainda segundo Leher, passa a ser tratada, ao mesmo tempo, como uma estratégia política e uma variável econômica capaz de impulsionar o pretendido desenvolvimento e a redução da pobreza: de forma condizente, portanto, com o discurso do Milênio e, como não poderia deixar de ser, com as necessidades da reprodução do capital. (Jimenez e Mendes Segundo, 2007, p. 123)

Canan (2016), levanta a provocação da percepção do que permeia a influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais, a sua intervenção com o consentimento dos países nas representações e instituições. Referida autora elabora a tentativa de compreensão

de como esses organismos ocupam espaços e direcionam os caminhos da educação, ela aprofunda a reflexão quando diz: “Se por um lado temos a ação desses organismos direcionando nossas políticas, certamente não fazem sem o consentimento dos poderes constituídos que a elas se submetem.” (Canan, 2016, p. 26)

O Brasil, particularmente desde a década de 1990, passou a incorporar de modo crescente as orientações desses organismos, como evidenciam pesquisas sobre as políticas implementadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, analisadas por Mota Junior e Maués (2014). Eles apontam mecanismos centrais como o financiamento condicional, no qual empréstimos e créditos destinados a programas educacionais, como construção de escolas, formação de professores, aquisição de materiais e reformas curriculares que vinham acompanhados de exigências que envolviam ajustes estruturais e mudanças na gestão dos sistemas de ensino.

Jimenez e Segundo (2007), reforçam essa perspectiva ao analisarem como a relação entre educação e pobreza foi sendo reelaborada pelo discurso internacional ao longo das décadas. Para as autoras, a retórica da “erradicação da pobreza” funciona como um mecanismo de legitimação das reformas orientadas pelo Banco, que, ao mesmo tempo em que declaram transformar a vida dos pobres, impõem reformas que aprofundam a mercantilização da educação e o aligeiramento dos currículos.

Relatórios, manuais e estudos elaborados pelo BM disseminaram conceitos como eficiência, custo-benefício e retorno do investimento em educação, que gradualmente passaram a moldar a forma como governos e gestores compreendiam e planejavam suas políticas educacionais. A ênfase em metas mensuráveis, avaliações baseadas em testes e acompanhamento por indicadores de desempenho reconfigurou prioridades internas dos sistemas escolares, deslocando o foco para resultados quantificáveis e fortalecendo práticas de responsabilização.

Segundo Leher (1999), a presença do BM se traduziu não apenas em recursos, mas em direcionamento institucional através de critérios de financiamento passaram a privilegiar iniciativas compatíveis com sua visão e muitos governos adotaram, por influência técnica e financeira, reformas que reforçaram a lógica de mercado, a descentralização gerencial e a avaliação padronizada. O autor destaca como o BM converteu-se em um “novo senhor da educação”, influenciando de forma decisiva a orientação das reformas educacionais em países



dependentes.

Isso significa que a atuação do Banco Mundial na educação não deriva de uma convicção humanitária ou de um compromisso com a democratização do ensino, mas de uma leitura político-estrutural: era necessário intervir nos sistemas escolares para produzir subjetividades compatíveis com a ordem social globalizada, prevenir insurgências e garantir a reprodução do capital.

Com o intuito de fortalecer a educação como política econômica, reduzida ao desenvolvimento de competências úteis ao mercado, o BM, sob a gestão de McNamara, amplia drasticamente o número e o escopo de seus projetos educacionais, estruturando equipes técnicas especializadas, produzindo estudos, diagnósticos e manuais operacionais. A educação passa a ser tratada como instrumento de combate à pobreza extrema, fundamental para o aumento da produtividade difundindo valores liberais, de estabilidade social e servindo para adaptação dos trabalhadores às exigências do Capital.

Essa dinâmica é reforçada nos anos 1990, quando conferências internacionais, como Jomtien (1990), Dakar (2000) e Brasília (2004), aprofundam a compreensão da educação como instrumento de combate à pobreza e de ajuste dos países “em desenvolvimento” às exigências do novo milênio, perspectiva também analisada por Jimenez e Segundo (2007). Tais conferências, foram financiadas, coordenadas ou fortemente influenciadas pelo BM, o que solidifica sua posição como articulador de uma agenda global para a educação básica, voltada à eficiência, à equidade liberal e ao capital humano.

O Banco Mundial cobrará, então, do país tomador de seus empréstimos, uma declaração de compromisso com o desenvolvimento econômico e com a aceitação do monitoramento na definição de suas políticas setoriais. No caso da educação, impõem-se mudanças devastadoras, aplicando-se aos padrões de financiamento e à forma de gestão dos sistemas de ensino, como às definições curriculares, aos processos avaliativos e modelos de formação docente, critérios estritamente empresariais e mercadológicos. (Jimenez e Segundo, 2007, p. 124)

Nesse processo, há uma prerrogativa de atuar com monitoramento das políticas setoriais, assim destaca-se as avaliações em larga escala, elas direcionam os currículos escolares destituindo a autonomia do professor, pois ele necessita trabalhar os conteúdos voltados às avaliações, gerando interferência no modelo de educação.

As Conferências de Educação e os rumos das Políticas Educacionais Brasileiras

A década de 1990 foi marcada por diversas Conferências e encontros internacionais que,



mesmo com discursos amplos sobre inclusão e universalização, favoreceram um marco ideológico que se alinhou com a agenda neoliberal e com a linguagem do “capital humano”. Essas conferências ajudaram a consolidar termos como eficiência, responsabilização, parcerias público-privadas, metas mensuráveis que passaram a orientar políticas e condicionamentos de financiamento para a Educação Básica.

Esses eventos atuaram como canais de difusão ideológica e técnica: não apenas discutiam metas, mas socializaram instrumentos (modelos de projeto, indicadores, métricas) que orientaram tanto a formulação de políticas quanto às linhas de financiamento do BM. Podemos apresentar as Conferências mais impactantes como a “Declaração de Jontiem” que ocorreu na Tailândia em 1990, “Conferência de Dakar” que ocorreu em 2000 e a “Declaração de Brasília” que ocorreu no Brasil em 2004.

De um modo geral, a Conferência de Jontiem, girou em torno da universalização do acesso e o direito à educação. No entanto, abriu espaço para que metas quantificáveis e indicadores se tornassem centrais, compatibilizando objetivos sociais com critérios de avaliação medível que atraíam financiamentos internacionais. Jimenez e Segundo (2007), destacam que a Conferência Mundial de Educação para Todos estabeleceu metas de universalização do acesso à educação básica, redução do analfabetismo e melhoria da qualidade, associando-as à necessidade de “reformas profundas” nos sistemas educacionais, respaldadas por compromissos políticos e medidas fiscais adequadas.

O Documento Final da Conferência de Jontiem tem por título: “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”. Nesse documento há o contexto da educação naquele momento histórico que motivou a realização da Conferência, bem como suas metas a partir do presente evento, explicitando os objetivos:

Artigo 1. Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem; Artigo 2. Expandir o enfoque; Artigo 3. Universalizar o acesso à educação e promover a equidade; Artigo 4. Concentrar a atenção na aprendizagem; Artigo 5. Ampliar os meios de e o raio de ação da educação básica; Artigo 6. Propiciar um ambiente adequado à aprendizagem; Artigo 7. Fortalecer alianças; Artigo 8. Desenvolver uma política contextualizada de apoio; Artigo 9. Mobilizar recursos; Artigo 10. Fortalecer a solidariedade internacional. (Unesco, 1990, s/n)

Na Conferência de Dakar ocorreram reflexões acerca da Declaração de Jontien. Na ocasião, foram destacadas algumas políticas que necessitavam de mais recursos, ou seja, os resultados referentes a essas metas não foram satisfatórios nos anos anteriores, partindo da premissa da Educação enquanto um direito como afirma o Documento oficial final da



Conferência “Consulta Internacional de ONGS (CCNGO) Dakar 25 de Abril de 2000”. Dentro do debate na Conferência, pode-se destacar os compromissos com algumas questões como:

I. expandir e melhorar o cuidado e a educação da criança pequena, especialmente das mais vulneráveis e em maior desvantagem; II. Assegurar que todas as crianças, com ênfase especial nas meninas e nas crianças em circunstâncias difíceis e pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso a educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade, até o ano de 2015; VI. Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos resultados conhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, na aquisição de conhecimentos matemáticos e habilidades essenciais à vida. (Unesco, 2001, p. 8/9)

Para atingir toda a agenda, na Conferência de Dakar foi reforçado o financiamento através das parcerias entre governos, organizações, agências, grupos e associações representadas no Fórum Mundial de Educação, dentre eles destacamos as ações:

IV. desenvolver sistemas de administração e de gestão educacional que sejam participativos e capazes de dar respostas e de prestar contas; V. satisfazer as necessidades de sistemas educacionais afetados por situações de conflito, calamidades naturais e instabilidade e conduzir os programas educacionais de forma a promover compreensão mútua, paz e tolerância, e que ajudem a prevenir a violência e os conflitos; XI. Monitorar sistematicamente o progresso no alcance dos objetivos e estratégias de EPT nos âmbitos internacional, nacional e regional. (Unesco, 2001, p. 9)

Na Conferência de Brasília, a agenda de reformas foi discutida com participação de agentes multilaterais e consultores financiados por organismos internacionais, sendo que a influência técnica e dos condicionantes financeiros contribuiu para a adoção de reformas administrativas e curriculares com foco em eficiência e gestão descentralizadas. O Documento Final da Conferência de Brasília tem por título: “Conferência Nacional da Educação Básica” (CONEB). Nesse escrito é pontuado que o norte do evento se trata das políticas e gestão para a educação básica, sendo organizado em eixos:

A Construção do Sistema Nacional Articulado de Educação e, os seguintes eixos temáticos: I – Os Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação; II – Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação; III – Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação; IV – Inclusão e Diversidade na Educação Básica; V – Formação e Valorização Profissional. (Brasil, 2008, p. 3)

No Brasil, conforme apontam Mota Junior e Maués (2014), esses documentos influenciaram profundamente reformas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento no Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), a criação de um Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a Prova Brasil, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), isso expressa a materialização do controle em resultados mensuráveis, definição de metas de desempenho,



indução meritocrática, ranqueamento de escolas/redes e a responsabilização da gestão e do professor.

Dessa forma, as conferências dos anos 1990 e início dos anos 2000 não podem ser vistos como meros espaços de debate técnico ou de cooperação neutra. Elas configuram, antes, momentos de elaboração e difusão de uma agenda educacional global que, apropriada pelos governos nacionais, reorienta profundamente os rumos das políticas educacionais brasileiras, alinhando-as às necessidades de reprodução do Capital, sobretudo no contexto da reestruturação produtiva.

A agenda pedagógica, fruto das conferências analisadas, volta-se para uma concepção de educação e sociedade articuladas ao projeto do capital. Trata-se, portanto, de um fenômeno relevante do campo ideológico que produz, ao mesmo tempo, algumas ilusões acerca dessa sociabilidade.

3. ANÁLISE DA AGENDA DAS CONFERÊNCIAS: A ILUSÃO DA MENSURABILIDADE E A NEGAÇÃO DO PAPEL DO DOCENTE

Uma das "ilusões dos paradigmas" mais prejudicial é a ilusão da mensurabilidade total, a crença de que tudo o que importa na educação pode ser capturado por indicadores, testes padronizados e metas quantitativas em detrimento de dimensões centrais ao ato educativo: formação crítica, autonomia docente, relação pedagógica, projeto coletivo de escola e processo de ensino que exige tempo, contextualização e capacidade profissional do professor.

Quando centra-se uma agenda de financiamento e políticas na mensurabilidade, a atuação do BM contribui para transformar o trabalho docente em mera execução de metas, já que os professores passam a ser avaliados prioritariamente pelos resultados de testes. Essa lógica faz com que a prática pedagógica se reduza ao cumprimento de pacotes curriculares e de estratégias direcionadas ao alcance de indicadores e a necessidade de alcance das metas estabelecidas.

Garantir que os acordos e consensos produzidos na Conferência Nacional de Educação redundem em políticas públicas, que se consolidarão em planos, programas, projetos e proposições pedagógicas e políticas, capazes de fazer avançar o panorama educacional da educação básica no Brasil. (Brasil, 2008)

Nesse cenário, a centralidade do ensino também é deslocada. Ao mesmo tempo, intensifica-se a compreensão da educação como mercadoria. A adoção da linguagem do capital humano e do retorno econômico instrumentaliza o trabalho educativo, convertendo a educação em um investimento cujo valor é medido por indicadores de produtividade e desempenho econômico. Essa perspectiva legitima políticas de privatização, parcerias público-privadas e



terceirizações, deslocando o sentido público e social da educação.

Análise da agenda das Conferências: A Retórica da “Educação Para Todos” e a ilusão da erradicação da pobreza

Jimenez e Segundo (2007), argumentam que essa relação entre educação e pobreza é construída de forma mistificadora, operando uma espécie de cálculo que pretende erradicar a pobreza enquanto garante, ao mesmo tempo, a reprodução do capital. Ao atribuir à educação a responsabilidade central pela superação da pobreza, desloca-se o foco das determinações estruturais da desigualdade, como a concentração de riqueza, a divisão internacional do trabalho e as formas de exploração do trabalho vivo.

Ontologicamente derivada do complexo do trabalho, a educação não pode ocupar, por si só, o lugar de primeira força transformadora da realidade social. Ao ser convertida em solução para todos os males, fome, violência, desemprego, conflitos geopolíticos, ela acaba sendo instrumentalizada para legitimar uma ordem social que permanece intocada em seus fundamentos. A retórica da “educação como solução” contribui, assim, para disfarçar as causas da pobreza e para responsabilizar os indivíduos, por meio da noção de empregabilidade colocando a responsabilidade pelo êxito ou fracasso individual.

Além disso, as medidas concretas propostas nas conferências, sob a tutela do BM, caminham na direção da mercantilização da educação e do aligeiramento dos conteúdos escolares. A ampliação de matrículas, a flexibilização curricular, os modelos de formação docente de curta duração e a ênfase em competências básicas são apresentados como estratégias de inclusão, mas, na prática, podem significar a oferta de uma educação empobrecida para os filhos da classe trabalhadora, adequando-os às exigências de um mercado precarizado.

Análise da agenda das Conferências: Pautando Conhecimento, Capital Humano e Sociedade da Informação

Outra ilusão central na agenda das conferências e do BM é a ideia de que vivemos uma “sociedade do conhecimento” em que o capital intelectual substituiu o capital industrial como principal fator de produção. Nessa narrativa, o conhecimento aparece como recurso neutro, passível de ser acumulado e mobilizado por indivíduos e organizações para melhorar sua posição na economia global.

Leher (1999) mostra, entretanto, que sob o glamour dessa formulação encontra-se uma



versão renovada da teoria do capital humano, em que o conhecimento deixa de ser pensado a partir do indivíduo e de suas necessidades formativas para ser apropriado como ativo da empresa. A educação deixa de ser assunto prioritário dos educadores e passa a ser um espaço de gerência voltado para a gestão eficiente de recursos humanos.

Essa concepção tem implicações diretas para a atividade docente e para a centralidade do ensino na ação pedagógica escolar. Ao enfatizar competências adaptativas, flexibilidade e capacidade de aprender continuamente, desloca-se o foco da transmissão sistemática do conhecimento historicamente produzido, dimensão constitutiva da escola, para o desenvolvimento de habilidades úteis ao Capital. Citamos aqui o trecho do Artigo 4 da Declaração Mundial sobre Educação para Todos:

A tradução das oportunidades ampliadas de educação em desenvolvimento efetivo-para o indivíduo ou para a sociedade – dependerá em última instância, de, em razão dessas mesmas oportunidades, as pessoas aprenderem de fato, ou seja, aprenderem conhecimentos úteis, habilidades de raciocínio, aptidões e valores. (Unesco, 1990)

Ao mesmo tempo, a incorporação da linguagem da equidade e da inclusão, frequentemente associada à ampliação de oportunidades educacionais, esconde uma redefinição do próprio significado de desenvolvimento. Como analisa Jimenez e Segundo (2007), o desenvolvimento deixa de ser concebido como progresso contínuo e linear, passível de ser universalizado, para ser reinterpretado como processo desigual, dependente da capacidade de cada país de gerir racionalmente seus escassos recursos.

Análise da agenda das Conferências: A Negação do Papel do Docente e da Centralidade do Ensino

A agenda das conferências e das reformas educacionais delas decorrentes produz um reordenamento do lugar do docente e da própria escola. Em nome da eficiência, da responsabilização e da gestão por resultados, o trabalho do professor é submetido a sistemas de avaliação, metas e indicadores que restringem sua autonomia pedagógica e reduzem o ensino a conjunto de práticas alinhadas a padrões previamente definidos.

No caso brasileiro, Mota Junior e Maués(2014) mostram que o BM avalia positivamente a trajetória das políticas educacionais dos últimos quinze anos, exaltando a evolução de indicadores como taxas de escolarização, anos médios de estudo e resultados em avaliações, tudo isso “sem ampliação significativa dos custos financeiros para o Estado”(p. 1149). No entanto, a realidade da escola pública revela problemas persistentes: altos índices de analfabetismo funcional, baixos resultados em avaliações nacionais e internacionais, violência



escolar, precarização das condições de trabalho docente e financiamento insuficiente.

A insistência em relacionar qualidade educacional a resultados de testes, a custos reduzidos e a modelos de gestão empresarial ofusca a dimensão central do processo educativo: a relação entre docentes, estudantes e conhecimento, contribuindo para a diminuição da ação de mediação do professor pondo o aluno em uma posição de construção solitária do conhecimento.

É nesse quadro de luta intensa do capitalismo por sua perpetuação, que o lema “aprender a aprender” é apresentado como a palavra de ordem que caracterizaria uma educação democrática. E esse canto de sereia tem seduzido grande parcela dos intelectuais ligados à área educacional (Duarte, 2011, p. 34)

A centralidade do ensino na formação escolar, entendida como mediação sistemática entre o saber produzido historicamente e os sujeitos em formação, é deslocada por uma lógica de treinamento para testes de padronização de conteúdos e de controle externo da atividade docente. O professor é convidado a tornar-se facilitador de competências, animador de projetos e gestor de resultados, mais do que intelectual que trabalha com o saber disciplinar e com a formação crítica dos estudantes.

Essa dinâmica contribui para desprofissionalizar o magistério, seja por meio da proliferação de programas de formação aligeirada, seja pela substituição de projetos pedagógicos. Ao mesmo tempo, reforça-se a responsabilização individual do professor pelos resultados obtidos, ignorando as condições objetivas de trabalho, o contexto socioeconômico dos estudantes e as desigualdades estruturais que atravessam o sistema educacional.

Em síntese, a agenda do BM para a educação, tal como se expressa nas conferências internacionais e nas reformas implementadas na periferia do capitalismo, tende a negar, na prática, o papel do docente como sujeito intelectual do processo educativo e a centralidade do ensino na formação escolar, subordinando-os à ordem do Capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui desenvolvida aponta que o Banco Mundial ocupa posição central na elaboração das políticas educacionais na periferia do capitalismo, operando como uma espécie de “ministério mundial da educação” que articula financiamento, produção de conhecimento, definição de metas globais e avaliação de resultados. Os textos abordados ao longo do escrito tomados em conjunto, permitem desvelar as ilusões paradigmáticas que sustentam essas agendas apresentadas nas Conferências internacionais voltadas para a Educação Básica.

Historicamente, a passagem da educação de tema secundário a área prioritária na agenda



do BM se dá em estreita relação com a difusão da teoria do capital humano, com a intensificação da crise estrutural do Capital e com a necessidade de redefinir mecanismos de governabilidade e segurança. A educação é convocada a desempenhar papel estratégico na adaptação das consciências, subjetividades às prerrogativas da formação de uma força de trabalho flexível para o mercado precarizado.

As conferências da década de 1990, como Jomtien, Dakar e Brasília, materializam essa inflexão ao promover a retórica da “Educação para Todos” e da “erradicação da pobreza”, ao mesmo tempo em que impulsionam reformas que aprofundam a mercantilização do ensino, a focalização de políticas e o aligeiramento dos conteúdos escolares.

Ao atribuir à educação uma capacidade quase milagrosa de erradicar a pobreza, desvinculada das estruturas de exploração e da dinâmica do Capital, constrói-se uma retórica que, na prática, serve à reprodução da ordem existente. Ao celebrar indicadores de desempenho e sistemas de avaliação, desconsideram-se as condições concretas de trabalho nas escolas, o papel intelectual do professor e a complexidade do processo de ensino-aprendizagem.

Do ponto de vista da formação do docente e do ensino, a agenda do BM desloca o foco da formação sólida, crítica e historicamente referenciada para programas de capacitação orientados por competências pragmáticas, metas de desempenho e competitividade. A centralidade do ensino, enquanto eixo estruturante da formação escolar, é substituída por uma lógica gerencial que transforma o trabalho educativo em prestação de serviços mensuráveis e comparáveis.

Assim, torna-se fundamental aprofundar a crítica dessas agendas, evidenciando seus fundamentos teórico-ideológicos e suas consequências concretas para a escola pública, a atividade docente, a formação das novas gerações, colocando a necessidade de articular a luta pela superação das condições que produzem a pobreza e a desigualdade, ou seja, a sociabilidade do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA JR, Paulo Nogueira. Brics-Novo Banco de Desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 88, p. 179-184, 2016.

BRASIL. **Conferência Nacional de Educação Básica (CONEB)**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

CANAN, Silvia Regina. Influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais: só há intervenção quando há consentimento. **Campinas: Mercado das Letras**, 2016.

CRUZ, Rosana Evangelista da. Banco Mundial e política educacional: cooperação ou



expansão dos interesses do capital internacional?. **Educar em Revista**, pág. 51-75, 2003.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana – 5.ed.rev.- Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. Erradicar a pobreza e reproduzir o capital: notas críticas sobre as diretrizes para a educação do novo milênio. **Cadernos de Educação**, n. 28, 2007.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. **São Paulo: Boitempo**, 2008.

MOTA JUNIOR, William Pessoa da; MAUÉS, Olgaídes Cabral. O Banco Mundial e as políticas educacionais brasileiras. **Educação & Realidade**, v. 39, p. 1137-1152, 2014.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **A ajuda externa para a educação brasileira na produção do mito do desenvolvimento da USAID ao BIRD**. 1998. Tese de Doutorado. [sn].

SOUSA, Nágela da Silva de; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; FRERES, Helena de Araújo. Educação e formação humana revolucionária em Antonio Gramsci. **Gramsci, educação e luta de classes**: pressupostos para a formação humana. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16930/1/2015_liv_vcgomes.pdf. Acesso em: 19 nov de 2025.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia, 1990.

UNESCO. **Educação para Todos**: o compromisso de Dakar. Brasília: Unesco, 2001.



LABIRINTOS DO EU E DO OUTRO: ENTRE BORGES, PRÉ- SOCRÁTICOS E REDES DIGITAIS

LABYRINTHS OF THE SELF AND THE OTHER: BETWEEN BORGES, PRE-SOCRATICS AND DIGITAL NETWORKS

VANDA MARIA SOUSA

<https://orcid.org/0000-0002-7676-0853>

Doutora em Estudos de Cultura pela Universidade Católica Portuguesa / Faculdade de Ciências
Humanas

Professora adjunta da ESCS - IPL
vsousa@escs.ipl.pt

RESUMO

Analisamos as redes sociais online como labirintos digitais, situando o sujeito na relação entre história, discurso e experiência. A navegação em ambientes digitais é compreendida como um processo histórico-discursivo em que posições de sujeito se constituem através de trajetórias não lineares e tecnologicamente mediadas. A análise mobiliza a metáfora do labirinto em Jorge Luis Borges, articulando-a com a tensão pré-socrática entre permanência e mudança, com a fenomenologia da experiência e da intersubjetividade e com a análise foucaultiana dos dispositivos históricos de saber-poder. A partir deste enquadramento, examinam-se as dimensões da corporeidade, da alteridade, da visibilidade, da liberdade e da mediação algorítmica. Conclui-se que as redes sociais online constituem arenas de tensão entre dispersão e construção de sentido, autonomia e condicionamento, reconhecimento e instrumentalização do outro. Propõe-se, assim, uma compreensão crítica da subjetividade digital como experiência simultaneamente vivida, relacional e historicamente configurada, sublinhando a necessidade de uma ética da atenção, da responsabilidade e da resistência perante os dispositivos que organizam a experiência contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Redes sociais online; Labirinto digital; Fenomenologia; Ética da alteridade; Interação mediada;

ABSTRACT

We analyse online social networks as digital labyrinths, situating the subject at the intersection of history, discourse, and experience. Navigation in digital environments is understood as a historical-discursive process in which subject positions are constituted through non-linear and technologically mediated trajectories. The analysis draws on Jorge Luis Borges's metaphor of the labyrinth, articulating it with the pre-Socratic tension between permanence and change, the phenomenology of experience and intersubjectivity, and the Foucauldian analysis of historical dispositifs of power-knowledge. Within this framework, the article examines the dimensions of embodiment, alterity, visibility, freedom, and algorithmic mediation. It concludes that online social networks constitute arenas of tension between dispersion and the construction of meaning, autonomy and conditioning, and the recognition and instrumentalisation of the other. The article thus proposes a critical understanding of digital subjectivity as an experience that is simultaneously lived, relational, and historically configured, highlighting the need for an ethics of attention, responsibility, and resistance to the dispositifs that organise contemporary experience.



KEYWORDS: Online social networks; Digital labyrinth; Phenomenology; Ethics of alterity; Mediated interaction

“O jardim de veredas que se bifurcam é uma imagem incompleta, mas não falsa, do universo tal como
Ts’ui Pên o concebia.”

(Borges, 2007, p. 91-92)

INTRODUÇÃO

As redes sociais online constituem um dos fenômenos mais significativos da contemporaneidade, não apenas pela sua dimensão tecnológica, mas sobretudo pelo profundo impacto que exercem sobre a experiência humana, a produção de conhecimento e a constituição das subjetividades. Muito para além de simples plataformas de comunicação, estes ambientes configuram espaços de interação, circulação de discursos, construção identitária e exercício de poder, onde as fronteiras entre presença e ausência, proximidade e distância, liberdade e controlo se tornam progressivamente mais difusas. A experiência digital deixou de ser um domínio periférico da existência para passar a integrar o próprio modo como os indivíduos percebem o mundo, estabelecem relações e constroem a sua compreensão de si mesmos e dos outros.

Pensar filosoficamente esta condição exige um enquadramento capaz de integrar diferentes níveis de análise. Nenhuma tradição teórica, por si só, consegue explicar a complexidade da experiência contemporânea das redes sociais online. Se, por um lado, a fenomenologia permite compreender o modo como o sujeito vive e experiencia o espaço digital, por outro, torna-se igualmente necessário considerar as condições históricas, técnicas e discursivas que moldam essa experiência e configuram formas específicas de subjetivação. É precisamente neste cruzamento entre experiência vivida e historicidade que se situa o presente estudo.

A metáfora do labirinto oferece um dos instrumentos conceptuais mais fecundos para compreender esta realidade. Não constitui apenas um espaço físico delimitado por corredores e bifurcações, mas uma figura epistemológica através da qual diferentes culturas procuraram representar a complexidade da existência humana. A metáfora do labirinto oferece um dos instrumentos conceptuais mais fecundos para compreender esta realidade. Desde a Antiguidade Clássica, o labirinto representa simultaneamente percurso, perda, conhecimento e transformação. Das tensões ontológicas formuladas pelo pensamento pré-socrático à



reinvenção literária e filosófica do labirinto em Jorge Luis Borges, esta figura permite pensar a relação entre ordem e desordem, unidade e multiplicidade, permanência e mudança, finitude e infinito.

Na tradição pré-socrática encontram-se algumas das primeiras reflexões sobre a tensão entre permanência e mudança que continua a atravessar a experiência contemporânea. Heraclito (2002) concebe a realidade como fluxo permanente, afirmando que tudo se transforma continuamente, enquanto Parmênides (2002) defende a unidade do ser e a impossibilidade da verdadeira mudança. Esta oposição fundadora permanece surpreendentemente atual quando observamos o funcionamento das redes sociais online. Também nelas coexistem estabilidade e transformação, continuidade e fragmentação, permanência dos arquivos digitais e incessante renovação dos fluxos informacionais. O sujeito digital encontra-se permanentemente colocado entre estas duas lógicas, navegando num espaço onde cada interação simultaneamente conserva vestígios do passado e produz novas possibilidades de futuro.

É, contudo, na obra de Jorge Luis Borges que a metáfora do labirinto adquire uma dimensão particularmente relevante para compreender os ambientes digitais contemporâneos. Em *O Jardim dos Caminhos que se Bifurcam*, o labirinto deixa de constituir uma construção arquitetônica para se transformar numa estrutura temporal e narrativa onde todas as possibilidades coexistem. Cada decisão abre novos percursos sem eliminar aqueles que ficaram por escolher, produzindo uma multiplicidade infinita de trajetórias possíveis. Em *A Biblioteca de Babel*, o labirinto assume a forma de um universo textual ilimitado, onde o excesso de informação torna praticamente impossível distinguir entre conhecimento e ruído. Estas narrativas antecipam, de forma notavelmente profética, algumas das características fundamentais das redes sociais online: abundância informacional, hiperligação permanente, multiplicação de percursos de navegação e aparente infinitude das possibilidades de escolha.

Neste sentido, o labirinto não é utilizado neste artigo apenas como metáfora literária. Constitui um verdadeiro operador epistemológico que permite compreender a organização dos ambientes digitais enquanto espaços simultaneamente materiais, simbólicos e discursivos. As plataformas digitais apresentam-se como estruturas labirínticas onde diferentes temporalidades, discursos, imagens, algoritmos e práticas sociais coexistem e se reorganizam continuamente. Cada clique, cada pesquisa, cada comentário ou partilha constitui uma bifurcação que modifica o percurso do utilizador e reconfigura a própria arquitetura da experiência.



É precisamente neste ponto que a fenomenologia se revela particularmente fecunda. Desde Husserl (2006), a fenomenologia procura compreender a experiência tal como ela é vivida, descrevendo a relação entre consciência, mundo e significado antes de qualquer explicação causal ou psicológica. A consciência é sempre consciência de alguma coisa; encontra-se orientada para o mundo através da intencionalidade. A navegação nas redes sociais online não constitui, por isso, um conjunto aleatório de movimentos técnicos, mas uma sucessão de atos intencionais pelos quais o sujeito constrói percursos de sentido, estabelece relações e interpreta continuamente aquilo que encontra diante de si.

Merleau-Ponty (1999) aprofunda esta compreensão ao demonstrar que toda a experiência é necessariamente corporal. Mesmo quando mediada por ecrãs e dispositivos digitais, a percepção continua a ser uma experiência encarnada. O gesto de deslizar o dedo sobre um smartphone, a atenção dirigida para uma imagem, o ritmo da leitura ou a resposta emocional desencadeada por um vídeo constituem manifestações da corporeidade através da qual o sujeito habita o mundo digital. A experiência das redes sociais online não acontece fora do corpo; realiza-se precisamente através dele, reorganizando hábitos perceptivos, temporalidades e formas de atenção.

Heidegger (2012) permite ampliar esta perspectiva ao compreender o ser humano como ser-no-mundo. O sujeito nunca existe isoladamente, mas encontra-se sempre inserido num horizonte de relações, práticas e significados. As redes sociais online tornam particularmente visível esta condição. O utilizador não navega num espaço neutro, mas num ambiente permanentemente estruturado por relações com outros sujeitos, por dispositivos tecnológicos e por sistemas algorítmicos que condicionam as possibilidades da própria experiência. A existência digital constitui, assim, uma modalidade específica do habitar contemporâneo, em que o mundo técnico deixa de ser simples instrumento para passar a integrar o próprio horizonte da existência.

A fenomenologia contemporânea desenvolvida por Dan Zahavi (2014) reforça esta perspectiva ao demonstrar que a subjetividade nunca se constitui de forma isolada, mas sempre na relação com o outro. O sujeito reconhece-se enquanto sujeito porque é reconhecido por outros sujeitos, sendo a intersubjetividade uma condição originária da própria experiência. Nas redes sociais online esta dimensão torna-se particularmente evidente. Perfis, comentários, reações, partilhas e diferentes formas de interação constituem modalidades específicas de



reconhecimento que reorganizam continuamente a construção da identidade. A presença do outro encontra-se inevitavelmente mediada por dispositivos técnicos, mas nem por isso deixa de desempenhar um papel constitutivo na formação do eu. A experiência digital revela, assim, novas modalidades de alteridade que exigem ser compreendidas para além das categorias tradicionais da comunicação interpessoal.

Todavia, a descrição fenomenológica da experiência vivida, embora indispensável, não é suficiente para compreender plenamente a condição contemporânea das redes sociais online. O sujeito que experiencia o mundo digital encontra-se permanentemente inserido em estruturas históricas, económicas, técnicas e discursivas que condicionam aquilo que vê, aquilo que pode dizer e até as formas através das quais se compreende a si próprio. É neste ponto que a obra de Michel Foucault se torna fundamental para o desenvolvimento da presente análise.

Importa, contudo, explicitar a natureza desta articulação. O presente artigo não pretende integrar Foucault na tradição fenomenológica nem sugerir que ambas as perspectivas partilham uma mesma concepção do sujeito. Pelo contrário, reconhece-se que uma parte significativa do pensamento foucaultiano (2007) constitui precisamente uma crítica às filosofias do sujeito que marcaram grande parte da tradição moderna. Enquanto a fenomenologia procura compreender a experiência tal como ela é vivida pelo sujeito, Foucault desloca a atenção para as condições históricas que tornam determinadas experiências possíveis e outras impensáveis. O sujeito deixa de ser concebido como fundamento universal do conhecimento para surgir como resultado de processos históricos de subjetivação produzidos através de práticas discursivas, instituições, tecnologias e relações de poder.

Esta diferença não constitui um obstáculo ao diálogo entre ambas as perspetivas; constitui precisamente a razão da sua fecundidade analítica. A fenomenologia permite compreender como o sujeito vive o labirinto digital; Foucault (2007) permite compreender como esse labirinto é construído, organizado e regulado. Enquanto Husserl (2006), Merleau-Ponty (1999), Heidegger (2012) e Zahavi (2014) descrevem a experiência da navegação, da perceção, da corporeidade e da intersubjetividade, Foucault evidencia os mecanismos históricos que distribuem a visibilidade, organizam os discursos, produzem normas e condicionam formas específicas de existência. Não se trata, portanto, de conciliar artificialmente duas tradições filosóficas distintas, mas de reconhecer que ambas operam em níveis analíticos diferentes e complementares.

Foucault (2007) demonstra que a própria ideia de sujeito constitui uma construção histórica, recusando qualquer compreensão universal ou trans-histórica da condição humana. Esta perspectiva impede que a experiência digital seja interpretada exclusivamente como fenômeno individual ou psicológico, remetendo-a para processos mais amplos de produção histórica das subjetividades. A noção de heterotopia, desenvolvida por Foucault (1984), oferece igualmente um instrumento particularmente fecundo para compreender as redes sociais online como espaços simultaneamente reais e imaginários, onde coexistem temporalidades diversas, regimes diferenciados de visibilidade e formas contraditórias de presença. O ambiente digital constitui um espaço real de interação, mas simultaneamente um espaço representacional onde identidades são construídas, projetadas e permanentemente reorganizadas. Esta estrutura heterotópica permite compreender a coexistência entre liberdade e controle que caracteriza a experiência das plataformas digitais. As plataformas digitais podem ser entendidas como heterotopias contemporâneas, espaços onde liberdade e vigilância, proximidade e distância, exposição e invisibilidade coexistem permanentemente. A análise dos dispositivos disciplinares permite compreender que os mecanismos de monitorização, recomendação algorítmica, classificação e personalização presentes nas plataformas digitais prolongam novas modalidades de governação dos comportamentos, substituindo frequentemente formas explícitas de coerção por processos mais subtis de normalização.

Neste contexto, o labirinto digital deixa de representar apenas a multiplicidade de percursos disponíveis ao utilizador. Representa igualmente a complexidade dos dispositivos que orientam silenciosamente esses percursos. O algoritmo desempenha um papel análogo ao do arquiteto invisível do labirinto: não determina absolutamente todos os movimentos do sujeito, mas organiza as possibilidades de circulação, estabelece hierarquias de visibilidade, aproxima determinados conteúdos e afasta outros, produzindo trajetórias que se apresentam como livres, embora permanentemente condicionadas por sistemas técnicos cuja lógica permanece frequentemente opaca.

É precisamente nesta tensão entre experiência vivida e produção histórica da experiência que se situa o presente estudo. Borges oferece a estrutura metafórica capaz de pensar a complexidade dos percursos digitais; os filósofos pré-socráticos permitem compreender a antiga tensão entre unidade e multiplicidade que continua presente nos ambientes digitais; a fenomenologia descreve a forma como o sujeito experiencia



corporalmente, temporalmente e intersubjetivamente esse labirinto; Foucault (2007) torna possível compreender os dispositivos históricos e discursivos que regulam essa experiência, produzindo formas específicas de subjetivação no interior das plataformas digitais.

Deste modo, o presente artigo propõe uma leitura interdisciplinar das redes sociais online enquanto labirintos digitais, articulando literatura, filosofia, fenomenologia e teoria social com o objetivo de compreender de que forma estes ambientes configuram novas experiências de navegação, novas modalidades de relação com o outro e novas formas de construção do sujeito contemporâneo. Pretende-se demonstrar que as redes sociais online não constituem apenas infraestruturas tecnológicas destinadas à comunicação, mas espaços complexos de produção de sentidos, de organização das experiências e de exercício do poder, onde liberdade, visibilidade, identidade e alteridade são continuamente renegociadas.

Ao integrar a descrição fenomenológica da experiência com a análise histórica dos dispositivos de saber-poder, este estudo procura contribuir para uma compreensão mais ampla da cultura digital contemporânea, evidenciando que a experiência das redes sociais online se encontra simultaneamente enraizada na vivência concreta dos sujeitos e condicionada pelas estruturas técnicas, económicas e discursivas que organizam a comunicação na contemporaneidade.

EVOLUÇÃO FUNCIONAL DAS REDES SOCIAIS ONLINE: DA COMUNICAÇÃO TEXTUAL À EXPERIÊNCIA MULTICANAL

A evolução das redes sociais online não pode ser compreendida apenas como uma sucessão de inovações tecnológicas. A sua história corresponde igualmente à transformação das formas de percepção, de interação social e de produção da subjetividade. Cada inovação técnica alterou não apenas os modos de comunicar, mas também a maneira como os indivíduos experienciam o tempo, o espaço, a memória e a relação com o outro. Neste sentido, a evolução das redes sociais constitui simultaneamente uma história da tecnologia e uma história da experiência humana.

Os primeiros sistemas de comunicação em rede surgiram num contexto marcadamente científico e militar. A ARPANET, desenvolvida no final da década de 1960, tinha como principal objetivo assegurar a circulação descentralizada da informação entre centros de investigação, respondendo às exigências geopolíticas da Guerra Fria (Castells, 2003). Embora distante das atuais plataformas digitais, este projeto introduziu uma característica que



permanece central: a organização da comunicação através de redes distribuídas, substituindo progressivamente os modelos lineares e hierárquicos que haviam dominado os meios de comunicação de massa durante grande parte do século XX.

Foi, contudo, apenas no final da década de 1970 que começaram a surgir formas de comunicação mais próximas daquilo que hoje entendemos por redes sociais online. A criação da Usenet, em 1979, permitiu o desenvolvimento de comunidades organizadas em torno de interesses comuns, inaugurando uma lógica comunicacional baseada na participação coletiva, na circulação horizontal da informação e na construção colaborativa do conhecimento (Rheingold, 1996). Os Bulletin Board Systems (BBS), que se difundiram durante a década seguinte, aprofundaram esta dinâmica, possibilitando a criação de perfis rudimentares, listas de contactos e espaços permanentes de discussão. Apesar da simplicidade técnica destes ambientes, encontravam-se já presentes alguns dos princípios estruturantes das atuais plataformas digitais: identidade online, pertença comunitária e interação em rede.

Durante este período, a comunicação permanecia predominantemente textual e assíncrona. O tempo da interação era relativamente lento, permitindo que as mensagens fossem lidas, respondidas e arquivadas sem a pressão da instantaneidade que caracteriza o ecossistema digital contemporâneo. A experiência do utilizador aproximava-se ainda da leitura e da escrita tradicionais, favorecendo processos de reflexão relativamente prolongados. A própria arquitetura destas plataformas remete para uma lógica mais próxima da biblioteca do que do fluxo contínuo de informação que caracteriza atualmente as redes sociais online.

A criação do SixDegrees, em 1997, representou uma transformação decisiva neste percurso. Pela primeira vez, uma plataforma integrava de forma sistemática três elementos que se tornaram estruturantes das redes sociais contemporâneas: a construção de um perfil pessoal, a possibilidade de estabelecer listas de contactos e a navegação através das relações existentes entre diferentes utilizadores (Boyd & Ellison, 2007). Mais do que uma inovação tecnológica, esta plataforma inaugurou uma nova forma de representar a vida social. A própria metáfora da rede deixava de pertencer exclusivamente ao domínio da sociologia para passar a constituir uma experiência quotidiana dos utilizadores.

A década seguinte assistiu ao desenvolvimento acelerado da chamada Web 2.0, marcada pela emergência de plataformas como Friendster, MySpace, Hi5, Orkut e, posteriormente, Facebook. Estas redes deixaram de privilegiar apenas a circulação de mensagens para favorecer



igualmente a exposição pública da identidade. A construção do perfil transformou-se num exercício permanente de autorrepresentação, aproximando-se daquilo que Goffman (2012) descreveram como gestão da impressão na vida quotidiana. O sujeito digital passou progressivamente a construir narrativas públicas sobre si próprio, selecionando imagens, preferências, relações e acontecimentos que funcionavam como elementos constitutivos da identidade social.

Esta transformação coincidiu igualmente com aquilo que Jenkins (2006) designa por cultura da convergência. Os utilizadores deixaram de desempenhar exclusivamente o papel de consumidores de informação para assumirem também funções de produção, circulação e reformulação de conteúdos. O conceito de *prosumer*, desenvolvido por Tapscott e Williams (2010), exprime precisamente esta fusão entre produção e consumo que caracteriza os ecossistemas digitais contemporâneos. A comunicação deixa de obedecer a modelos verticais para assumir uma lógica reticular, colaborativa e permanentemente reconfigurável.

A introdução progressiva da imagem, do vídeo e, posteriormente, dos dispositivos móveis modificou profundamente a própria natureza da experiência digital. Plataformas como Facebook, Instagram, Snapchat e TikTok não representam apenas diferentes aplicações informáticas; correspondem a formas distintas de organizar a atenção, a memória e a percepção. A centralidade crescente da imagem alterou significativamente os processos de construção do significado, privilegiando formas de comunicação cada vez mais rápidas, intuitivas e emocionalmente orientadas.

Esta transformação aproxima-se daquilo que Merleau-Ponty (1999) descreve como reorganização da experiência perceptiva. A interação digital deixa de depender exclusivamente da leitura textual para envolver gestos corporais específicos — deslizar, ampliar, tocar, percorrer — que passam a integrar a própria experiência do conhecimento. O corpo continua presente, mas aprende novas formas de habitar o mundo através das interfaces digitais. O espaço da comunicação deixa de ser apenas simbólico para se tornar igualmente tátil, visual e cinestésico.

Ao mesmo tempo, a evolução tecnológica introduziu um elemento que distingue radicalmente as plataformas contemporâneas das primeiras comunidades digitais: a centralidade dos algoritmos. Nas primeiras redes, os percursos eram determinados maioritariamente pelas escolhas conscientes dos utilizadores. Atualmente, uma parte

significativa da navegação encontra-se organizada por sistemas automáticos de recomendação que selecionam conteúdos, estabelecem prioridades de visibilidade e antecipam interesses individuais. A arquitetura das plataformas deixa, assim, de ser apenas tecnológica para assumir uma dimensão epistemológica, condicionando aquilo que pode ser visto, lembrado ou esquecido.

É neste contexto que a metáfora do labirinto adquire particular pertinência. Diferentemente dos labirintos clássicos, cuja estrutura permanecia fixa e conhecida pelo seu arquiteto, o labirinto digital caracteriza-se por uma permanente reconfiguração. Cada interação modifica parcialmente o percurso seguinte, produzindo trajetórias personalizadas cuja lógica permanece invisível para o próprio utilizador. O algoritmo funciona como um arquiteto silencioso que reorganiza continuamente os caminhos disponíveis, criando uma experiência simultaneamente singular e compartilhada.

A descrição de Borges revela aqui uma surpreendente atualidade. Tal como em *O Jardim dos Caminhos que se Bifurcam*, cada decisão não elimina as restantes possibilidades, mas gera novas ramificações que multiplicam indefinidamente os percursos possíveis. A navegação digital deixa de ser linear para assumir uma estrutura reticular, caracterizada por conexões múltiplas, bifurcações permanentes e relações imprevisíveis entre conteúdos aparentemente distantes.

Paralelamente, o desenvolvimento da inteligência artificial e da personalização algorítmica transformou profundamente a relação entre utilizador e plataforma. As redes sociais deixaram de responder apenas às escolhas conscientes dos indivíduos para anteciparem preferências, sugerirem percursos e modelarem progressivamente hábitos de atenção. Tal como observa Zuboff (2020), a economia contemporânea da vigilância converte os comportamentos quotidianos em matéria-prima para sistemas de previsão e modulação das ações futuras. A experiência do sujeito passa, assim, a ser simultaneamente produzida e monitorizada pelas próprias infraestruturas técnicas que tornam possível a comunicação.

É precisamente neste ponto que a perspectiva foucaultiana se revela indispensável. Se a fenomenologia descreve a forma como o sujeito experiencia o labirinto digital, Foucault permite compreender os dispositivos históricos de saber-poder que organizam silenciosamente essa experiência (2007). As plataformas digitais não constituem espaços neutros de circulação da informação; configuram regimes específicos de visibilidade, classificação e normalização,

onde liberdade, vigilância e produção da subjetividade coexistem de forma permanente.

Assim, a evolução funcional das redes sociais online não deve ser interpretada apenas como um percurso técnico que conduz da comunicação textual aos ambientes multimídia. Trata-se, sobretudo, da transformação progressiva das formas contemporâneas de experiência, através da qual o sujeito passa a habitar um espaço simultaneamente comunicacional, tecnológico, político e existencial. É neste novo labirinto que se torna necessário compreender como a relação com o outro, consigo próprio e com o mundo é continuamente reorganizada pelas dinâmicas da cultura digital.

A INTERSUBJETIVIDADE E O OUTRO NO LABIRINTO DIGITAL

Se o labirinto digital pode ser compreendido como uma metáfora da experiência contemporânea, essa experiência nunca é exclusivamente individual. O sujeito não percorre sozinho os múltiplos caminhos que as plataformas digitais colocam à sua disposição; fá-lo sempre em relação com outros sujeitos, ainda que essa relação seja profundamente mediada por dispositivos tecnológicos, algoritmos e formas específicas de representação. A questão da intersubjetividade assume, por isso, um lugar central na compreensão filosófica das redes sociais online. Habitar o espaço digital significa igualmente aprender novas formas de encontrar o outro, de ser reconhecido por ele e de construir a própria identidade através desse reconhecimento.

Desde Husserl (2006), a fenomenologia reconhece que a experiência do mundo nunca é puramente solitária. A consciência constitui-se sempre num horizonte em que a presença do outro é pressuposta, ainda que não imediatamente tematizada. A realidade comum depende da possibilidade de reconhecer outras consciências que partilham o mesmo mundo vivido. Contudo, é sobretudo na fenomenologia contemporânea, particularmente em Dan Zahavi (2014), que a intersubjetividade deixa de ser entendida como problema secundário para passar a constituir uma condição originária da própria subjetividade. O eu não existe primeiro para depois encontrar os outros; constitui-se precisamente através da relação com eles.

Esta perspectiva revela-se particularmente fecunda para compreender a experiência das redes sociais online. Cada perfil digital representa simultaneamente uma forma de apresentação de si e uma abertura permanente ao olhar do outro. Fotografias, comentários, publicações, reações e diferentes formas de interação constituem manifestações públicas através das quais o sujeito procura reconhecimento, pertença e confirmação da própria identidade. O espaço digital

torna particularmente evidente aquilo que Zahavi (2014) descreve como constituição relacional do self: o eu constrói-se sempre perante outros sujeitos e através das interpretações que estes produzem.

Contudo, esta relação encontra-se profundamente transformada pela mediação tecnológica. O outro já não surge na plenitude da sua presença corporal, mas através de representações fragmentárias organizadas pelas interfaces digitais. A corporeidade do encontro cede lugar à circulação de imagens, textos, vídeos, emojis e diferentes formas de representação que procuram condensar a complexidade da experiência humana em sinais visualmente reconhecíveis. O perfil substitui a presença; o avatar substitui parcialmente o corpo; a fotografia converte-se frequentemente no principal mediador da identidade.

Esta transformação modifica profundamente a natureza do reconhecimento intersubjetivo. Na experiência presencial, o outro manifesta-se através da simultaneidade da palavra, do gesto, da expressão facial, da entoação da voz e da proximidade física. No ambiente digital, pelo contrário, a relação é continuamente filtrada por dispositivos técnicos que selecionam aquilo que pode ser mostrado, aquilo que permanece invisível e aquilo que merece maior visibilidade. O reconhecimento deixa de depender exclusivamente da relação entre sujeitos para passar igualmente pelos mecanismos técnicos que organizam essa relação.

Merleau-Ponty (1999) permite compreender a profundidade desta transformação. Para o filósofo francês, o corpo não constitui um objeto entre outros; é a própria condição da percepção e da abertura ao mundo. A experiência do outro realiza-se inicialmente através da corporeidade partilhada, na qual gestos, movimentos e expressões constituem formas imediatas de significação. As plataformas digitais não eliminam esta dimensão corporal, mas organizam-na profundamente. O corpo permanece presente, embora parcialmente traduzido em imagens, vídeos, movimentos captados pelas câmaras, mensagens escritas ou pequenos sinais gráficos que procuram representar emoções, intenções e afetos.

A experiência digital não corresponde, portanto, à ausência do corpo, mas à sua reconfiguração. O sujeito continua a perceber, interpretar e responder corporalmente, ainda que essa corporeidade seja atravessada por dispositivos técnicos que modificam ritmos de atenção, formas de presença e modalidades de interação. O deslizar contínuo do dedo sobre o ecrã, a alternância acelerada entre conteúdos, a leitura fragmentada das mensagens e a resposta quase instantânea às notificações revelam novas formas de habitar corporalmente o espaço



comunicacional.

Para Levinas (1998), o outro nunca pode ser reduzido àquilo que conhecemos dele. O rosto representa a manifestação de uma alteridade irreduzível que interpela o sujeito antes de qualquer decisão racional. O encontro ético nasce precisamente desta impossibilidade de reduzir o outro às categorias do mesmo.

Nas redes sociais online, esta interpelação ética torna-se mais complexa. O rosto é frequentemente substituído por uma fotografia cuidadosamente selecionada, por uma imagem filtrada ou por um avatar digital. A alteridade tende a apresentar-se sob formas previamente organizadas pelos próprios sujeitos ou pelos dispositivos técnicos das plataformas. Existe, assim, o risco permanente de confundir representação com presença, visibilidade com conhecimento e exposição pública com verdadeira relação interpessoal.

No entanto, mesmo profundamente mediado, o outro continua a exceder qualquer representação. Nenhum perfil digital esgota a singularidade da pessoa que representa. Nenhuma fotografia consegue condensar a complexidade de uma existência. A alteridade permanece sempre maior do que a sua tradução tecnológica. É precisamente este excesso que funda a possibilidade de uma ética das relações digitais.

Contudo, uma compreensão exclusivamente fenomenológica da intersubjetividade permaneceria incompleta. A relação entre sujeitos não ocorre num espaço neutro, mas em ambientes organizados por dispositivos técnicos que condicionam permanentemente as possibilidades do encontro.

Foucault permite deslocar a análise da experiência vivida para os regimes históricos de produção dessa experiência (2007). O reconhecimento não depende apenas dos sujeitos envolvidos na interação; depende igualmente dos sistemas que distribuem a visibilidade, classificam os conteúdos e organizam os percursos de circulação da informação. O algoritmo deixa de funcionar apenas como instrumento técnico para assumir um papel ativo na produção das formas contemporâneas de intersubjetividade.

Aquilo que o sujeito vê do outro resulta parcialmente de decisões algorítmicas invisíveis. A ordem das publicações, a frequência das aparições, os conteúdos sugeridos, os perfis recomendados e os critérios de relevância não são neutros. Constituem formas específicas de organização do olhar que influenciam silenciosamente a construção da experiência social. O encontro com o outro passa a ser mediado por sistemas de classificação que estabelecem



hierarquias de atenção e definem diferentes graus de visibilidade.

Neste sentido, as redes sociais online podem ser compreendidas como heterotopias digitais. Tal como Foucault (1984) descreve, as heterotopias constituem espaços onde coexistem diferentes ordens temporais, diferentes formas de presença e diferentes regimes de organização simbólica. As plataformas digitais reúnem simultaneamente passado, presente e futuro; memória e atualização; intimidade e exposição pública; comunicação privada e circulação massiva da informação. O sujeito desloca-se continuamente entre estes diferentes níveis da experiência sem abandonar o mesmo ambiente tecnológico.

A intersubjetividade contemporânea deixa, assim, de depender exclusivamente do encontro entre sujeitos para passar a envolver igualmente a arquitetura invisível das plataformas. O outro continua a ser condição da constituição do eu, mas essa relação é permanentemente reorganizada por dispositivos técnicos que selecionam aquilo que merece ser visto, lembrado ou esquecido.

Deste modo, o labirinto digital revela-se simultaneamente fenomenológico e político. É fenomenológico porque descreve a experiência concreta do encontro entre sujeitos; é político porque essa experiência é continuamente produzida, organizada e condicionada por dispositivos históricos de saber-poder. O percurso do utilizador deixa de depender apenas das suas intenções conscientes para passar igualmente pelas estruturas técnicas que orientam silenciosamente cada possibilidade de navegação.

É precisamente nesta dupla dimensão — experiencial e histórica — que reside a especificidade da intersubjetividade contemporânea. Compreender o outro nas redes sociais online exige, simultaneamente, descrever a experiência vivida do reconhecimento e analisar criticamente os dispositivos que tornam essa experiência possível. Só a articulação entre fenomenologia e Foucault permite compreender plenamente esta condição paradoxal, na qual liberdade e condicionamento, presença e representação, proximidade e distância coexistem de forma permanente.

O OUTRO COMO SELF-FOR-OTHER

Segundo Zahavi (2014), a experiência de si não pode ser compreendida isoladamente da relação com o outro, sendo a intersubjetividade uma dimensão constitutiva da experiência humana. A subjetividade possui, assim, uma dimensão relacional: o sujeito não apenas se experiencia a partir de uma perspectiva de primeira pessoa, mas pode também experienciar-se



como alguém que aparece perante os outros, isto é, como self-for-other. Esta dimensão aponta para a constituição do self não apenas enquanto experiência de si, mas também enquanto fenómeno relacional, cuja identidade se transforma através das formas como o sujeito é percebido, interpretado e reconhecido no contexto social. A intersubjetividade, neste sentido, não constitui um simples complemento da experiência, mas uma das dimensões fundamentais através das quais o sujeito se compreende a si próprio e habita um mundo partilhado.

No contexto digital, esta dinâmica é significativamente complexificada. A presença do outro deixa de se manifestar de forma direta e encarnada, substituída por representações simbólicas — perfis, avatares, stories efémeros, selos de verificação ou conteúdos curados por algoritmos. O olhar do outro, que na intersubjetividade clássica era presencial e corporal, transforma-se num conjunto de sinais digitais quantificáveis: likes, comentários, seguidores, partilhas e selos de autenticação como o “visto azul”. Cada um destes indicadores funciona como um mediador da validação social, permitindo ao sujeito perceber que é reconhecido, mas simultaneamente restringindo a riqueza do reconhecimento a métricas padronizadas e simbólicas.

A relação de reconhecimento mantém-se, mas sofre uma transformação profunda: o self vê-se refletido não numa presença encarnada, mas em imagens codificadas, em performatividades algorítmicas e em relações mediadas. O eu experimenta, assim, uma forma de reconhecimento parcial, dependente de sistemas de visibilidade que não captam a plenitude da alteridade do outro. Esta tensão entre presença e representação gera uma plasticidade peculiar na experiência intersubjetiva, na qual o sujeito deve negociar continuamente entre autenticidade e representação digital, visibilidade e ocultamento, imediatismo e continuidade.

A experiência de self-for-other no digital evidencia ainda a emergência de um eu performativo, condicionado por expectativas externas codificadas e por mecanismos de feedback instantâneo. O sujeito reconhece-se no outro e ajusta, constantemente a sua apresentação e comportamento para manter a visibilidade e a relevância no espaço mediado. Esta prática contínua de ajuste evidencia que a constituição do eu, longe de ser estática, é dinâmica, processual e atravessada por tensões entre identidade interna e identidade projetada.

Em suma, o digital transforma a experiência intersubjetiva num território de medições, negociações e reflexões sobre si mesmo: o outro continua a ser constitutivo do eu, mas agora a relação é filtrada, codificada e, paradoxalmente, tanto empobrecedora quanto reveladora da



flexibilidade da subjetividade contemporânea.

MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA E FRAGMENTAÇÃO DA PRESENÇA

Merleau-Ponty (1999) sublinha que a corporeidade é fundamental para a presença do outro: é nos gestos, nas expressões, nos movimentos subtis e na linguagem do corpo que a alteridade se manifesta de forma imediata e pré-reflexiva. O contacto físico, o olhar direto, a entoação da voz e a simultaneidade das percepções permitem que o sujeito experiencie dimensões da singularidade do outro através de um reconhecimento encarnado. Heidegger (2001), por seu turno, alerta para a dimensão técnica do mundo moderno, observando que a técnica tende a transformar tudo em Bestand, ou recurso disponível, submetendo os entes a uma lógica de disponibilidade e instrumentalização. Aplicada ao contexto digital, esta perspectiva permite interrogar o risco de a presença do outro ser progressivamente subordinada à utilidade, à visibilidade e ao consumo.

A comunicação digital intensifica e complica estes fenómenos. Ao mediar uma parte crescente dos encontros por meio de interfaces, algoritmos e plataformas, a tecnologia fragmenta a presença do outro. A alteridade deixa de se manifestar na totalidade encarnada e imediata; passa a existir como representação parcial, delimitada por padrões técnicos, janelas de visualização, feeds e algoritmos de recomendação. O outro é agora apresentado através de perfis, avatares, imagens, vídeos curtos e mensagens, cada uma filtrando, selecionando e transformando elementos da sua presença. O que era simultâneo e integrado no encontro face a face transforma-se numa série de fragmentos temporais e espaciais dissociados, muitas vezes consumidos em rapidez e efemeridade.

Byung-Chul Han (2012, 2014) enfatiza que estas mediações criam espelhos narcísicos, nos quais o sujeito se confronta com versões idealizadas do outro e de si mesmo, fragilizando a alteridade. A singularidade do outro dilui-se perante a repetição de padrões previsíveis, nas tendências virais, nos conteúdos estandardizados e nos gestos culturais replicáveis, impondo um ritmo de consumo que privilegia a familiaridade em detrimento da diferença. O espaço de reconhecimento transforma-se num território regulado pela visibilidade e pelo algoritmo, onde a alteridade é parcial, mediada e condicionada.

A fragmentação da presença altera a experiência intersubjetiva de várias formas. Primeiro, compromete a densidade do encontro: o outro não se apresenta de forma integrada,

mas como conjunto de sinais discretos e codificados. Segundo, desloca o locus do reconhecimento: o self depende não do contacto encarnado, mas da interpretação de métricas digitais — comentários, likes, partilhas, seguidores ou selos de verificação. Por fim, cria uma tensão ontológica: estar em contacto com o outro torna-se simultaneamente possível e incompleto, pois a tecnologia fornece apenas fragmentos que sugerem presença sem garantir a totalidade do ser-alheio.

Em síntese, a mediação tecnológica fragmenta e reconfigura a presença do outro no labirinto digital. Se, por um lado, permite formas de contacto instantâneas e globalizadas, por outro pode limitar a densidade, a corporeidade e a continuidade do encontro. O desafio ético e existencial reside em reconhecer que o outro, mesmo mediado, continua a exercer uma influência constitutiva sobre o eu, exigindo práticas de atenção crítica, responsabilidade e reapropriação do espaço digital como território de encontro com a alteridade.

POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA

Apesar da fragmentação e da mediação tecnológicas, a experiência intersubjetiva no labirinto digital não se encontra completamente perdida. É possível cultivar formas de resistência que estabeleçam a densidade do encontro, a atenção plena e a autenticidade do reconhecimento. Zahavi (2014) sublinha que a intersubjetividade é constitutiva do eu, mas depende da capacidade do sujeito de manter a continuidade do self e de permanecer atento à presença do outro, mesmo quando esta se apresenta mediada. A resistência implica, portanto, uma consciencialização crítica das condições tecnológicas que moldam a percepção do outro e do self.

Merleau-Ponty (1999) oferece instrumentos conceptuais para pensar esta resistência ao enfatizar a centralidade do corpo na experiência perceptiva. Mesmo mediada por ecrãs e interfaces, a relação com o outro pode preservar dimensões encarnadas da experiência através da atenção aos gestos, aos tempos de resposta, às tonalidades da voz digitalmente transmitida e aos elementos expressivos incorporados em imagens e vídeos. A mediação tecnológica não elimina, assim, a corporeidade, embora a reconfigure, tornando possível preservar formas de atenção capazes de conferir maior densidade ao encontro digital.

Derrida (2003) propõe a hospitalidade como acolhimento incondicional do outro, mesmo quando não previsto ou controlado. No contexto digital, esta hospitalidade manifesta-



se na abertura ao inesperado, ao comentário que rompe o feed algorítmico, à perspectiva que desafia a própria bolha cognitiva, à voz do outro que não se limita a representar padrões previsíveis. A hospitalidade digital exige a suspensão do desejo de totalização e de controle, possibilitando que a diferença se manifeste e que o sujeito se confronte com o outro na sua alteridade.

Levinas (1998) reforça esta dimensão ética, lembrando que o rosto do outro irrompe como exigência anterior a qualquer representação. Mesmo quando reduzido a ícones, avatares ou pequenas imagens, o outro no digital continua a exercer uma interpelação ética, convocando o sujeito à responsabilidade, à atenção e ao cuidado. Arendt (2001), ao pensar a responsabilidade pública, sublinha que a ação humana adquire sentido na pluralidade; mesmo em espaços mediados por algoritmos, é possível criar arenas de diálogo e de ação solidária que respeitem e reconstituem a alteridade.

A resistência, portanto, não se limita à crítica passiva da tecnologia, mas implica práticas ativas de reflexão crítica sobre algoritmos, seleção consciente de interações e valorização de experiências digitais que respeitem a continuidade do self e a autenticidade do outro. Quando o sujeito assume um papel ativo, crítico e reflexivo, transforma o labirinto digital de espaço de dispersão em arena de intersubjetividade enriquecida, capaz de contrariar a lógica da homogeneização e da superficialidade, recuperando a espessura e a densidade do ser-com-o-outro.

A EXPERIÊNCIA FENOMENOLÓGICA DO LABIRINTO DIGITAL

A experiência do labirinto digital não pode ser reduzida à utilização de plataformas tecnológicas nem ao simples consumo de conteúdos produzidos por outros utilizadores. Trata-se, antes de mais, de uma forma específica de habitar o mundo. As redes sociais online constituem ambientes nos quais o sujeito organiza a sua atenção, constrói relações, interpreta acontecimentos e produz continuamente significados. A tecnologia deixa, assim, de representar apenas um instrumento exterior ao sujeito para integrar a própria estrutura da experiência contemporânea.

Neste contexto, a fenomenologia oferece um quadro particularmente adequado para compreender aquilo que acontece antes de qualquer interpretação sociológica ou tecnológica. O seu objetivo não consiste em explicar causalmente os fenómenos, mas em descrever a forma como eles são vividos pelo sujeito. A experiência digital não começa nos algoritmos nem nas plataformas; começa no modo como o utilizador percebe, interpreta e atribui significado ao mundo que se lhe apresenta através

das interfaces digitais.

Husserl (2006) demonstrou que toda a consciência é intencional, isto é, encontra-se sempre orientada para alguma coisa. Não existe consciência vazia; toda a experiência implica uma relação com um objeto, uma situação ou um horizonte de sentido. Também a navegação nas redes sociais online constitui uma sucessão de atos intencionais. Cada pesquisa, cada clique, cada imagem observada e cada comentário produzido correspondem a movimentos da consciência que procuram continuamente reorganizar o mundo vivido.

Todavia, a intencionalidade digital possui características particulares. Diferentemente da experiência quotidiana presencial, o horizonte de possibilidades apresenta-se praticamente ilimitado. Cada publicação conduz a outras publicações; cada hiperligação abre novos percursos; cada vídeo recomenda automaticamente outros vídeos; cada pesquisa multiplica indefinidamente as alternativas disponíveis. A experiência assume, deste modo, uma estrutura profundamente labiríntica, na qual o sujeito dificilmente consegue antecipar o percurso completo da sua própria navegação.

É precisamente aqui que a metáfora de Borges revela toda a sua potência filosófica. Em *O Jardim dos Caminhos que se Bifurcam*, o labirinto não conduz a um único destino. Cada decisão abre simultaneamente novas possibilidades sem eliminar as anteriores. A temporalidade deixa de ser linear para assumir uma estrutura ramificada, na qual diferentes percursos coexistem potencialmente. Algo semelhante acontece nas redes sociais online. O utilizador nunca percorre um caminho único; move-se continuamente entre possibilidades que se multiplicam à medida que a própria navegação avança.

A experiência digital caracteriza-se, por isso, por uma tensão permanente entre orientação e desorientação. O sujeito sente que escolhe livremente os seus percursos, mas encontra-se simultaneamente conduzido por sistemas automáticos de recomendação cuja lógica permanece invisível. Cada decisão parece resultar da sua própria vontade, embora seja frequentemente condicionada por arquiteturas algorítmicas que organizam previamente as possibilidades de escolha.

Merleau-Ponty (1999) permite compreender que esta tensão não ocorre apenas ao nível intelectual. Toda a experiência continua a ser corporal. O corpo permanece o lugar originário da relação com o mundo, mesmo quando esse mundo é predominantemente digital. A leitura de um comentário, a observação de uma fotografia, a resposta emocional desencadeada por um vídeo ou a ansiedade produzida pela espera de uma notificação são experiências vividas corporalmente. O espaço digital não elimina a corporeidade; reorganiza-a.

A utilização quotidiana dos dispositivos móveis evidencia esta transformação. O gesto repetitivo de deslizar o dedo sobre o ecrã, o movimento quase automático de verificar notificações, a alternância rápida entre aplicações e a fragmentação constante da atenção revelam novos hábitos corporais que passam progressivamente a integrar a experiência ordinária do sujeito. O corpo adapta-se

à lógica das interfaces e aprende novas formas de perceber o tempo, o espaço e a relação com os outros.

Esta reorganização da percepção altera igualmente a experiência da temporalidade. Na análise fenomenológica da consciência do tempo, a experiência articula retenção, presença e protensão num fluxo de continuidade temporal. O ambiente digital tende, contudo, a introduzir formas intensas de fragmentação nesse fluxo, submetendo o presente a uma sucessão contínua de novos estímulos que reclamam imediatamente a atenção do sujeito.

Hartmut Rosa (2019) descreve este fenómeno através da teoria da aceleração social. O ritmo crescente da comunicação produz uma sucessão de acontecimentos que dificilmente chegam a sedimentar-se como verdadeira experiência. O sujeito permanece permanentemente informado, mas dispõe de cada vez menos tempo para compreender aquilo que vive. A abundância de acontecimentos transforma-se paradoxalmente numa forma de empobrecimento da experiência.

Benjamin (2012) já havia intuído algo semelhante ao refletir sobre a perda da aura na modernidade. Tal como a reprodução técnica altera a relação entre o observador e a obra de arte, também a circulação incessante de imagens nas redes sociais modifica profundamente a experiência da presença. A fotografia deixa de constituir memória para se transformar num elemento transitório do fluxo comunicacional. A imagem perde progressivamente a capacidade de interromper o olhar, sendo imediatamente substituída por outra imagem igualmente efêmera.

Byung-Chul Han (2014) aprofunda este diagnóstico ao mostrar que a sociedade digital tende a substituir a contemplação pela circulação permanente de informação. A experiência deixa de organizar-se em torno da duração para se estruturar segundo a lógica da velocidade. O excesso de positividade, transparência e disponibilidade conduz paradoxalmente ao desaparecimento da verdadeira alteridade. O sujeito permanece constantemente ligado aos outros, mas essa ligação tende frequentemente a assumir formas superficiais e autorreferenciais.

Contudo, reduzir a experiência digital apenas à alienação seria igualmente insuficiente. A fenomenologia permite reconhecer que toda a experiência permanece aberta a novas possibilidades de sentido. O mesmo ambiente tecnológico que favorece a dispersão pode igualmente tornar-se espaço de encontro, aprendizagem, criação e diálogo. A experiência não é determinada mecanicamente pela tecnologia; resulta sempre da relação entre o sujeito e o mundo que habita.

É precisamente neste ponto que a análise fenomenológica encontra os seus próprios limites. A descrição da experiência vivida permite compreender como o sujeito percebe o labirinto digital, mas não explica completamente porque determinadas formas de experiência se tornam dominantes enquanto outras permanecem marginais. Para responder a esta questão torna-se necessário considerar os dispositivos históricos que organizam previamente o campo da experiência.

É aqui que o pensamento de Michel Foucault volta a desempenhar um papel decisivo. A



experiência nunca é inteiramente espontânea; encontra-se sempre inscrita em regimes de verdade, práticas discursivas e tecnologias de poder que condicionam aquilo que pode ser visto, pensado ou experimentado (2007). Os algoritmos das plataformas digitais não funcionam apenas como instrumentos técnicos destinados a facilitar a navegação. Constituem igualmente dispositivos de produção da experiência, organizando silenciosamente os percursos do utilizador e definindo diferentes regimes de visibilidade.

A fenomenologia descreve aquilo que o sujeito vive; Foucault permite compreender as condições históricas que tornam essa vivência possível. Esta articulação revela-se particularmente importante nas redes sociais online, onde experiência e dispositivo técnico se encontram profundamente entrelaçados. O feed personalizado, as recomendações automáticas, a moderação algorítmica e os mecanismos de classificação não são elementos exteriores à experiência; fazem parte da própria estrutura através da qual o sujeito experiencia o mundo digital.

Neste sentido, o labirinto contemporâneo não é apenas uma metáfora da complexidade. É uma forma histórica de organização da experiência. O sujeito percorre caminhos que parecem ilimitados, mas esses caminhos encontram-se continuamente desenhados por arquiteturas invisíveis que distribuem a atenção, organizam a memória e modelam progressivamente as possibilidades da própria experiência.

A experiência fenomenológica do labirinto digital revela, assim, uma condição profundamente paradoxal. Nunca o sujeito dispôs de tantas possibilidades de comunicação, informação e expressão; nunca essas possibilidades dependem tanto de dispositivos técnicos cuja lógica permanece opaca. Habitar o labirinto digital significa precisamente viver esta tensão permanente entre liberdade e orientação, entre abertura e condicionamento, entre experiência singular e organização histórica da experiência.

É nesta tensão que se torna possível compreender a especificidade da subjetividade contemporânea. O sujeito digital não é apenas utilizador de plataformas nem simples destinatário de conteúdos produzidos por outros. Constitui-se continuamente na relação entre experiência vivida, mediação tecnológica e dispositivos históricos de saber-poder. A fenomenologia permite descrever essa experiência; Foucault permite compreender as condições que a produzem. É precisamente da articulação entre ambas as perspectivas que emerge uma compreensão mais ampla da condição digital contemporânea.

O OUTRO COMO ESPETÁCULO: ENTRE GOFFMAN E HEIDEGGER

No labirinto digital contemporâneo, o outro corre o risco de se transformar em espetáculo ou numa presença mediada e manipulável, cujo valor é frequentemente definido pela visibilidade e pela utilidade performativa. A partir da reflexão de Heidegger (2001) sobre a técnica moderna e a redução



dos entes à condição de Bestand, isto é, de disponibilidade, torna-se possível interrogar a transformação do outro em perfil, dado ou conjunto de métricas suscetíveis de consumo, avaliação e classificação. Nas redes sociais online, a alteridade passa frequentemente a ser mediada por imagens, estatísticas, números de seguidores e símbolos de reconhecimento, como o selo de verificação, configurando uma experiência em que o encontro com o outro corre o risco de se subordinar à lógica da representação e da visibilidade.

Goffman (2012) oferece um enquadramento complementar ao permitir compreender a vida em rede como um espaço particularmente propício à gestão estratégica da apresentação de si, amplificando a dimensão performativa da identidade. Cada interação, publicação ou comentário pode tornar-se parte de um palco de exposição no qual o sujeito procura influenciar a percepção que os outros constroem a seu respeito. Este exercício de encenação pode transformar a presença do outro numa audiência funcional à manutenção da imagem do self. O eu passa, assim, a construir-se também como self-for-other, numa relação mediada por expectativas sociais e por arquiteturas algorítmicas que tendem a privilegiar a notoriedade, a conformidade e a replicabilidade.

Byung-Chul Han (2012, 2014) observa que esta dinâmica favorece uma comunicação que é simultaneamente abundante e superficial, uma “comunicação sem comunidade”, na qual a relação com o outro se torna projeção do eu e instrumento de autoafirmação. A alteridade é absorvida pelo espetáculo do self, a diferença dissolve-se em padrões previsíveis e a singularidade do outro é eclipsada por lógicas de visibilidade, popularidade e viralidade. Este regime digital exacerba a solidão e a homogeneização cultural, tornando o encontro autêntico cada vez mais raro e valioso.

No entanto, esta análise não implica uma condenação total do digital. Reconhecer o outro como espetáculo permite compreender os riscos ontológicos e éticos da mediação tecnológica, mas também abre espaço para práticas reflexivas que questionem os padrões algorítmicos de validação social, promovam interações autênticas e reconstruam a densidade do encontro. A consciência desta performatividade e da instrumentalização da alteridade é, assim, um primeiro passo para reorientar o sujeito no labirinto digital, resgatando a profundidade da intersubjetividade mesmo no âmbito de relações mediadas e fragmentadas.

DIMENSÃO ÉTICA E RESPONSABILIDADE NO LABIRINTO DIGITAL

Se a experiência do labirinto digital se caracteriza pela coexistência entre liberdade aparente e condicionamento algorítmico, então a questão ética deixa de poder ser entendida como um conjunto de normas exteriores ao sujeito. A ética emerge no próprio modo como habitamos os ambientes digitais, como nos relacionamos com os outros e como respondemos às interpelações que continuamente atravessam o espaço comunicacional. Habitar o labirinto digital significa, antes de mais, assumir responsabilidade pelas formas de presença que nele construímos.

A reflexão fenomenológica sobre a relação com o outro permite reconhecer que a experiência humana possui uma dimensão inevitavelmente ética. A relação com o outro nunca constitui um acontecimento neutro, pois toda a percepção implica simultaneamente reconhecimento, interpretação e resposta. Levinas (1998) radicaliza esta compreensão ao afirmar que o rosto do outro antecede qualquer decisão racional e qualquer sistema normativo. Antes de pensar, julgar ou decidir, o sujeito encontra-se já convocado pela presença do outro, cuja vulnerabilidade reclama responsabilidade.

Esta interpelação mantém toda a sua atualidade no contexto das redes sociais online, embora assuma formas profundamente transformadas. O outro apresenta-se frequentemente através de representações incompletas: fotografias, vídeos, mensagens escritas, perfis ou pequenos fragmentos da sua experiência. Todavia, a mediação tecnológica não elimina a exigência ética. Pelo contrário, torna-a mais exigente, precisamente porque aumenta o risco de reduzir a alteridade a categorias simplificadas, estereótipos ou indicadores quantitativos de popularidade.

Cada comentário publicado, cada fotografia partilhada, cada reação deixada numa publicação constitui um ato comunicacional que produz efeitos sobre outros sujeitos. A rapidez característica da comunicação digital pode criar a ilusão de que estas ações são efêmeras ou desprovidas de consequências. Contudo, a circulação em rede amplia significativamente o alcance das interações individuais, tornando cada utilizador potencialmente responsável pela propagação de discursos, imagens e formas específicas de representação da realidade.

É neste sentido que Hannah Arendt (2001) continua a oferecer uma perspectiva particularmente relevante. A ação humana realiza-se sempre num espaço de pluralidade, onde cada gesto adquire significado através das relações que estabelece com os outros. O espaço público digital constitui hoje uma das principais arenas dessa pluralidade. Publicar, comentar ou partilhar deixam de ser simples operações técnicas para se converterem em formas de participação na construção do mundo comum. A responsabilidade digital não decorre apenas das intenções individuais, mas também da consciência de que cada intervenção modifica, ainda que minimamente, o ambiente comunicacional partilhado.

Contudo, esta responsabilidade encontra-se profundamente condicionada pela arquitetura das próprias plataformas. A circulação acelerada da informação, os mecanismos de viralidade, a recomendação automática de conteúdos e a lógica da economia da atenção favorecem frequentemente respostas imediatas em detrimento da reflexão crítica. A temporalidade da comunicação digital privilegia a velocidade sobre a ponderação, incentivando formas de interação marcadas pela impulsividade, pela polarização e pela simplificação dos conflitos.

Hartmut Rosa (2019) descreve este fenómeno como uma das consequências da aceleração social. A rapidez crescente da comunicação reduz o tempo disponível para compreender o outro, para interpretar contextos e para construir relações de verdadeira ressonância. O excesso de informação não

produz necessariamente maior conhecimento; muitas vezes gera precisamente o contrário, dificultando a sedimentação da experiência e enfraquecendo a capacidade de escuta. O sujeito permanece permanentemente ligado aos outros, mas dispõe de cada vez menos tempo para estabelecer relações significativas.

Neste contexto, a ética do cuidado proposta por Joan Tronto (2015) adquire uma importância renovada. O cuidado não constitui apenas uma atitude privada; representa uma prática política e social fundada na atenção, na responsabilidade, na competência e na capacidade de resposta. Transportada para os ambientes digitais, esta perspectiva implica reconhecer que comunicar também significa cuidar das condições em que a comunicação ocorre. A qualidade das relações depende da disposição para ouvir, compreender, contextualizar e responder de forma responsável às interpelações dos outros.

A prática do cuidado torna-se particularmente relevante num ambiente marcado pela fragmentação da atenção. O sujeito digital é constantemente solicitado por notificações, mensagens, imagens e múltiplos fluxos informacionais que competem entre si pela sua disponibilidade cognitiva. Preservar a atenção converte-se, assim, numa forma de resistência ética. Escutar verdadeiramente o outro, ler integralmente uma mensagem, verificar a veracidade de uma informação antes de a partilhar ou suspender o impulso da resposta imediata constituem gestos aparentemente simples, mas profundamente significativos numa cultura marcada pela aceleração.

A fenomenologia permite compreender que estas práticas não são meras regras exteriores ao comportamento. Correspondem a formas específicas de reorganizar a experiência. A atenção constitui uma modalidade fundamental da intencionalidade; aquilo a que prestamos atenção organiza o próprio mundo vivido. Num ambiente digital saturado de estímulos, escolher conscientemente aquilo que merece ser visto, lido ou partilhado transforma-se num exercício ético de construção do significado.

Todavia, limitar a reflexão ética à responsabilidade individual seria insuficiente. É precisamente neste ponto que a análise foucaultiana introduz uma dimensão decisiva. A ética não pode ser separada das formas históricas de poder que organizam os comportamentos. Os ambientes digitais são estruturados por dispositivos que distribuem a visibilidade, orientam a atenção, classificam utilizadores e produzem normas implícitas de participação. A própria possibilidade de agir encontra-se continuamente condicionada por arquiteturas técnicas que antecedem as decisões individuais.

Foucault (2007) demonstra que o poder moderno raramente atua apenas através da proibição. Exerce-se sobretudo pela produção de modos específicos de comportamento, incentivando determinadas práticas enquanto desencoraja outras. As plataformas digitais ilustram claramente este funcionamento. A organização dos feeds, os sistemas de recomendação, os mecanismos de recompensa simbólica e a constante recolha de dados não se limitam a observar os comportamentos; participam ativamente na sua produção.



A responsabilidade ética exige, por isso, uma dupla consciência. Por um lado, o sujeito deve reconhecer as consequências das suas próprias ações sobre os outros. Por outro, deve igualmente compreender as condições históricas e técnicas que influenciam essas ações. Esta consciência crítica não elimina a liberdade, mas impede que ela seja confundida com uma autonomia abstrata desligada das estruturas que organizam a experiência contemporânea.

Neste sentido, a hospitalidade proposta por Jacques Derrida (2003) assume um significado particularmente relevante. A hospitalidade consiste na disponibilidade para acolher aquilo que permanece imprevisível, diferente e resistente às nossas categorias de interpretação. Transportada para o contexto digital, implica aceitar que o outro nunca pode ser completamente reduzido aos algoritmos que organizam a sua visibilidade, nem às representações fragmentárias através das quais se torna presente nas plataformas. A verdadeira comunicação começa precisamente quando o sujeito permanece aberto à possibilidade de ser transformado pelo encontro com a diferença.

A ética do labirinto digital consiste, assim, em preservar esta abertura. Num espaço onde tudo tende a ser classificado, previsto e antecipado, torna-se fundamental defender a possibilidade do inesperado, da escuta e da pluralidade. A responsabilidade não se reduz ao cumprimento de normas; constitui uma prática permanente de atenção ao outro e de reflexão crítica sobre os dispositivos que organizam a própria experiência comunicacional.

Deste modo, a dimensão ética das redes sociais online revela-se inseparável da fenomenologia da experiência e da análise foucaultiana do poder. A primeira permite compreender a responsabilidade enquanto forma de habitar o mundo com os outros; a segunda evidencia que essa responsabilidade é continuamente atravessada por dispositivos históricos que moldam as possibilidades da ação. Habitar eticamente o labirinto digital significa reconhecer simultaneamente estas duas dimensões: a experiência vivida da relação e as estruturas que a tornam possível.

AUTONOMIA E RESISTÊNCIA NO LABIRINTO DIGITAL

A autonomia no labirinto digital não se limita à capacidade de decisão ou escolha tecnológica; trata-se de uma conquista corporal, temporal e existencial que requer consciência crítica do próprio modo de existir em ambientes mediados por algoritmos. Merleau-Ponty (1999) sublinha que a liberdade não é um atributo abstrato, mas uma realização encarnada: é o corpo e a experiência concreta que permitem ao sujeito ocupar o espaço de forma autónoma e resistir à coação invisível dos fluxos digitais. No contexto das redes sociais, essa liberdade implica reconhecer as dinâmicas de atenção fragmentada, manipulação algorítmica e aceleração da temporalidade, recuperando a agência existencial frente à dispersão imposta pelas



plataformas.

A consciência reflexiva assume aqui um papel central. Zahavi (2014) permite compreender que a experiência de si e a relação intersubjetiva não podem ser separadas das formas concretas através das quais o sujeito se experiencia e se relaciona com os outros. No labirinto digital, a desaceleração consciente do fluxo de estímulos e a recuperação da atenção podem constituir formas de resistência à dispersão, permitindo que o sujeito preserve espaços de reflexão e de presença perante as solicitações permanentes das plataformas. Esta desaceleração não é apenas técnica, mas também ética: ao recuperar a consciência do tempo, do corpo e da atenção, o sujeito amplia as possibilidades de reflexão, escolha e intervenção crítica.

Neste contexto, a resistência no labirinto digital é multidimensional. Não se limita à crítica passiva, mas envolve ação consciente: desaceleração, preservação da experiência intersubjetiva, cuidado ético com o outro e gestão consciente do próprio tempo e atenção. É uma resistência que conjuga filosofia fenomenológica, ética e reflexão sobre a técnica, permitindo que o sujeito recupere densidade e presença num espaço naturalmente fragmentador. O domínio da autonomia digital não é, assim, um simples exercício de liberdade formal, mas uma prática contínua de reinvenção existencial e intersubjetiva.

CONCLUSÃO

O artigo procurou compreender as redes sociais online como labirintos digitais, isto é, como espaços de bifurcação, circulação e recomposição da experiência subjetiva. A metáfora borgiana permitiu pensar a não linearidade dos percursos digitais; a tensão pré-socrática entre permanência e mudança ofereceu uma matriz filosófica para refletir sobre a coexistência entre continuidade e transformação; e a fenomenologia tornou possível descrever o modo como o sujeito experiencia o tempo, o corpo, a atenção e a alteridade em ambientes mediados por plataformas.

A principal contribuição introduzida por esta leitura consiste em reconhecer que a experiência digital não pode ser entendida apenas como vivência individual. Husserl (2006), Merleau-Ponty (1999), Heidegger (2012) e Zahavi (2014) ajudam a compreender a dimensão encarnada, intencional e intersubjetiva do sujeito que navega no labirinto; contudo, Foucault (2007) obriga a situar essa experiência em regimes históricos de saber-poder, visibilidade e



normalização. A tensão entre fenomenologia e Foucault é, por isso, assumida como limite e como recurso crítico: o sujeito não é aqui concebido como essência estável, mas como posição vivida, relacional e historicamente configurada.

Nesta perspectiva, as redes sociais online surgem como espaços ambivalentes. Por um lado, intensificam a fragmentação da atenção, a performatividade do eu, a captura algorítmica e a transformação do outro em imagem, dado ou espetáculo. Por outro, podem ainda ser reapropriadas como lugares de encontro, hospitalidade, cuidado e ação responsável, desde que o sujeito desenvolva uma consciência crítica das mediações técnicas que organizam a sua experiência. Conclui-se, assim, que habitar o labirinto digital exige mais do que competência técnica: exige atenção ética, responsabilidade discursiva e capacidade de resistência perante os dispositivos de visibilidade e aceleração. O fio de Ariadne contemporâneo talvez não esteja na saída do labirinto, mas na possibilidade de nele permanecer criticamente, reconhecendo que cada clique, cada partilha e cada forma de exposição do eu convoca também uma responsabilidade perante o outro. E se o verdadeiro problema das redes sociais online não fosse apenas saber como nelas nos perdemos, mas perguntar que formas de humanidade ainda somos capazes de construir enquanto nelas procuramos reencontrar-nos?

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. Lisboa: Relógio d'Água, 2001.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. Tradução de João Carlos Martins Barbosa e Helga Araujo Baptista. Lisboa: Antígona, 2012.
- BORGES, Jorge Luis. O jardim de veredas que se bifurcam. In: BORGES, Jorge Luis. Ficções. Tradução de Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BOYD, Danah M.; ELLISON, Nicole B. Social network sites: definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 13, n. 1, p. 210–230, 2007.
- CASTELLS, Manuel. A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- DERRIDA, Jacques. Da hospitalidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- FOUCAULT, Michel. Des espaces autres. *Architecture, Mouvement, Continuité*, n. 5, p. 46–49, 1984.
- FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida quotidiana. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 2012.
- HAN, Byung-Chul. A sociedade da transparência. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 2012.
- HAN, Byung-Chul. No enxame: perspectivas do digital. Tradução de Miguel Serras Pereira.



- Lisboa: Relógio d'Água, 2014.
- HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. In: HEIDEGGER, Martin. Ensaaios e conferências. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel e Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Editora da Unicamp; Petrópolis: Vozes, 2012.
- HERÁCLITO. Fragmentos. In: KIRK, G. S.; RAVEN, J. E.; SCHOFIELD, M. Os filósofos pré-socráticos. Tradução de M. C. de Almeida. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- HUSSERL, Edmund. Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica. Tradução de Márcio Suzuki. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.
- JENKINS, Henry. Cultura da convergência. Tradução de Susana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2006.
- LEVINAS, Emmanuel. Totalidade e infinito. Tradução de José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1998.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PARMÉNIDES. Fragmentos. In: KIRK, G. S.; RAVEN, J. E.; SCHOFIELD, M. Os filósofos pré-socráticos. Tradução de M. C. de Almeida. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- RHEINGOLD, Howard. A comunidade virtual. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Lisboa: Gradiva, 1996.
- ROSA, Hartmut. Aceleração e alienação. Tradução de Nélcio Schneider. Lisboa: Edições 70, 2019.
- TAPSCOTT, Don; WILLIAMS, Anthony D. Wikinomics: how mass collaboration changes everything. Expanded ed. New York: Portfolio, 2010.
- TRONTO, Joan C. Limites morais: um argumento político para uma ética do cuidado. Lisboa: Almedina, 2015.
- ZAHAVI, Dan. Self and other: exploring subjectivity, empathy, and shame. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância. Lisboa: Relógio d'Água, 2020.



**PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS NOS CURSOS NAS
ÁREAS DE CIÊNCIAS DA SAÚDE EM FOCO: PANORAMA DA
PRODUÇÃO DE ARTIGOS SOBRE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM
UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS**

***(THE RETENTION OF BLACK STUDENTS IN HEALTH SCIENCES
COURSES: AN OVERVIEW OF ARTICLES PRODUCED ON
UNDERGRADUATE PROGRAMS AT BRAZILIAN PUBLIC
UNIVERSITIES)***

MARIANA GESTEIRA DA SILVA

<https://orcid.org/0009-0009-4840-3881>

Doutoranda em Educação em Ciências e Saúde, do PPGECS-Nutes/UFRJ
mariges.silva@gmail.com

ALEXANDRE BRASIL CARVALHO DA FONSECA

<https://orcid.org/0000-0002-7495-4902>

Doutor em Sociologia pela USP (2002)

Pós-doutor pela Universidade de Barcelona (2009)

Professor titular do PPGECS-Nutes/UFRJ

Diretor na Secretaria Executiva do Ministério da Educação (MEC)
coloquio10@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho consiste em Revisão Sistemática de Literatura sobre permanência de estudantes negros em cursos de graduação na área de Ciências da Saúde em universidades públicas brasileiras. A pesquisa analisa artigos para identificar desafios enfrentados por esses alunos e destaca a importância das ações afirmativas. Com base na Análise de Conteúdo de Bardin, discute desigualdades socioeconômicas, raciais e de gênero, experiências acadêmicas e políticas públicas. O estudo aponta três categorias temáticas levantadas a partir da análise dos artigos, aborda o reconhecimento dos desafios na permanência dos alunos negros na universidade, a necessidade de ampliar políticas de inclusão de alunos negros e apoio estudantil nas universidades. Apesar dos avanços, a produção científica na área ainda é limitada, indicando a necessidade de mais estudos e de medidas que favoreçam a permanência desses estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: ações afirmativas; permanência estudantes negros; Ciências da Saúde.

ABSTRACT

This study consists of a Systematic Literature Review on the retention of Black students in



undergraduate Health Sciences programs at Brazilian public universities. The research analyzes articles to identify the challenges faced by these students and highlights the importance of affirmative action policies. Based on Bardin's Content Analysis, it discusses socioeconomic, racial, and gender inequalities, academic experiences, and public policies. The study identifies three thematic categories arising from the analysis of the articles and addresses the recognition of the challenges involved in the retention of Black students at university, as well as the need to expand inclusion policies for Black students and student support in universities. Despite progress, scientific production in this area is still limited, indicating the need for more studies and measures that promote the retention of these students.

KEYWORDS: affirmative action policies; Black student retention; Health Sciences.

INTRODUÇÃO

O trabalho de Revisão Sistemática de Literatura, que ora apresentamos, foi desenvolvido ao longo de quatro meses — de setembro de 2024 a janeiro de 2025 —, e se justifica por compreender e analisar o cenário das pesquisas realizadas sobre o tema da permanência de estudantes negros de graduação em universidades públicas na área de Ciências da Saúde. A Revisão Sistemática de Literatura se caracteriza pela relevância, compreensão de um campo e ineditismo sobre o tema. Não havíamos encontrado ainda esse tipo de estudo realizado na área de Ciências da Saúde, e essa é uma área que compreende cursos de grande prestígio social como, por exemplo, Medicina. Suspeitamos de que tanto o ingresso quanto a permanência de estudantes negros sejam dificultados, sobretudo, em cursos como esses. Este estudo que realizamos visa a analisar artigos acadêmicos publicados sobre o tema da permanência de estudantes negros nos cursos de graduação, em universidades públicas, na área de Ciências da Saúde, a fim de compreender como as pesquisas sobre permanência de estudantes negros vêm se apresentando.

O Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010, Art.56, V, sinaliza a importância de iniciativas que incrementem o acesso e a permanência das pessoas negras na educação fundamental, média, técnica e superior. As ações afirmativas são programas e medidas do Poder



Público que possuem o objetivo de corrigir desigualdades e promover a equidade. De modo que, tanto o ingresso quanto a permanência de estudantes negros fazem parte das ações afirmativas. Embora o tema do ingresso seja de grande relevância, o foco da pesquisa se concentra na permanência, pois suspeitamos de que a permanência é um aspecto complexo e multifatorial que envolveria desde políticas de bolsas e auxílios financeiros a mecanismos de acolhimento de combate ao racismo, dentre outros.

Para fins desta pesquisa, nos concentramos em artigos, pois se apresentam em maior quantidade, alguns, inclusive, são derivados de dissertações e de teses defendidas. Também optamos por nos concentrar nos cursos de graduação, pois suspeitamos de que graduação e pós-graduação teriam especificidades e distinções, tanto no que concerne ao perfil de ingressantes (na graduação as cotas raciais estão associadas às socioeconômicas, enquanto que na pós-graduação isso não necessariamente ocorre), quanto pelas questões de permanência (muitas vezes alunos de pós-graduação trabalham e são profissionais que já se estabeleceram no mercado ou estão se estabelecendo). Além disso, os sistemas da pós-graduação e da graduação são diferentes, tanto na quantidade de aulas, trabalhos, relações entre alunos e professores e uma série de questões que não possuem paralelismo necessariamente. Portanto, nos pareceu mais interessante concentrar o estudo de Revisão Sistemática de Literatura nos cursos de graduação em Ciências da Saúde no que concerne a questão da permanência de estudantes negros.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O presente estudo de Revisão Sistemática de Literatura utiliza como fundamentação teórico-metodológica a Análise de Conteúdo, tal como proposta por Bardin (1977), em diálogo com a obra *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, de bell hooks (2017).

A Análise de Conteúdo, segundo Cardoso et.al (2021), teve sua origem no final do século passado, e se caracteriza por suas diferentes abordagens, desenvolvidas ao longo dos últimos cinquenta anos. Ainda que os últimos anos tenham sido uma fase de grande produtividade, esteve frequentemente orientada pelo paradigma positivista, valorizando a objetividade e a quantificação. Atualmente essa metodologia de análise de dados está atingindo novas e mais desafiadoras possibilidades na medida em que se integra cada vez mais na



exploração qualitativa de mensagens e de informações. A Análise de Conteúdo vem se firmando como metodologia de pesquisa de natureza qualitativa no campo das Ciências Sociais.

Ainda sobre a Análise de Conteúdo, de acordo com o método de Bardin (1977), o estudo se divide nas seguintes etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Para análise dos dados percebemos, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, que seria mais adequado trabalhar com Análise Categórica Temática. Conforme esse método, a análise se caracteriza por ser uma técnica de Análise de Conteúdo que consiste em identificar e classificar temas para compreender as relações entre eles.

Tendo em vista, ainda, a questão das ações afirmativas e o estudo sobre permanência de estudantes negros nos cursos da área de Ciências da Saúde em cursos de graduação de universidades públicas, optamos por trabalhar também com o livro *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, bell hooks (2017), dialogando com a análise dos dados. Segundo esse livro, o sistema educacional tradicional muitas vezes perpetua desigualdades sociais. Frequentemente as instituições educacionais reproduziriam as hierarquias de poder existentes, em vez de serem espaços de libertação e de transformação. Para hooks (2017) a educação deveria ser um meio para desafiar e dismantelar essas desigualdades, um meio para libertar os indivíduos das opressões sociais, culturais e políticas. A prática educacional seria uma oportunidade para que os alunos se tornem críticos e conscientes de suas realidades, permitindo-lhes questionar e desafiar as estruturas de poder opressoras. De modo que, a partir dessa base teórico-metodológica, desenvolvemos a pesquisa e chegamos aos resultados a seguir.

PERCURSO METODOLÓGICO E RESULTADOS DA PESQUISA

ANÁLISE DE CONTEÚDO (ETAPA 1): Pré-análise

Na etapa de pré-análise da pesquisa que, segundo Bardin (1977), consiste na fase de organização propriamente dita, fizemos uma ampla pesquisa testando termos de busca e operadores booleanos. No início, esses testes eram meio aleatórios, a intenção era de que as relações fossem se revelando pelos termos. Realizamos uma série de testes com descritores e operadores booleanos para ir refinando a busca e irmos compreendendo, ainda que de forma panorâmica, o que tem sido produzido a respeito de ações afirmativas e especialmente sobre permanência de estudantes negros nos cursos de graduação em universidades públicas nas áreas

de Ciências da Saúde. Esse foi um processo que se estendeu por bastante tempo, e foram entradas e vindas, testes, que fomos construindo um caminho para a pesquisa.

Ainda nesta etapa, realizamos uma visão geral dos artigos na plataforma *Google Acadêmico* e no *Portal de Periódicos da Capes*. Num primeiro momento, as buscas no *Google Acadêmico* foram especialmente relevantes, pois, pelo grande volume de dados e pelas sugestões de termos de busca, fomos conseguindo observar como o tema da permanência aparecia nos artigos. Esse portal foi muito importante para realizar o que Bardin (1977) chama de leitura flutuante. Entretanto, o volume do *Google* é tão grande e a seleção tão ampla que optamos por não trabalhar com os artigos dessa plataforma, mas ressaltamos sua importância na pré-análise pelas intuições e *insights* que proporcionou. A escolha pelo *Portal da Capes* se deve ao seu prestígio e pela relevância dos artigos (mas, como se verá adiante, ampliamos num outro momento as buscas para outros portais de busca).

Nesse primeiro momento, testamos uma série de descritores e de operadores booleanos a fim de encontrar resultados mais específicos. O termo permanência não foi delimitado na busca porque percebemos que em muitos artigos apareciam tipos de permanência e aparentemente não haveria uma homogeneidade nas nomenclaturas. O descritor *universidade* também foi importante, pois surgiam muitos resultados para educação básica. O descritor *graduação* também acabava selecionando pós-graduação, então, *universidade* pareceu ser mais adequado para a pesquisa, pois, nesse caso, excluiu educação básica e não enfatizou estudos sobre pós-graduação. Ao combinar o descritor *negr**, a busca se tornou mais precisa. Durante os testes, percebemos que *negr** era um descritor mais adequado, porque englobou pesquisas em que apareciam negras, negro, negros, negritude e diversas variações terminológicas que ao utilizar o descritor *negro*, eram descartadas. O único problema é que selecionou também sobrenome de autor, como, por exemplo, Negrão. Esses casos foram descartados na etapa de seleção dos artigos.

Importante ressaltar que nesse momento ainda não havíamos delimitado a pesquisa aos cursos de Ciências da Saúde. Fizemos dessa forma para termos um *overview* (em tradução livre visão ampla) sobre o tema. Outro ponto ainda digno de nota é que nesta etapa suspeitávamos de que permanência efetiva seria um termo de busca, mas vimos que permanência simbólica é o termo que aparece com mais frequência — isso foi descoberto graças ao *Google* — sobre

um tipo de permanência que significa não apenas estar na universidade, mas também a qualidade dessa permanência o que envolve participação na vida acadêmica, sentimentos de pertença, ampliação de capital cultural, dentre outros aspectos.

Ainda durante as buscas na etapa de pré-análise, percebemos uma frequência alta da relação entre permanência de estudantes negros com racismo e variações, tais como *microagressões*. Por esse motivo, realizamos também testes com esses descritores. O interessante é que o descritor *microagressões* envolve também outras áreas, por isso precisou estar combinado com racismo. Se usássemos o booleano *AND* para *microagressões* restringiria demais a busca e descartava vários resultados interessantes, ao usar *OR* expandia os resultados para o descritor racismo. Suspeitamos de que o termo *microagressões* apareça relacionado com racismo por conta do livro *Memórias da Plantação: episódios do racismo cotidiano* (2019), de Grada Kilomba, em que essa palavra está associada às formas como o racismo se manifesta no cotidiano de pessoas negras.

Em relação ao termo *microagressões*, percebemos que ele apareceu com bastante frequência, no que concerne ao racismo, relacionado às Ciências Exatas (em cursos como matemática, engenharia etc.). Também é relevante ressaltar que existe uma quantidade expressiva de trabalhos na área de Ciências Exatas sobre a questão da permanência, mas não contabilizamos tendo em vista não ser o foco desta pesquisa. Contudo, essa é provavelmente uma área que tem sido mais pesquisada do que a de Ciências da Saúde a respeito da questão da permanência de estudantes negros. Também percebemos na etapa de pré-análise que é crescente o número de pesquisas sobre ingresso/permanência de indígenas e de pessoas trans. Mas, para fins deste trabalho, o foco estava no entendimento de como seria a permanência de pessoas negras (ainda que num primeiro momento não tivéssemos ainda a clareza de que depois restringiríamos à área de Ciências da Saúde), por isso, outros grupos minoritários foram colocados no critério de exclusão de artigos (apenas seriam mantidos caso pessoas negras também estivessem presentes).

Para realização das buscas, combinamos os descritores a operadores booleanos. Os operadores booleanos são conectores que indicam ao sistema de busca como combinar termos de pesquisa. Numa busca por dados, eles são importantes para refinar a pesquisa e direcioná-la, o que é fundamental numa Revisão Sistemática de Literatura. Esses operadores refinam e

direcionam as consultas de dados. Os operadores booleanos mais comuns são: *AND*, *OR*, *NOT*.

Na etapa de pré-análise, houve buscas que não obtiveram retorno satisfatório. Como havíamos pesquisado permanência associada a *racismo* e a *microagressões* — *experiências negativas* —, tentamos inverter os termos relacionando permanência a um universo semântico mais positivo como *pertença*, *pertencimento* e “*sentimento de pertença*”, mas não houve retorno no *Portal da Capes*. Ainda na etapa de testes no *Portal da Capes*, realizamos pesquisa com os termos descritores *permanência AND universidade AND negr* AND biologia*. Quando pesquisamos *permanência AND universidade AND negr* AND ciências AND racismo OR microagressões*, as buscas ampliaram muito e selecionaram muitos resultados para Ciências Exatas. Já, *permanência AND universidade AND negr* AND ciências* ampliou muito os resultados.

Foi somente depois de toda essa pesquisa preliminar que decidimos concentrar a pesquisa na área de Ciências da Saúde, pois percebemos que havia grande volume de artigos sobre permanência de forma muito ampla e que havia carência de estudos de Revisões Sistemáticas de Literatura na área de Ciências da Saúde. Por esse motivo, ampliamos as buscas para o Portal da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), especializado na área de saúde.

Como parte desse processo de pesquisa nas plataformas, conseguimos delimitar de maneira mais satisfatória os termos de pesquisa e, conseqüentemente, as buscas de modo que pudemos formular a questão da pesquisa de maneira mais precisa, já que num primeiro momento tínhamos uma ideia muito ampliada da questão da permanência de pessoas negras em cursos de graduação. Somente após fazermos essa pesquisa prévia, realizando em paralelo leitura flutuante — tal como propostas por Bardin (1977) — é que começamos a desenvolver a pergunta da pesquisa, que foi sendo re-trabalhada e desenvolvida ao longo de todo o processo e que deu base à pesquisa.

ANÁLISE DE CONTEÚDO (ETAPA 2): Exploração do material

Após todo trabalho de buscas nos portais da *Capes* e da *BVS*, conseguimos chegar à pergunta da pesquisa que norteou a exploração do material. Foi um processo dialógico, em que fazíamos um *overview* dos trabalhos e voltávamos à questão ampla sobre permanência de alunos negros na graduação. Dada a imensa quantidade de dados com que lidamos, entendemos

que para analisá-los seria necessário restringir, delimitando a pesquisa, de modo que o questionamento sobre o que revelariam os artigos sobre a permanência de alunos negros em cursos de graduação, em universidades públicas, na área de Ciências da Saúde, passou a orientar os estudos. A partir de então, passamos a ter como objetivo compreender como o tema da permanência de estudantes negros em cursos de graduação, em universidades públicas, na área de Ciências da Saúde, vinha se apresentando.

Tanto o questionamento, quanto o objetivo nortearam a construção dos critérios de inclusão e de exclusão dos artigos que, inclusive, são parte do método de Análise de Conteúdo tal como proposto por Bardin (1977). Foram assim então criadas as regras de recorte, de categorização e de decodificação, conforme os seguintes critérios de inclusão e de exclusão com intuito de atender a pergunta e o objetivo da pesquisa:

Tabela 1: Critérios de inclusão e de exclusão

Critérios de inclusão	Critérios de exclusão
Artigos sobre permanência de estudantes negros, na graduação em universidade pública na área de Ciências da Saúde, que independam de recorte de gênero.	Artigos sobre permanência de estudantes negros na graduação em universidades públicas que sejam estudos mais gerais, sem estar relacionados a uma área específica, ou que não sejam na área de Ciências da Saúde, tais como Matemática e Engenharia, por exemplo.
Artigo sobre permanência graduação, universidades públicas, em que além de negros outras minorias estejam incluídas.	Artigos fora da área de educação e permanência que não estejam relacionados a ações afirmativas para pessoas negras.
Artigos sobre permanência de estudantes negros na graduação em universidade pública que tenham sido publicados no Brasil ou no exterior.	Artigos sobre permanência, microagressões, que estejam relacionadas somente com outras minorias, que não pessoas negras, como pessoas transgêneros ou indígenas.
Artigos acadêmicos que possuam qualidade e rigor acadêmico.	Artigos sobre permanência de alunos negros em pós-graduação.
	Artigos sobre permanência de alunos negros em faculdades particulares e/ou ingressantes via PROUNI.
	Artigos fechados.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Após a elaboração dos critérios de exclusão e de inclusão, com o universo da pesquisa devidamente demarcado, seguimos a regra de exaustividade, segundo Bardin (1977). De acordo com essa regra, “(...) não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou por aquela razão (dificuldade de acesso, impressão de não-interesse), que não possa ser justificável no plano do rigor.” (Bardin, 1977, p.97). Desse modo, testamos uma série de descritores e de



operadores booleanos nos *Portais da Capes* e da *BVS*, alguns se mostraram mais produtivos, outros menos.

Ao finalizarmos a pré-seleção dos artigos, chegamos ao momento de preparação do material, percebemos que havia muitos artigos repetidos. Após eliminarmos os artigos repetidos, notamos que o termo descritor e o booleano **permanência AND universidade AND negr*** deram conta de todos os artigos relacionados com a pergunta da nossa pesquisa, nos outros houve apenas repetições dos mesmos artigos, ou seja, os artigos relevantes sobre permanência de alunos negros na área de Ciências da Saúde em cursos de graduação de universidade públicas já apareceram na busca ampla. Mas, ainda neste momento de preparação dos materiais, ao ler os sete artigos selecionados, percebemos que os coletados no *Portal da BVS*, apesar de serem na área de saúde, os relacionados com educação, já haviam aparecido no *Portal da Capes*, exceto uma dissertação sobre o curso de enfermagem, mas como dissertações estavam dentro do critério de exclusão inicial, ela não entrou na pesquisa.

O fato de termos encontrado artigos repetidos reduziu o número de trabalhos disponíveis para análise, por isso percebemos que seria importante tentar ampliar o *corpus* para extrair alguma informação relevante. De modo que inserimos mais duas linhas de busca na pesquisa com buscas específicas sobre **Medicina e Odontologia — dois cursos de grande prestígio social na área de saúde**. No *Portal da BVS* não houve retorno, mas no da *Capes*, chegamos a mais um artigo, seguindo os mesmos critérios de inclusão e de exclusão (Tabela 1). A fim de conseguir mais artigos, inserimos mais uma base de dados: o *Portal Scielo*, de modo que ficamos com três plataformas de pesquisa.

Seguimos os mesmos parâmetros anteriores (critérios de exclusão e de inclusão, mais termos descritores e booleanos, conforme Tabela 1), chegamos no *Scielo* ao artigo *Democratização do acesso à Educação Superior brasileira: o curso noturno de Odontologia na perspectiva da justiça social brasileira* (Lamers, Luce, Toassi, 2024). Optamos por não testar outros cursos da área de Ciências da Saúde nos descritores, pois havíamos chegado a cinco bons artigos e depois de tantas pesquisas percebemos que os resultados estavam voltados para cursos de graduação de maior prestígio social. De modo que chegamos ao seguinte quadro esquemático com os artigos selecionados para a pesquisa de Revisão Sistemática de Literatura, já devidamente codificados conforme segue abaixo:

Tabela 2: Seleção final artigos Revisão Sistemática de Literatura para análise categorial



Código	Título	Autores	Ano de publicação	Tipologia/ Modalidade	bases de dados	Área de concentração
M1	Democratização do acesso à educação superior brasileira: o curso noturno de odontologia na perspectiva da justiça social	Juliana Maciel de Souza Lamers, Ramona Fernanda Ceriotti Toassi, Maria Beatriz Luce	2024	artigo	Portal Scielo	Odontologia Ensino na Saúde Educação
M2	Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde	Ana Cristina de Oliveira Valério, Waldez Cavalcante Bezerra, Vanessa Silva dos Santos, Jaime Daniel Leite Junior, Magno Nunes Farias, Salete Maria Bernardo dos Santos	2021	artigo	Portal Capes	Educação
M3	A prática pedagógica e a permanência de cotistas afrodescendente no curso de odontologia	Josenilda Almeida Cavalcante, Clara Roseane da S. A. Mont'Alverne, Antonia Izabel da Silva Meyer, Leneide Austrilino Petta, Mercia Lamenha Medeiros, Lenilda Austrilino	2020	artigo	Portal Capes	Educação
M4	Curso de branco: uma abordagem sobre o acesso e a permanência de estudantes de origem popular nos cursos de saúde da universidade federal do recôncavo da bahia	Dyane Brito Reis Santos	2017	artigo	Portal Capes	Educação



	(UFRB)					
M5	A Primeira da Família Vivências de mulheres negras da Universidade Federal da Bahia	Anne Bittencourt, Ananda Genonádio, Bruno Almeida, Caroline Anice	2019	artigo	Portal Capes	Ciências Humanas

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Os artigos foram lidos diversas vezes para identificarmos as ideias centrais dos textos. Formulamos hipóteses de estudos com base no método de Bardin (1977) e também relações entre os artigos selecionados. Foi nesse momento que percebemos ligações entre o pensamento de bell hooks, apresentado em livros tais como *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* (2017), e os artigos selecionados. Ficou mais evidente que a pesquisa seria qualitativa (não quantitativa com dados estatísticos sobre o material), e percebemos que a melhor forma de categorizar o material seria a partir dos temas identificados.

Optamos por trabalhar com Análise Categrorial Temática, pois costuma ser utilizada na área de Educação e se coloca pela materialidade que se propõe analisar. A Análise Categrorial Temática apresenta um processo que se estabelece a partir da análise e exploração do próprio material, compondo as categorias temáticas que são identificadas a partir do contato com o material de estudo. Os temas mais recorrentes são categorizados e, posteriormente, relacionados nos resultados da pesquisa. Seguindo o método, os eixos temáticos foram estruturados após a leitura exaustiva dos artigos selecionados. Nessa etapa, buscamos identificar quais os indicadores que mais apareciam nos materiais e sua frequência. Identificamos três categorias nos artigos estudados e as codificamos conforme segue no quadro esquemático abaixo:

Tabela 3: Categorias Temáticas (Análise Categrorial)

Categoria Temática	Descrição da categoria	Código da categoria
--------------------	------------------------	---------------------



Desigualdade socioeconômica	Esta categoria está relacionada com desigualdades históricas que fizeram com que a população negra e de brancos pobres tivesse tido mais dificuldade de ingressar e permanecer na universidade. Nesta categoria também vão aparecer políticas públicas que visam a combater distorções socioeconômicas. O foco da categoria está em dificuldades materiais que envolvem moradia, compra de material, meios de transporte, renda etc.	C1
Raça	Nesta categoria a questão racial está no cerne. Estão presentes experiências pessoais e coletivas com o racismo. Também estão as estratégias adotadas pelos estudantes para permanência e apoio mútuo. Na categoria aparecem ainda questões históricas ligadas ao racismo e políticas públicas, dentre outros aspectos pertinentes à categoria.	C2
Universidade	Na categoria universidade, aparecem as políticas institucionais associadas à permanência, combate ao racismo, dentre outras questões pertinentes. Também estão incluídos os grupos de pesquisa sobre temática racial e dificuldades em se adequar à cultura acadêmica.	C3

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

A partir das categorias temáticas **Desigualdade socioeconômica (C1)**, **Raça (C2)** e **Universidade (C3)**, realizamos a exploração do material. Essa etapa foi bastante trabalhosa, pois mapeamos termos e assuntos que apareciam nos artigos relacionando-os. Esses dados levantados nos forneceram um panorama das categorias nos artigos e conseguimos observar as diferenças nas abordagens de cada um deles. Os resultados e as interpretações dessas categorias podem ser observados a seguir.

ANÁLISE DE CONTEÚDO (ETAPA 3): Tratamento dos resultados, inferências e interpretação

Nesta etapa do trabalho, chegou enfim o momento de fazermos a análise das categorias temáticas estabelecendo relações entre os artigos e o referencial teórico-metodológico e interpretando os dados obtidos. **As categorias temáticas são agrupamentos de informações e conceitos. Conforme apresentamos, elencamos três categorias temáticas para a análise — Desigualdade socioeconômica (C1), Raça (C2) e Universidade (C3).** A partir dessas categorias, as análises de **M1, M2, M3, M4 e M5** foram estruturadas. Também procuramos estabelecer diálogo com o livro *Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade*, de bell hooks (2017).

Categoria temática (cod. C1): Desigualdade socioeconômica



As análises dos textos **M1**, **M2**, **M3**, **M4** e **M5** abordam aspectos sobre como a desigualdade socioeconômica seria um entrave para o ingresso e a permanência de estudantes de origem popular em cursos de graduação na área de Ciências da Saúde. Na categoria temática **C1**, vimos que o tema aparece nos artigos abordando aspectos históricos que fizeram com que tanto pessoas negras quanto brancos pobres tivessem tido mais dificuldades em ingressar na universidade. Também observamos que essa base histórica serve para fomentar a criação de políticas públicas que visassem à reparação e ao combate a essas distorções nas universidades públicas. Em **C1**, vemos, ainda, o foco nas dificuldades materiais dos alunos de permanecerem na universidade (isso envolve moradia, compra de material, meios de transporte etc.) e que muitos alunos são da primeira geração da família a chegar ao nível superior. Podemos observar a importância das políticas públicas de expansão do ensino superior (REUNI) e de cotas com reserva de vagas para brancos e negros pobres (L.12.711/12) como aspectos de grande relevância para ampliação do acesso de grupos socialmente marginalizados, conforme aponta **M1**.

Desse modo, a mudança no perfil dos estudantes de Ensino Superior é fortemente impactada por essas políticas públicas. Conforme bell hooks (2017) aponta no livro *Ensinando a transgredir*: a educação como prática da liberdade, a estrutura educacional tradicional, muitas vezes perpetua desigualdades. A autora argumenta que o acesso à educação de qualidade é muitas vezes desigual, especialmente para estudantes negros e das classes trabalhadoras. Essa falta de acesso pode limitar as oportunidades e perpetuar ciclos de pobreza e de opressão. A falta de acesso a uma educação de qualidade não apenas limita as oportunidades de emprego e avanço social para estudantes negros e das classes trabalhadoras, mas também contribui para a perpetuação dos ciclos de pobreza. Quando os alunos não recebem uma educação que lhes permita desenvolver habilidades críticas e analíticas, suas chances de conseguir empregos bem remunerados diminuem, dificultando a possibilidade de ascensão econômica. Isso cria um ciclo vicioso em que a falta de educação de qualidade resulta em baixos níveis de renda, que, por sua vez, resulta em mais dificuldades no acesso à educação para as próximas gerações.

Esse aspecto do combate às desigualdades socioeconômicas apareceu de alguma forma em todos os artigos — com mais ou menos destaque em sua construção. Em **M1**, **M3**, e **M4** a categoria **C1** apareceu com mais relevância. É digno de nota ressaltar que em **M1** um curso de Odontologia noturno foi estudado,



e que esse artigo trabalha com a ideia de justiça social, como forma de tornar mais acessível o acesso ao curso. Dentre todos os artigos, **M1** foi aquele em que menos apareceu a questão racial, talvez por se tratar de um curso na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), estado da região sul, local em que a população negra é menor se comparada ao restante do país. O foco do artigo está na desigualdade socioeconômica.

Podemos observar em **M1** que o foco está no prestígio do curso e na possibilidade de que alunos trabalhadores possam acessar o curso noturno com mais facilidade, o que seria um possível vetor de promoção de justiça social. Em **M3**, também é estudado um curso de Odontologia, mas da Universidade Federal de Alagoas, no nordeste. O artigo **M3** destaca a desigualdade econômica no ingresso e na permanência no curso de Odontologia, e também retoma a história da educação.

Além da questão das desigualdades históricas que deixaram a população negra, especialmente, e de brancos pobres fora da universidade, **M3** destaca a questão da permanência no curso de Odontologia também pelo viés socioeconômico, pois parece haver um aumento da evasão de alunos na metade do curso por não conseguir comprar o *kit* acadêmico, que custaria algo em torno de R\$3.000,00 a R\$4.000,00 reais. O artigo **M3** vai dar bastante destaque às questões da categoria de análise **C3**, como poderemos ver no decorrer desta pesquisa.

Já em **M4**, as políticas públicas apareceram com destaque como forma de combate às desigualdades e é estudado o Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia). A própria UFRB é fruto da expansão das universidades federais, o que certamente explica em parte o porquê do artigo dar foco às políticas públicas de redução de desigualdade socioeconômicas e trazer dados sobre o aumento de alunos nos cursos de graduação.

Através do artigo **M4**, vemos, ainda, que a UFRB possui um curso de graduação de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde e que posteriormente os alunos podem integrar cursos como Medicina. Mas ao contrário de **M1**, **M4** aprofunda-se no debate racial. O próprio título do artigo **M4** é bastante sugestivo ao problematizar como curso de branco, cursos do CCS tais como Medicina. Talvez pela UFRB estar na Bahia a questão racial se acentue mais se comparada à UFRGS. De modo que **M4** também trabalha bastante a categoria **Raça (C2)**, como veremos a seguir.

Categoria temática (cod. C2): Raça

Tendo em vista o questionamento desta pesquisa — o que revelariam os artigos sobre a permanência de alunos negros em cursos de graduação, em universidades públicas, na área de Ciências da Saúde —, a categoria **Raça (C2)** possui destaque importante, pois está diretamente relacionada às questões de permanência de alunos negros nos cursos de Ciências da Saúde. Todos os artigos (**M1**, **M2**, **M3**, **M4** e **M5**) abordam a questão com mais ou menos ênfase, por caminhos teórico-metodológicos diferentes. A categoria **C2** engloba o ingresso de pessoas negras por meio de cotas raciais e ampliação da participação negra na universidade, bem como as questões que surgem com a ampliação de negros nas universidades e tensões raciais. Também observamos questões específicas sobre mulheres negras e interseccionalidade. **C2** apresenta, ainda, experiências pessoais e coletivas com o racismo. Vemos na **C2** estratégias que estudantes negros se utilizam para permanência, como se agrupar entre seus pares (aquilombamento), ficar em silêncio para evitar humilhações. Aparecem os imaginários sobre pessoas negras como sendo incapazes de raciocínio e de produção de conhecimento. Outro aspecto digno de nota em **C2** é a dificuldade especialmente grande de estudantes negros ingressarem e permanecerem em cursos de grande prestígio social, como Medicina. Vemos também a questão da desigualdade racial relacionada à história do país e da educação.

M2, **M4** e **M5** se destacam na categoria **C2**. Em todos esses artigos a pesquisa esteve mais focada nos estudantes, ou nas estudantes, que eram negros, e foram aplicadas metodologias de pesquisa qualitativa que envolviam algum tipo de diálogo direto com os estudantes como grupo focal ou entrevistas. Provavelmente por isso **C2** apareceu com mais detalhes, pois os artigos trouxeram a força do relato dos alunos, dando corpo e voz aos sujeitos objeto da pesquisa.

Em **M2** o estudo se concentra nas experiências de seis estudantes (mulheres negras) do Centro de Ciências da Saúde em uma universidade de Alagoas; a pesquisa foi realizada através de grupo focal. Para a introdução de **M2**, a narrativa que dá base ao trabalho foi construída partindo da construção de raça, do imaginário de que negros seriam inferiores. O artigo também aborda que o final da escravidão não mudou a condição da inserção de negros no Brasil, a política de cotas foi apontada como forma de avanço da população negra na universidade e como política de reparação histórica. **M2** aponta, ainda, que muito precisa ser feito para a população negra e que o racismo seria algo estrutural e que a situação das mulheres negras seria



ainda pior pela convergência da opressão de raça, gênero e, no caso das alunas em tela, a origem socioeconômica. Por esse motivo, o desafio de permanência de mulheres negras na Educação Superior seria ainda maior, pois elas estariam num “não lugar” por falta de identificação com o ambiente acadêmico. **M2** relaciona à universidade a um espaço brancocêntrico e que esse desconforto mobilizaria a formação de pequenos quilombos. Percebemos que a estratégia de se aquilombar (entendido como a criação de grupo de solidariedade e proteção entre negros) é utilizada com bastante frequência por estudantes negros como forma de se proteger, prestar apoios mútuos, construir sua negritude e ressignificar experiências traumáticas. Em **M4** vemos que essa estratégia também é utilizada por alunos em “cursos de branco”, como Medicina , conforme segue:

Em pesquisa anterior (Santos, 2009), ao tratarmos da permanência na UFBA, observávamos algumas estratégias que eram desenvolvidas pelos estudantes a fim de permanecerem na universidade. Entre as estratégias, estava a polarização, que se caracterizava pela formação de grupos homogêneos, seja em termos raciais ou econômicos. (...) Em nossas entrevistas, também encontramos a criação de grupos homogêneos como uma forma de resistir ao ambiente nada acolhedor do campus. (Santos, 2017,p.44)

Além dessa questão de endossar a estratégia de criação de grupos negros, ou seja, de quilombos, **M4** com sugestivo título *Curso de branco*, na construção de sua estrutura argumentativa também vai problematizar a questão do ingresso de pessoas negras como uma conquista histórica e como fruto de políticas públicas. No artigo **M4**, é apontado, inclusive, como os cursos de Medicina Veterinária, Medicina, Psicologia, Odontologia e Direito apresentam percentuais de brancura superior àqueles encontrados na sociedade. O artigo demonstra que cursos relacionados com licenciatura e baixa procura (como Arquivologia e Biblioteconomia) costumam ter mais pessoas negras se comparado aos “cursos de branco”, como Medicina, por exemplo. **M4** evidencia através da fala de aluno também agressões perpetradas por docentes que podem culminar com a evasão do aluno. **M4** mostra ainda que a universidade pode ser um espaço empoderador para muitos alunos negros que se veem assumindo seus cabelos naturais ou indumentárias mais africanas.

M5 tem como característica a questão do ingresso de mulheres negras em cursos de alto prestígio social (Medicina, Psicologia e Direito) como sendo as primeiras da família a entrarem em uma faculdade — tendo em vista que dois dos cursos estudados estão na



área da saúde, o artigo foi selecionado para composição deste trabalho. Em **M5** a argumentação está na construção de raça como um conceito social e histórico, também é retomada a ideia da democracia racial na construção do imaginário de país. **M5** e **M4** dialogam na parte em que afirmam a negação da intelectualidade negra e a sua inferiorização na academia, tendo em vista que nesses espaços o negro foi o objeto de estudo e não sujeito. Mas o ponto principal do artigo é a questão da interseccionalidade, que também foi um aspecto bastante explorado em **M2**.

Sobre a questão da interseccionalidade, hooks (2017) ressalta que as mulheres negras na educação necessitam de um ensino que reconheça e valorize suas experiências. Para hooks (2017), a desigualdade não pode ser entendida de forma isolada, mas deve ser analisada através de uma lente interseccional que considera como diferentes formas de opressão se sobrepõem. Ela argumenta que a experiência de uma mulher negra, por exemplo, é moldada não apenas pelo seu gênero, mas também pela sua raça e classe social, o que a colocaria em uma posição única de marginalização. Por esse motivo, esse é um tema de destaque em **M2** e **M5**, pois o racismo na educação teria especificidades em relação às mulheres negras, vítimas de diversas formas de opressão na sociedade.

Para encerrar este tópico, ressaltamos, ainda, dois aspectos importantes relacionados à categoria **C2** que são a desumanização de pessoas negras e o fato de que saberes ancestrais sejam ignorados dentro de uma cultura acadêmica eurocêntrica. Em **M2** é apontado que mulheres negras se veem tendo que ser sempre fortes e que não podem chorar frente ao racismo institucional, que essas experiências seriam desumanizantes, pois além de tudo precisam estar sempre provando seu valor. Já em **M5**, uma das alunas relata que escolheu o curso de Medicina porque ao ler uma revista sobre ervas medicinais, se deu conta de que sua mãe também as utilizava como estratégia de cuidado e de promoção de saúde.

Por fim, como nossa questão de pesquisa está relacionada com a permanência, vemos em **C2** as diversas formas como o racismo pode interferir nessa questão e talvez o aprendizado principal esteja nas estratégias adotadas pelos próprios alunos. Vimos que se aquilombar, ou seja, se unir a outros colegas negros para buscar apoio e referência é uma delas, mas percebemos que também o silêncio seria um meio de autoproteção. Esse é um aspecto sensível, pois como vimos existe um processo de silenciamento de pessoas negras na academia, mas bell hooks (2017) identificou o silêncio como possível estratégia por parte de alunos para se preservar



frente ao racismo, conforme segue:

Já dei aulas a brilhantes alunos de cor, alguns de idade avançada, que conseguiram, com muita habilidade, nunca abrir a boca em sala de aula. Alguns expressam o sentimento de que, se simplesmente não afirmarem sua subjetividade, terão menos probabilidade de ser agredidos. Disseram que muitos professores universitários jamais manifestaram o menor interesse de ouvir a voz deles. (hooks, 2017, p.57)

Portanto, essas vozes negras podem ser silenciadas tanto pela falta de escuta — professores muitas vezes nem teriam interesse em ouvir, conforme ressaltado por hooks (2017) —, quanto por intimidação num ambiente hostil . O silêncio acaba também sendo uma forma de autoproteção, pois reduziria a probabilidade de agressões.

Categoria temática (cod. C3): Universidade

Na categoria **Universidade (C3)**, identificamos questões mais relacionadas com a universidade propriamente. Vão aparecer os Programas de Assistência Estudantil, as bolsas de permanência, as dificuldades em compreender as disciplinas da graduação e as dificuldades em se adaptar à cultura acadêmica. Também nesta categoria vai aparecer o preconceito velado e o ambiente hostil. É também nesta categoria que vão aparecer grupos de pesquisa sobre temática racial como forma de empoderar alunos negros.

Esta foi a categoria em que menos percebemos entradas, se comparado às categorias **C1** e **C2**. Em **M1**, inclusive, não elencamos nenhum aspecto. A categoria **C3** se mostrou de forma especialmente relevante em **M4** (**M4** foi bastante produtivo em todas as categorias levantadas no estudo). **M4** aponta que a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), seria uma das pioneiras no país a ampliar a ideia de assistência e a assumir um posicionamento político de contribuir para a correção das distorções sócio-raciais. Supomos que isso se deva por a UFRB estar na Bahia e por ela mesma ter surgido num contexto em que as políticas públicas e ações afirmativas começavam a ser implantadas. O mesmo vale para **M5** que discorre que a UFBA também implantou o sistema de cotas em 2005, ou seja, sete anos antes da lei federal (L. 12.711/12) e também destaca a importância da bolsa de auxílio permanência. Em **M5** apareceram críticas aos servidores da PROAE da

UFBA relacionados com a Assistência Estudantil, pois alguns estudantes teriam se sentido humilhados, inclusive teriam dito a uma aluna que a PROAE não seria lugar de cuidar de negro —o que deveria ser também um ponto de atenção na política institucional. Ainda sobre essa questão de programas de bolsa e auxílio estudantil, **M3** por ter foco mais em **C1**, aponta a questão de a UFRS não disponibilizar o *kit* acadêmico com custo de R\$3.000,00 a R\$4.000,00, nem tampouco materiais de segurança no curso de Odontologia, de modo que seriam os alunos que muitas vezes criam redes de apoio e de suporte para auxiliar uns aos outros.

M4 revela, ainda, diversos aspectos a respeito do racismo institucional por parte de colegas de turma e de professores (“São irrefutáveis as evidências de que existe racismo na academia e que esse conflito se acentuou após a entrada de estudantes pelo sistema de cotas, notadamente em alguns cursos denominados como de ‘alta demanda’.” (Santos, 2017, p.16)). No artigo **M4**, observamos que jovens “estrangeiros”, em geral vindos de um universo marcado pela escassez material e cultural, experimentam uma sensação de não pertencimento ao espaço acadêmico, para o que muito contribuem os tratamentos indiferentes, discriminatórios ou mesmo estigmatizantes dos colegas de turma, às vezes sob forma de olhares e de comentários e, outras vezes, recusando a participação nos trabalhos de grupo, o que os deixariam humilhados, ressentidos ou com um profundo sentimento de inferioridade. Ainda segundo **M4**:

(...) alguns docentes, como forma de reagir à presença de determinadas categorias sociais ou raciais na universidade, ou ainda na busca por abortar questões que, segundo seus critérios acadêmicos, são menores ou desnecessárias, criam táticas de discriminação objetivamente destinadas a favorecer a mortalidade acadêmica desses estudantes dentro do sistema. (Santos, 2017, p.16)

Por outro lado, institucionalmente também parece estar parte das respostas às questões raciais. Conforme aponta **M4**, os grupos de pesquisa sobre temática racial e professores negros auxiliariam no fortalecimento de alunos cotistas. **M4** evidencia também que em todos os *campi* da UFBR os estudantes têm tido reações, buscam estratégias e articulações que lhes permitam a permanência simbólica, muitas vezes jogando com as identidades que são mudadas ou (re)construídas na tentativa de se encontrar ou criar novos grupos com os quais se vivencie o pertencimento.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos que estudamos **M1**, **M2**, **M3**, **M4** e **M5** revelaram aspectos interessantes sobre a questão da permanência e o quanto ela seria multifatorial. Percebemos que a permanência pode estar diretamente relacionada com questões materiais conforme pudemos observar na categoria **C1 (desigualdade socioeconômica)**, inclusive vimos que **M1** enfatizou bastante esse aspecto com a questão do preço do *kit* acadêmico e a possibilidade de alunos mais pobres e trabalhadores poderem cursar Odontologia à noite. De acordo com **M1**, a impossibilidade de comprar o *kit* no meio da graduação seria um dado que levaria à evasão de muitos alunos.

Pudemos observar que a questão racial (categoria **C2**) possui especificidades em relação à permanência especialmente naquilo que pode ser chamado de permanência simbólica (conforme é denominado por **M4**). Os alunos teriam dificuldades por já virem de situações de estigma e de racismo e já fragilizados encaram um ambiente hostil e que muitas vezes não conhecem os códigos. Muitos alunos possuem dificuldade para acompanhar as aulas e sentem também que precisam se provar mais, o que acarretaria sentimentos de insuficiência e de não pertencimento. Os alunos também sofreriam com o racismo perpetrado por parte de seus colegas e de seus professores. Mas também pudemos constatar que os alunos negros formam redes de apoio e de aliança e que essa, talvez seja uma das formas mais eficientes de se sentir parte e encontrar estratégias de ressignificação para experiências dolorosas. Muitos alunos se enegrecem ao entrar na universidade, assumindo cabelos afros e adotando vestimentas mais ligadas a referências africanas.

Em relação à **C3 (Universidade)**, vimos que as políticas institucionais de cotas de universidades na Bahia como UFBA e UFBR antecederam a própria lei federal (L.12.711/12) e que a Assistência Estudantil é um setor de grande importância para bolsas de custeio, mas que, infelizmente, muitas vezes são insuficientes em termos de valor para a permanência dos alunos. Ainda em relação às questões institucionais, vemos que muitas vezes as situações de racismo são veladas e que os mecanismos de acolhimento aos alunos são frágeis. Os grupos de pesquisa sobre temática racial e os professores negros também são importantes como forma de apoio e ampliação do conhecimento sobre questões raciais.

Com respeito aos cursos da área em Ciências da Saúde, observamos que o tensionamento racial aumentou nesses cursos desde a promulgação da L.12.711/12 com o



grande ingresso de cotistas negros. Os artigos que estudamos abordam especialmente cursos da área de Ciências da Saúde de maior prestígio social em que há um grande número de estudantes e de professores brancos. Os cursos estudados foram Odontologia, Medicina e Psicologia. Cursos na área de Ciências da Saúde ligados à licenciatura como Educação Física e Biologia não foram alvo de estudos, provavelmente por estarem mais ligados às licenciaturas (conforme apontado por **M4**, os cursos de licenciatura teriam mais negros por a área de Educação não gozar de tanto prestígio social). É digno de nota ainda destacar os Estados em que foram realizadas as pesquisas foram a maioria no Nordeste (**M2** e **M3** - Alagoas; **M4** e **M5** - Bahia) e que **M1**, em que houve menos ênfase na questão racial com mais destaque para aspectos socioeconômicos, foi um estudo realizado no Rio Grande do Sul.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que embora, conforme pudemos observar, as universidades públicas tenham muito em que avançar, é certo que nos últimos 20 anos houve inúmeras conquistas no que concerne, sobretudo ao ingresso de alunos negros. A permanência, contudo, talvez seja agora seu maior desafio, pois envolve aspectos multifatoriais. Mas, no entanto, parte das respostas parecem estar na própria instituição, pois a política de cotas balança os esqueletos de instituições que tradicionalmente foram criadas para educar os filhos da elite colonial brasileira. A chegada de corpos pretos com sua luz e potência deve apontar caminhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTRILINO L.; CAVALCANTE J. A.; MEDEIROS M. L.; MEYER A. I. d. S.; MONT'ALVERNE C. R. d. S. A.; PETTA L. A.. **A prática pedagógica e a permanência de cotistas afrodescendente no curso de odontologia**. Prática pedagógica, Faculdade de Educação/UFGM(2010). Disponível em <https://11nq.com/0ze4h1x>. Acesso em 15/01/2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, Lisboa, 1977.

BEZERRA, W.C.; FARIAS, M.N.; JUNIOR, J.D.L.; SANTOS, S.M.B.; SANTOS, V.S.; VALÉRIO, A.C.O.. Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde. **Cad. Bras. Ter. Ocup.** 29, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO2278>. Acesso em 14/01/2025.

BITTENCOURT, A., GENONÁDIO, A., ALMEIDA, B., & ANICE, C. (2019). A Primeira da Família: vivências de mulheres negras da Universidade Federal da Bahia. **Cadernos De Gênero E Diversidade**, 5(3), 7–29. <https://doi.org/10.9771/cgd.v5i3.33759>. Acesso em 15/01/2025

BRASIL. LEI Nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF:



Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. LEI Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

CARDOSO, MRG; GHELLI, KGM; OLIVEIRA, GS. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. In.: **Cadernos FUCAMP**, v20, n43, 2021. Disponível em <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2347>. Acesso em 20/10/24.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAMERS, J.M.S; LUCE, M.B.; TOASSI, R.F.C. Democratização do acesso à Educação Superior brasileira: o curso noturno de Odontologia na perspectiva da justiça social. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.** **32 (123)**, Abr 2024. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-40362024003204238>. Acesso em 14/01/2025.

SANTOS, D.B.R.. Curso de branco: uma abordagem sobre acesso e permanência entre estudantes de origem popular nos cursos de saúde da universidade federal do recôncavo da bahia (ufrb). **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12 n. 23 (2017). Disponível em <https://doi.org/10.20500/rce.v12i23.3229>. Acesso em 15/01/2025.



DISCURSIVIZAÇÃO SOBRE A MULHER-ESPOSA NO CÓDIGO CIVIL E NA LITERATURA CLÁSSICA UNIVERSAL E NACIONAL

DISCOURSES ON THE WOMAN-AS-WIFE IN THE CIVIL CODE AND IN CLASSICAL UNIVERSAL AND NATIONAL LITERATURE

JANETE SILVA DOS SANTOS

<https://orcid.org/0000-0003-2823-6114>

Doutora em Linguística Aplicada (Unicamp)

Docente do Curso de Letras e do PPGLIT/UFNT

Vice-líder do grupo de pesquisa GETAD

janete.santos@ufnt.edu.br

NILSANDRA MARTINS DE CASTRO

<https://orcid.org/0000-0001-8053-2282>

Doutora em Letras: Ensino de Língua e Literatura pela UFT

Docente da FACIT/TO

nillsandra@gmail.com

VALÉRIA DA SILVA MEDEIROS

<https://orcid.org/0000-0001-8289-9715>

Doutora em Estudos da Literatura pela PUC-Rio

Docente do Curso de Letras e do PPGLIT/UFNT

valeria.medeiros@ufnt.edu.br

LUÍZA HELENA OLIVEIRA DA SILVA

<https://orcid.org/0000-0001-5886-6809>

Doutora em Estudos da Linguagem pela UFF

Docente do Curso de Letras e do PPGLIT/UFNT

Líder do GESTO

brendon.rodriques@professor.to.gov.br

RESUMO

O presente trabalho problematiza os efeitos de sentidos atribuídos à mulher casada nos Códigos Civis de 1916 e de 2002, bem como faz um breve levantamento e breve análise de como a mulher casada é representada na literatura, pinçando a configuração de personagens femininas especialmente em duas obras clássicas, uma nacional e uma internacional. O objetivo é compreender os efeitos relativos às diferenças de gênero e sexualidade presentes nos artigos 240 e 1.565 dos citados códigos e como essa diferença já se refletia na literatura externa e interna. É um estudo interpretativista que adota como aporte teórico-metodológico a Análise do Discurso de base francesa. A partir da análise, constata-se que a configuração da mulher como sujeito de direitos resulta de lutas históricas que permitiram maior igualdade jurídica e voz na contemporaneidade. Contudo, o estudo aponta que a efetivação dessa autonomia jurídica não ocorre de forma homogênea, sendo tensionada por disparidades materiais.



Enquanto o ordenamento de 1916 desamparava juridicamente as uniões informais (arranjo predominante entre as mulheres das classes populares, que já trabalhavam por subsistência), o Código de 2002 formaliza conquistas que ainda enfrentam barreiras estruturais de aplicação prática a depender do recorte socioeconômico e de classe dos sujeitos interpelados como mulher-esposa.

Palavras-chave: Código Civil. Mulher casada. Análise do discurso. Classe social.

ABSTRACT

This study examines the meanings ascribed to married women in the Civil Codes of 1916 and 2002, while also briefly surveying and analyzing how married women are represented in literature, specifically focusing on the portrayal of female characters in two classic works—one Brazilian and one international. The objective is to understand the implications of gender and sexuality differences found in Articles 240 and 1,565 of the aforementioned codes and how these differences were reflected in both domestic and international literature. This is an interpretivist study that adopts French-school Discourse Analysis as its theoretical-methodological framework. The analysis reveals that the conceptualization of women as subjects of rights is the result of historical struggles that have enabled greater legal equality and a voice in contemporary times. However, the study indicates that the realization of this legal autonomy is not uniform, as it is strained by material disparities. While the 1916 legal framework left informal unions—a common arrangement among working-class women who already worked for subsistence—without legal protection, the 2002 Code formalizes gains that still face structural barriers in practical application, depending on the socioeconomic and class background of the individuals positioned as "wife."

Keywords: Civil Code. Married woman. Discourse analysis. Social class.

1.Introdução

O presente trabalho, após breve descrição de certas imposições que, culturalmente, delegaram silenciamentos à voz feminina, inclusive com reflexo na Literatura, procura compreender os efeitos de sentidos atribuídos à mulher casada no Código Civil de 1916 e no de 2002. Especificamente, buscamos entender os efeitos de sentido relativos às diferenças de gêneros e sexualidade presentes nos artigos 240 e 1.565 dos Códigos citados, respectivamente, enfocando as mudanças e conquistas da mulher na história corporificada pela lei. Assume-se o desafio de analisar os artigos de lei citados através do enfoque da Análise do Discurso de Linha francesa, considerando sua materialidade linguística e histórica, devendo o trabalho em questão ser visto como um elemento de reflexão sobre a linguagem na produção do conhecimento sobre o sujeito por meio da discursivização sobre ele, pois acreditamos, com Orlandi (1999), ser o discurso um processo em curso que, por princípio, não se fecha.

Entendemos que discutir tópicos sobre a evolução dos direitos da mulher na história, e especificamente na letra da lei e de suas contradições, apontando reflexos na arte literária, seja uma forma de contribuir com as garantias, bem como com a luta contínua pela autonomia feminina. Infelizmente ainda vivemos numa sociedade cujos direitos das mulheres são constantemente violados, a exemplo da questão salarial que, conforme Machado, Oliveira e



Wajnman (2005), mesmo sendo elas, em determinadas profissões ou categorias, o maior quantitativo de nível médio em instrução que os homens, estes ainda ganham 60% a mais. Nossa investigação, selecionando quatro (04) recortes na composição de nosso *corpus* de análise e fazendo uso de abordagem qualitativa, desdobra-se em (i) introdução, (ii) base teórico-metodológica (iii) a mulher na história: modos de assujeitamento, (iv) algumas considerações sobre o viés jurídico da mulher-esposa na literatura, (v) representações da mulher-esposa no Código Civil, (vi) considerações finais.

2.Base teórico-metodológica da análise

A análise de discurso francesa (AD) é um dispositivo teórico-metodológico de seleção e de análise de discurso (por isso evita a dicotomia teoria/metodologia) que orienta o analista a como recortar significantes significativos em qualquer materialidade (LAGAZZI, mimeo), cujos sentidos a ele importe compreender como são produzidos. As inquietações de nossos grupos de estudo, concernentes à configuração de identidades construídas pelo discurso social sobre a mulher na atualidade, orientaram nosso interesse para nos debruçarmos sobre os Códigos Civis de 1916 e de 2002, a fim de analisar efeitos de sentido sobre a mulher-esposa, construídos pelos discursos presentes nos artigos 240 e 1.565, respectivamente. Com isso, buscamos compreender como historicamente a mulher (e a voz feminina) vem se reconfigurando entre um extremo de silenciamentos a possibilidades de enfrentamentos e visibilidades. Desse modo, nosso percurso de análise inicia-se por um breve levantamento de tópicos sobre a construção histórica da mulher como “o sexo frágil” que precisa ser vigiado para não incorrer em comportamentos interditados, em seguida, pontuamos alguns reflexos desses imaginários na literatura estrangeira e nacional. Finalmente tomamos os artigos supracitados para analisar como ressoam sentidos construídos historicamente sobre a mulher-esposa e como os deslocamentos, mobilizados pela cultura e ideologia contemporâneas, produzem novos efeitos de sentido, a fim de compreender como o imaginário sobre essa posição sujeito-mulher e esposa vem se reconfigurando na presente época.

Dadas as diferentes áreas do conhecimento que usam dispositivos da AD para compreender o sujeito e a discursividade, bem como os relevantes trabalhos feitos aqui no Brasil, como os de Orlandi (2003b), Grigoletto (2002) e Lagazzi (2011; 2001), para citar alguns, podemos considerar que, ao se estabilizar como disciplina com dispositivos suficientes para



estudar o sujeito e os discursos em suas diferentes dimensões sócio-históricas, a AD hoje, no Brasil, destaca-se por dar maior realce à noção, verificada já em Pêcheux (1998), de sujeito como lugar de resistência, pois um sujeito que, mesmo interpelado ideologicamente, assujeita-se de um modo extremamente complexo, jamais dentro de uma concepção de sujeito passivo, mergulhado num determinismo previsível, ou seja, pela noção de sujeito que se posiciona de um modo ou de outro frente à dominação, por meio de deslocamentos, produzindo outros efeitos de sentidos menos naturalizados. Para Orlandi, a resistência em AD sinaliza para as divergências entre formações discursivas (FD), que refletem formações ideológicas, inclinando a posição-sujeito, afetada internamente pelo inconsciente e externamente pela ideologia, a identificar-se, em dadas condições, com umas e não com outras FD. Nas palavras de Orlandi:

A ideologia, como dissemos, é um ritual com falhas. Mas nem por isso a ideologia para de funcionar.

Na falha, ela se abre em rupturas, onde o sujeito pode irromper com seus outros sentidos e com eles ecoar na história. Condição para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros, “fazendo sentido do interior do não-sentido”. É a isto que chamo de *resistência*. E não ao voluntarismo inscrito em teorias que se sustentam na onipotência dos sujeitos e dos sentidos que mudam à vontade. Somos sujeitos interpelados pela ideologia e é só pelo trabalho e pela necessidade histórica da resistência que a ruptura se dá quando a língua se abre em falhas, na falha da ideologia, enquanto o Estado falha, estruturalmente, em sua articulação do simbólico com o político. Não é, pois, pela magia, nem pela vontade, mas pela práxis que a resistência toma seu lugar. [grifos da autora]. (2012, p.231)

Nesse sentido, fica posto que os modos de assujeitamento à ideologia dominante não são sempre os mesmos, pois é produzido em meio a deslocamentos, com efeitos de sentido que escapam ao controle de forças dominantes, isso porque é inerente à discursividade que a identificação dos sujeitos a formações discursivas numa dada condição ocorra em meio a contradições, divergências, conflitos, implicando em aceitação ou recusa (tácita ou não, implícita ou explícita, total ou em parte, enfim, complexa) a convenções sociais, a modos de silenciar e de trazer à tona certas vozes em detrimentos de outras, a formas de comportamento que atuam na construção de imaginários acerca de nós e do outro. Por isso reconhece-se que o imaginário sobre a mulher e sobre a mulher-esposa, construído, assim, sócio-historicamente, envolve relações de força nem sempre reconhecidas pelo sujeito discursivizado ou a discursivizar-se. Desse modo, perguntamo-nos: historicamente, que “compensações” as condições propiciaram à mulher para, em cada época, submeter-se a enquadramento tão cerceador que a sociedade a ela já impôs? E que condições precisaram emergir para que sua voz, na atualidade, em vez de silenciada ou de ser apenas um ruído a incomodar, conquistasse



inclusive respeito em alguns espaços, apesar do machismo ainda presente em muitos discursos que a afetam e não a deixam esquecer facilmente sua trajetória de submissão, apagamento e lutas?

3.A mulher na história: modos de assujeitamento

A Análise do Discurso (AD) de linha francesa, proposta, por Michel Pêcheux, adverte-nos a jamais enveredar por uma análise de discurso de modo estanque, mas sempre, e imprescindivelmente, considerando o exterior, o contexto, a história, os sujeitos envolvidos, entre outros elementos, razão pela qual a linguagem não é transparente, mas passa pela opacidade dos sentidos os quais podem ser vários, sempre. Assim sendo, devemos considerar o sujeito da AD como constituído internamente pelo inconsciente e afetado externamente pela ideologia, ou seja, um sujeito simbólico, complexo, fruto da história, que não controla os sentidos que, por isso mesmo, são passíveis de equívocos (ORLANDI, 1999).

Considerando este sujeito construído sócio-historicamente, temos a figura da mulher na história, esta sendo sempre vinculada a palavras como submissão, moral, esposa, dona do lar, cuidadora, mãe. Tais substantivos adjetivadores a marcaram e a qualificaram no decorrer da história, e sempre de modo explícito. Logo, quem era ou deveria ser essa mulher? A sociedade da época promovia um modo de condicionamento segregacionista para a mulher, pois esta não podia nem tinha direitos que a permitissem ter voz. A mulher era sempre representada pela voz do homem, permitindo e possibilitando a ela não ter uma “história”, melhor dizendo, a ser apagada pela presença masculina que se autoprojetava e mais ainda se fortalecia como dominante em detrimento de sua figura.

A linguagem, em especial a verbal, que opera pela palavra, é quem medeia a relação do sujeito com o mundo, inscrevendo-o de um modo ou de outro nos discursos dos quais participa e/ou pelos quais são objetivados e assujeitados. É nesse sentido que Orlandi ressalta não haver “sujeito nem sentido sem o assujeitamento à língua” (2007, p.01). Ou seja, ao nascermos, os sentidos, as palavras já existem, visto que, conforme enfatiza a analista, “nós é que entramos num processo discursivo que já está instalado na sociedade e desse modo nos submetemos à língua subjetivando-nos” (Orlandi, 2007, p. 1). Portanto, o que temos são discursos sobre a mulher, discursos “necessários” para época. Isso porque tais discursos refletiam o modo como aquela sociedade percebia e concebia o mundo, ou seja, era uma época patriarcal, rumando para

a intransigência quando o fato era a mulher.

Por muito tempo, por mais talento que a mulher tivesse, a exemplo da literatura, esta só conseguia divulgar seus escritos se usasse pseudônimos masculinos, pois não lhe cabia questionar esta segregação, o que era o ideologicamente “certo” e que imperou por alguns séculos era obedecer ao que prescrevia a sociedade. E, nesse caso principalmente, a mulher-esposa “devia” obediência cega ao marido. Esse aspecto, entre outros, acerca do modo de assujeitamento (ou do condicionamento) que a sociedade configurou para a mulher ou dela exigiu é bem sintetizado pela historiadora Hilda Flores (2012, p.113-114), quando pincela alguns históricos, hoje considerados aviltantes e inaceitáveis evidentemente, sobre a submissão a que a mulher esteve entregue história afora:

O código do Hamurabi, por exemplo, dá ao marido o direito de rejeitar a “mulher de conduta desordenada e descumpridora das obrigações do lar”, podendo reduzi-la à escravidão, até mesmo para pagar dívida dele, na casa do credor. (Babilônia, séc. XVII a.C.)

Nove séculos mais tarde, leis imperativas do filósofo Zaratrusta, da Pérsia, mandam “adorar o homem como um deus”, ajoelhando-se a mulher toda a manhã aos pés do marido para perguntar: “Senhor, que desejais que eu faça?” (séc. VI a.C.)

Tentáculos dessa legislação alcançaram a Índia e somaram-se às “Leis de Manu”, e ainda nos dias atuais regulam castas oficialmente extintas; à mulher, que em hipótese alguma pode governar a si própria, cabe reverência divinal ao marido.

Aristóteles, o grande pensador da culta Atenas, em sua escola peripatética pregou uma filosofia de total reprimenda à mulher, que não passa de “um homem inferior”, só criado quando “a natureza não pode fazer homens.” (séc.IV a.C.).

[...]

O cristianismo procurou valorizar a mulher. Todavia, o apóstolo Paulo proibiu-lhe de se manifestar dentro da igreja. Se não entendesse alguma coisa e quisesse se instruir, que pedisse esclarecimentos ao marido, em casa. (ano 67 d.C.).

É instigante questionarmo-nos, com base na AD, mesmo que não tenhamos respostas cabais para tal, sobre que sentidos desse histórico de sujeição da mulher ficariam cristalizados no inconsciente social (compondo imaginários, com sentidos ou em disputa ou contraditórios) e que aflorariam à revelia, resultado do trabalho da ideologia e do inconsciente, de quando em quando, nos tempos modernos? Isso porque, como reflete Orlandi, em suas pesquisas sobre sujeitos marginalizados na contemporaneidade, “[...] a forma-histórica do sujeito moderno é a forma capitalista caracterizada como sujeito jurídico, com seus direitos e deveres e sua livre circulação social (2012, p. 228). Assim, como tais sentidos sobre a mulher no passado foram ou podem ser deslocados na forma das leis contemporâneas que atualizam ou minimizam o fardo da mulher concernente ao silenciamento de sua voz na sociedade? É o que de algum modo

buscaremos retomar mais adiante.

Ainda segundo Flores, no final da Idade Média, produziu-se verdadeiro genocídio à mulher, mormente por seus conhecimentos sobre ervas medicinais, visto que sua arte de curar era vista como bruxaria, e o Renascimento não traria nenhum avanço em termos de direitos da mulher. A configuração do lugar da mulher no Brasil, que respinga ainda hoje em nossa cultura, remontaria, pelo levantamento e análise da historiadora, à atuação de Pe. Antônio Vieira, pois este,

[...] quando na contramão da política portuguesa teve de trocar o real confessorário lisboeta pela catequese no exílio do Brasil, viu a mulher como uma criatura vulnerável, movida pela paixão, que a predispunha a ceder às tentações do *Demo*. Para evitar tal tragédia e preservar o nome honrado do marido mantenedor, recomenda a proteção do lar, longe de olhos concupiscentes, e em ocupação constante, como dedilhar as contas do rosário, envolvendo também os lábios na repetição exaustiva da reza. (2012, p.114)

Construída historicamente, já no Brasil-colônia, como uma “criatura vulnerável, movida pela paixão, que a predispunha a ceder às tentações do *Demo*”, esse imaginário sobre a mulher, transportado pelas naus portuguesas que atravessavam nossos colonizadores, materializou-se fecundamente pela ação jesuítica na cultura brasileira. Daí ressoar por longo período nos cuidados que se instigava a ter com esse gênero. Desse modo, as tarefas religiosas serviriam para dificultar a exposição de um ser incapaz de cuidar de si mesmo por si mesmo. Desse modo, tendo o discurso religioso o *status* de verdade inquestionável para seus adeptos, pois nele, como enfatiza Orlandi, “a voz de Deus se fala no padre” (2011, p. 244), não surpreende que sua autoridade tenha alcançado consequência nas leis civis, visto a religiosidade ser característica da cultura brasileira desde sua colonização, por isso tal poder ocupou-se de construir identidades de mulher na e para nossa sociedade nas práticas discursivas cotidianas sociais, religiosas e legais, o que ainda ressoa nos dias contemporâneos, pela retomada de discursos, que mobilizam, nas práticas de linguagem, a memória discursiva, a qual sempre acarreta gestos de interpretação e enfatiza esquecimentos (CORACINI, 2011). A memória discursiva, aqui referida, é bem explicitada por Coracini, ao nos informar que:

Abarcando outros dizeres historicamente construídos, que o sujeito reatualiza em seu discurso e recebida por herança ou por experiências vivenciadas, a memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas, já que o sentido é sempre construído na historicidade, que marca a relação do homem com a linguagem. (2011, P.33)



Em sua reflexão, Flores apresenta ainda um trecho, extraído da coletânea *Cartas de Viera* (v.9, p.12-200), em que o padre abertamente, como era autorizado à época, manifesta e ratifica todo o machismo que legitimava o comportamento diferenciado entre homens e mulheres, sempre em demérito destas: “Os pecados contra a castidade são igualmente graves perante Deus, para homens e mulheres, mas nas mulheres, ainda que venais, tiram a honra e nos homens não, ainda que mortais”. (*apud*, FLORES, 2012, p.115).

Importante para corroborar nosso percurso reflexivo sobre a discursivização da mulher nos artigos dos códigos civis, por nós recortados para a presente análise, é difícil não concordar com a historiadora quando reconhece que, em relação à orientação de Pe. Vieira acima registrada, dissemina-se ou se fortalece no Brasil um imaginário cruel acerca do poder do homem sobre a mulher, o qual se arrastará por décadas no comportamento cultural, ideologia que será sustentada tanto por homens como por muitas mulheres, que incorporam, que aderem a tal ideologia, assujeitando-se (sem aparentemente manifestar resistência), nesse processo inconsciente, a discursos que as maltratam, pondo-lhes sempre em desvantagem:

Está aí o cerne de engenhosa maquinação judicial que até meados do século XX absolveu muito uxoricida sob pretexto da “legítima defesa da honra”, sedimentando que estava o autoritarismo masculino, hegemônico no Brasil Colônia e Império. (FLORES, 2012, p.115)

Não surpreende que essa configuração da mulher corresponda a um dos dispositivos da AD que Orlandi (2007) discute, enfatizando que o sujeito está sujeito à (língua) e à história para ser sujeito da (língua), a fim de que, por elas afetado, produza sentidos. Portanto, nos dias de hoje, ainda que sejam visíveis as mudanças em torno das conquistas atribuídas ao enfrentamento da mulher nas sociedades afora, as palavras já citadas para caracterizá-la ainda são presentes e usuais na atualidade. É bem verdade que somadas a essas palavras temos hoje novas terminologias, pois agora flexionam-se para novas atribuições, antes prerrogativa de homens somente: empresária, advogada, professora (não só de educação infantil como se queria antes, mas universitária), mestre de obras, chefes de estados, etc. Ou seja, se estenderam às novas funções.

Ao problematizarmos aspectos sobre a mulher, como já desenhado acima, o grande e latente apagamento que esta sofreu por períodos consideráveis, vale refletir também com Almeida, quando nos diz que:

No imaginário da sociedade brasileira no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a identidade feminina aglutinava atributos de pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade, espiritualidade e patriotismo, entre outros. (1998, p.17)

Ou seja, ideologicamente os discursos criam mitos e consolidam identidades, através da maneira como as interpretamos e evidenciamos suas singularidades. O imaginário da época serviu para alimentar o mito da inferioridade biológica, a de que a mulher era inferior ao homem devido a serem mães. Louro acrescenta que,

[...] na opinião de muitos, não havia porque *mobilizar* a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo e somente, uma moral sólida e bons princípios. Ou seja, as mulheres deveriam aprender “prendas para o lar” e não conhecimentos para se relacionar na vida em sociedade. Assim, nesse cenário, o ser autorizado a falar e formular ideias era apenas direito do sujeito homem. (2006, p.446)

Vemos aí ressonâncias de sentidos produzidos pelo discurso de Pe. Vieira nesse ideário da mulher destinada “sempre a santificar-se” para desempenhar bem seu papel primordial de “rainha do lar”, singularizada, porém, desfavoravelmente em relação ao homem por configurar-se despossuída de qualquer cetro de poder.

Por mais que, na perspectiva da AD aqui mobilizada, sujeito e discurso sejam efeitos de sentidos e se constituam por conflitantes formações discursivas, conforme as condições de produção das relações sociais, e que o sujeito tenha apenas a ilusão de ser origem de seu dizer e de que o controla (Orlandi, 2003), não desconsideramos que os discursos são direcionados a um interlocutor que está situado em um dado espaço-tempo específico, que o discurso é orientado, pois ele se constitui em função de um ou mais objetivos. Desse modo, tendo em vista a sociedade patriarcal que se apresentava, era necessário o empoderamento do homem, e, para isso, a mulher devia ser aquela que não concorreria diretamente com este homem. Esta precisava ficar à sombra, seu comportamento refletia-se diretamente na imagem que a sociedade teria daquele homem, que tinha que manter a moral e os bons costumes, a começar pela sua casa.

Nesse sentido, a escola, a educação era pensada somente para os meninos, pois, conforme Carvalho bem enfatiza, a educação era “um trabalho e uma palavra engendrada, o que corresponde à divisão sexual do trabalho na sociedade patriarcal: trabalho reprodutivo das mulheres e trabalho produtivo e intelectual dos homens.” (2004, p.46).

Esse quadro é significativo, pois ao final dos anos 60 inicia-se, segundo Louro, “o movimento organizado de mulheres que, cansadas de imposições, passaram a reivindicar direitos e salários iguais e, ainda, poderem falar por si” (2006, p.04). Começam, então, as



mulheres, a contra-argumentarem em favor próprio, pois os discursos são, além de sistemas de normas, atos sociais que produzem efeitos de sentidos nas sociedades, capazes de transformar realidades e significados.

Portanto, ao considerarmos o contexto descrito e observarmos alguns artigos de leis, vemos que estes legitimam sujeitos, discursos, além da história de uma época, atrelados a determinadas condições de produções que demandaram a criação de determinadas interdições e legitimidade de algumas categorias, a exemplo homem *versus* mulher.

Sabemos que são muitas as interdições atribuídas aos sujeitos sociais, em nome da ordem estatal, e sem que estes ao menos se deem conta de tal configuração, ou se questionem sobre tal. Nesse sentido, perguntamo-nos: o que chamamos de Estado Livre de Direito, que, de um modo consciente/inconsciente, direciona nossas vidas desde o vestir ao onde ir, permitindo-nos uma falsa sensação de liberdade, conferindo, assim, um apagamento ideológico aos discursos e comportamentos tidos como indesejados/inadequados de cada época?

Cabe, então, a nós, olharmos com mais criticidade a esses interditos que a todo momento nos são direcionados, das mais diferentes formas e meios, para que possamos criar mecanismos de enfrentamentos e possíveis mudanças acerca de respeito e igualdade nas sociedades.

4. Breves considerações sobre o viés jurídico da mulher-esposa na literatura

A figura da "mulher-esposa" na literatura clássica e moderna funciona como um espelho das restrições e da morte civil impostas pelo ordenamento jurídico de sua época, seja no Brasil, seja em outros países, considerando que nossas leis em geral foram inspiradas em leis de outras nações. Sendo assim, mais do que um papel afetivo, a mulher é caracterizada pelas amarras legais do casamento, como a perda da capacidade civil, a dependência econômica obrigatória e a submissão ao pátrio poder do marido, transformando o matrimônio em um contrato de anulação da individualidade feminina.

Na literatura, que, em tese, reflete o contexto sócio-histórico de sua produção, o vínculo jurídico que recobre as personagens no papel de mulher-esposa traz a sua lógica. Nela, marido é o chefe da sociedade conjugal e a mulher-esposa sofre, na ficção, também as restrições legais, tais como: dependência material (sem bens próprios), proibição de trabalhar sem outorga, domicílio fixado pelo cônjuge. A seguir, apresentamos alguns estudos de referência na literatura brasileira.

A literatura produzida sob a égide desse código funcionou tanto como reforço do padrão



patriarcal quanto como espaço de denúncia da morte civil feminina.

O historiador literário José de Nicola (2012) e a historiadora Mary del Priore (2018), em suas análises sobre a vida privada e as produções textuais do início do século XX, apontam como romances urbanos e regionalistas desse período refletem com precisão milimétrica o texto da lei. As personagens femininas casadas de autores do pré-modernismo e do modernismo expõem a frustração de mulheres inteligentes e capazes cujas vidas ficavam inteiramente submetidas à tutela do marido. O conto “A história de uma hora”, de Kate Chopin (publicado em 1894), é considerado um marco da passagem do mito da esposa idealizada, submissa e feliz na literatura do final do século XIX. O peso social e psicológico foi explorado exemplar e arquetipicamente em *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert (publicado em 1856), em relação ao casamento – a esposa descontente, infiel e frívola. A narrativa da escritora americana, Kate Chopin, apresenta a sensação de liberdade, ainda que breve, quando, em sua obra inaugural sobre o movimento feminista na literatura, a esposa descobre a liberdade ao saber da morte do marido.

Em termos de mapeamento crítico contemporâneo, a socióloga Heleieth Saffioti (2013), em sua obra clássica *A mulher na sociedade de classes*, destaca que a fragilidade material e psicológica da mulher-esposa na ficção brasileira da primeira metade do século XX não era um traço de personalidade biológica, mas reflexo direto da estrutura civil da época. Sob o Código de 1916, a incapacidade jurídica da mulher casada legitimava sua dependência econômica e social, uma realidade que os romancistas do período transpunham para as páginas na forma de isolamento e apagamento existencial.

Complementando essa perspectiva legal e punitiva, as pesquisas historiográficas de Sidney Chalhoub (2012) evidenciam como o ordenamento jurídico brasileiro (não apenas o civil, mas também o penal) moldava a tragédia das personagens transgressoras. Chalhoub demonstra que as narrativas de conflito conjugal e a severa criminalização do adultério feminino na virada do século XIX para o XX não eram meros dramas passionais literários, mas reflexos exatos de um sistema legal coercitivo que impunha o exílio social, o terror da chantagem e a perda de patrimônio à esposa que desafiava os deveres do matrimônio tradicional. A literatura do século XX traz a crise da esposa alienada, o desafio ao patriarcado, a desigualdade de gênero e a luta por direitos civis. Em “Amor”, conto de Clarice Lispector (em *Laços de Família*, 1960), a personagem Ana questiona a supressão de sua individualidade



pelo papel de mãe e esposa. Embora sejam usados como sinônimos, a semântica da literatura feminina e a da literatura feminista são distintas, ainda mais por ser a da última semântica de um gênero explicitamente político.

4.1. O matrimônio burguês e o enquadramento na rotina reprodutiva

A inserção da mulher no ambiente doméstico reflete a rígida divisão sexual do trabalho preconizada pela sociedade patriarcal. Ao ingressar no espaço conjugal, o sujeito feminino é instado a filiar-se a uma Formação Discursiva (FD) que restringe sua atuação à guarda da moralidade e das obrigações do lar. No conto *Amor*, integrante da obra *Laços de Família* de Clarice Lispector, o cotidiano da personagem Ana ilustra o processo obsessivo de assujeitamento e domesticação da subjetividade em prol do equilíbrio familiar:

(Recorte 1)

"Os filhos de Ana eram bons, uma coisa verdadeira e sumarenta. Cresciam, tomavam banho, exigiam para si, malcriados, instantes cada vez mais completos. [...] Mas o vento batendo nas cortinas que ela mesma cortara lembrava-lhe que se quisesse podia parar e enxugar a testa, olhando o calmo horizonte. Como um lavrador. Ela plantara as sementes que tinha na mão, não outras, mas essas apenas. E cresciam árvores." (LISPECTOR, 1998, p. 29).

Pela perspectiva da Análise de Discurso, o recorte acima pontual o funcionamento da Formação Discursiva (FD) que captura o tempo e a subjetividade da mulher na repetição obsessiva do trabalho reprodutivo doméstico para manter o disfarce de um lar idealizado. O trecho "plantara as sementes que tinha na mão" metaforiza muito bem o enquadramento do sujeito feminino, com a rotina doméstica funcionando como uma paráfrase da submissão ao papel de "rainha do lar", anulando sua individualidade.

4.2. Rupturas ideológicas e a denúncia da incapacidade jurídica

Como já mencionado, as leis brasileiras, apesar de seus saltos, sofreram influência da cultura jurídica externa, como podemos ver no excerto da peça de Ibsen ([1879] 2011), do final do século 19.

(Recorte 2)

"Fui a sua esposa-boneca aqui, exatamente como fui a menina-boneca de papai em casa". (IBSEN, 2011, p. 84)

Em *Casa de Bonecas* (1879), Henrik Ibsen expõe a menoridade civil da mulher, através de sua personagem protagonista Nora Helmer. O discurso da protagonista, no Recorte 2, exemplifica a coisificação jurídica, rompendo com a idealização do matrimônio burguês. Essa ruptura, nos termos de Pêcheux (2008), evidencia a anulação da capacidade civil feminina pela incorporação da FD dominante na cultura do século XIX em relação às restrições a que as



mulheres viviam submetidas.

O uso da palavra composta "esposa-boneca" e a cadeia de repetições que passa de "menina-boneca" a "minhas bonecas", escancara o ciclo geracional de assujeitamento e anulação jurídica do sujeito feminino.

A intersecção entre o direito e a representação literária da esposa é um campo fértil de estudo que demonstra como as leis moldavam a tragédia das personagens.

Um dos principais levantamentos sobre essa transição jurídica e literária no Brasil foi realizado pela jurista e historiadora Sílvia Pimentel (1978) em sua obra clássica *Evolução dos Direitos da Mulher*, e, em coautoria, na obra *A figura/personagem mulher em processos de família* (Pimentel, Di Giorgi, Piovesan, 1993). Na primeira obra, Pimentel detalha como, até meados do século XX, o Código Civil brasileiro de 1916 colocava a mulher casada na condição de "relativamente incapaz". Na literatura da época (como nas obras de Machado de Assis e Lima Barreto), essa incapacidade jurídica dita o tom da dependência material e da angústia das personagens, que não possuem existência legal autônoma.

No cenário internacional, o divisor de águas na denúncia do casamento como contrato jurídico opressor é a peça *Casa de Bonecas* (publicada inicialmente em 1879), do dramaturgo norueguês Henrik Ibsen (2011). O motor da engrenagem dramática é puramente jurídico: a protagonista Nora Helmer comete o crime de falsificar uma assinatura para conseguir um empréstimo bancário e salvar a vida do marido, descobrindo que, por lei, uma mulher não poderia realizar transações financeiras sem o consentimento do pai ou do cônjuge. A obra é amplamente estudada no campo do "Direito e Literatura" como o retrato fiel da emancipação contra a opressão legal do matrimônio.

Vê-se, assim, como a figura da mulher-esposa na literatura funciona como um reflexo das restrições legais e da morte civil impostas pelo ordenamento jurídico, transformando o casamento em um contrato de anulação da individualidade. Estudos de Saffioti (2013), Chalhoub (2012) e Pimentel (1978) demonstram como efetivamente o Código Civil de 1916 e o sistema penal moldaram a dependência e a tragédia dessas personagens no contexto brasileiro.

5.As representações da mulher-esposa no código civil: 1916 e de 2002

Esta seção visa a compreender efeitos de sentidos atribuídos à mulher casada no Código Civil de 1916, art. 240 e o de 2002, art. 1.565.

O discurso jurídico, longe de se constituir como uma instância neutra ou puramente

técnica, opera como um aparelho ideológico de Estado que cristaliza e legitima relações de poder no tecido social. Para a Análise do Discurso de linha francesa, a letra da lei funciona como uma tessitura discursiva: um espaço saturado de memória, onde o interdiscurso determina as posições-sujeito juridicamente possíveis e socialmente aceitáveis. Ao confrontarmos as materialidades textuais dos Códigos Civis de 1916 e 2002, o que se observa não é uma evolução puramente abstrata de normas, mas o reflexo de profundos deslocamentos nas Formações Discursivas (FD) sobre o papel da mulher e da família na sociedade brasileira.

A promulgação do Código Civil de 1916 (Lei nº 3.071/1916) representou a consolidação jurídica de um modelo de família patriarcal, patrimonialista e de viés essencialmente agrário. O ordenamento jurídico de Clóvis Beviláqua fixou um funcionamento discursivo centrado na figura do *pater familias*, estabelecendo uma assimetria ontológica entre os cônjuges. O artigo 240 materializa o apagamento civil da mulher após o matrimônio.

Àquela época já se vislumbravam mulheres no mercado de trabalho, especialmente em chão de fábricas e no magistério (educação infantil), porém, como estas eram tidas como “sujeitos inferiores” e não dotadas de direitos, não podiam jamais exercer cargos de liderança. O Código Civil de 1916 – Lei nº 3.071 de 01 de janeiro de 1916, como vemos no recorte 1, reza:

(Recorte 3)

Art. 240. A mulher, com o casamento, assume a condição de companheira, consorte e colaboradora do marido nos encargos de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta. (Redação dada pela Lei nº 6.515, de 26.12.1977)

Parágrafo único. A mulher poderá acrescentar aos seus os apelidos do marido. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 6.515, de 26.12.1977)

Sob a ótica analítico-discursiva, os lexemas "companheira", "consorte" e, fundamentalmente, "colaboradora" funcionam como pistas linguísticas de um assujeitamento prescrito pela lei. A posição-sujeito da mulher-esposa é discursivizada na chave da subalternidade e da dependência institucional: o termo "auxiliar" subordina semanticamente a agência feminina à centralidade da chefia conjugal masculina (exercida pelo marido conforme também o Art. 233).

Os efeitos de sentidos que podemos (re)construir a partir do citado artigo é o de que à mulher cabia zelar e ser colaboradora do marido, ou seja, aquela que discretamente deve cumprir sua tarefa de cuidadora do lar, do esposo e dos filhos, não lhe sendo permitido nenhum



tipo de conduta ou comportamento que violasse a moral da família. Ainda cabia à mulher ser comedida e sábia quanto às questões materiais vinculadas a família. Aqui temos regras rígidas e claras acerca do que se esperava de uma “mulher de família” para a época.

Sabemos que todo dizer se filia a uma cadeia de outros dizeres, e assim os sentidos são evidenciados pela história (ORLANDI, 2003), com isto, entendemos que não são aleatórias as prescrições estabelecidas pelo artigo citado, esta era a mentalidade concebida como correta para a época, as prescrições estabelecidas em lei nada mais eram que discursos cristalizados que imperavam, frutos de ideologias machistas e preconceituosas que de alguma forma impregnaram o comportamento e os discursos.

No parágrafo único, os efeitos de sentidos que se estabelecem demonstram de forma nítida a separação e a demarcação de papéis entre homem e mulher, numa fria demonstração de pertença que a mulher devia ao marido, pois cabia somente a ela vincular-se ao esposo e jamais o contrário.

A realidade vivenciada pelas mulheres da época (1920) aos poucos chamou a atenção das feministas, que promoveram debates acerca do assunto, embora o foco fosse apenas relativo aos direitos políticos. Assim, foi em 1932 que a mulher conquista o direito de votar (MARQUES, 2004).

Sabemos com Orlandi que a linguagem repousa na tensão entre paráfrase e polissemia, sendo a paráfrase a “matriz dos sentidos, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo” (1999, p.38), e a polissemia, por sua vez, gera o novo, a multiplicidade de sentidos. Assim, podemos dizer que o Código Civil Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, está em relação ao Código de 1916 na confluência entre paráfrase/polissemia, em que este último tem a incumbência de substituir o anterior, considerando, claro, uma outra época, em que os valores são, visivelmente, diferentes da época anterior.

O advento da Constituição Federal de 1988 operou uma ruptura ideológica profunda no ordenamento nacional ao determinar, no Art. 226, § 5º, a igualdade absoluta de direitos e deveres entre homens e mulheres na sociedade conjugal. O Código Civil de 2002 (Lei nº 10.406/2002) buscou parafrasear esse imperativo constitucional, reformulando o estatuto discursivo da parceria conjugal no seu artigo 1.565.

De outro modo, estamos, pois, no plano da repetição, pois se trata do “mesmo” artigo, e ao mesmo tempo são estabelecidos novos sentidos por se tratar de uma nova sociedade com

valores diversos da anterior, por fim, no recorte 2, diz o artigo:

(Recorte 4)

Do Casamento

Art. 1.565. Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.

§ 1º Qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescentar ao seu o sobrenome do outro

A mudança de "auxiliar" (1916, Art.33) para a atribuição "mutuamente [...]" (2002) sinaliza um deslocamento significativo na Formação Discursiva jurídica. O enunciado projeta um efeito de simetria discursiva, onde a substituição gramatical do singular assimétrico pelo plural compartilhado institui, idealmente, uma nova posição-sujeito: a da mulher enquanto co-gestora autônoma e paritária do núcleo familiar.

Analisando os efeitos de sentidos decorrentes da nova redação, percebemos um esforço (ou efeito) de “equiparação” em termos de direitos entre homem/mulher. Aqui é possível vislumbrar uma mulher que substancialmente conquistou direitos.

A mulher configura-se agora filiada também a outras formações discursivas, fruto das mudanças ocorridas ao longo da história. Essa(s) nova(s) formação(ões) discursiva(s) lhe possibilita(m) redimensionar seu discurso, autoriza(m)-lhe a ter voz e a brigar por espaço ao lado do homem na sociedade. Nessa nova conjuntura, atreve-se e arrisca-se ao enfrentamento, antes inimaginado, já que até a letra da lei a ignorava enquanto pessoa de direitos.

Na nova redação, ambos, homem e mulher, são responsáveis pela família, não se fala mais em moral, elemento antes vinculado à boa mãe de família. E, no parágrafo 1º, temos mais um ganho, ambos podem ou não requerer o sobrenome do outro, trata-se agora de escolha e não de uma determinação unilateral.

As condições de produção vislumbradas no novo Código também são outras, ou seja, os sujeitos, a situação e a memória são representados de forma diferente do Código anterior, fruto das mudanças advindas da redemocratização do país, da busca mais efetiva do cidadão pelos seus direitos, protestos que pressionavam o governo a repensar seus ideais, alteração mesmo nos costumes. Todas essas questões eram postas em evidência discursivamente, por isso o antigo código já não servia aos interesses dos cidadãos e da sociedade, era precisa repensar as necessidades sobrepujantes da atualidade que ora se apresentava.

Orlandi (2003) frisa que os sentidos vêm pela história e pousam pela memória. São dizeres constituídos por muitas vozes, num jogo da língua que se historiciza e é marcado pela



ideologia. Porquanto, como o dizer se constitui na relação memória e atualidade, de um modo ou outro, a história atravessa. Por outro lado, podemos dizer que o Código Civil de 2002, no que trata o **Art. 1.565**, apresenta-se, ainda que intente apagar, resquícios patriarcais, a exemplo disso, que consta na nova redação, ainda é o nome do homem que aparece em primeiro: “Pelo casamento, *homem* e mulher assumem mutuamente a condição de consortes (...)”, ou seja, o homem ainda é o sujeito primário na sociedade.

Além disso, sobre o Código de 1916, Marques esclarece que as mulheres que não eram casadas formalmente eram completamente desamparadas “sobretudo porque este era um arranjo dos pobres e o casamento formal tinha a finalidade de definir a paternidade e o direito de herança.” (2004, p.129). Ou seja, o código de 1916 foi feito apenas para a elite letrada e não foi pensado para outras parcelas da população. Assim sendo, os direitos continuaram sendo restritos a uma pequena parcela de mulheres na sociedade. Em contrapartida, como a legalidade das leis matrimoniais não as alcançava, estas podiam trabalhar fora de casa, até por falta de escolha. Já no que diz respeito ao abandono do marido ao lar, estas estavam completamente desamparadas e cabia exclusivamente a elas arcar com o sustento da família.

Considerando a atualidade, o novo Código Civil, a mulher trabalha fora porque deseja e também porque conquistou o direito de casar-se por amor, e não por escolha ou conveniência da família, a lei ampara a mulher que não se casou formalmente, dando-lhe direitos e a pensão dos filhos.

A sociedade atual se apresenta ideologicamente diferente da descrita no código de 1916. A mulher de hoje não se preocupa se está ou não solteira, se sustenta ou não o marido, entre tantos outros contextos. Portanto, a formação ideológica desta nova mulher a projeta e estabelece novos princípios e valores acerca de como esta vê a sociedade, a família. Logo, essas novas representações evocam uma relação de poder estabelecida e conquistada ao longo da história e que nos permite hoje nos considerarmos de fato mulheres de direitos.

A análise comparativa entre os Códigos Cíveis de 1916 e 2002 exige um tensionamento interpretativo que recuse o salto cronológico linear, reconhecendo os marcos intermediários e as fraturas de classe que moldaram a inserção civil da mulher no Brasil. Embora o Código de 1916 imputasse a 'morte civil' à mulher casada ao rotulá-la como relativamente incapaz (p. 7), os desdobramentos dessa norma operaram de forma assimétrica na estrutura social. Enquanto para as mulheres da elite agrária e burguesa o matrimônio formal significava a sujeição



patrimonial ao marido (pp. 7, 9), para as mulheres das classes populares e subalternizadas a sobrevivência material historicamente impôs o trabalho informal e a vivência em uniões consensuais à margem da proteção estatal (p. 9). Posteriormente, o Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121/1962) atuou como um vetor de transição discursiva fundamental ao devolver a capacidade civil plena às esposas, facultando-lhes o direito de trabalhar sem autorização marital. Contudo, a eficácia material dessa conquista jurídica tendeu a concentrar-se nas camadas médias e altas urbanas, as quais passaram a acessar postos de trabalho qualificados e gerência de bens próprios. Nas periferias e no contexto das classes desfavorecidas, a autorização legal para o trabalho externo não representou uma 'conquista emancipatória', mas a manutenção de uma rotina de subsistência preexistente e precarizada.

Vale frisar que outro dispositivo específico que alterou o estatuto civil da mulher, depois de 1962, ocorreu com a lei de 1977, e foi introduzido pelo Artigo 50 (item 5) da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (referida como a *Lei do Divórcio*). Importante também destacar que a CF (Constituição Federal) de 1988, ampliou algumas vantagens à mulher antes do Código de 2002.

Entretanto, ao observar o avanço promovido pelo Código de 2002 no tocante à corresponsabilidade familiar e à livre escolha do sobrenome (Art. 1.565), constata-se que a propalada 'autonomia' da mulher contemporânea não se manifesta de forma homogênea. Isso deriva, conforme já anunciado mais acima, do fato de o livre arbítrio e o casamento por afeto colidirem frontalmente com as condições materiais de produção da existência, evidenciando que os efeitos de sentido de igualdade jurídica são profundamente mitigados pelas desigualdades estruturais de classe e raça que ainda clivam o tecido social brasileiro.

Em síntese, reiteramos que, ao mobilizarmos o conceito de formação discursiva para a evolução dos direitos das mulheres no Brasil, percebe-se que as FDs não operam de maneira uniforme em toda a sociedade. Vejamos:

- (i) A Posição-Sujeito da Elite: no início do século XX, o discurso que associava a mulher aos atributos de "pureza, doçura e rainha do lar" materializava uma FD burguesa. Para essas mulheres de classes abastadas, o casamento formal representava proteção patrimonial, mas custava a sua "morte civil" e a submissão total ao pátrio poder;
- (ii) A Posição-Sujeito das Classes Populares: as mulheres das camadas desfavorecidas operavam sob outra FD, moldada pela necessidade material de sobrevivência. Afastadas do

ideal romântico e burguês de "rainha do lar", o trabalho precário no chão de fábricas, na lavoura ou no trabalho doméstico era uma realidade imposta pela subsistência. Para elas, as restrições patrimoniais do Código de 1916 tinham efeitos distintos, pois as uniões informais (comuns na periferia) as deixavam à margem da proteção legal sobre heranças ou pensões;

(iii) A Ilusão de Autonomia: na contemporaneidade, a FD que prega a "mulher empoderada, livre e senhora de suas escolhas" colide com as condições materiais de produção da existência. A ideologia do livre arbítrio e do casamento por amor dissimula o fato de que a vulnerabilidade econômica obriga muitas mulheres das classes populares a permanecerem em estruturas familiares dependentes ou a enfrentarem jornadas triplas de trabalho sem redes de apoio.

6.Considerações finais

Nosso trabalho analisou os efeitos de sentidos sobre a mulher nos Art. 1.565 e 240 do Código Civil de 1916 e de 2002, a luz dos dispositivos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa. Podemos dizer que são vários os efeitos de sentidos atribuídos à mulher ao longo da história, especificamente pensando-se nos artigos de lei aqui-analisados. Nosso gesto de leitura apontou como os discursos que pautavam o Código Civil de 1916, de modo geral, cerceavam a liberdade das mulheres, que não tinham outra possibilidade a não ser constituir família, para aquelas que eram da elite letrada da época, pois, do contrário, continuavam sendo vistas como seres sem legitimidade legal, logo, desamparadas.

Com o Código Civil de 2002, vislumbramos outro olhar, outras apropriações ideológicas quanto a esta mulher, que agora tem direitos políticos, religiosos, trabalhistas, entre outros. Nova sociedade, novos discursos, novos efeitos de “empoderamentos”, novas ideologias que garantem maior efeito de autonomia do ser, para a mulher esposa, ou não esposa, mesmo que isso tudo se dê de modo conflitante e também contraditório, pois, nas práticas cotidianas, apesar dos direitos que a mulher conquistou para além de esposa, na forma da lei, ainda são consideráveis as desvantagens que precisa enfrentar (ou saber administrar) como estratégia para ampliar seus espaços de atuação na sociedade.

Destacamos que a transição discursiva operada ao longo do século XX (impulsionada pelo Estatuto da Mulher Casada em 1962, pela Lei do Divórcio em 1977 e sedimentada pela Constituição Federal de 1988) culminou no esforço de equiparação mútua de direitos e responsabilidades expresso no Código Civil de 2002. Contudo, o olhar analítico



contemporâneo, especialmente o que aqui apontamos, adverte para a existência de uma ilusão de autonomia. Entendemos que os efeitos de sentido de igualdade e livre escolha na conjugalidade contemporânea chocam-se frontalmente com as condições materiais de produção da existência. As conquistas jurídicas formais são profundamente diminuídas pelas desigualdades estruturais de classe e raça, as quais determinam uma inserção assimétrica das mulheres na sociedade. Assim, embora a letra da lei ressignifique a posição-sujeito feminina na atualidade, a igualdade plena permanece como um horizonte de resistência e práxis social, tensionado pelas contradições materiais que ainda clivam o tecido social brasileiro.

Referências

BRASIL. **Código Civil. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BRASIL. **Código Civil. Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916.** Disponível em <[http://www.soleis.adv.br/direitodefamiliacodcivil.htm#TÍTULO II - DOS EFEITOS JURÍDICOS DO CASAMENTO](http://www.soleis.adv.br/direitodefamiliacodcivil.htm#TÍTULO%20II%20-%20DOS%20EFEITOS%20JURÍDICOS%20DO%20CASAMENTO)> Acesso em 02 junho de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em <planalto.gov.br> Acesso em 15 de jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962.** Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, p. 9125, 3 set. 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm. Acesso em 14 jul. 2024.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Modos de educação, gênero e relações escola-família. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, p. 41-58, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CHOPIN, Kate. *The story of an hour*: Kate Chopin. London: Penguin, 2025.

CORACINI, M. J. Entre a memória e o esquecimento: fragmentos de uma história de vida. In: CORACINI, M. J.; GHRALDELO, C. M. (Org). **Nas malhas do discurso**: memória, imaginário e subjetividade. Campinas-SP: Pontes Editores, 2001, pp.23-74.

FLORES, Hilda. A. H. Mulheres em busca de seus direitos. In: FLORES, Hilda. A. H (Org.). **Palavras 2012**. 1. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2012. v. 1. pp.113-122.

GRIGOLETTO, Marisa. **A resistência das palavras**: discurso e colonização britânica na Índia. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2002.



IBSEN, Henrik. **Casa de bonecas**. Tradução de Karlos Rischbieter e Vidal Serrano. São Paulo: Peixoto Neto, 2011.

LAGAZZI, S. M. A equivocidade na circulação do conhecimento científico. *Linguagem em (Dis)curso* (Impresso), v. 11, p. 1-18, 2011.

_____. O assentamento na voz do movimento. Boletim Informativo da *ANPOLL*, v. 1, p. 1-15, 2001.

_____. A equivocidade na imbricação de diferentes materialidades significantes (*mimeo*). Disponível em:

<<http://dlm.fflch.usp.br/sites/dlm.fflch.usp.br/files/Suzy%20Lagazzi.pdf>> Acesso em agosto de 2014.

LISPECTOR, Clarice. *Laços de família*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MACHADO, Ana Flávia; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de; WAJNMAN, Simone. **Sexo frágil?** Evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Organização Gelre, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 3ed., Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. **Análise do discurso – princípios e procedimentos**. 5ª ed. Campinas-SP: Pontes, 2003.

_____. A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica. *Revista Eletrônica de jornalismo científico*. 2007. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=26&id=296> Acesso em 28 de julho de 2014.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 6ed. Campinas-SP: Pontes editores, 2011.

_____. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas-SP: Pontes, 2012.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. A mulher casada no Código Civil de 1916. Ou, mais do mesmo. *Textos de História*, vol. 12, nº ½, 2004.

NICOLA, José de. **Literatura brasileira: das origens aos nossos dias**. 18. ed. São Paulo: Scipione, 2012.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 5ª. Edição. Campinas: Pontes, 2008.

PIMENTEL, Silvia Carlos da Silva. **Evolução dos direitos da mulher: norma, fato, valor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.



PIMENTEL, Silvia; DI GIORGI, Beatriz; PIOVESAN, Flávia. **A figura/personagem mulher em processos de família**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1993.

PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Sônia Suelo Berti. Pêcheux. *In*: OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola editorial, 2013.



AINDA É PRECISO DIZER: MEU CORPO NÃO É MÁQUINA DE REPRODUÇÃO

STILL NEED TO BE SAID: MY BODY IS NOT A REPRODUCTION MACHINE

SOLANGE MITTMANN

<https://orcid.org/0000-0001-7959-2894>

Doutora em Linguística Aplicada (Unicamp)

Docente do Curso de Letras e do PPGL/UFGRS

sol.discurso@gmail.com

ALÉXIA MARIA LOPES DE SOUZA

<https://orcid.org/0009-0000-7525-867X>

Mestranda em Estudos Linguísticos pela UFGRS

alexia80lopes@gmail.com

RESUMO

No ano de 2025, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os resultados obtidos pelo Censo Demográfico realizado em 2022. Primeiramente, este artigo discute o modo como as mulheres são abordadas no discurso institucional de apresentação desses dados. E a seguir, percorre diferentes períodos históricos para discutir os mecanismos de controle, dominação e opressão dirigidos às mulheres e aos seus corpos. O estudo relaciona essas práticas às estruturas sociais, políticas e culturais que sustentam e perpetuam as desigualdades de gênero, dando o devido destaque às construções políticas na disputa pela autonomia da condição feminina e a sua representação social na modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: Censo Demográfico; Mulher; Estudos Feministas; Caça às bruxas; Reprodução.

ABSTRACT

In 2025, the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) released the results of the 2022 Demographic Census. The initial step of this article discusses how women are addressed in the institutional discourse used to present these data. It then examines different historical periods to discuss the mechanisms of control, domination and oppression directed to women and their bodies. The study relates these practices to the social, political and social structures that sustain and perpetuate gender inequalities, highlighting the political constructions involved in the struggle for women's autonomy and their social representation in modernity.

KEYWORDS: Demographic Census; Women; Feminist Studies; Witch Hunt; Reproduction.

INTRODUÇÃO

A inquietação que motivou este artigo partiu da ampla divulgação e discussão em diferentes portais de notícias de uma parte do relatório do IBGE, publicada em 2025, sobre o Censo Demográfico realizado em 2022. Não trataremos aqui das notícias e dos comentários, mas do discurso oficial, ou seja, o texto de apresentação do documento na biblioteca do IBGE, no qual encontramos a seguinte descrição:

O IBGE, com esta publicação, dá prosseguimento à divulgação dos dados investigados no Questionário da Amostra do Censo Demográfico 2022, trazendo, neste momento, informações relativas à fecundidade e à migração, cujas interações, aliadas às estatísticas sobre mortalidade, determinam o tamanho e a estrutura populacionais de uma determinada região. No que respeita à **fecundidade, essa componente é das mais importantes para a análise da evolução demográfica da população**, posto que sua pirâmide etária e indicadores de crescimento e envelhecimento são diretamente relacionados ao número de **nascimentos ocorridos** ao longo do tempo. Nesta edição da pesquisa, o recenseamento do tema abarcou **as mulheres de 12 anos ou mais de idade**; o número de filhos nascidos vivos **que essas mulheres tiveram** até a data de referência do levantamento, por sexo; e o número de filhos tidos que estavam vivos nessa data. Em relação ao último filho tido nascido vivo até a data de referência, investigou-se a sua idade, com base no mês e no ano de nascimento, porém, na hipótese de ausência de tais informações, considerou-se a idade presumida na data de referência. [...] (IBGE, 2025, n. p., grifos das autoras).

Em um país onde temos dificuldade de contar nossos mortos — não temos estimativas claras, por exemplo, sobre quantos assassinatos e desaparecimentos têm sido promovidos pelas polícias de Estado no passado e no presente, ou mais recentemente o número de mortes pela pandemia de Covid-19, ou ainda o número de mortos por desnutrição e enfermidades de pessoas em situação de vulnerabilidade — importa observar que é “o número de nascimentos ocorridos” ou de “filhos nascidos vivos que essas mulheres tiveram”, e não o número de óbitos ou outros números referentes a condições de vida, por exemplo, que é destacado nas notícias e análises sobre o relatório do IBGE em diversos portais de notícias que o replicaram, mesmo que esses outros dados tenham sido objeto de estudo no mesmo Censo.

A partir dessa constatação, os trechos que colocamos em destaque na notícia nos oferecem indícios sobre a responsabilização que a sociedade brasileira contemporânea atribui às mulheres quanto ao equilíbrio populacional. Veja-se que não se fala em homens, pais, casais ou famílias. O que consta como pressuposto fundamental para interpretar os trechos que destacamos anteriormente é que as mulheres devem ter um número adequado de filhos para que o índice populacional se mantenha a favor do bom funcionamento do modo de produção capitalista no Brasil. Cabe lembrar com Cordeiro:



Somente no final do século XIX, a ciência descobriu como a mulher participava do processo de reprodução. Até então, ela era considerada simplesmente como um repositório de sêmen. Depois de se admitir que ela era fundamental para gerir a vida, a mulher se viu diante de outro problema. (Cordeiro, 2013, p. 2).

Com “outro problema”, Cordeiro se refere ao mito da maternidade como fato natural, inerente, que impõe à mulher a condição de mãe e a aliena da condição de sujeito individual. Observando o discurso do IBGE, percebemos o mesmo problema: as mulheres são significadas como corpos portadores de condições de gerar indivíduos. Na perspectiva capitalista, importa identificar quantos úteros estão cumprindo seu suposto papel, quantas mulheres estão produzindo indivíduos, quantos indivíduos essas mulheres estão produzindo para a reposição de consumidores(as) e mão-de-obra.

Essa prioridade se apresenta sob um efeito de evidência tal, que meninas de doze anos são chamadas pelo IBGE de “mulheres de doze anos”. Subentende-se que já que passaram pela primeira menstruação que atestou o funcionamento do aparelho reprodutor e, também, que têm condições de cumprir os papéis de reprodução e de cuidado. Mas o mais importante sobre essas meninas chamadas de mulheres, e que não é não dito sobre elas, é que gestaram porque foram violadas. Desde 2009, com a Lei 12.015/2009, o Código Penal define como estupro de vulnerável “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”. (Brasil, 2009, n. p.). Ao chamá-las de mulheres, e não de meninas, o discurso do IBGE valida o pressuposto de que ao ser dotado de aparelho reprodutor feminino em funcionamento, o corpo é um corpo de mulher, e mulher é significada como aquela que produz indivíduos para a sociedade e o capital. Isso confirma a afirmação de Saffioti sobre o aspecto econômico do patriarcado:

Pode-se concluir que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico. (Saffioti, 1987, p. 50).

A tomada do corpo da mulher como objeto de exploração, sobretudo através da imposição a ter filhos vivos, que irão compor o contingente populacional, vem de longa data, sendo impossível percorrer toda a história dessa exploração. Mas podemos rememorar alguns pontos, como faremos a seguir.



A imposição de lugares às mulheres

Não é possível dar conta de todos os modos como as mulheres são significadas nas engrenagens das formações sociais, mas permanece uma memória das violências mais antigas que as mulheres conhecem e que estão associadas ao poder dos setores dominantes sobre os dominados e ao dos homens sobre as mulheres. Veja-se a descrição de Engels:

Aliás, no caso do rapto de mulheres, já se percebe um vestígio da transição para o casamento monogâmico, pelo menos na forma do casamento do par: depois que o jovem rapta ou sequestra a menina com a ajuda de amigos, todos eles, um após o outro, servem-se sexualmente dela, mas depois disso ela é considerada a esposa do jovem que organizou o rapto. Em contrapartida, se a mulher raptada consegue fugir do esposo e é pega por outro, ela se torna esposa deste e o primeiro perde sua prerrogativa. (Engels, 2019, p. 63).

Ainda que as violências contra as mulheres sejam práticas antigas, a concepção de um controle sobre seus corpos se destacou quando do estabelecimento da propriedade privada por meio da organização inicial de fidelidade da esposa dentro de um casamento monogâmico.

A família de um par, aliada ao surgimento da propriedade privada, apareceu de modo a ressignificar a mulher, não apenas como pilar central de linhagem, mas como bem de valor, inserida em relações de troca, compra e venda. Assim, na reorganização da economia com a instauração da propriedade privada, o trabalho é ressignificado no âmbito de uma lógica de mercado. Nesse momento, alguns trabalhos se tornaram papéis: cozinhar, cuidar e criar filhos dentro de casa foram considerados funções atribuídas ao âmbito doméstico e destinadas às mulheres, levando a uma hierarquia de trabalhos em que o reprodutivo não era considerado como tal.

Com o desaparecimento da economia de subsistência que havia predominado na Europa pré-capitalista, a unidade entre produção e reprodução, típica de todas as sociedades baseadas na produção-para-o-uso, chegou ao fim conforme essas atividades foram se tornando portadoras de outras relações sociais e eram sexualmente diferenciadas. No novo regime monetário, somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho. (Federici, 2017, p. 145).

A partir da divisão entre produção e reprodução, o lugar social da mulher passa a ser



construído como se fosse anterior à própria história: o “trabalho de casa” deixa de ser reconhecido como forma de produção de riqueza e passa a ser definido como expressão de uma suposta natureza feminina. Ao mesmo tempo em que se retira o valor econômico das atividades de cuidado, cozinha, limpeza e criação de filhos, atribui-se a elas um estatuto moral e afetivo: boa mãe, boa esposa, mulher “de família”. Essa operação ideológica fez com que a exploração do trabalho reprodutivo fosse mascarada pelo discurso do amor, da vocação materna e do sacrifício. Como descreve Cordeiro (2013, p. 2), “[...] ser mãe seria instintivo, inerente a todo ser feminino e que só estaria completo se, culturalmente imposto a ele, o ciclo se fechasse: crescer, casar, ser mãe e morrer”.

No deslocamento do conflito de classe e das relações de produção para o plano da intimidade e da moralidade, o “lugar” da mulher como reprodutora se torna um efeito estrutural de sucessivas rodadas de expropriação. No processo de acumulação, as medidas que separaram quem trabalha dos meios de produção afetaram, principalmente, mulheres em condições fragilizadas, perifizando-as aos trabalhos de reprodução para outras famílias, como cozinheiras, faxineiras, babás, sobrando pouco tempo e forças “para reproduzir a si mesmas e as suas famílias” (Federici, 2022, p. 55).

A partir do momento em que a reprodução é arrancada do campo do “trabalho” e rebaixada ao estatuto de função natural, o corpo da mulher deixa de ser entendido como parte do ser humano e passa a ser administrado como recurso social, em uma espécie de infraestrutura invisível que sustenta a produção, mas que não resulta em riqueza produzida. Esse deslocamento que separa produção e reprodução e recobre o cuidado com uma camada moral torna possível transformar a procriação em dever, o que se sobrepõe ao desejo individual.

Por esse caminho, o lugar social da mulher como reprodutora se articula com a propriedade privada e com a disciplina da sexualidade. A fidelidade conjugal é imposta como garantia de herança e de linhagem, a reprodução deixa de pertencer à vontade e ao direito das mulheres e passa a servir ao dever e ordenamento social, conforme é definida a direção do controle de natalidade: aumentar ou diminuir o contingente de reserva de mão de obra e também de consumidores ao ponto de não gerar crise de suprimentos sobretudo alimentares.

A punição às mulheres fora do controle

O controle da reprodução sempre foi um problema lançado às mulheres. A medicina herbalista, por exemplo, acusada de bruxaria ou charlatanismo, servia e serve não só para o tratamento de doenças mas também para o controle das mulheres sobre a natalidade. Ainda que no feudalismo, conforme Federici (2017, p. 84-85), a Igreja preservasse certo tipo de perdão sobre os abortos de mulheres que não tinham condições de criar dependentes, a misericórdia não se adaptava às mulheres que buscavam apenas “esconder o pecado de fornicação”. No primeiro caso, a mulher que aborta por não ter condições é parcialmente compreendida no registro da sobrevivência: a pobreza aparece como um limite para a gestação e o ato é interpretado como resposta a uma economia doméstica impossível. No segundo caso, a mulher que aborta para “esconder a desonra” é enquadrada como autora de uma dupla infração: controle de reprodução e também rompimento do regime moral que sustenta a ordem familiar e o segmento da sociedade. Assim, a ação de abortar é significada de maneiras distintas conforme o sentido atribuído: necessidade material ou encobrimento do pecado original. A disseminação de saberes femininos ao que dizia respeito ao aborto, à contracepção, ao manejo do ciclo e do parto foi considerada, pela Igreja, perigosa, uma ameaça à continuidade da humanidade e, também, à supremacia do poder masculino.

Nesse cenário de consolidação do controle sobre a reprodução e de instrumentalização dos corpos das mulheres, o período de caça às bruxas deve ser compreendido como um momento histórico fundamental na institucionalização dessa lógica de vigilância e punição (que permanece vigente). Conforme Ribeiro e Rangel (2017, p. 2-3), a perseguição às bruxas emerge de um processo lento e racional de elaboração teológica, jurídica e política que transforma práticas de mulheres antes toleradas em crimes passíveis de investigação e condenação. A partir do final da Idade Média, a heresia deixa de ser entendida como dissidência doutrinária e passa a ser tratada como ação visível e punível, permitindo que o aparato inquisitorial ampliasse seu alcance sobre condutas cotidianas, saberes e práticas corporais que escapavam ao controle institucional.

A caça às bruxas, nesse sentido, foi um instrumento de controle que incidiu diretamente sobre corpos considerados desviantes, perigosos ou indóceis, com foco principal nos corpos de mulheres. Ao vincular saberes populares, práticas de cura, manejo da fertilidade e conhecimentos sobre o corpo à figura da bruxa e ao pacto demoníaco, construiu-se uma narrativa que legitimava a repressão e a eliminação de todo saber desviante de um dogma pré-

estabelecido. A perseguição às bruxas se articulou à necessidade de controle das práticas reprodutivas e da sexualidade, antecipando a separação moderna entre produção e reprodução. A caça às mulheres foi uma ponte para construção do que hoje é entendido como o papel reprodutor feminino, sistematizando a autonomia do próprio corpo em nome da ordem social, religiosa e econômica.

Para além da moralidade e da religiosidade, a caça às bruxas foi uma estratégia central da transição ao capitalismo, voltada à destruição do poder social das mulheres. Conforme Federici (2017, p. 61), “as mulheres foram aterrorizadas por acusações fantásticas, torturas terríveis e execuções públicas porque seu poder social [...] precisava ser destruído”, em um contexto em que a perseguição operou como mecanismo de produção de uma nova subjetividade e de uma nova divisão sexual do trabalho adequada à disciplina capitalista. A figura da “bruxa” era a materialização do medo de uma mulher que não se submetia plenamente à nova ordem econômica, que resistiu à expropriação e que carregava saberes incompatíveis com a disciplina exigida pelo trabalho capitalista.

A perseguição às bruxas também objetivava destruir uma concepção pré-capitalista do corpo, cujo papel era dotado de poderes próprios, ligados à natureza, à cura, à fertilidade, à morte e, sobretudo, à autonomia. As mulheres, por sua relação direta com os processos reprodutivos, eram reconhecidas como detentoras de conhecimentos sobre ervas, partos, contracepção e abortos, o que lhes conferia autonomia e autoridade. Esses saberes representavam um obstáculo à transformação do trabalhador em força de trabalho disciplinada, alienada e previsível. Assim, a caça às bruxas nada mais era do que a tentativa de exorcismo dos saberes classificados como poderes, eliminando práticas e conhecimentos que não se adequavam à racionalização e tecnocracia do mundo natural e à mecanização do corpo exigidas pelo capitalismo.

A sexualidade feminina foi demonizada quando dizia respeito à autonomia e instrumentalizada quando subordinada às necessidades patriarcais. Quando fugia do casamento e da procriação, a sexualidade era representada como ameaça social, associada ao caos, à desordem e ao pacto demoníaco. Ao mesmo tempo, uma vez domesticada, essa sexualidade foi reintegrada de forma utilitária, restrita à reprodução da força de trabalho e à pacificação social. A caça às bruxas instaurou, assim, um regime de terror que produziu um novo modelo de feminilidade: obediente, submissa, assexuada e confinada a funções reprodutivas



desvalorizadas. Ao destruir corpos, saberes seculares e memórias, esse processo tentou alicerçar o lugar social da mulher no papel de reprodutora, cuja autonomia corporal era negada em nome da estabilidade econômica, moral e política. A caça às bruxas com todos os direitos sucumbidos e deveres instaurados não é um período datado, é um *movimento metamórfico* e que evolui conforme as necessidades masculinas dentro do patriarcado. Essa *metamorfose* do patriarcado, conforme apontam Vanali, Kominek e Bober (2023), fundamenta-se na construção histórica do “ser mulher” em oposição ao “ser homem”, o que permite que as identidades sejam mantidas em uma condição de subordinação normativa.

Importa destacar que o Brasil não teve um tribunal próprio quando se tratava da Inquisição no período colonial, mas foi criada uma rede de vigilância por parte dos colonizadores. O centro da Inquisição localizado em Lisboa enviava agentes locais, como comissários e familiares, que circulavam pelas capitânias para investigar denúncias de heresia (Calainho, 2022, pp. 225-227).

Se no final da Idade Média e início da Idade Moderna o conceito de “bruxa” era uma sumarização de todas as mulheres que dominavam as ervas e os saberes do corpo, na contemporaneidade a medicina atua sob um filtro de exclusão ao classificar os saberes ancestrais na mesma categoria das fraudes, como curandeirismo e exercício ilegal da medicina; dessa forma, a fogueira foi substituída por sanções legais. No cenário nacional, essa transição para a norma jurídica não desestabilizou o controle, apenas o recategorizou sob a máscara da legalidade. Os aparelhos de controle do Brasil estão alicerçados em uma “conjuntura legal [que] denuncia o pensamento com uma base histórica marcada pela exclusão e dominação. Pensamento que concebia as mulheres como seres inferiores e incapazes, que precisariam ser tutoradas e controladas” (Vanali; Kominek; Bober, 2023, p. 283). Nesse controle, o Estado brasileiro mobiliza, ainda hoje, o Direito para asfixiar autonomias, tratando saberes não hegemônicos como crime de exercício ilegal da medicina ou farmácia e tratando interrupção de gravidez como crime de aborto. Na prática, o que se preserva é a manutenção de uma estrutura de poder patriarcal que nega à mulher o direito ao próprio corpo.

A perseguição às mulheres toma novas formas nos contextos contemporâneos. O patriarcado as persegue por meio de violências como a negação de direitos, o assédio sexual e o assédio moral. Sobre a mulher que decide não ter filhos ou que não pode gerar, a violência se manifesta, por exemplo, com a divulgação de uma baixa taxa de fecundidade explorada pelo



meio jornalístico como um problema para o país. Sobre a mulher que busca autonomia corporal, os aparelhos legislativo, judiciário e religioso restringem práticas corporais e proíbem o aborto.

A questão do aborto na contramão da reprodução

Atualmente, segundo o Centro para Direitos Reprodutivos (Center for Reproductive Rights), 21 países proíbem totalmente o aborto, 44 países permitem o aborto para salvar a vida da gestante, doze países ou territórios permitem o aborto por razões sociais ou econômicas e 77 países admitem a interrupção voluntária da gestação, com baixas restrições como o limite do número de meses do feto. A legislação brasileira permite a interrupção da gravidez apenas em três situações específicas: quando há risco de vida para a gestante, nos casos de gravidez resultante de estupro e em situações de anencefalia fetal. Uma vez comprovadas essas condições, a gestante pode realizar o procedimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, esse cenário encontra-se em processo de mudança com a tramitação do Projeto de Lei nº 2.524/2024, que propõe equiparar o aborto realizado após a 22ª semana de gestação ao crime de homicídio. Caso aprovado, o projeto impactará inclusive os casos de anencefalia — condição caracterizada pela ausência de cérebro no feto —, obrigando a gestante a levar a gravidez até o fim e a dar à luz um feto inviável, que não sobreviverá após o parto (Agência Senado, 2025). Além disso, em muitos casos, apesar do direito ao aborto, a mulher é impedida de realizar, por atuação de médicos, familiares, adeptos de religiões e representantes do poder judiciário.

As lutas em torno da legalização e do acesso a mecanismos para realização do aborto não pode ser compreendida apenas como um embate moral ou jurídico, mas como resultado de uma memória social enraizada na necessidade de dar continuidade à classe trabalhadora. A luta de classes, enquanto motor estrutural do capitalismo, só pode se sustentar na existência simultânea de exploradores e explorados, e é justamente o proletariado que garante a reprodução contínua dessa condição. Nesse sentido, a reprodução biológica torna-se um elemento estratégico para a manutenção do sistema, pois é por meio dela que se assegura a renovação da força de trabalho. Como dito anteriormente, a gestação deixa de ser entendida como escolha individual ou experiência subjetiva e passa a ser tratada como dever social, inscrito no corpo da mulher como uma função histórica indispensável à perpetuação da exploração.



O aborto, por sua vez, aparece recoberto por múltiplas camadas discursivas, como os direitos humanos, a defesa da vida do feto/bebê e os princípios evangélicos amplamente mobilizados como pauta de costumes pela bancada religiosa no Senado. Cabe ressaltar que esses argumentos funcionam como mediações ideológicas de um mesmo objetivo central: o controle do corpo da mulher. Ao restringir o direito ao aborto, limita-se a mulher à função reprodutiva, subordinando sua existência ao trabalho de gerar e manter a linhagem explorada. Essa operação desloca o debate do campo das relações materiais de produção e reprodução para o terreno da moralidade, ocultando que se trata de disciplinar os corpos das mulheres para garantir a continuidade do sistema capitalista.

O corpo da mulher como questão de governança de Estado

Nesse contexto, o corpo da mulher é compreendido como instrumento funcional à reprodução social e econômica, sendo continuamente moldado para atender às necessidades do Estado e do mercado:

Os corpos foram sendo adestrados como estratégia de capital, para apresentar rendimento às instituições e ao Estado na modernidade. Consequentemente, as mulheres tiveram seus corpos instrumentalizados para que melhor pudessem desenvolver o trabalho que lhes era atribuído: o da reprodução. (Delajustine, 2023, p. 93).

A reprodução extrapola a dimensão privada da vida e passa a integrar um projeto político de gestão da população. A mulher é deslocada de sujeito histórico para meio de produção reprodutiva, com sua autonomia corporal subordinada à manutenção da força de trabalho e à perpetuação das estruturas de exploração.

O contexto histórico formula as margens para que a concepção dos sujeitos consiga se transformar. No deslocamento do debate sobre a diferença sexual para uma racionalidade que passa a organizar, classificar e hierarquizar os lugares sociais, a reprodução se torna inteligível como questão de governo.

As justificativas por atributos biológicos e morais

A centralidade da maternidade e do trabalho de cuidado na vida das mulheres é uma

imposição desde a passagem da Idade Moderna para a Idade Contemporânea, “a mulher foi alçada à categoria de ‘rainha do lar’” (Costa, 2007, p. 39), e isso resulta em um ideal muito difundido até a atualidade, que é a ideia de que o feminino só se realizaria e se constituiria de forma completa quando inserido em uma construção familiar. Para além da realização feminina, o papel da mulher ainda é atribuído diretamente ao âmbito doméstico, sendo que “a noção de diferença sexual, a partir dos atributos biológicos, determinaria a posição da mulher na sociedade como responsável pelos cuidados dos filhos e da casa e dos homens no trabalho e na vida pública” (Costa, 2007, p. 40). Quando a diferença sexual é tratada como “natureza”, a reprodução vira o alibi preferencial para justificar por que a mulher deveria ficar fora do espaço público. A ciência médica brasileira do século XIX e XX reforçou esse controle ao "justificar a posição social da mulher, a partir da perspectiva organicista, como se houvesse um fator fisiológico que as tornassem mais habilitadas para o cuidar, sendo seu 'dom para a maternidade' uma habilidade inata" (Vanali; Kominek; Bober, 2023, p. 281).

A moralidade imposta aos corpos das mulheres é um programa muito bem estruturado pelo capitalismo para que elas se mantenham dentro dos padrões aceitos no que diz respeito a dar continuidade à luta de classes. Essa estrutura manifestou-se na história brasileira através de aparelhos legais de controle do corpo, como ocorrido na primeira metade do século XX:

Os esportes incompatíveis com o que seria considerada a natureza feminina, no ano de 1941, por exemplo, eram proibidos; não somente restringindo a liberdade feminina, mas denunciando o controle dos corpos e o condicionamento dos mesmos à servidão da reprodução. Tendo inclusive, pareceres médicos e estudos científicos que respaldavam esta legislação, com a justificativa de que determinado exercício poderia prejudicar a capacidade reprodutiva da mulher. (Palar; Silva, 2018 *apud* Vanali; Kominek; Bober, 2023, p. 284).

Dessa forma, a institucionalização desse controle no Brasil sinaliza que a identidade feminina foi moldada com ajuda do Estado e da seleção de dados tidos como ciência para garantir que o corpo da mulher permanecesse, primordialmente, como um instrumento de reprodução biológica e social, atendendo às necessidades de manutenção da ordem e da produtividade nacional.

Ao diferenciar macho e fêmea e, a partir disso, dizer como cada um “deve” se comportar no espaço público e no doméstico, é preciso ir mais fundo no que a própria biologia descreve.

Espermatozóides e óvulos resultam de uma evolução de células primitivamente idênticas. O desenvolvimento das células femininas em



oócitos difere do dos espermatozoides por fenômenos protoplásmicos, mas os fenômenos nucleares são sensivelmente os mesmos. (Beauvoir, 1970, p. 32).

O que frequentemente é convertido em argumento de essência e hierarquia, justificando por meio do natural, não se sustenta: a diferença não autoriza um roteiro de papéis sociais nem uma distribuição natural de autoridade. A interpretação que vai do corpo à norma é teoricamente debilitada: se a origem é comum e os processos centrais são equivalentes, então o que se apresenta como destino social é, na prática, uma construção discursiva propagada por governos e aparelhos ideológicos.

A hierarquia não está na natureza, ela é construída e depois apresentada como evidente. A própria forma de conceituar homem e mulher é uma construção histórica, os dados do corpo só ganham sentido no interior de uma perspectiva humana: “definindo o corpo a partir da existência, a biologia torna-se uma ciência abstrata [...] não é possível medir no abstrato a carga que constitui para a mulher a função geradora” (Beauvoir, 1970, p. 55), isto é, a natureza permite às fêmeas engravidar, mas não dita quais significantes gestar constrói em uma vivência feminina. As interpretações apresentadas como universais e evidentes sobre o feto/bebê são conteúdos sociais arquitetados pelo patriarcado e pelo capital, e difundidos pelos aparelhos ideológicos.

Na sociedade brasileira contemporânea, engravidar pode significar muitas coisas: construir uma família, tornar-se mãe, até mesmo perder o emprego. Essa multiplicidade de atribuições de sentido jamais seria advinda de processos biológicos: na natureza, gestar é somente gestar, processo natural em um habitat. A biologia não poderá responder por que a mulher é constantemente recolocada em papéis inferiores e por que o protagonismo só é atribuído a ela na reprodução.

Logo, a biologia não é útil na discussão do “lugar da mulher” como reprodutora, é necessário ir além da reprodução sexual e compreender que “a humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica” (Beauvoir, 1970, p. 72), e é dentro dessa realidade que se considera a sua responsabilidade como reprodutora.

Não seria possível obrigar diretamente uma mulher a parir: tudo o que se pode fazer é encerrá-la dentro de situações em que a maternidade é a única saída; a lei ou os costumes impõem-lhe o casamento, proíbem as medidas anticoncepcionais, o aborto e o divórcio. (Beauvoir, 1970, p.78).

Essa restrição de escolhas transforma a capacidade reprodutiva em um mecanismo de



gestão da população e, portanto, da mão-de-obra. A reprodução deixa de ser um acontecimento do corpo para se tornar uma função administrada por aparelhos do Estado, que condicionam de forma contínua a mulher para o trabalho doméstico e de cuidado, para manutenção do lar e das demais instituições familiares, o que é indispensável para que a força de trabalho exista e se mantenha, mas frequentemente tratado como função natural, e por isso invisível, não remunerado e politicamente desautorizado.

A mulher é chamada a responder por nascimentos, educação, cuidado, disciplina e estabilidade do lar, enquanto a estrutura que produz desigualdade se preserva sob o discurso de vocação, amor e propósito. Ao mesmo tempo, quando a economia exige, essa mesma mulher é convocada também ao mercado, mas quase sempre sem que se desfaça a cobrança doméstica, em uma dupla jornada que reafirma a hierarquia. Assim, o que se apresenta como ordem natural é, na prática, uma política de organização do trabalho e do corpo: não se obriga a parir diretamente, mas se constrói um mundo em que recusar a maternidade ou não a cumprir tem custo social, jurídico e material alto o suficiente para manter a engrenagem funcionando.

Conforme Birolí, “falar de divisão sexual do trabalho é tocar no que vem sendo definido, historicamente, como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher” (Birolí, 2018, p. 21), um mecanismo que naturaliza a responsabilização da mulher pelo cuidado e pela manutenção da vida doméstica. Não se trata apenas de gestar, mas de cumprir um conjunto de tarefas do trabalho reprodutivo — como cuidar, criar, educar, limpar, cozinhar... — que seguem sendo tratadas como atribuição natural, não reconhecidas como trabalho.

Saffioti define patriarcado como “um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres” e lembra que esse regime se sustenta materialmente porque “ancora-se em uma maneira de os homens assegurarem [...] os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida” (Saffioti, 2015, p. 111). Assim, a mulher é produzida socialmente como uma peça estratégica: não apenas a que gera, mas a que assegura, por dentro do cotidiano doméstico, a continuidade do viver e do trabalhar, isto é, a reposição das condições básicas para que a ordem social se mantenha.

A posição de mulher é definida pela subordinação do corpo e do tempo: as mulheres aparecem como

objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais



a seus dominadores (Saffioti, 2015, p. 112).

Sexualidade e trabalho doméstico se articulam para amarrar a mulher à função reprodutiva como dever, para além de reproduzir no sentido de gestar, o próprio ato sexual realizado com o parceiro entra como obrigação, ou seja, trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o percurso da história sinaliza como a reprodução e o cuidado foram naturalizados como destino das mulheres, é necessário apontar para o plano estrutural: não se trata apenas de ideias sobre o gênero, mas de como um modo de produção garante a sua própria continuidade ao reproduzir, junto com a força de trabalho, as relações sociais que a tornam explorável. Assim, o “lugar da mulher” como reprodutora é definido a partir da necessidade de reprodução das condições de produção, que é sustentada por práticas materiais, normas e dispositivos cotidianos que fazem essa posição parecer evidente e “natural”.

O capitalismo não depende apenas de fábricas, tecnologia e circulação de mercadorias: ele depende de refazer continuamente aquilo que torna a produção possível: os meios de produção, a força de trabalho e, sobretudo, as relações de produção que organizam quem dita as regras, quem as obedece, quem explora e quem é explorado. É nesse ponto que a história do “lugar da mulher” como reprodutora aparece como função estrutural: a reprodução não é uma engrenagem, é uma condição, é o alicerce básico para a continuidade da classe trabalhadora e, portanto, do capitalismo.

O que é chamado de “vida doméstica” é, na prática, o conjunto de operações materiais que garantem a reposição geracional e recompõem diariamente corpos aptos a trabalhar, com alimentação, descanso, higiene, afetos, saúde, educação, moral, ética. Quando esse trabalho é historicamente imposto às mulheres, o que se produz não é apenas um lar: produz-se a própria condição de possibilidade de manutenção de mão-de-obra e do funcionamento regular da economia. O trabalho que recompõe corpos aptos a trabalhar e garante a reposição geracional não acompanha a economia, ele a torna possível, porque fixa a base material a partir da qual a força de trabalho pode ser reposta e mobilizada.

A centralidade do doméstico, quando imposto às mulheres, se articula a esse arranjo porque ele organiza o cotidiano onde a força de trabalho é refeita e, simultaneamente, onde se

internalizam rotinas, hierarquias e obrigações que estabilizam a obediência e a normalidade da divisão social do trabalho. E a manutenção das relações que buscam tornar a contínua mão-de-obra uma classe suscetível à exploração só pode ser dar por meio da manutenção da ideologia dominante, que toma a força de trabalho como força explorável, com a reposição material cotidiana:

- reposição geracional: o controle pelos aparelhos de governo sobre o número de mulheres que têm filhos e o número de filhos vivos que cada mulher produz assinala que a mulher é responsável por conceber e gestar a mão-de-obra que, em anos, será responsável pela continuidade da economia;
- corpos recompostos e aptos a trabalhar: à mulher é imposto o papel de manutenção do lar, para que outras pessoas estejam prontas para a exploração no trabalho fora do lar;
- manutenção das disposições práticas e morais que naturalizam a ocupação de determinado lugar na divisão social do trabalho: atribui-se à mulher não apenas aceitar o destino doméstico, mas também propagar para o círculo social e criar os filhos com a mesma ideologia que a aprisiona.

Com esse funcionamento, a sujeição ao capital se disfarça como identidade social e até mesmo mérito e orgulho do que parece propagar. A ideologia capitalista e patriarcal dita o que cada um deve pensar, sentir, como deve agir, o que falar e para quem falar, sem que se apresente de forma clara como combustível para o seguimento das condições de existência. Ao deslocar a reprodução do campo do trabalho para o da vocação, do amor e do dever, o capitalismo garante a reposição cotidiana e geracional da força de trabalho sem reconhecê-la como produção de riqueza, ao mesmo tempo em que fixa o corpo da mulher como suporte dessa engrenagem.

Nesse sentido, a centralidade da mulher na reprodução social não é acessória, mas estrutural: é no trabalho invisibilizado do cuidado, da gestação, da criação e da manutenção da vida que se assentam as condições para que a produção capitalista se renove continuamente., Operada pela ideologia dominante e reiterada por instituições como a família, a religião, o Estado e discursos ditos científicos aos aliados à biologia, a naturalização desse processo atua como mecanismo de contenção do conflito de classe, deslocando-o para o plano da moralidade e da responsabilidade, ou seja, como dever moral individual da mulher.

O controle sobre o corpo da mulher, sua sexualidade e sua capacidade reprodutiva não



é um desvio ou resquício arcaico, mas um mecanismo capitalista. Assim, a discussão em torno do crescimento populacional insere-se num campo de tensões, pois vai além de um dado demográfico, é um indicador que condensa conflitos entre autonomia corporal, exigências econômicas e formas de regulação social, permitindo analisar de que modo a reprodução permanece atravessada por interesses governamentais e capitalistas.

Dessa forma, a colocação das mulheres no lugar de reprodutoras, assim como não é resultado de ordem natural ou biológica, também não é herança cultural desvinculada das condições materiais de existência. Trata-se, antes, de uma construção histórica sustentada por dispositivos ideológicos, jurídicos e morais do Estado que naturalizam a divisão sexual do trabalho e ocultam sua dimensão exploratória. Por isso, em pleno século XXI, nós mulheres ainda precisamos dizer insistentemente: Meu corpo não é máquina de reprodução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SENADO (Senado Federal). **Proibição de aborto a partir da 22ª semana de gestação avança na CDH**. Brasília, 15 out. 2025. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/10/15/proibicao-de-aborto-a-partir-da-22a-semana-de-gestacao-avanca-na-cdh> Acesso em 12 de junho de 2026.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Lei n. 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm Acesso em: 12 jun. 2026.



CENTER FOR REPRODUCTIVE RIGHTS. Las leyes sobre el aborto en el mundo.
Disponível em: <https://reproductiverights.org/maps/the-worlds-abortion-laws-spanish/> .
Acesso em: 10 maio 2026.

CORDEIRO, Mariana Sbaraini. Mãe - a invenção da história. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em:
https://www.fg2013.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1386710409_ARQUIVO_MarianaSbarainiCordeiro.pdf Acesso em: 12 abr. 2026.

COSTA, Patricia Ávila da. **Janela das Andorinhas** A experiência da feminilidade em uma comunidade rural. Dissertação de Mestrado em Psicologia – PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2007
Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10160/10160_1.PDF Acesso em: 12 abr. 2026.

DELAJUSTINE, Ana Claudia. Controle reprodutivo e aborto: uma análise biopolítica dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. **Revista Agenda Política**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 92–113, 2024. Disponível em:
<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/946> Acesso em: 12 abr. 2026.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. Disponível em: https://coletivoscorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf Acesso em 15 jun. 2026.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Elefante, 2022. Disponível em: https://coletivoscorax.org/wp-content/uploads/2022/12/Reencantandoomundo_WEB.pdf Acesso em 15 jun. 2026.



RIBEIRO, Felipe Augusto; RANGEL, João Guilherme Lisboa. Da Heresia à “Caça às bruxas” no final da Idade Média Ocidental. **Revista de História**, São Paulo, n. 176, 2017. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/pt_BR/article/view/127324/136400 Acesso em 10 mar. 2026.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

VANALI, Ana Crhistina; KOMINEK, Andrea Maila Voss; BOBER, Vanessa. Ser mulher na sociedade brasileira. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 276-288, jan./jul. 2023. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/14526/9700> Acesso em: 12 jun. 2026.



ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO A REFUGIADOS HISPANOFALANTES NO TOCANTINS: SUJEITO, ESCRITA E ACOLHIMENTO

ENSEÑANZA DE LA LENGUA PORTUGUESA COMO LENGUA DE ACOGIDA A REFUGIADOS HISPANOHABLANTES EN TOCANTINS: SUJETO, ESCRITURA Y ACOGIDA

FELIPE GONÇALVES CARNEIRO

<https://orcid.org/0000-0001-8865-4022>

Doutor em Linguística e Literatura pela UFNT

Professor do IFTO

felipe.carneiro@ifto.edu.br

JOÃO DE DEUS LEITE

<https://orcid.org/0000-0002-8918-9940>

Doutor em Estudos Linguísticos pela UFU

Professor Adjunto da UFNT

joao.leite@ufnt.edu.br

ROSA MARTHA ARÉBALO BUSTAMANTE

Doutora Design, linha Estudos Urbanos, pela UAM (México)

Professor da UMSS (Bolívia)

r.arebalo@umss.edu

RESUMO

Neste artigo, tratamos de analisar o processo de ensino e de aprendizado da língua portuguesa, como língua de acolhimento, a refugiados hispanofalantes na cidade de Araguaína, norte do estado do Tocantins. Com o alicerce do dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso materialista, dirigimo-nos à prática discursiva de produção textual, tendo em conta a relação constitutiva dos deslocados forçados com as línguas postas em jogo na trama discursiva. Nesse sentido, dada a relação dos alunos com a instância simbólica na produção de sentidos, apostamos na premissa da singularidade para produzir deslocamentos significativos na aprendizagem de escrita. Assim sendo, com o procedimento didático-pedagógico de intervenção que instauramos, tratamos de nos aproximar daquilo que é da ordem da constituição da dimensão subjetiva do refugiado aprendiz da língua portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Escrita; Língua de Acolhimento; Refugiados.

RESUMEN

Este artículo analiza el proceso de enseñanza y de aprendizaje de la lengua portuguesa, como lengua de acogida, a refugiados hispanohablantes en la ciudad de Araguaína, en el norte del estado de Tocantins. Con el dispositivo teórico-analítico del Análisis del Discurso de Michel Pêcheux, nos centramos en la práctica discursiva de la producción textual, teniendo en cuenta la relación constitutiva de los desplazados forzados con las lenguas implicadas en la narrativa



discursiva. En este sentido, dada la relación de los alumnos con la instancia simbólica en la producción de sentidos, nos basamos en la premisa de la singularidad para producir cambios significativos en el aprendizaje de la escritura. Por lo tanto, con el procedimiento de intervención didáctico-pedagógica que hemos implementado, nos acercamos a lo que concierne a la constitución de la dimensión subjetiva de refugiado aprendiz de lengua portuguesa.

PALABRAS CLAVE: Enseñanza de la Escritura; Lengua de Acogida; Refugiados.

INTRODUÇÃO

Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, foram registrados 194.331 novos migrantes no Brasil no ano de 2024. Os venezuelanos, por exemplo, conformaram o grupo com maior número de estrangeiros que solicitaram autorização de residência, perfazendo um total de 94.726 pessoas. Desse total, 12.726 foram refugiados reconhecidos. Na oportunidade, acessamos o relatório anual do ano de 2024 referente às dinâmicas migratórias nas macrorregiões do Brasil. Na Região Norte, por exemplo, onde se localiza o estado do Tocantins, observamos que os venezuelanos responderam por 82,5% das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado que foram registradas entre 2022 e 2023. A segunda nacionalidade mais demandante foi a cubana, com 8,9%, seguida da colombiana, com 1,7%.

Sem dúvidas, observamos que há inúmeras situações que acarretam a migração forçada de pessoas, sendo elas injungidas a deixar seu país de origem, o que implica abandonar, de alguma forma, seus costumes, suas tradições, etc., e entrar em outra ordem simbólica. Nesse sentido, ao tematizarmos sobre a questão do deslocamento forçado, consideramos que a “migração e o exílio são movimentos de desterritorialização espacial e *subjetiva* [...]” (Rosso; Prudente, 2016, p. 341, grifo nosso).

Esse apontamento nos permite divisar, em alguma medida, o quão complexa e conflitiva é a imersão compulsória em práticas discursivas que não se assentam na e pela ordem simbólica de nossa língua materna. A partir de Mariani (2021, p. 138, grifo nosso), entendemos que, “assujeitado ao *entremeio*, o imigrante se encontra em um outro espaço, marcado pela memória de sua língua primeira, ao mesmo tempo em que precisa, ou resiste a ou insiste em apropriar-se da língua outra”.

É importante ressaltar, independentemente de nacionalidade, que o humano “habita um mundo simbólico” (Lacan, 1996[1975], p. 257). Com o alicerce da assertiva lacaniana, permitamo-nos fazer uma breve abstração dessa questão para que possamos dimensionar a

complexidade do encontro e do confronto dos refugiados com outra organização social, em que são instados a “ser/estar entre línguas e, portanto, entre culturas” (Coracini, 2007a, p. 118). Nesse sentido, compreendemos que os imigrantes necessitam, compulsoriamente, lidar com práticas de linguagem que se estruturam a partir de uma base material que é, à primeira vista, estranha.

Assim sendo, podemos considerar a situação dos deslocados forçados que migram do seu país de origem e chegam ao território brasileiro sem nenhum conhecimento da língua portuguesa. Eles não chegam ao Brasil a partir de um planejamento turístico, por exemplo, em que ser e estar na língua portuguesa e na cultura brasileira configuraria um objeto de desejo. Os refugiados são demandados a se deslocarem, forçosamente, a “outros espaços geográficos e simbólicos” (Coracini, 2021a, p. 336, grifo nosso).

Ao observarmos a dinâmica do fluxo migratório de imigrantes na condição de refugiados, assim como os desafios enfrentados por eles, compreendemos que a oferta do ensino da língua oficial do país que os recebe é primordial, podendo facilitar-lhes o processo de adaptação e de inserção na sociedade. O que nos leva a refletir sobre sujeitos e línguas no âmbito dos processos migratórios, já que “estar imerso em outros sons, com significantes diferentes é perceber-se no embate entre o familiar e o desconhecido, é ver-se diante do desafio de encontrar novas formas de subjetivar-se” (Rosso; Prudente, 2016, p. 346).

O ensino da língua portuguesa àqueles que chegam ao Brasil por meio da migração forçada configura uma ação importante. Os refugiados precisam se comunicar e interagir a partir da base material de uma segunda língua. Eles necessitam participar das diversas situações cotidianas que constituem práticas sociais de linguagem. Como exemplo, podemos mencionar a inserção no mercado de trabalho e nas escolas de educação básica, assim como o acesso às políticas públicas destinadas a esse público-alvo.

Nesse contexto de ensino e de aprendizado de língua, não encontramos a língua portuguesa somente como língua estrangeira ou como segunda língua, vemo-la na condição de língua de acolhimento, cuja sigla é PLAC (português língua de acolhimento). A partir de Miranda e Lopez (2019, p. 21), entendemos que essa adjetivação com relação à língua “tem como objetivo evidenciar e visibilizar esse contexto de ensino”. Ademais, nas palavras de Pedrassani *et al.* (2021, p. 126), “esse conceito é complementar aos de segunda língua e língua estrangeira, já que se volta especificamente para alunos oriundos de migração forçada”. Nesse



sentido, em virtude das condições de produção das aulas de língua de acolhimento, o público-alvo dessa modalidade de ensino de línguas concerne a “estrangeiros que se encontram em vulnerabilidade social, possuem poucos recursos financeiros e passaram pelo rompimento de seus laços familiares, linguísticos e culturais” (Pedrassani *et al.*, 2021, p. 126).

Neste artigo, tratamos de analisar o processo de ensino e de aprendizado da língua portuguesa, como língua de acolhimento, a partir da perspectiva discursiva, tendo em conta o nosso trabalho com os refugiados hispanofalantes na cidade de Araguaína, norte do estado do Tocantins. Para tanto, valemo-nos da prática discursiva de produção textual nas aulas, a partir do processo de (re)escrita, e da nossa inscrição no dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso, preconizada por Michel Pêcheux.

Na seção a seguir, mobilizamos o nosso dispositivo teórico. Conforme intitulamos este artigo, enfocamos a noção de sujeito com base na constituição epistemológica do campo discursivo. Contudo, fizemo-lo sem perder de vista o ensino da língua portuguesa como de língua de acolhimento. Assim sendo, tratamos de alinhar as noções de sujeito, de escrita e de acolhimento, de forma a produzir implicações no modo como concebemos o processo de escrita e de acolhimento no âmbito da prática discursiva de produção textual nas aulas, a partir da relação constitutiva dos refugiados com as línguas postas em jogo no espaço discursivo dos textos.

Língua de acolhimento e (re)escrita: os refugiados no *entremeio* das línguas

A nosso ver, dada a perspectiva que assumimos, a migração forçada não concerne a um processo de deslocamento somente geográfico, mas, sim, a um processo que faz com que os refugiados estejam cindidos de modo constitutivo no entre-línguas. Há um deslocamento de sujeitos e de significantes, haja vista a relação constitutiva entre sujeito e linguagem, acarretando implicações na constituição de subjetividade. Nesse sentido, os refugiados, no processo de subjetivação e de inscrição na materialidade linguístico-histórica, estão subordinados à estrutura significante, seja da língua mãe, seja da língua de acolhimento. Ou seja, os deslocados forçados se encontram no *entremeio* das línguas (Payer; Celada, 2011; Celada; Payer, 2016).

A perspectiva discursiva produz certas implicações epistemológicas que incidem no

modo como concebemos o espaço de sala de aula, como já mencionamos, assim como os textos produzidos pelos alunos. Observamos que a relação que envolve os refugiados e a língua portuguesa, e, neste ponto, fazemos referência ao que analisamos neste artigo, em que enfocamos a prática discursiva de produção textual, é marcado de alguma forma pelo “(des)conforto que se instaura no entre-lugar (entre-línguas-culturas-outros), onde não há espaço para as polarizações, para as fronteiras, onde o mesmo e o diferente, o dentro e o fora se imbricam e se constituem mutuamente” (Coracini, 2007, p. 11).

Com relação à noção de sujeito, valemo-nos do pressuposto de que “a questão da *constituição do sentido* se junta à da *constituição do sujeito*” (Pêcheux, 2014[1975], p. 140, grifos do autor). Essa premissa axiomática nos permite fazer tencionar os limites da noção de língua de acolhimento, ensejando-nos possibilidades para pensar em estratégias didático-pedagógicas destinadas ao ensino da escrita a refugiados. Se afirmamos que sentido e sujeito se juntam, articulam-se constitutivamente (Pêcheux, 2014[1975]), logo formulamos o pressuposto de que o *acolhimento de sujeitos*, na condição de refugiados, junta-se ao *acolhimento de sentidos*. Estamos nos referindo ao acolhimento de possíveis efeitos de sentido produzidos no acontecimento da aula de língua portuguesa como língua de acolhimento.

Dessa forma, no espaço discursivo da sala de aula, concebido como ato educativo, em que é constituído por um jogo entre professor, alunos, a língua portuguesa como objeto de saber e o atravessamento da língua espanhola, conjecturamos que, para o acolhimento de refugiados por parte do professor, na função de sujeito suposto saber, a partir de suas estratégias didáticas e metodológicas, torna-se preciso abrir espaços para uma possível escuta singular (Cavallari, 2013; 2016). Nessa medida, estabelecemos uma relação entre sujeito, escrita e acolhimento em sua constitutividade. Portanto, o enfoque está na relação constitutiva *sujeito-sentido-acolhimento* a partir da intervenção do professor no processo de (re)escrita de textos.

Em atenção ao processo de (re)escrita, sem nos distanciarmos das implicações concernentes ao estatuto de sujeito em sua relação constitutiva com a instância simbólica, considerando os alunos do curso de língua portuguesa que se encontram na condição de refugiados, no *entremeio* das línguas, queremos pontuar que não concebemos os textos produzidos nas aulas de língua de acolhimento como uma unidade fechada.

A partir de Orlandi (2007), entendemos que, no tocante à textualização, a incompletude se presentifica no texto, porquanto ele pode “ser efeito de diferentes naturezas de memória”



(Orlandi, 2007, p. 18). É, pois, no âmbito da não transparência e da incompletude da língua(gem) que encontramos margem para o procedimento de acolhimento a partir do processo de (re)escrita, porque “os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não temos o controle” (Orlandi, 2015, p. 58).

Consideramos válido mobilizar, para adensarmos sobre os aspectos de ensino de escrita que estamos circunstanciando, o que Pêcheux (2015[1983]) teoriza em sua obra *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Pêcheux (2015[1983]) tematiza que *há real* no universo físico-humano, de modo que lidamos com esse fato a todo instante. De acordo com as palavras do referido autor, “a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra” (Pêcheux, 2015[1983], p. 29). Assim sendo, há algo que resiste à simbolização no mecanismo estrutural de funcionamento da linguagem, de forma que a “única via de o real se inscrever na estrutura é através dos efeitos de sua própria impossibilidade” (Jorge; Ferreira, 2005, p. 31).

Desse modo, partimos da premissa de que *há real* nos textos produzidos pelos refugiados. A incompletude constitutiva do simbólico atende à emergência de o sentido se inscrever, dando lugar e espaço para a sua migração efêmera. No processo de leitura para a correção dos textos dos alunos, entra em cena a memória no processo de construção de sentidos. A noção de memória no âmbito do campo epistêmico discursivo, conforme o esclarecimento de Coracini (2011, p. 34), “é constitutiva de esquecimentos, que, por sua vez, silenciam sentidos outros, pois sempre que afirmamos algo ou interpretamos um acontecimento, um texto, enfim, deixamos de lado outros sentidos”.

Assim sendo, no mo(vi)mento de escuta singular no processo de (re)leitura e de (re)correção das atividades de produção textual que foram demandadas aos hispanofalantes ao longo das aulas de língua portuguesa, como língua de acolhimento, portamo-nos de modo a possibilitar a instalação de uma falta na suposta completude dos textos produzidos pelos alunos, já que “a falta não pode nem deve faltar, pois se não há falta não há desejo que, por sua vez, mobiliza o sujeito” (Cavallari, 2013, p. 172). Então, consideramos a instalação da falta por parte do professor como possibilidade de efeitos de acolhimento, ou seja, de irrupção de possíveis *significantes de acolhimento*, para que sujeitos e sentidos fossem acolhidos.

Nesse sentido, os alunos seriam levados a elaborar uma relação com o saber que concerne à escrita em língua portuguesa a partir da escuta singular do professor, em que, nessa relação, isto é, nesse jogo interlocutivo de contenção e de deriva de sentidos, conjecturamos a



possibilidade de acolhimento de sujeitos e de sentidos. No âmbito desse processo, almejamos que se instaure uma nova posição subjetiva dos alunos com relação à escrita na língua de acolhimento.

A partir da relação dialética que estabelecemos com os refugiados por meio dos textos, em que instituímos o nosso procedimento didático-pedagógico de intervenção, isto é, o nosso mo(vi)mento de escuta singular, tratamos de acolher uma exterioridade que se presentificava sob os efeitos da presença do “discurso-outro” (Pêcheux, 2015[1983]), dada a incompletude constitutiva do próprio texto. Dessa forma, a partir das *marcas* que sinalizávamos nos textos, consistíamos em “suspender as certezas do sujeito” (Lacan, 1998[1953], p. 253), com o fim de convocá-lo a se implicar na produção textual e na aprendizagem da escrita. E, assim, procedemos com o acolhimento de sentidos outros que estavam à deriva a partir da contenção deixada na própria formulação intradiscursiva.

A respeito do processo de enunciar numa língua estrangeira, recorreremos às considerações de Celada (2007). A referida autora afirma que esse processo se caracteriza por uma “injunção a que um sujeito ocupe uma posição no discurso e, por isso, ponha a língua em funcionamento – fato que implica que esta é afetada pelo interdiscurso” (Celada, 2007, p. 361). A partir dessa perspectiva, passamos a pensar na prática discursiva de produção textual, em que os refugiados são, em certa medida, injungidos a uma tomada de posição quando da discursivização dos textos na língua de acolhimento. Considerando a relação do significante estrangeiro diante dos processos de funcionamento do inconsciente, em que nos ancoramos nas considerações de Melman (1992) e de Coracini (2003), encontramos subsídio que nos possibilita ponderar que há nos processos de inscrição e de identificação do imigrante uma “pluralidade contraditória de filiações históricas” (Pêcheux (2015[1983], p. 54).

No processo de subjetivação e de inscrição nas línguas na prática discursiva de produção textual, o sujeito engendra um suposto efeito de unidade na discursivização do texto. Contudo, sendo o refugiado efeito de linguagem, “não há acesso direto nem à escrita nem ao sujeito” (Burgarelli, 2003, p. 171). Assim sendo, tendo em conta o impossível de simbolizar-se, entendemos que “não haveria, portanto, um único significante que representaria o sujeito em si”, (Baldini; Mariani, 2013, p. 111), de maneira que sujeitos e sentidos são incompletos.

Além do mais, cumpre considerar que não apreendemos o texto voltado somente às estruturas linguísticas, a despeito de que os aspectos alusivos à organização da língua na



produção textual são de nosso interesse. Em realidade, entendemos que “ultrapassando desse modo a organização (regra e sistematicidade), podemos chegar à ordem (funcionamento, falha) da língua e da história (equivoco, interpretação) [...]” (Orlandi, 2007, p. 47); e, também, chegar ao acolhimento de sujeitos e de sentidos que se encontram no contexto de refúgio. Há a incidência de *marcas* (Cf. Celada, 2007) no processo de discursivização dos textos devido à perspectiva de *entremeio* (Payer; Celada, 2011; Celada; Payer, 2016), e elas são alvo de observação e de intervenção em nosso mo(vi)mento de escuta singular. A língua materna do refugiado se presentifica na tessitura textual, contudo, no avanço da aprendizagem, passamos a ver o significante materno como uma “linguagem de outrora, que murcha sem jamais abandoná-lo” (Kristeva, 1994, p. 22).

Nesse sentido, não queremos nos limitamos somente a uma perspectiva prescritiva da língua para pensarmos o processo de ensino de escrita, de modo que o professor sustentaria apenas a posição de sujeito suposto saber com o propósito de apontar os possíveis “erros” que constam no plano intradiscursivo. Observamos as *marcas* que se presentificam na tessitura textual como traços da singularidade do sujeito, sendo elas oriundas da relação constitutiva entre sujeito e linguagem. É dessa forma que levamos em consideração a relação do imigrante com o saber da língua portuguesa, concebida como língua de acolhimento dado o contexto de aprendizagem e ao público-alvo. Entendemos que o saber “é sempre singular, não há como compará-lo ou enquadrá-lo em categorias prévias” (Mrech, 2003, p. 83). A partir dessa perspectiva, o saber da língua de acolhimento, que é língua estrangeira, ou segunda língua, e estranha ao refugiado, consideramo-la como um objeto de saber de si (Tavares, 2010).

Consoante ao que já tematizamos sobre a noção de sujeito, consideramos que sujeito e escrita se imbricam, na medida que o sujeito se inscreve e se subjetiva no e pelo simbólico, sendo capturado por ele. Com feito, vemos que “falar ou escrever, ler ou ouvir em qualquer língua significa produzir sentido e isso só se dá a partir da história de cada um [...]” (Coracini, 2003, p. 154). Dessa forma, entendemos que a produção de sentido na (re)escrita de textos, conforme dissemos, diz respeito ao suposto efeito de fechamento-textual, que se refere ao efeito de unidade construído pelo aluno.

Com Pêcheux (2014[1975]), entendemos que esse efeito de unidade se marca sob um efeito de evidência, fornecendo-nos a compreensão da linguagem na sua faceta, aparentemente, transparente. Vemos que esse é o “*caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados”

(Pêcheux (2014[1975], p. 146, grifo do autor). Ora, se os *sentidos* se apresentam em sua suposta transparência nos textos a partir de seu *caráter material*, concebendo a escrita dos textos como escrita de si (Coracini, 2010, 2007b; Eckert-Hoff, 2016), logo podemos entender que sujeitos e sentidos se (des)velam, materialmente, na tessitura textual como efeitos de linguagem. Então, seguindo com o raciocínio, observamos a possibilidade de pensar sobre o *caráter material (do acolhimento) do sentido*, a partir do que denominamos de *significantes de acolhimento* no processo de (re)escrita dos textos. Essa reflexão nos permite ponderar acerca da relação *sujeito-sentido-acolhimento* na prática discursiva de produção textual.

Esse processo concerne à relação do aluno com o saber da língua de acolhimento, mais especificamente, com o saber da escrita dessa língua. Dito isso, entendemos que o processo de acolhimento que instauramos no âmbito do mo(vi)mento de escuta singular, tendo em conta as *marcas* que emergem, também se torna algo que é da ordem da singularidade de cada sujeito envolvido na relação dialética estabelecida entre professor e aluno, ou seja, entre os refugiados e nós outros. Portanto, no processo de (re)escrita, tendo em vista a instalação da falta em nosso procedimento de intervenção, o sujeito, na sua (re)elaboração textual, constitui-se no jogo significativo, no *entremeio*. Nessa medida, a instalação da falta “faz intervir algo que se encontra além, alhures, ou talvez inscrito de maneira específica na língua: *esse algo é também alguém, o sujeito...*” (Haroche, 2016[1981], p. 244, grifo nosso).

Assim sendo, no âmbito das intervenções, tratamos de “fazer a memória trabalhar com as condições de produção, sem elidir o fato de que na linguagem não há completude e que os processos permanecem abertos” (Orlandi, 1998, p. 18). Vale lembrar que não temos o controle dos efeitos de sentido produzidos a partir de nossa intervenção, seja na formulação indicativa no texto que alude ao movimento dos sujeitos no *entremeio* (primeira noção de *marcas*), que, para nós, concerne à irrupção da primeira língua dos refugiados hispanofalantes no processo de subjetivação e de inscrição na língua de acolhimento, isto é, são *marcas* da singularidade do sujeito; seja na formulação do mo(vi)mento de escuta singular em que a falta é instalada (segunda noção de *marcas*). Noutras palavras, tratamos de acolher os (im)possíveis sentidos na “língua ‘estranha’, língua do outro, do desconhecido” (Coracini, 2003, p. 146, grifo nosso), sem prescindir de estabelecer uma relação dialética por meio da escrita, pois sabemos do (des)conforto de o sujeito em emergir na língua estrangeira.

Vejamos, a seguir, as nossas considerações analíticas com respeito ao processo de



(re)escrita e de intervenção de uma aluna refugiada da Venezuela.

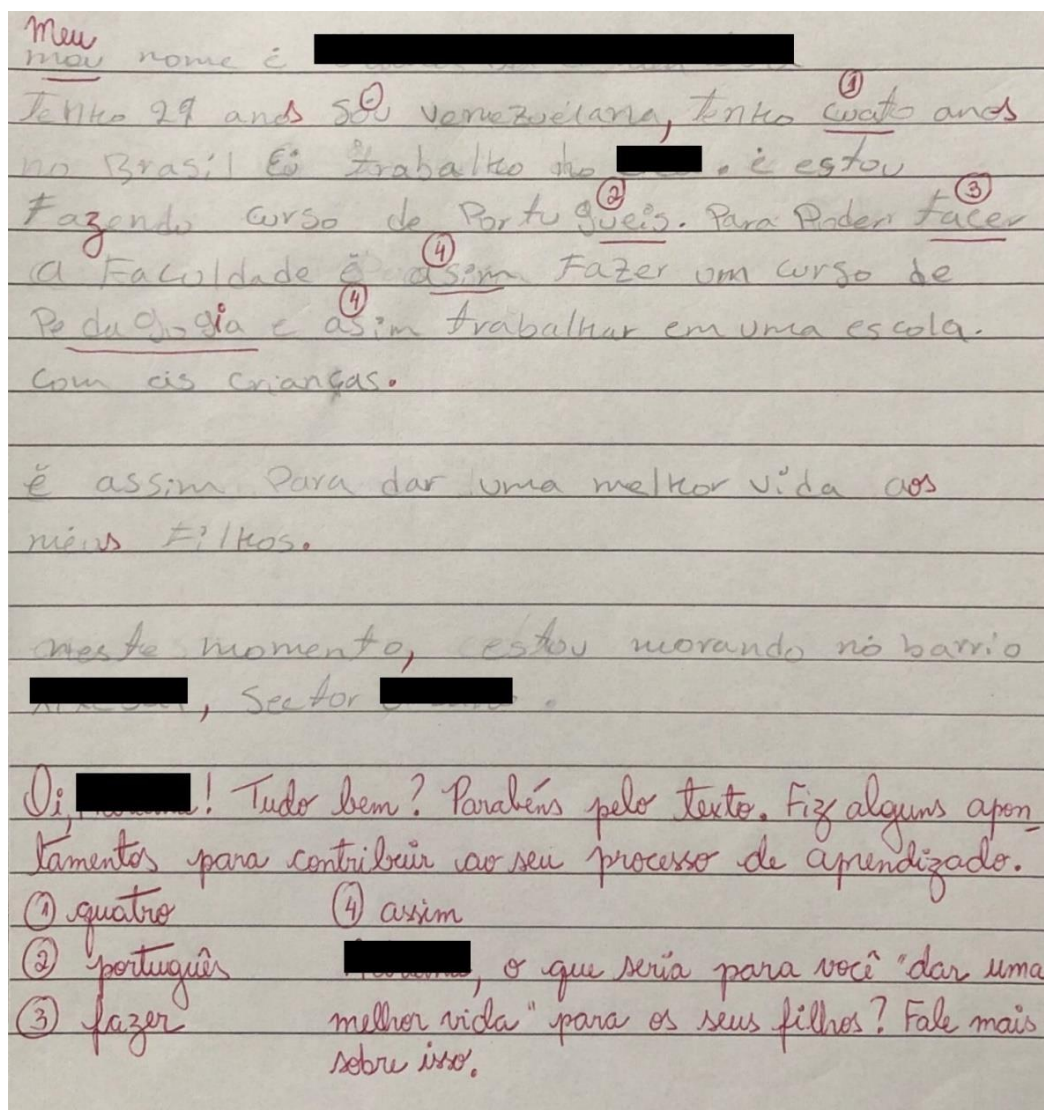
Processo de (re)escrita e de intervenção: sujeito, sentido e acolhimento

Iniciamos as nossas análises com os textos produzidos, escritos e reescritos, pela Elisa³⁶. Essa aluna e voluntária da pesquisa participou da primeira turma do curso básico de língua portuguesa, como língua de acolhimento, na cidade de Araguaína, ao longo dos meses de março a novembro de 2023. Ela era uma aluna muito dedicada, participativa e assídua. Chegava às aulas a pé, na companhia do seu primo que também se encontrava na condição de refugiado.

Ao longo das aulas da primeira turma, no período em que Elisa participou dos encontros, demandamos aos refugiados a produção de três textos. Elisa produziu dois, levando a cabo as quatro fases do circuito didático-pedagógico que havíamos estabelecido (1ª Escrita; 2ª Correção e intervenção do professor – mo(vi)mento de escuta singular; 3ª Reescrita; e 4ª Correção da reescrita). Ela não conseguiu realizar a reescrita do terceiro e último texto que demandamos, porque deixou de frequentar as aulas nas últimas semanas de conclusão do primeiro módulo curso em 2023. Desse modo, para efeito de análise, limitamo-nos a analisar o primeiro texto temático produzido por Elisa, que foi: “Apresentação pessoal”. Vejamos, a seguir, o recorte discursivo 1 (Figura 1):

³⁶ Trata-se de um nome fictício.

Figura 1 – Recorte discursivo 1: Apresentação pessoal (2ª etapa: correção e intervenção do professor).



Fonte: Arquivo da pesquisa. Texto escrito por Elisa em 21 de setembro de 2023.

Como é possível observar no recorte discursivo 1 (Figura 1) que mobilizamos, Elisa apresenta informações pessoais, tais como nome, idade e nacionalidade. Essas informações foram discursivizadas por causa do comando apresentado pela primeira proposta da atividade de produção textual. No enunciado dessa atividade, demandamos a utilização do repertório lexical mobilizado em sala de aula, assim como sugerimos, caso sentissem necessidade no âmbito do processo de discursivização, o uso de significantes outros já conhecidos e aprendidos pelos refugiados desde que eles chegaram ao Brasil, uma vez que a atividade concernia em realizar uma apresentação pessoal por meio da escrita.

Seguindo com as nossas considerações sobre a execução dessa atividade, consultamos as notas de campo em que realizávamos o registro de algumas particularidades das aulas. Na consulta ao arquivo da pesquisa, vimos que havíamos pontuado que, no decorrer dessa atividade, a Elisa consultou-nos sobre o vocabulário de algumas palavras na língua portuguesa, pedindo-nos a tradução de significantes que ela havia formulado em sua língua materna. Essa informação sobre as dúvidas apresentadas no acontecimento da aula deixa flagrar o interesse da aluna no processo de produção textual proposto. Ou seja, a nosso ver, esse fato diz-nos, em alguma medida, do seu desejo em assujeitar-se à *língua 'estranha', língua do outro, do desconhecido*. Mas, embora sua solicitação de tradução permita-nos entrever tais efeitos, não implica afirmar que esse processo de inscrição e de assujeitamento tenha sido sem tensão, pois, além de um encontro com o estranho, trata-se, também, de um confronto com ele.

Com base no recorte discursivo, observamos o quantitativo de *marcas* que se presentificam na tessitura textual, referimo-nos à primeira noção, ele já nos dá materialidade de que Elisa se encontra e emerge, subjetivamente, no espaço entre- línguas. Nessa medida, vemos em operação a perspectiva de *entremeio*, que trata do jogo de linguagem que constitui o sujeito imigrante, conforme vimos tematizando ao longo de nosso trabalho. Entretanto, as *marcas* que sinalizamos se referem, igualmente, ao nosso mo(vi)mento de escuta singular, com o propósito de acolhê-la, na condição de refugiada e de aprendiz da língua portuguesa. Sem perdermos de vista o seu esforço para transitar no e pelo entre-línguas, de maneira a culminar na sua inscrição e na sua subjetivação na, então, língua de acolhimento.

Observamos que o texto da Elisa foi elaborado e estruturado a partir de três blocos de sequências discursivas, em que ela faz a separação deles, ou seja, a separação de cada bloco, por meio de uma linha. Trata-se do modo como ela estruturou o seu texto. E seguindo com as nossas considerações sobre a primeira noção de *marcas*, sinalizamos algumas delas no decorrer do corpo intradiscursivo da trama textual. Já outras foram realizadas e organizadas em forma de legenda. Realizamos a descrição dessas *marcas* para o procedimento de batimento com reescrita do texto, de forma a permitir-nos entrever os efeitos produzidos a partir da nossa intervenção.

Então, como é possível observar no texto temático, notamos a presença da grafia do numeral “quatro” na língua espanhola (Legenda 1), embora estivesse suprimido a letra “r” na segunda sílaba do vocábulo. E também a presença de significantes linguísticos modificados em

sua estrutura morfológica, sendo adaptados aos significantes da língua portuguesa (Legendas 3 e 4) a partir de um efeito de aglutinação de ambas as línguas postas em jogo. Nesses dois casos, a partir desse efeito de aglutinação citado, vemos a materialidade do sujeito no *entremeio*, em que Elisa deixa vestígios da sua transição da língua espanhola para a língua portuguesa. Mas ela, na demanda de subjetivação a partir da escrita, estaciona materialmente, como dissemos, na zona intervalar entre o materno e o estrangeiro. Trata-se, como observamos, da divisão do sujeito no seu processo de constituição na e pela linguagem, dos “vestígios de que a língua estrangeira ‘está acontecendo’ no sujeito [...]” (Payer; Celada, 2011, p. 81).

Também identificamos traços da linguagem falada na língua portuguesa, isto é, traços de oralidade que se apresentaram escrita. Essa observação nos mostra sobre o modo como a Elisa aprendeu a língua portuguesa. Essa característica de ordem fonética que se imprimiu no seu texto produziu-se devido à variante regional da língua portuguesa. Esse modo característico de pronúncia, certamente, foi aprendido a partir do seu convívio com a população da Região Norte, já que ela tem estado em Boa Vista, em Belém e em Araguaína, sendo a última localidade a sua residência fixa. Em realidade, percebemos que o que identificamos e sinalizamos como *marca* (Legenda 2) é passível de ser encontrado nos textos de alunos brasileiros, porque, como pontuamos, concerne a uma variação regional que se marcou na escrita da Elisa.

Ainda a respeito das *marcas* presentes em nosso procedimento didático- pedagógico de intervenção, referimo-nos, neste momento, àquelas que se encontram fora da legenda. Notamos outro caso que evidencia essa posição de *entremeio* do sujeito que havíamos observado. Trata-se de o verbo “fazer” no gerúndio, já que Elisa havia escrito “Facendo”, o que poderíamos enquadrá-lo na mesma situação das Legendas 3 e 4.

Nesse procedimento analítico de retorno ao texto, o que nos permitiu produzir um outro olhar à materialidade de linguagem em tela, considerando a perspectiva de *entremeio*, percebemos que não somente os alunos se assujeitam e se implicam à complexa relação com o materno e o estrangeiro em sala de aula, mas, também, o professor, embora este não tenha sido o alvo de nossas considerações analíticas. Mas vejamos: além de professores de língua portuguesa, também já atuamos como professores de língua espanhola, na condição de língua estrangeira, a alunos brasileiros. Ora, na imbricação que constitui o entre-línguas, em que os significantes materno e estrangeiro podem conformar o lugar de repouso e o lugar de estranhamento (Cf. Coracini, 2007a), observamos que não sinalizamos nem alçamos à condição

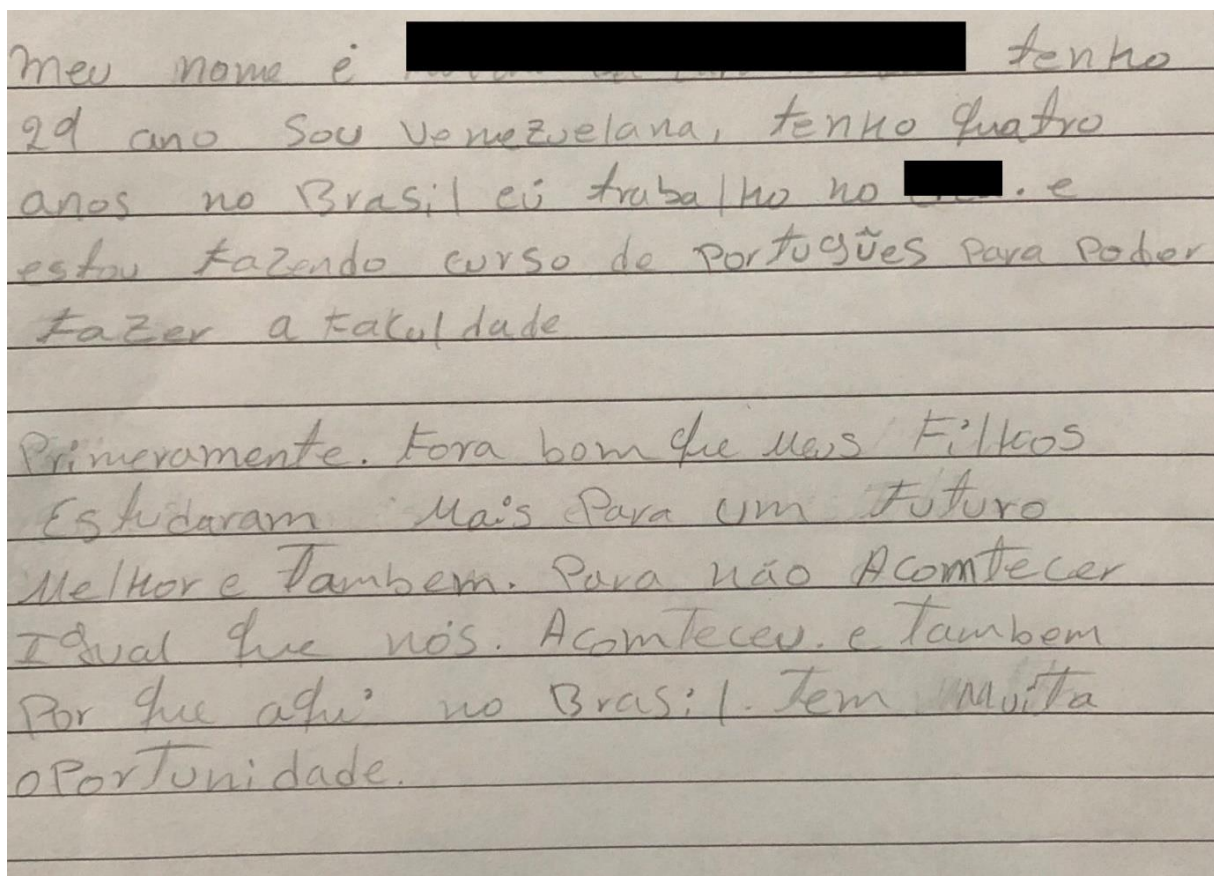


de *marcas* os significantes da língua espanhola que encontramos nesse retorno ao nosso próprio fazer docente em sala de aula, a saber: as formulações “barrio” e “sector”, presentes no final do terceiro bloco de sequências discursivas feitas por Elisa.

Assim sendo, podemos entender que esses significantes linguísticos da língua espanhola que passaram despercebidos por nós outros no âmbito do nosso procedimento de intervenção, em que buscávamos vestígios da língua materna da aluna, produzem-nos, nesse retorno, o efeito de que não havíamos sido capturados pelo possível efeito de estranhamento no encontro com a estrutura da língua espanhola, uma vez que que somos brasileiros, embora falantes da língua espanhola, e a língua materna é a língua portuguesa. Dessa forma, nesse acontecimento, considerando que não nos encontramos isentos das implicações dos processos discursivos por meio da linguagem, poderíamos dizer que a língua espanhola, que nos é língua estrangeira, não conformou, em certo ponto, um lugar de estranhamento, senão um lugar de repouso já que não interviemos nesses significantes como *marcas* para que eles fossem acolhidos e retificados na reescrita. Aí vemos, por exemplo, “um modo de funcionamento onde os efeitos de significação se fundam *num só-depois* [...]” (Leite, 1994, p. 21, grifo nosso).

Passemos para o próximo recorte discursivo (Figura 2):

Figura 2 – Recorte discursivo 2: Apresentação pessoal (3ª etapa: processo de reescrita).



meu nome é [redacted] tenho
29 ano Sou Venezuelana, tenho quatro
anos no Brasil eu trabalho no [redacted] e
estou fazendo curso de Português para poder
fazer a faculdade

Primeramente. Era bom que mais Filhos
Estudaram Mais Para um Futuro
Melhor e Também. Para não Acontecer
Igual que nós. Aconteceu. e Também
Por que aqui no Brasil. Tem Muita
oportunidade.

Fonte: Arquivo da pesquisa. Texto reescrito por Elisa em 26 de outubro de 2023.

A partir da figura apresentada anteriormente (Figura 2), estando de posse do segundo recorte discursivo, vamos analisar em que medida houve, por parte da Elisa, o atendimento das *marcas* oriundas da primeira noção, em termos de transferência de trabalho, as quais traçamos em nosso mo(vi)mento de intervenção. Assim sendo, no procedimento analítico de batimento entre a versão original e a versão reescrita do texto da Elisa, observamos que algumas formulações foram apagadas, inclusive é possível identificar as *marcas* de borracha no processo de reescrita. Esse fato nos chama a atenção porque evidencia que houve uma certa tensão por parte da Elisa durante seu encontro e seu confronto com a *língua 'estranha', língua do outro, do desconhecido*, o que nos leva “à reflexão específica sobre a *inscrição* por parte de um sujeito em práticas de escrita” (Celada; Payer, 2016, p. 26, grifo das autoras).

Dessa forma, tendo em conta a nossa proposta de ensino e de aprendizagem da escrita, em que queremos acolher os refugiados no âmbito desse processo, haja vista a relação constitutiva com a(s) língua(s) em jogo, a partir da relação *sujeito-sentido-acolhimento*,

observamos que a Elisa buscou atender ao desejo do outro (professor) na medida em que vai tentando tamponar as fissuras que havíamos aberto na trama textual, apagando e reescrevendo o seu texto. Mas os vestígios da borracha, por exemplo, deixam-nos entrever o desconforto e a tensão no processo de (re)escrita.

Seguindo com os nossos gestos de interpretação, observamos que, na reescrita, algumas formulações sofreram elisão por parte da Elisa. Algumas das *marcas* que havíamos sinalizado (primeira noção) em nosso mo(vi)mento de escuta singular, tanto na legenda quanto fora dela, não foram atendidas. Mas esse movimento não deixa de ser configurado como uma *tomada de posição* da Elisa frente ao desafio do processo de (re)escrita na língua portuguesa. O que nos possibilita entrever diferentes gestos de leitura, vejamos: i) poderíamos tematizar que a Elisa não chegou a ser interpelada pelo nosso procedimento de escuta singular a ponto de se implicar, subjetivamente, em termos transferência de trabalho, e efetuar o tamponamento dessas fissuras específicas; ii) poderíamos conjecturar que a falta instalada em seu texto (segunda noção de *marcas*) a interpelou de tal forma que enfocou somente em conter esse possíveis sentidos que estavam à deriva, colocando algumas *marcas* em plano secundário; ou, ainda, iii) como essas *marcas* elididas conformavam pequenos desvios de ortografia, talvez a lógica formal da língua portuguesa tenha sido apreendido pela ela. Mas, para ela, talvez, não havia a necessidade de marcar linguisticamente esse saber da língua estranha. Essas *marcas* de *entremeio*, a nosso ver, não a interpelaram tal como o significante “filhos” a interpelou, que se presentificou na segunda noção de *marcas*, levando-a a se implicar, escrevendo longas sequências discursivas sobre os seus filhos, sobre a situação de migração e sobre o Brasil.

Neste ponto, permitamo-nos mobilizar as considerações de Tavares e Cavallari (2016) sobre a aprendizagem de língua estrangeira, que vão ao encontro do que estamos tematizando sobre a relação de encontro e de confronto da Elisa com a *língua ‘estranha’, língua do outro, do desconhecido* na (re)escrita do seu texto, uma vez que o (des)conforto e a tensão se presentifica no inconsciente subjetivo. Vejamos:

Trata-se de um complexo processo de elaboração e apropriação, pois o conhecimento sobre a língua não se traduz em sabê-la. Basta pensar que o fato de alguém “dominar” as regras gramaticais ou saber muitas palavras de uma língua não permite, necessariamente, que possa se enunciar por meio dela. Os investimentos subjetivos dirigidos a ela dependerão não só das práticas discursivo-pedagógicas que visam didatizá-la e torná-la passível de constituir-se em objeto didático, mas, em especial, do quanto o saber ali ensinado poderá interpelar um sujeito em seus já estabilizados



modos de gozo. Em outras palavras, o saber da língua a ser aprendida precisa esburacar, de algum modo, as certezas bem entretecidas que *constituem as redes de identificação de um sujeito*, para que possa se erigir como um enigma digno de receber dele investimento (Tavares; Cavallari, 2016, p. 7, grifo nosso).

É nessa medida, tendo em conta as considerações de Tavares e Cavallari (2016), que observamos o modo de implicação da Elisa na segunda noção de *marcas*, deixando para plano segundo plano as demais sinalizações. Entendemos que, mesmo na *língua 'estranha', língua do outro, do desconhecido*, o significante “filhos” a capturou em nosso mo(vi)mento de escuta singular. Assim, observamos o seu investimento subjetivo em tamponar a falta que instalamos. A nosso ver, houve efeitos de transferência de trabalho, e Elisa se implicou no processo de produção textual. Conjeturamos que o referido significante se encontra, portanto, no âmbito de suas *redes de identificação*, em que toca o copo da refugiada aprendiz de língua de acolhimento. Assim, tendo em conta de que a “realidade psíquica de cada sujeito é sempre singular” (Mrech, 2003, p. 80), vemos também em funcionamento a perspectiva da escrita de si na medida em que a Elisa é afetada pelo significante “filhos”, o que parece evidente a produção discursividades de valoração dos filhos e da família.

Logo, conforme apreendemos com Coracini (2003), a língua estrangeira, em nosso caso a língua de acolhimento, desempenha um papel importante na subjetividade do aluno, inclusive de forma inconsciente. Observamos que a relação da Elisa com a língua de acolhimento não é plena, controlada e totalmente consciente. Desse modo, não podemos conceber a perspectiva de que “a língua estrangeira permanece sempre ‘exterior’ ao sujeito” (Coracini, 2003, p. 147).

Dando sequência aos nossos gestos de interpretação, em consonância com as nossas considerações acerca do significante “filhos”, dirigimo-nos à segunda noção de *marcas*. Trata-se de *pontos de deriva* (Cf. Pêcheux (2015[1983]) que identificamos para seguirmos com o processo de acolhimento de sujeitos e de sentidos, tendo em conta o jogo interlocutivo de contenção e de deriva. Vejamos as sequências discursivas (SDs) destinadas ao segundo procedimento analítico de batimento:

SD1: “é assim para dar uma melhor vida a meu Filhos” (1ª etapa: processo de escrita).

SD2: “[Elisa], o que seria para você ‘dar uma melhor vida’ para os seus filhos?

Fale mais sobre isso” (2ª etapa: correção e intervenção do professor).

SD3: “Primeramente. Fora bom que meus Filhos Estudaram mais para um Futuro



Melhor e também. Para não Acontecer Igual que nós. Aconteceu. E também Por que aqui no Brasil tem muita

Oportunidade” (3ª etapa: processo de reescrita).

As sequências discursivas SD1, SD2 e SD3 fazem referência ao nosso mo(vi)mento de intervenção para o acolhimento de sentidos, o que implica também o processo de acolhimento de sujeitos, mas a partir da instalação da falta no texto. Conforme abordamos ao longo do trabalho, é em ambas as noções de *marcas*, primeira e segunda, que tratamos de realizar o acolhimento de sujeitos e de sentidos que se encontram no *entremeio* das línguas. Dessa forma, a SD1 e a SD3 se referem ao processo de escrita e de reescrita da Elisa, respectivamente.

Ao realizarmos o recorte e a transcrição das sequências, oriundos das versões originais dos textos, mantivemos o modo como a materialidade de linguagem foi formulada. Entendemos que a escrita é um processo subjetivo, e que essa prática discursiva demanda ao aluno elaborar uma relação com o saber, que alude a uma elaboração na modalidade escrita da língua portuguesa. Nesse sentido, o modo como Elisa discursiviza o texto, a partir da escrita na língua de acolhimento, é da ordem da singularidade.

Como é possível constatar, instalamos a falta a partir da formulação que está presente na SD2, em que nos debruçamos sobre o modo como Elisa usou a expressão “dar uma melhor vida”, que seria em relação aos seus filhos. Anteriormente, realizamos gestos de leitura sobre a relação da Elisa com o significante “filhos”, porque nos chamou a atenção o modo como esse significante linguístico a interpelou e a afetou.

Havíamos proposto, em nosso procedimento de escuta singular, jogar com a *espessura semântica* (Orlandi, 2007; Orlandi, 2015) dessa formulação presente na SD1. Como nos foi relatado, os filhos de Elisa vieram com ela e percorreram o longo e o difícil trajeto para chegar a Araguaína, norte do Tocantins, cruzando as fronteiras do extremo norte brasileiro. Na entrevista que realizamos com Elisa, ela havia nos relatado que viera ao Brasil para melhorar de vida, principalmente, pelos seus filhos. Assim sendo, chama-nos a atenção que a formulação presente na SD3, que são os *significantes de acolhimento*, consoa com o seu depoimento na entrevista. A partir do modo como ela produz o tamponamento da falta que instalamos no âmbito do jogo de contenção e de deriva de sentidos, Elisa retoma discursividades com relação ao futuro dos filhos por meio da escrita, em que os coloca como prioridade no processo de



migração forçada.

Dessa forma, podemos novamente entrever o porquê de ela se implicar subjetivamente no processo de (re)escrita, principalmente, para o tamponamento da segunda noção de *marcas*. Para efeito de análise, permitamo-nos voltar à questão dos vestígios de borracha que havíamos mencionado. Ora, se anteriormente havíamos efetuado gestos de leitura de que as *marcas* de borracha, no seu movimento de ida e de vinda, de apagar e de escrever, davam-nos indícios de efeitos de enfrentamento da Elisa frente ao desconforto e à tensão no processo de (re)escrita, logo, poderíamos formular a interpretação de que esse enfrentamento ao desconforto e à tensão já se havia presentificado desde que ela cruzou a zona fronteira entre Brasil e Venezuela. Nessa medida, podemos reinterpretar (em consonância com alguns dos efeitos de sentido que havíamos hipotetizado previamente) que as *marcas* (primeira noção) que foram elididas na reescrita se lhe apresentaram ínfimas, isto é, de segundo plano, como havíamos pontuado, dado os enfrentamentos de Elisa até chegar e se estabelecer na cidade de Araguaína, juntamente com seus filhos.

Nesse sentido, podemos entrever, novamente, o modo como o significante “filhos” a interpelou. Ora, considerando que Elisa passou por enfrentamentos, digamos, de ordem física, para chegar onde está, poderíamos tematizar que não se hesitaria em passar por enfrentamentos de ordem simbólica, noutras palavras, em passar por enfrentamentos de ser e de estar no entre-línguas, no espaço de *entremeio*. Dessa forma, de posse dessas materialidades de linguagem, no nosso movimento analítico de batimento entre a escrita, entre a reescrita e entre a entrevista, entrevemos que há deslocamentos enquanto à significação. Portanto, há a produção de efeitos de sentido outros quando lançamos nosso olhar discursivo-analítico ao movimento de apagar e de escrever de Elisa.

Assim como entrevemos efeitos outros de sentido com relação ao seu enfrentamento com a sua (re)escrita, de modo que as *marcas* de borracha, o ir e o vir da Elisa na produção textual recebem outros contornos de significação. Poderíamos dizer, inclusive, o possível assentamento de sentidos outros com relação ao seu desejo pelo objeto de saber, ao vê-la, simbolicamente, enfrentar e perpassar no e pelo desconforto da *língua ‘estranha’, língua do outro, do desconhecido*, a partir de seu modo singular de ser e de estar nas línguas, quando nos deparamos com a sua captura simbólica, tendo o seu corpo marcado e instado a reescrever pelo significante “filhos”.



Outro aspecto que queremos tematizar no âmbito de nossos gestos de interpretação, com relação ao modo de inscrição e de subjetivação da Elisa na língua de acolhimento, é a maneira como ela estruturou o seu texto. Se observarmos, por exemplo, esse fenômeno de linguagem a partir da perspectiva formal e da organização da língua com relação aos parágrafos, vemos que tanto a escrita quanto a (re)escrita foram estruturadas em blocos de sequências discursivas. O primeiro recorte discursivo foi estruturado em três blocos, ao passo que o segundo recorte foi estruturado em dois blocos. Podemos notar o modo como texto foi reorganizado na reescrita, principalmente, na medida que houve a captura do sujeito no e pelo simbólico, no e pelo significante “filhos”. Na (re)escrita da Elisa, isto é, na sua (re)escrita de si, observamos em que medida a *língua ‘estranha’, língua do outro, do desconhecido* fala dela, visto que o “encontro com segundas línguas talvez seja uma das experiências mais visivelmente mobilizadoras de questões identitárias no sujeito” (Serrani-Infante, 1998, p. 256). É, portanto, dessa forma que apreendemos, na (re)escrita de si, o bloco de sequências discursivas mais denso, ou seja, com mais linhas no campo intradiscursivo, justamente, porque ele diz respeito ao tamponamento da segunda noção de *marcas* que instauramos no jogo interlocutivo.

Assim sendo, o procedimento didático-pedagógico de escuta singular convocou Elisa a uma *tomada de posição* que a fez discursivizar sobre o que havíamos questionado acerca dos seus “filhos” em mais sequências discursivas. Ela se movimentou na e pela instância simbólica de *entremeio* e atendeu ao comando feito por nós outros em sala de aula, alienando-se ao desejo do outro (professor) e se implicando no processo de aprendizagem. Na estruturação do último bloco da sua reescrita, em que há discursividades sobre “estudos”, sobre “oportunidade” e sobre “futuro” em relação à materialidade linguística “filhos”, Elisa elabora uma resposta que é dialogada diretamente com o seu professor.

Dessa forma, considerando a resposta formulada a partir do conector “primeiramente”, notamos que Elisa se mostra enumerando e pontuando seus argumentos. Haja vista esse fato de linguagem e o modo como o apreendemos, conjecturamos que Elisa almejou produzir certo efeito de obviedade em sua resposta, sendo direcionada ao professor, na medida em que ela vai sequenciando os argumentos com respeito a materialidade significativa “filhos”. A respeito desse acontecimento de linguagem na prática discursiva de produção textual que nos chamou a atenção, dado o processo de captura simbólica da Elisa que se instituiu na e pela língua de acolhimento, em que sujeitos e sentidos foram constitutivamente acolhidos, podemos alinhavá-



lo com o que tematiza Revuz (1998, p. 215, grifo a autora), pois, segundo a autora, “o encontro com a língua estrangeira faz vir à consciência alguma coisa do laço muito específico que mantemos com *nossa* língua”.

CONDIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo, analisamos o processo de ensino e de aprendizado da língua portuguesa a refugiados hispanofalantes, considerando-a como língua de acolhimento, a partir da prática discursiva de produção textual. Para esse fim, alicerçamo-nos no dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso. Com as implicações epistemológicas advindas do campo discursivo, pudemos fazer tencionar os limites de nossas reflexões e de nossas práticas no âmbito da sala de aula com os deslocados forçados de Cuba e da Venezuela na cidade de Araguaína, norte do estado do Tocantins.

Ao tematizar a noção de sujeito e de língua no âmbito de uma relação constitutiva de subjetividade, possibilitou-nos ponderar sobre a prática discursiva de ensino da língua de acolhimento, assim como sobre o ensino de escrita. Observamos, a partir dos gestos de interpretação a respeito da produção textual da Elisa, que o procedimento didático-pedagógico de acolhimento que instituímos pode se tornar um modo “capaz de engancha subjetivamente” Coracini (2021b) os refugiados à aprendizagem da escrita no âmbito das aulas de língua portuguesa.

Observamos o funcionamento da linguagem na sua relação constitutiva com o sujeito. Deparamo-nos com a relação constitutiva *sujeito-sentido-acolhimento*, em que a língua de acolhimento, no âmbito da prática discursiva de produção textual, com o nosso mo(vi)mento de escuta singular, passou a acolher a Elisa em sua singularidade, fazendo-a implicar-se no processo de escrita na língua portuguesa. Apostamos na premissa da singularidade para produzir deslocamentos significativos na aprendizagem de escrita.

A partir dos nossos gestos de leitura no âmbito deste artigo, podemos refletir sobre *caráter material (do acolhimento) do sentido* a partir da contenção de sentidos no âmbito do plano intradiscurso, na medida que o *acolhimento de sujeitos* e o *acolhimento de sentidos* se imbricam. Do nosso ponto de vista, entendemos que “é na prática material significante que os sentidos se atualizam, ganham corpo, significando particularmente” (Orlandi, 1995, p. 35).



Assim, dado o modo como apreendemos o processo de (re)escrita de textos, sujeitos e sentidos se movem e são acolhidos no seu percurso errante e evanescente. Como foi possível observar, encontramos uma hiância que é engendrada no e pelo simbólico, oportunizando-nos ao procedimento de acolhimento de sujeitos e de sentidos a partir do que denominamos como *significantes de acolhimento*, dada a relação *sujeito-sentido-acolhimento*.

No caso da Elisa, por exemplo, a despeito de se tratar de um jogo interlocutivo instituído por meio de textos escritos, a nosso ver, “a escuta atenta mobiliza uma fala de outro lugar, vislumbrando uma possibilidade de laço social que pode ser muito importante para o sujeito” (Coracini, 2021b, p. 61). Portanto, na condição de professores, a partir desse procedimento didático-pedagógico de (re)escrita, esperamos que os refugiados, em alguma medida, possam estabelecer uma passagem para outra ordem simbólica com relação à escrita na língua de acolhimento, de modo a “elaborar um saber a respeito do seu próprio processo” (Mrech, 2003, p. 33).

Nesse sentido, vale pontuar que o procedimento de intervenção a ser realizado dependerá do que haja sido discursivizado no texto, apesar de compreendermos que não há completude na linguagem. Desse modo, não sabemos *a priori* onde vamos intervir para efetuar o processo de acolhimento. Como dissemos, o nosso mo(vi)mento de escuta singular se assenta nas *marcas* que incidem no corpo textual. Dessa forma, sabemos e não perdemos de vista que cada aprendiz enfrenta esse processo de um modo particular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDINI, Lauro José Siqueira; MARIANI, Bethania. O real é o nome que se dá ao inominável. In: **O acontecimento do discurso no Brasil** / Freda Indursky, Maria Cristina Leandro Ferreira, Solange Mittmann, (organizadoras). – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

BURGARELLI, Cristóvão Giovani. Sujeito e escrita. In: **Corpolinguagem: gestos e afetos**. Nina Virgínia de Araújo Leite (Org.). – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

CAVALLARI, Juliana Santana. Emergências subjetivas no processo de ensino-aprendizagem de língua estrangeira. In: PAYER, Maria Onice; CELADA, María Teresa. (Orgs.). **Subjetivação e Processos de Identificação**. Sujeitos e línguas em práticas discursivas



– inflexões no ensino. Campinas: Pontes Editores, 2016, p. 147- 165.

CAVALLARI, Juliana Santana. Falta, desejo e (trans)formação do saber. **Guavira Letras**, v. 16, p. 169-183, 2013.

CELADA, María Teresa. Língua materna / língua estrangeira: um equívoco que provoca interpretação. In: **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites / [organizado por] Maria Cristina Ferreira e Freda Indursky. – São Carlos: Claraluz, 2007.

CELADA, María Teresa; PAYER, Maria Onice. **Sobre sujeitos, língua(s), ensino**. Notas para uma agenda. In: Subjetivação e processos de identificação, sujeitos e línguas em práticas discursivas – inflexões no ensino / Maria Onice Payer / María Teresa Celada (Orgs.). Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

CORACINI, Maria José. Discurso e Escrit(ur)a: entre a necessidade e a (im)possibilidade de ensinar. In: CORACINI, M. J.; ECKERT-HOFF, B. M. (orgs.). **Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela**: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

CORACINI, Maria José. E por falar em intervenção. In: Silva, Dami da (org.) et. al. **E por falar em intervenção, ...** / Dami da Silva, Ernesto Bertoldo, João de Deus Leite e Vilma Aparecida Gomes (org.). 1ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2021b.

CORACINI, Maria José. Entre a memória e o esquecimento: fragmentos de uma história de vida. In: **Nas malhas do discurso**: memória imaginário e subjetividade / Maria José Coracini – Claudete Moreno Ghiraldello (Orgs.) – Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

CORACINI, Maria José. Introdução. In: CORACINI, Maria José. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade**: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução / Maria José Coracini. – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

CORACINI, Maria José. Língua estrangeira e língua materna: uma questão de sujeito e identidade. In: **Identidade & Discurso**: (des)construindo subjetividades / Maria José Coracini (org.). – Campinas: Editora da Unicamp; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.

CORACINI, Maria José. O espaço híbrido da SUBJETIVIDADE: o (bem) estar/ser entre línguas. In: CORACINI, Maria José. **A celebração do outro**: arquivo, memória e



identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução / Maria José Coracini.
– Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007a.

CORACINI, Maria José. Ser-estar entre-línguas-culturas: entrevista com Maria José Coracini. CELADA; María Teresa; ANDRADE, Antonio; GASPARINI, Pablo. **ALEA**. Rio de Janeiro, vol. 23/2, p. 327-341, maio-ago. 2021a.

CORACINI, Maria José. Sujeito, identidade e arquivo – entre a impossibilidade e a necessidade de dizer(-se). In: CORACINI, Maria José. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução** / Maria José Coracini. – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007b.

ECKERT-HOFF, Beatriz Maria. Sujeitos entre-línguas em contextos de migração: incidências na subjetividade. **Letras & Letras**, Uberlândia, vol. 32/3 – Especial, p. 135- 147, dez. 2016.

HAROCHE, Claudine. A elipse (falta necessária) e a incisa (acréscimo contingente). In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean Marie; PÊCHEUX, Michel (Orgs.). **Materialidades Discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016 [1981].

JORGE, Marco Antonio Coutinho; FERREIRA, Nadiá Paulo. **Lacan, o grande freudiano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos** / Julia Kristeva; tradução Maria Carlota Carvalho Gomes. – Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In:
Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998 [1953].

LACAN, Jacques. **O Seminário: Livro 1: os escritos técnicos de Freud, 1953-1954** / Jacques Lacan; texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; versão brasileira de Betty Milan. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996[1975].

LEITE, Nina Virgínia de Araújo. **Psicanálise e Análise do Discurso: o acontecimento na estrutura**. – Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

MARIANI, Bethania. De uma língua à outra: migrações, resistências e im-pressões.



In: MARIANI, Bethania. **Testemunhos de resistência e revolta**: um estudo em análise do discurso. Prefácio de Maria Cristina Leandro Ferreira. 1. Ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

MELMAN, Charles. Incidências subjetivas no bilinguismo. In: **Imigrantes**: incidências subjetivas das mudanças de língua e país / Charles Melman; tradução Rosane Pereira: organização e revisão Contardo Calligaris. – São Paulo: Escuta, 1992.

MIRANDA, Yara Carolina Campos de; LOPEZ, Ana Paula de Araújo. Considerações sobre a formação de professores no contexto de ensino de português como língua de acolhimento. In: FERREIRA et al. (Org.). **Língua de acolhimento**: experiências no Brasil e no mundo. Belo Horizonte: Mosaico Produção Editorial, 2019.

MRECH, Leny Magalhães. **Psicanálise e educação**: novos operadores de leitura / Leny Mrech. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

ORLANDI, Eni. Pulcinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 12ª Edição, Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni. Pulcinelli. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **Rua**, Campinas, Labeurb, Nudecri, n. 1, p. 35-47, 1995.

ORLANDI, Eni. Pulcinelli. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico** / Eni. P. Orlandi. – 5ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, Eni. Pulcinelli. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **Rua**, Campinas, 4: 9-19, 1998.

PAYER, Onice Maria; CELADA, María Teresa. Relação sujeito língua(s) – materna, nacional, estrangeira. In: **As bordas da linguagem** / Eliane Mara Silveira organizadora. Uberlândia: EDUFU, 2011.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? Campinas, SP: Pontes Editores, 2015[1983].

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio / Michel Pêcheux; tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. – 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014 [1975].



PEDRASSANI, J. S; PIEROZAN, S. K. M.; BALZAN, C. F. P. Estágio na extensão: experiência com o ensino de Língua Portuguesa para imigrantes e refugiados. **Em extensão**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 123-131, jul.-dez. 2021.

REVUZ, Christine. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. (Tradução de Silvana Serrani-Infante). In: **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado / Inês Signorini (Orgs.) – Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998.

ROSSO, Natália; PRUDENTE, Regina Coeli Aguiar Castelo. A língua não dominada e a emergência da angústia: do verbo à Babel contemporânea. **Cadernos de Psicologia – CESJF** – jun. 2019, v. 1, n. 1, p. 340-361.

SERRANI-INFANTE, Silvana. Identidade de segundas línguas: as identificações no discurso. In: **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado / Inês Signorini (Orgs.) – Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998.

TAVARES, Carla Nunes Vieira. O professor e a relação com a língua estrangeira: no entremeio da peregrinação e da apropriação. **Zetetike** (Unicamp), v. 19, p. 257-270, 2010.

TAVARES, Carla Nunes Vieira; CAVALLARI, Juliana Santana. Apresentação: Linguagem e subjetividade na relação do sujeito com a(s) língua(s). **Letras & Letras**, Uberlândia, vol. 32/3 – Especial, dez. 2016.



SOBRE A CRIAÇÃO DE CIDADES COLONIAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

ON THE MAKING OF COLONIAL CITIES IN THE BRAZILIAN AMAZON

WALACE RODRIGUES

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9082-5203>

Doutor Humanidades pela Leiden University
Professor da Universidade Federal Fluminense

SOBRE A CRIAÇÃO DE CIDADES COLONIAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

ON THE MAKING OF COLONIAL CITIES IN THE BRAZILIAN AMAZON

SOBRE LA CONSTRUCCIÓN DE CIUDADES COLONIALES EN LA AMAZONIA BRASILEÑA

Resumo: Por meio deste artigo, buscamos pensar sobre a construção de cidades na Amazônia Legal brasileira. Focamos, aqui, no caso da cidade Tocantinense de Natividade, pertencente a um estado que faz parte da região amazônica. Nossa pesquisa para este artigo foi de cunho bibliográfico e nossa análise foi qualitativa, buscando compreender a dinâmica de construções de cidades na Amazônia por meio de suas atividades econômicas a partir do período colonial português em terras brasileiras. Os resultados desta pesquisa revelam que muitas foram as cidades construídas na região amazônica durante o período colonial e que tais cidades detinham (algumas ainda detêm) dependência de atividades econômicas específicas e que, em alguns casos, tais atividades ainda revelam importância fundamental para a economia da região ou se modificaram com o passar dos tempos e a extinção de seus recursos naturais.

Palavras-chave: Cidades pequenas; Amazônia; Atividades econômicas.

Abstract: Through this paper, we seek to think about the construction of cities in the Brazilian Legal Amazon. We focus here on the case of the Tocantinense city of Natividade, belonging to a state that is part of the Amazon region. Our research for this article was bibliographic in nature and our analysis was qualitative, seeking to understand the dynamics of city construction in the Amazon through its economic activities from the Portuguese colonial period on Brazilian lands. The results of this research reveal that many cities were built in the Amazon region during the colonial period and that such cities were (some still are) dependent on specific economic activities and that, in some cases, such activities still reveal fundamental importance for the economy of the Amazon region. region or have changed over time and the extinction of its natural resources.

Keywords: Small cities; Amazon; Economic activities.

NOTAS INTRODUTÓRIAS



Este artigo foi escrito para o dossiê intitulado “Cidades e Desenvolvimento na Amazônia”, para a revista “Informe GEPEC”, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, e busca trazer, por meio de uma revisão bibliográfica e de uma análise qualitativa, aspectos das dinâmicas coloniais de desenvolvimento no Brasil, principalmente no que se refere a algumas cidades na região amazônica.

Colocamos como foco deste trabalho o caso da construção e das dinâmicas de desenvolvimento de Natividade, cidade pertencente ao estado do Tocantins, estado este que faz parte da região da Amazônia Legal, apesar de sofrer influência de diferentes biomas: cerrado, mata de transição (entre o cerrado e a floresta tropical) e floresta tropical amazônica.

Vale lembrar que a região amazônica brasileira sempre foi, historicamente, uma região de difícil acesso, o que fez com que as cidades amazônicas tivessem processos distintos de desenvolvimento. Além disso, há que se pensar na grande variedade de atividades econômicas e pessoas que habitam esta imensa região, dando “cara” a Amazônias distintas.

Assim, este artigo tentará começar uma discussão sobre como as cidades existem na Amazônia brasileira desde o período colonial. Tais cidades estão localizadas na maior região verde do planeta, mas que elas detêm dinâmicas diferentes daquelas de outras regiões brasileiras e se distinguem entre si no grande território amazônico.

2 – NATIVIDADE/TO COMO CIDADE COLONIAL AMAZÔNICA: SUA CONSTRUÇÃO E DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO

Podemos começar esta parte deste texto informando que o período colonial brasileiro se estendeu de 1500 a 1822, período este em que os portugueses dominaram grande parte do território brasileiro, mesmo que lutando contra franceses e holandeses pelo domínio de determinadas partes do país. A influência portuguesa sobre o que chamamos atualmente de Brasil é contundente, principalmente porque os portugueses conseguiram unir o país por meio do mesmo idioma: a língua portuguesa, mesmo com muitas variações regionais e locais. No entanto, os portugueses coloniais desenvolveram várias formas de exploração dos recursos das terras brasileiras, criando povoamentos e expandindo-os para arraiais, vilas e cidades com o correr dos anos.

Vale lembrar que os portugueses legaram ao Brasil uma estrutura social de dominação masculina, patriarcal, escravocrata, elitista, preconceituosa, racista e classista. E que esta “herança” pode ser detectada nas mais diversas esferas sociais brasileiras ainda na atualidade. Do mesmo modo, as primeiras urbanizações do período colonial começaram a desenvolver por meio de atividades econômicas específicas (exemplo: mineração, extração de materiais da flora e minerais brasileiros,

plantações específicas, entre outras atividades), o que muitos historiadores chamam de "ciclos". O estudioso do Museu Nacional do Rio de Janeiro João Pacheco de Oliveira relata como essa classificação histórica por "ciclos" auxiliou a apagar relatos históricos específicos (como no caso dos relatos indígenas):

Um instrumento aparentemente cômodo é a noção de “ciclo”, que terá como função descrever a diversidade de formas econômicas e societárias registradas na história. Mas para utilizá-lo é preciso alojar-se no interior de um processo abstrato, cumulativo e ascendente, de sentido teleológico. A história torna-se uma sucessão de ciclos (agrícolas e extrativistas) – o pau-brasil, o açúcar, o couro, as drogas do sertão, os minérios preciosos, o café e a borracha. Mais tarde seria a vez das distintas fases da industrialização; hoje em dia seriam as etapas da globalização... O interesse do estudioso em cada uma dessas formas converge para o momento em que ela penetra numa zona de intensa visibilidade, tornando-se o modo de produção dominante e oferecendo ao investigador fontes extensas e variadas. Fora desse momento de “apogeu” os relatos são sempre simplificadores, atribuindo-lhe a condição de “resíduos” que estão em vias de desaparecimento. (OLIVEIRA, 2010, p. 12-13)

Esses relatos históricos privilegiam determinadas narrativas, onde os “ciclos” detêm posições privilegiadas. As narrativas hegemônicas dos colonizadores se sobrepõem, neste sentido, a aquelas dos indígenas, negros etc.

Em relação às cidades coloniais brasileiras, elas sofreram grande influência desta lógica dos “ciclos” e passaram a incorporar esta “herança” social portuguesa (descrita anteriormente) em suas formações e estruturas, e as perpetuaram em nossas cidades. Daí termos, hoje em dia, grandes cidades urbanas brasileiras que claramente segregam grupos de pessoas em bairros, com poucos investimentos em parques urbanos dentro das cidades (desvalorizando as sociabilidades possíveis de grupos diferentes), pouca acessibilidade para pessoas com problemas de locomoção (excluindo os “diferentes” de determinados espaços urbanos), privilegiando o transporte em carro próprio em lugar de um transporte coletivo limpo, eficiente e acessível a todos, entre tantos outros problemas atuais.

Neste mesmo caminho, a cidade de Natividade, foco deste artigo, nasceu como um povoamento extrativista, conforme as passagens a seguir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Teve sua origem no século XVIII, no ano de 1734, com a chegada de imigrantes portugueses nessa região à procura de ouro. Dentre esses portugueses, Manoel Ferraz de Araújo estabeleceu-se no local com sua mineração, iniciativa que deu origem ao Arraial de São Luiz, edificado no topo da Serra pelas mãos dos **escravos, cerca de quarenta mil, trazidos por esses desbravadores**. Em 1735, chegou ao arraial uma imagem de Nossa Senhora da Natividade, que veio de barco pelo Rio Tocantins e depois em ombros escravos até o Arraial. **Para garantirem sua permanência no local, os moradores tiveram que enfrentar ataques dos índios**. Essa imagem é a mesma venerada nos dias de hoje na igreja Matriz de Natividade, uma das mais antigas do Estado, datada de 1759. **No início da colonização, toda uma tribo da etnia Xavante foi aniquilada por se ter negado à escravidão determinada pelos**

portugueses, que possuíam escravos trazidos da África para trabalharem na extração do ouro. (...) Entre os anos de 1809 e 1815, o Arraial de São Luiz, hoje Natividade, foi sede provisória do que seria a Comarca de São João das Duas Barras, época em que o território de Goiás foi dividido em duas comarcas, conforme Alvará. Nesse alvará, datado de 18 de março de 1809, no Rio de Janeiro, o príncipe regente D. João VI criou a Comarca de São João das Duas Barras, ainda em Natividade. Duas Barras seria instalada nas proximidades da confluência. Em 1815, a sede da Comarca foi transferida para São João da Palma, hoje Paranã. Em 1821, Natividade volta a ser sede administrativa do Norte Goiano, agora na condição de Governo Provisório. (...) No ano de 1832, o Arraial passou à condição de Vila de Natividade. Em 22 de julho de 1901, foi criada a Comarca de Natividade, instalada em 23 de dezembro de 1905, desligando-se da Comarca de Porto Nacional. Contudo, em 1930, se deu a supressão da Comarca de Natividade, que foi transformada em Termo novamente sob a jurisdição da Comarca de Porto Nacional. Em 26 de agosto de 1933, com seus limites territoriais estabelecidos, tornou-se o Município de Natividade. (IBGE, s.d, s.p, grifo nosso)

A partir da passagem anterior, vemos que Natividade, atualmente com uma população de cerca de 9.244 habitantes (cf. IBGE, 2020), chegou a ter mais de 40 mil habitantes no século XVIII, em plena busca e exploração da atividade aurífera. O viés religioso católico, também típico do período colonial brasileiro, foi fortemente marcado pela chegada da imagem de Nossa Senhora da Natividade, padroeira da cidade. Fincada em meio à terra indígena, os portugueses tiveram problemas para se estabelecerem na região, principalmente pela conhecida bravura dos Xerente como guerreiros valentes.

A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos tornou-se símbolo histórico de Natividade e representa, também, um exemplo da religiosidade católica típica do período colonial e que auxiliava na reunião de pessoas em torno da fé para ajudar na coesão dos grupos sociais que habitavam a cidade e a região. Começada a ser construída por negros escravos, as paredes do que seria a futura Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, revela a força do trabalho braçal e da fé dos negros na cidade:

Segundo a tradição oral, entre portugueses e escravos africanos, havia quarenta mil trabalhadores nas minas: conta-se também que caravanas de mais de cem burros com suas bruacas carregadas com 'arrobas de ouro' seguiam de Natividade para Salvador, na Bahia, e dali para Portugal. Com o declínio da mineração, desceram a serra para desenvolver a agricultura e o comércio. Esses portugueses e missionários que chegaram para se dedicar à extração do ouro e à catequese deixaram fortes sinais. Longe de suas famílias e do alto clero, muitos deles tiveram filhos com as escravas que traziam, oferecendo-lhes carta de alforria para que seus filhos nascessem livres. **Os escravos, por sua vez, começaram a erguer o que seria a igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída em pedra canga. A obra foi paralisada por volta de 1817 por falta de recursos, pois os escravos não aceitavam ofertas, em dinheiro, dos brancos para concluí-la. Suas ruínas são hoje um dos principais cartões postais do Estado.** (IBGE, s.d, s.p, grifo nosso)

Sobre as bases da rica história de Natividade nasce sua vocação turística atual. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

Natividade nasceu com a exploração do ouro e ainda existem as ruínas dos primeiros



garimpos de ouro da região. Durante muitos anos, a cidade esteve na posição de um dos maiores arraiais da Capitania de Goiás, perdendo somente para Pirenópolis e ocupou lugar de destaque na extração de ouro. Em 1831, Natividade foi elevada à categoria de vila e, em 1901, a município, ao ser desmembrada de Porto Nacional. O período da mineração, no século XVIII, ficou marcado por edificações simples de fachadas despojadas, enquanto a economia baseada na pecuária, a partir do século XIX, deu origem às construções mais elaboradas e fachadas ornamentadas, refletindo a riqueza trazida por essa nova atividade econômica. Natividade ainda preserva a arte secular da ourivesaria, tradicional desde a época do garimpo de ouro e a produção artesanal faz uso da técnica rara da filigrana portuguesa, que sobreviveu ao tempo pelas mãos de mestres ourives nativitanos. (IPHAN, s.d, s.p)

Percebemos que as cidades nascem a partir de atividades econômicas importantes, e, no caso de Natividade, a atividade de extração mineral foi a que deu origem a um arraial, a uma comarca e a um município. Depois de cessada a atividade aurífera na cidade, Natividade parece ter ficado isolada em um rincão do Brasil e somente agora é vista como importante polo turístico do Tocantins.

Natividade é uma cidade única no Tocantins por causa de sua importância histórica particular. Ela pode ser considerada como uma cidade pequena para os padrões brasileiros, pois uma cidade pode ser entendida como pequena quando possui até noventa e nove mil habitantes. No Tocantins, poucas são as cidades que detêm mais de 99 mil habitantes, colocando Natividade em pé de igualdade com a maioria das cidades do estado. Notemos que o ouro trouxe mais de quarenta mil pessoas para a região no século XVIII, mas hoje tem um quanto deste quantitativo.

Vale pensar, também, sobre as dinâmicas econômicas das cidades amazônicas coloniais, servindo, muitas delas, como pontos importantes de parada, de comércio, de reabastecimento, de exportação, de extração mineral etc. Um exemplo relevante a ser citado como cidade colonial importante é o caso de Belém do Pará.

Sobre Belém, do povoado português “Feliz Lusitânia”, nasceu, em 1621, o município de “Santa Maria de Belém do Pará” ou “Nossa Senhora de Belém do Grão Pará”. Belém tornou-se importante entreposto fiscal no século XVII e alcançou seu auge econômico, no período colonial, em 1751, sendo a principal cidade da Amazônia, com importância comercial fundamental para a região. Com sua localização privilegiada para o transporte fluvial e marítimo, Belém sempre foi conhecida como a principal porta de entrada para a região Amazônica, impulsionando seu vibrante comércio e fluxo de pessoas. O atual mercado e ponto turístico de Belém, chamado de Ver-o-peso, de 1901, é remanescente do entreposto fiscal “Casa de Haver o Peso”, que funcionou na cidade de 1625 até 1899. Hoje Belém não detém somente sua importante posição comercial, mas, como capital do rico estado do Pará, coloca-se como uma das duas maiores e mais pulsantes cidades grandes da região norte, ao lado de Manaus e outras menores.

Neste caminho, vemos que as cidades coloniais na Amazônia detinham atividades econômicas específicas e que as caracterizavam em suas formas de vida. No caso de Natividade, da extração aurífera



do passado, hoje temos uma importante atividade turística. Sobre o potencial turístico atual de Natividade, a Plataforma Integrada de Turismo (PIT) do Estado do Tocantins deixa-nos ver a riqueza histórica e religiosa deixada pelos portugueses e negros na cidade:

Obras arquitetônicas foram edificadas, como a Igreja de Nossa Senhora de Natividade, Igreja de São Benedito, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (Igreja de Pedra) e diversas residências, feitas de blocos de barro e pedras, que hoje compõem o Centro Histórico de Natividade. E em 26 de agosto de 1833 foi concedido o título de vila. Rodeada por belas serras, composta por deslumbrantes obras arquitetônicas, banhada pelo Rio Manoel Alves e por diversas piscinas naturais encontradas em pontos variados das serras, Natividade passa a ser cidade em 01 de junho de 1891. Tendo como maior riqueza, o povo, com muita simplicidade, donos de uma culinária única, que contam suas histórias, causos e lendas nas portas das casas, grandes artesãos que produzem relíquias em ouro e prata, os nativanos estão sempre prontos para receber todas as pessoas que se interessam em conhecer a mais antiga e bela cidade do estado do Tocantins. (PIT, s,d, s.p)

Natividade está localizada a 222,6 km da capital do estado do Tocantins, Palmas. Uma distância considerável, mas que não a impede de ser facilmente visitada desde Palmas ou de Brasília. Recebendo um forte fluxo de turistas, principalmente durante as festividades da cidade, percebemos a relevância da atividade turística na atualidade e o significativo número de empregos que tal atividade gera para seus habitantes.

Podemos compreender que durante o período de extração de ouro em Natividade, as relações assimétricas de poder imperavam entre portugueses, colonos, indígenas e negros escravizados, reverberando, também, nas atividades econômicas desenvolvidas pelas pessoas. Neste caminho, Thelma Borges e Wallace Rodrigues encaram a cidade como um espaço onde direitos devem ser garantidos e as pessoas possam circular sem interdições, o que não acontecia nas cidades coloniais brasileiras:

[...] consideramos a cidade local de disputas de poder e réplica do pensamento dominante, ela reproduz o patriarcado classista, racista, machista e homofóbico. Assim, o debate sobre cidade para a diversidade convoca-nos para a necessidade de se ocupar os espaços com corpos que, por si, reivindicuem seu lugar. Crianças, idosos, mulheres, trans, gays, lésbicas, travestis, negros, pobres, prostitutas, moradores de rua, todos têm direito à cidade e devem ter a função de retirar o planejamento das mãos dos liberais urbanos e entregar para os planejadores da boa vida, diminuindo a opacidade dada a essas populações. (BORGES; RODRIGUES, 2022, p. 27)

Ressaltamos aqui que foi o geógrafo Milton Santos quem estabeleceu a diferença entre “urbano”, que se liga ao abstrato e ao geral, já que é uma ideia que fazemos das *urbes* e suas funções; e a “cidade”, que seria o particular e o concreto, pois está materializada na realidade e faz sentido na vida das pessoas. A cidade seria para Santos, ao mesmo tempo, uma região e um lugar, mas fundada no real da vida. Milton Santos nos diz que:



O cotidiano é marcado, sobretudo nas cidades, com aquilo que Sartre chamou de efeito de residência. Esse cotidiano é delimitado pelo espaço contínuo e não por um espaço de pontos, ou de fluxos. É no espaço contínuo, onde todos os tipos de homens, todos os tipos de empresas, todos os tipos de instituições trabalham juntos, funcionam juntos e juntos estruturam a vida da comunidade e o espaço ao mesmo tempo. (SANTOS, 1996, p. 11)

Assim, é no cotidiano dos fluxos das cidades amazônicas, inseridas em um bioma verdejante mas não menos desafiador, que a vida também acontece. Não há só floresta, animais e verde na Amazônia, mas também há pessoas em cidades que trabalham e vivem suas vidas, como no caso de Manaus, Belém, Marabá, Santarém, Araguaína, Imperatriz, entre tantas outras cidades grandes, médias e pequenas da Amazônia legal. Nestes lugares as pessoas forjam suas realidades e desenvolvem atividades as mais variadas, algumas vezes até impensáveis no sudeste e sul do Brasil. Aliás, o sudeste e o sul do Brasil não conhecem verdadeiramente as Amazônias, suas realidades e suas cidades, diga-se de passagem.

Neste mesmo caminho, o professor Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior revela-nos que a Amazônia não é somente um lugar de floresta tropical, mas também é um território onde há uma importante diversidade urbana, como vemos aqui o exemplo de Natividade (cidade do entorno sub-regional da grande área da Amazônia Legal), fincada no meio de uma região extremamente rica em recursos turísticos e de flora e fauna exuberantes. Trindade Junior informa-nos que:

Reconhecer e entender a diversidade urbana que se anuncia no espaço amazônico significa dar visibilidade a uma multiplicidade de práticas socioespaciais existentes na região e, ao mesmo tempo, discutir possibilidades de políticas urbanas que possam se contrapor à urbanização padronizadora e pouco atenta aos modos de vida que revelam diferentes formas da relação homem-natureza e diferentes trajetórias histórico-culturais dos grupos sociais que se espacializaram e se territorializaram na região. (TRINDADE JUNIOR, 2022, p. 15)

Da passagem anterior podemos verificar que para cada cidade amazônica, seja ela de que tamanho for, há uma grande dinâmica de práticas socioespaciais que se relacionam com as diferentes histórias e “ciclos” econômicos dessas cidades e regiões. Não podemos nos esquecer da imensa variedade de povos que habitam a amazônia e a grande quantidade linguística da região, o que a faz ainda mais diversa e rica culturalmente.

Ainda, vale pensarmos, aqui, a partir do conceito de “direito à cidade” de David Harvey, já que não precisamos receber a cidade passivamente, mas podemos agir nela e sobre ela, buscando maneiras mais satisfatórias de vida urbana. Os determinismos geográfico, climático ou ambiental (entre tantos outros) não podem ser empecilhos para que possamos melhorar nossas cidades e torná-las mais



humanamente habitáveis e mais aceitáveis às diferenças, preservando o meio ambiente e lidando com nossas mazelas de aglomerados urbanos (como soluções sobre o que fazer com o lixo orgânico produzido, por exemplo, ou como reciclar garrafas, roupas, plásticos etc). Harvey nos diz que:

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta trans#formação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. **A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos.** (HARVEY, 2012, p. 74, grifo nosso)

É importante, ainda, deixar que as pessoas que vivem nas Amazônias (é uma região muito grande em território e muito diversa) falem sobre si e suas cidades, deixando ver que cidades desejam para si e os seus. Carlos Walter Porto-Gonçalves (2018) revela-nos a Amazônia como uma região plural em muitos aspectos e onde seus habitantes têm pouco espaço de fala, já que as relações de poder retiram dos amazônidas a força de expressão pública num mundo capitalista neoliberal. Ele nos revela que há uma visão equivocada e ainda colonial de que:

Esvaziada de gente, a Amazônia é Natureza, fonte inesgotável de recursos que estariam reservados, no futuro, para outrem, quando, aí sim, cumpriria o papel de redimir nossas sociedades do “atraso” e do subdesenvolvimento. Assim, sendo futuro a região e suas gentes não é presente e, assim, o ciclo se fecha, pois, o vazio demográfico nos diz que não há ninguém presente, e a região está reservada no futuro a outros que vêm de fora. As ideias de “reserva” e de “vazio demográfico” se mostram, assim, coloniais. (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 28)

A Amazônia não é uma região esvaziada de pessoas e somente uma região a ser explorada. Porto-Gonçalves deixa-nos ver que esta é uma visão colonial sobre a Amazônia e que ainda perdura no imaginário de muitas pessoas (como aconteceu durante a ditadura militar de 1964 a 1985 ou durante o governo Bolsonaro, por exemplo):

Por ser a Amazônia uma região situada numa posição periférica no interior de países periféricos no sistema mundo capitalista moderno-colonial, lhes escapa até mesmo o poder de falar sobre si mesma. Sendo assim, prevalecem visões sobre a Amazônia, e não visões da Amazônia. E, mesmo quando se fala de visões da Amazônia, não são as visões dos amazônidas – principalmente de seus povos/etnias/nacionalidades e grupos/classes sociais em situação de subalternização/opressão/exploração – que nos são oferecidas. (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 25)

Ainda para Porto-Gonçalves, a visão colonial sobre a Amazônia como um território cheio de recursos naturais continua persistente em nossa sociedade brasileira neoliberal:



[...] o olhar colonial sobre a Amazônia se expressa na crença multicentenária de que se trata de um território de inesgotável e imensa riqueza, cuja exploração acelerada outorgará ao Estado uma quantia elevada de renda para compensar os desastres ambientais e sociais que todo este esquema provoca. (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 15)

E este foi o caso da cidade de Natividade, que foi deixada de lado assim que seus recursos minerais (ouro) foram explorados e as pessoas deslocadas e usadas para trabalharem na atividade mineral foram “largadas” pela região. Hoje em dia, novas formas econômicas, como o turismo, devem ser encontradas para que as pessoas tenham trabalho e possam viver sem sair de seus lugares, valorizando sua cultura, saberes e fazeres.

Não podemos nos esquecer de que quem constitui as cidades são as pessoas que nelas escolhem viver. A humanização dos territórios por meio de atividades econômicas é o que faz as cidades aparecerem, crescerem e existirem. Não podemos subjugar a relevância das pessoas na constituição e no funcionamento das cidades, mas pensar em cidades que viabilizem e facilitem a vida de seus habitantes, cidades verdes e ambientalmente sustentáveis e responsáveis pela melhor forma de vida possível para seus habitantes.

Ainda, a história pode falar muito de quem somos, mas ela não pode definir nosso futuro e o futuro das cidades que habitamos, daí nossa tentativa de, pensando sobre as cidades amazônicas, fazer com que as pessoas pensem em melhores soluções para as cidades onde habitam e deixem de lado pensamentos arcaicos e improdutivos baseados em “visões” coloniais restritivas e deturpadas de realidade.

3 – ALGUMAS NOTAS FINAIS

Neste trabalho buscamos pensar sobre cidades coloniais amazônicas tomando como exemplo a cidade de Natividade, no estado do Tocantins. A partir de sua grande habitação durante o período de exploração aurífera, vimos que Natividade (na Amazônia Legal) não é somente um espaço de floresta, mas um lugar que também acolhe muitas pessoas que detêm as mais diversas formas de vida.

Assim, viver numa cidade amazônica brasileira pode ser muito diferente de viver em uma cidade de outra parte do Brasil. E a própria natureza pode ser um desses pontos diferenciais, já que propicia novas formas de relação homem-natureza. Sair do trabalho e poder tomar um banho de rio pode ser uma vantagem na cidade de Tocantinópolis em relação a quem vive em São Paulo, por exemplo.

No entanto, entendemos que podemos ajudar a transformar as nossas cidades em espaços e



lugares mais agradáveis à vida humana, como bem nos deixou ver Harvey (2012). Mesmo as cidades com histórias coloniais devem buscar novas formas de se enquadrarem a novas atividades econômicas, sempre respeitando os ambientes naturais existentes e a diversidade de grupos sociais que nelas habitam. Isso não quer dizer que devemos deixar a história de lado, mas que podemos aprender a partir de nossas histórias coletivas e pessoais, questionando nosso presente para termos um futuro melhor para todos.

Por fim, devemos superar a visão colonial da Amazônia como um espaço a ter suas riquezas exploradas. Temos que ter sempre em conta a finitude dos recursos naturais e as mais variadas populações que habitam as várias Amazônias existentes dentro deste imenso território da Amazônia Legal. Não podemos nos esquecer da complexidade dos espaços urbanos e não urbanos amazônicos. Espaços esses resultantes de uma lógica capitalista de acumulação e exploração e de experiências vivenciadas pelos variados grupos locais. Temos que, também, levar em conta os conhecimentos gerados pelos povos que originariamente habitam a região e utilizá-los na construção das cidades amazônicas. No entanto, entendemos que a interpretação das complexidades urbanas, intrinsecamente ligada às diferenças regionais internas, faz da Amazônia uma região com muito ainda a ser estudado e aprendido.

REFERÊNCIAS

BORGES, T. P.; RODRIGUES, W. Introdução. IN: **Cidade para diversidade**. BORGES, T. P.; RODRIGUES, W. (orgs). Palmas, TO: Editora Universitária - EdUFT, p. 17-29, 2022.

HARVEY, D. **O direito à cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades - Panorama**. Jan. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/natividade/panorama> Acesso: 14 dez. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Natividade - História & fotos**. S/d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/natividade/historico> Acesso: 14 dez. 2023.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. História - **Natividade (TO)**. S/d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1219> Acesso: 14 dez. 2023.

OLIVEIRA, J. P. de. O Nascimento do Brasil: Revisão de um paradigma historiográfico. Anuário Antropológico. N. 1, p. 11-40, 2010.



PIT. **Plataforma Integrada de Turismo**. Governo do Estado do Tocantins, s/d. Disponível em: <https://turismo.to.gov.br/pt/destinos/natividade> Acesso: 14 dez. 2023.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso. La Paz: IPDRS/CIDES e UMSA, 2018

SANTOS, M. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, UFRGS, n. 21, p.7-14, ago. 1996.

TRINDADE JUNIOR, S. C. da. Urbanodiversidade e pensamento crítico contemporâneo: reflexões a partir de cidades amazônicas. IN: **Urbanodiversidade**: possibilidades e contradições. PACÍFICO FILHO, Miguel; SILVA, Luis Octavio de Faria e; LIMA, Jandir Ferrera de; GOMES, Jairon Barbosa (orgs). Palmas, TO: Editora Universitária - EdUFT, 2022.



Resenha de “Crônicas espectrais, notas sobre o TEA”, de Luciano de Jesus Gonçalves

WALACE RODRIGUES

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9082-5203>

Doutor Humanidades pela Leiden University
Professor da Universidade Federal Fluminense

O professor Luciano de Jesus Gonçalves, amigo querido, pesquisador da literatura brasileira e agora escritor publicado, traz-nos “Crônicas espectrais, notas sobre o TEA”, um livro de crônicas que nasce da descoberta do diagnóstico “tardio” de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Abraçando seu diagnóstico de “atípico” (o melhor é ser diferente, original!), ele dá frutos por meio da literatura.

Lançado pela Editora Patuá (São Paulo, 2024), o livro de Gonçalves traz doze crônicas e um posfácio de Aline Novais de Almeida em cem páginas. Vale ressaltar que a escolha pela crônica não foi aleatória, pois uma crônica pode ser compreendida como um texto breve, uma narrativa curta, muito utilizada na imprensa, em revistas, jornais, etc. É um gênero textual discursivo, narrando, geralmente, situações cotidianas, trazendo elementos do dia a dia.

Sobre o escritor, ele é originário de terras baianas. Gonçalves radicou-se no Tocantins em 2011, tornando-se, mais tarde, um professor do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), trabalhando no campus de Colinas do Tocantins e, hoje em dia, de Palmas. Ele também colabora, como pesquisador externo do Laboratório de Ensino de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG). É doutor em literatura brasileira pela Universidade de São Paulo (USP), trabalhando com a obra de Rawet em suas várias nuances.

Livro de estreia na prosa, Gonçalves (2024, p. 14) se coloca:

Prestes a completar quarenta anos, no ápice de crises da meia idade, um professor de literatura se vê diante da oportunidade de descobrir, ele ensiava, seu eu interior, o seu papel num mundo pós-pandemia. O que se vê de peripécia acontece a partir do momento em que o paciente inicia uma diligência médico-psicológica em torno do aguardado DDD, Dia D do diagnóstico.

Trabalhador habilidoso da palavra e conhecedor de sua sexualidade, ele arremata sobre o ser “preferencial” a partir do diagnóstico de TEA: “Adorado na poesia de Cardozo, no conto



de Rawet, na fila do supermercado, o advérbio incomoda e me fere. O ‘preferencialmente’ das filas me confunde, desorienta, ameaça: você não é esse tipo de bicha!” (2024, p. 33).

A fruição por meio da literatura nos revela que a vida também pode ter prazer, tesão, gozo, pois a vida não é só labutar utilizando a literatura (como professor), mas o fazer/produzir/criar literatura também, já que “o plano de escrever um livro ganha ares de autocobrança, insegurança, indefinição” (Gonçalves, 2024, p. 37).

O escritor nos dirá sobre os silêncios (vazios, informes) utilizados na composição de suas crônicas, pois, na vida, nem tudo é som, fala, ruído, mas os silêncios podem nos trazer tempos/espacos de reflexão e compreensão:

E mesmo os silêncios são matéria da escrita/ausências, como no fim da crônica “Achei que era câncer”. Ao perseguir um diagnóstico para o inominável, o desconhecido, aos poucos, fui entendendo, aceitando, melhorando a acentuada desregulação emocional, ouvi de um *expert* (Gonçalves, 2024, p. 48).

Compreendemos que esses “silêncios” podem ter relação com os vazios/informes do filósofo francês Georges Bataille (1897-1962), que dirá:

Um dicionário começaria a partir do momento em que ele não desse mais o sentido das palavras, mas sim suas obrigações. Assim, **informe não é somente um adjetivo com certo sentido, mas um termo que serve para desorganizar, exigindo, geralmente, que cada coisa tenha sua própria forma. Isto que ele nomeia não aponta um caminho fixo e pode ser facilmente despedaçado**, do mesmo modo que uma aranha ou um verme. De fato, para o contentamento dos acadêmicos, seria necessário que o universo tomasse forma. Toda a filosofia tem apenas um objetivo: trata-se de dar uma roupagem ao que já existe, uma roupagem matemática. Por outro lado, afirmar que o universo não se assemelha a nada e que ele não é nada além de informe retoma a afirmação de que o universo é algo como uma aranha ou um escarro. (Bataille, 1970, p. 33, grifo nosso)



Fonte: Editora Patuá, 2024.

E sua minicrônica “Sobre deus-pai ciumento, invejoso e vingativo”? Aí os silêncios se instalam e nos “falam”. As ausências também são espaços ativos dentro do texto literário, como bem nos ensinou o poeta e crítico literário francês Stéphane Mallarmé (1842-1898) e como lemos na citação anterior de Bataille.

A obra de Gonçalves é um livro de leitura fácil, fluida, agradável, que faz com que o leitor se torne cúmplice do cronista. Quem o lê vai compreendendo os “dilemas” do escritor, crônica a crônica, autobiográfica, mas sem grandes dramas ou complexidades desnecessárias. A diretividade da escrita de Gonçalves nos afeta e nos emociona.

Influenciado pela obra de vários autores, como Samuel Rawet, objeto de sua tese de doutorado intitulada “Picado pelo micróbio do teatro: as variações do crítico em Samuel Rawet”, defendida em 2022, Gonçalves está acostumado aos meandros da literatura brasileira e de sua crítica.

Ainda, as consequências dos diagnósticos de TEA podem ser imprevisíveis para pacientes, pais e/ou responsáveis, mas é necessário que a sociedade caminhe para uma direção de respeito nas relações sociais, como bem nos diz Rodrigues:



[...] vemos a necessidade de humanização das relações de sociais e de poder na atualidade, fazendo com que as pessoas tenham mais empatia umas com as outras, compreendendo as diferenças como riquezas para fortalecer relações sociais e culturais, algo muito distante das impiedosas marcas deixadas pelo capitalismo acrílico em nossas sociedades e corpos. (2021, p. 53)

Para Gonçalves, seu diagnóstico acabou por ser algo extremamente frutífero, daí o livro a que nos referimos aqui. Sua escrita eficaz, eficiente, algumas vezes direta e em outras vezes com lacunas, vácuos para pensar, faz-nos seus cúmplices na descoberta dos aspectos da vida com TEA, fazendo com que entendamos mais sobre este transtorno, mas que sejamos cúmplices das buscas humanas de cada pessoa com quem compartilhamos o mundo, os espaços e as experiências.

Referências

BATAILLE, Georges. **Le dictionnaire critique**. Orléans: Éditions Gallimard, 1970.

GONÇALVES, Luciano de Jesus. **Crônicas espectrais, notas sobre o TEA**. São Paulo: Patuá, 2024.

RODRIGUES, Wallace. Reflexões sobre temas da atualidade a partir do filme “O cheiro do ralo”. **Revista Humanidades & Educação**. Imperatriz (MA), UFMA, v. 3,n. 5, p. 45-55, jul./dez. 2021.